

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**  
**MESTRADO EM URBANISMO**

**EDUARDO SALGADO MARCONI**

**PARQUE LINEAR ÁGUAS DO CAMANDOCAIA EM AMPARO - SP: AGENTES E  
PROCESSOS NA CRIAÇÃO, APROPRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS.**

**ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ ROBERTO MERLIN**

**CAMPINAS – 2018**

**EDUARDO SALGADO MARCONI – RA 16366825**

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa CRB 8/7313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4 Marconi, Eduardo Salgado.

M321p Parque Linear Águas do Camandocaia em Amparo – SP: agentes e processos na criação, apropriação e qualificação dos espaços públicos / Eduardo Salgado Marconi. - Campinas: PUC-Campinas, 2018. 269f.

Orientador: José Roberto Merlin.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Espaços públicos. 2. Parque Linear Águas do Camandocaia. 3. Projeto arquitetônico. 4. Planejamento urbano. 5. Qualidade de vida. I. Merlin, José Roberto. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD – 22. Ed. t711.4

**EDUARDO SALGADO MARCONI**

**“PARQUE LINEAR ÁGUAS DO CAMANDOCAIA EM  
AMPARO, SP: AGENTES E PROCESSOS NA  
CRIAÇÃO, APROPRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Merlin

Dissertação defendida e aprovada em 28 de Junho de 2018 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Roberto Merlin  
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Profa Dra Laura Machado de Mello Bueno  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima  
Universidade São Francisco

Dedico esta dissertação aos meus filhos, Lucca e Julia,  
o que faço, faço por eles e  
o que sou, sou para eles;

à minha tão amada esposa, Luciana Garcia Leal Marconi,  
um anjo com quem tenho tido o prazer de compartilhar todos os momentos da  
minha vida e que, com muita dedicação, tem me ajudado a superar este grande  
desafio;

aos queridos e amados pais,  
que são referências em tudo que faço e me trouxeram até aqui  
sempre com muita dedicação e incentivos pessoal e profissional.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Roberto Merlin, a quem muito admiro e estimo pelo seu conhecimento, capacidade e dedicação em todas as etapas para o bom desenvolvimento deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para os caminhos escolhidos ao longo deste processo. Suas reflexões e críticas delinearam a minha trajetória e deram a tranquilidade necessária para vencer este desafio.

À Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno pelas importantes contribuições teóricas e as reflexões e críticas para o bom andamento de minha dissertação.

Ao Prof. Dr. Cesar José Bonjuani Pagan, a quem muito admiro e foi fundamental para o meu desenvolvimento pessoal e profissional ao longo da minha vida. Tive a honra de sua presença na etapa de qualificação desta dissertação com importantes reflexões e críticas em relação ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima pelas contribuições teóricas e as reflexões e críticas, principalmente no conhecimento histórico que fundamentou a periodização desta dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio através da bolsa de estudos destinada a esta pesquisa.

Aos discentes do programa de pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que durante esse período puderam compartilhar experiências e conhecimento.

Aos professores e funcionários do programa de pós-graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que, sempre com muita dedicação e atenção, contribuíram nessa trajetória com conhecimentos e informações, sendo fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Amparo, que abriram as portas e arquivos para a realização das pesquisas documentais que dão veracidade às informações disponibilizadas neste trabalho.

## RESUMO

O instrumento urbanístico Parque Linear tem sido apontado, no Brasil, como medida sustentável de uso e ocupação das áreas urbanas de fundo de vale nos âmbitos ambiental, social, econômico e cultural. Este trabalho propõe realizar uma análise de como se deu o processo de requalificação urbana no município de Amparo, no Estado de São Paulo, tendo como objeto de estudo o Parque Linear Águas do Camandocaia. Pretende-se levantar a trajetória, os alcances e limites das intervenções urbanas implementadas ao longo do rio Camandocaia.

Em sua primeira parte, propõe apresentar por meio da periodização – via pesquisas bibliográficas e análise de documentos históricos – o processo histórico da evolução urbana e sua influência em questões relacionadas ao tema. Na segunda parte, aponta ingerências como base das transformações no novo desenho urbano a partir de dimensões legais e políticas. Consta, na terceira parte, a apresentação do objeto em si nas questões de ordem técnica dos projetos urbanístico e arquitetônico, dos recursos financeiros captados até os processos licitatórios, da execução das obras ao longo do rio. A quarta parte aborda os conceitos vinculados à produção dos espaços livres públicos e da esfera de vida pública como suportes fundamentais ao incremento da qualidade de vida urbana. A quinta parte apresenta a correlação dos atributos de qualidade segundo diversos autores para a análise da qualidade espacial do Parque Linear.

Palavras-chave: Parque Linear Camandocaia. Áreas de Preservação Permanente Urbanas. Espaços livres. Esfera de vida pública. Análise da qualidade espacial.

## ABSTRACT

The urban planning tool Parque Linear has been identified in Brazil as a sustainable measure of use and occupation of urban areas of valley bottom in the environmental, social, economic and cultural spheres. This work proposes to carry out an analysis of how the process of urban requalification took place in the municipality of Amparo, in the State of São Paulo, having as object of study the Linear Park Águas do Camandocaia. It is intended to raise the trajectory, the scope and limits of the urban interventions implemented along the Camandocaia River. In its first part, it proposes to present, through periodization - via bibliographical research and analysis of historical documents - the historical process of urban evolution and its influence on issues related to the theme. In the second part, it points out interferences as the basis of the transformations in the new urban design from legal and political dimensions. In the third part, the presentation of the object itself in the technical aspects of the urban and architectural projects, the financial resources raised until the bidding processes, the execution of the works along the river. The fourth part deals with the concepts related to the production of public spaces and the sphere of public life as fundamental supports for the improvement of the quality of urban life. In the fifth and last part, in the correlation of the quality attributes of several authors for the analysis of the spatial quality of the Linear Park.

Keywords: Camandocaia Linear Park. Urban Permanent Preservation Areas. Open spaces. Sphere of public life. Spatial quality analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do município.....	18
Figura 2:	A cidade de Amparo com os principais acessos.....	18
Figura 3 –	Mapa de São Paulo com o Polígono do Açúcar Paulista.....	23
Figura 4 –	Mapa do município enfatizando o seu relevo.....	24
Figura 5 –	Mapa do município enfatizando o seu relevo com a hidrografia original.....	24
Figura 6 –	Caminhos antigos da região.....	26
Figura 7 –	Mapa com a localização provável das sesmarias da região.....	27
Figura 8 –	Mapa dos municípios com a onda migratória.....	28
Figura 9 –	A fundação de Amparo. Óleo sobre tela, de Odahyr de Souza.....	29
Figura 10 –	Óleo sobre tela de Beatriz Dutra representando a capela construída na colina.....	30
Figura11 –	Croqui do núcleo urbano por volta de 1830 e 1850.....	31
Figura 12 –	Alteração do traçado do caminho Campinas – Sul de Minas.....	32
Figura 13 –	Fazenda São Pedro. Óleo sobre tela, 40 x 50 cm, de Arnaldo Teixeira Lima.....	33
Figura 14 –	Mapa da cidade em 1878.....	34
Figura 15 –	A planta de Pucci – 1878, reproduzida por Leandro Frediani em 1939.....	35
Figura 16 –	Vista panorâmica de Amparo. Lápis 18,4 x 49,0 cm, de Hércules Florence, 30 de maio de 1859.....	35
Figura 17 –	Vista panorâmica de Amparo em 1871.....	35
Figura 18 –	Técnicas de construção.....	36
Figura 19 –	A planta de 1895.....	37
Figura 20 –	Mapa da cidade em 1895.....	38
Figura 21 –	A planta de 1904 mostrando os pontos de iluminação.....	38
Figura 22 –	Detalhe da planta de 1909 mostrando o bairro do Ribeirão.....	39
Figura 23 –	Vista parcial de Amparo na virada do século.....	40
Figura 24 –	Fábrica de Fósforos Gomes & Cia.....	40
Figura 25 –	Fábrica de bebidas Romualdo Burgarelli; avenida Bernardino de Campos.....	40
Figura 26 –	A iluminação da rua XV de novembro, início do século XX.....	41
Figura 27 –	Projeto de Teodoro Sampaio para abastecimento de água e a rede de esgotos – 1893.....	42
Figura 28 –	Retrato de Bernardino de Campos. Óleo sobre tela, 126 x 88 cm, de Almeida Junior, 1895.....	43
Figura 29 –	Liceu de Artes e Ofícios de Amparo e Fazenda Modelo.....	44
Figura 30 –	Mapa da cidade em 1929.....	44
Figura 31 –	Capa de Diário de uma Cidade Conquistada, por Elmano Henrique e mapa localizando tropas durante a revolução de 1932.....	45
Figura 32 –	A industrialização em São Paulo na década de 1920.....	46
Figura 33 –	Mapa da cidade em 1962.....	49

Figura 34 – Reconstituição do leito do rio Camandocaia com o projeto de retificação a partir de peças gráficas originais.....	50
Figura 35 – Imagem do Jornal O Comércio fazendo referência ao Plano Diretor de Amparo em 1966.....	51
Figura 36 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, relevo e expansão da área urbana.....	53
Figura 37 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, densidades 1950 – 1960.....	53
Figura 38 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, acessos e vias pavimentadas.....	54
Figura 39 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, redes de infraestrutura.....	54
Figura 40 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, uso do solo e coleta de lixo.....	54
Figura 41 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, mapa síntese.....	55
Figura 42: Imagem aérea com a sobreposição do rio original com o rio retificado.....	64
Figura 43 – Mapa da cidade em 1972.....	66
Figura 44 – Mapa das áreas inundáveis no final do século XIX.....	67
Figura 45 – Mapa dos empreendimentos, 1952 até 1959.....	71
Figura 46 – Mapa dos empreendimentos, 1960 até 1969.....	72
Figura 47 – Mapa dos empreendimentos, 1970 até 1979.....	72
Figura 48 – Mapa dos empreendimentos, 1980 até 1989.....	73
Figura 49 – Mapa dos empreendimentos, 1990 até 1999.....	73
Figura 50 – Mapa dos empreendimentos, 2000 até 2004.....	74
Figura 51: Planejamento enquanto “caso normativo” – Postulados do Planejamento Estratégico Situacional.....	87
Figura 52: Planejamento enquanto “caso estratégico” – Postulados do Planejamento Estratégico Situacional.....	88
Figura 53: Centro político e administrativo 2008.....	92
Figura 54: Programa de reabilitação da área central, Trecho 3.....	96
Figura 55: Sistema de Tratamento de Esgoto.....	96
Figura 56: Foto do rio Camandocaia no município de Amparo.....	97
Figura 57: Mapa das regiões definidas para a realização das Oficinas e Reuniões Regionais.....	123
Figura 58: Fotos da Oficina dos Multiplicadores do Poder Executivo, 2005.....	125
Figura 59: Publicação no Jornal Oficial de Amparo, 21 de outubro de 2005.....	127
Figura 60: Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo – A Amparo que temos – reuniões regionais.....	131
Figura 61: Jornal Oficial de Amparo: publicação sobre o término da etapa ‘A Amparo que temos’.....	132
Figura 62: Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo – ‘A Amparo que queremos’.....	138
Figura 63: Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo – ‘A Amparo de todos’.....	142
Figura 64: Imagem da vista de topo, mostrando o projeto do Parque Linear Águas do Camandocaia.....	147
Figura 65: Imagem da vista de topo, mostrando a definição dos trechos para implantação do projeto do Parque Linear.....	153
Figura 66: Imagem do projeto de duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos com a implantação e o perfil da avenida.....	154
Figura 67: Imagem do projeto do Parque Linear – Trecho 1 sobreposta à imagem de satélite.....	155
Figura 68: Imagem do projeto de desapropriação do imóvel para a duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos.....	155

Figura 69: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear dividido em cinco partes, sem escala.....	156
Figura 70: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 1, sem escala.....	156
Figura 71: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 2, sem escala.....	157
Figura 72: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 3, sem escala.....	157
Figura 73: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 4, sem escala.....	158
Figura 74: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 5, sem escala.....	158
Figura 75: Imagem do projeto de arquitetura da pista de skate – planta baixa e cortes longitudinais.....	159
Figura 76: Imagem do projeto de arquitetura da quadra de areia – planta baixa, corte longitudinal, detalhe do muro de contenção e do fechamento da quadra.....	160
Figura 77: Imagem do projeto de arquitetura dos sanitários – planta baixa, planta de cobertura, cortes e vistas.....	160
Figura 78: Imagem do projeto de arquitetura do quiosque – planta baixa e corte longitudinal.....	161
Figura 79: Imagem do projeto de arquitetura da fonte ornamental – planta baixa e corte.....	161
Figura 80: Imagens das maquetes eletrônicas e do mobiliário utilizado no projeto do Parque Linear.....	162
Figura 81: Montagem com o traçado dos interceptores e a Estação de Tratamento de Esgotos.....	169
Figura 82: Imagem com o desenho esquemático dos Trechos 1 e 2, que iniciaram as obras do Parque Linear, com o traçado dos interceptores do Sistema de Tratamento de Esgotos e a área em que ocorreu a demolição das rochas para a passagem do interceptor na avenida Doutor Carlos Burgos. ....	170
Figura 83: Foto das obras de demolição para a duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos. Demolição da pista existente.....	171
Figura 84: Foto das obras de drenagem da duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos. Execução do sistema de drenagem.....	171
Figura 85: Fotos das obras de demolição do maciço rochoso para a passagem do interceptor pela avenida Doutor Carlos Burgos.....	172
Figura 86: Fotos das obras da ciclovia, pistas de caminhada e rede elétrica com os postes da iluminação pública.....	172
Figura 87: Fotos das obras de colocação do piso intertravado nas pistas de caminhada, pavimentação asfáltica na ciclovia e colocação da grama demarcando as áreas para execução do paisagismo ornamental.....	173
Figura 88: Imagem de satélite com a localização dos equipamentos construídos, pista de skate, quadra de areia e sanitários públicos.....	174
Figura 89: Fotos das obras da pista de skate no Trecho 1.....	174
Figura 90: Fotos das obras da quadra de areia no Trecho 1.....	175
Figura 91: Fotos das obras dos sanitários no Trecho 1.....	175
Figura 92: Fotos das obras da fonte interativa no Trecho 1.....	176
Figura 93: Fotos da pista de skate e fonte interativa.....	176
Figura 94: Foto da fonte interativa.....	177
Figura 95: Fotos do Parque Linear – Trechos 1 e 2.....	177
Figura 96: Fotos vista de cima do Parque Linear nos Trecho 1 e 2.....	178
Figura 97: Vista aérea com a localização das passarelas metálicas nos Trechos 1 e 2 com a extensão linear de cada uma.....	179
Figura 98: Imagem do projeto da passarela metálica em formato de viga estrutural com laje de concreto de piso revestido com piso intertravado.....	179

Figura 99: Foto da passarela metálica na avenida Doutor Carlos Burgos esquina com a rua Portugal.....	180
Figura 100: Imagem do projeto paisagístico nos Trechos 1 e 2 do Parque Linear com a montagem das pranchas do projeto.....	181
Figura 101: Etapa 3 – imagem do projeto urbanístico do Parque Linear com a divisão por trechos.....	182
Figura 102: Etapa 3 – planta urbanística ambiental da Etapa 3 do projeto do Parque Linear para o licenciamento ambiental junto com a Cetesb.....	182
Figura 103: Etapa 3 – Projeto urbanístico do Parque Linear no Trecho 3A entre a rua Portugal e o Parque Cecap.....	184
Figura 104: Etapa 3 – Corte esquemático do projeto do Parque Linear no Trecho 3A entre a rua Portugal e o Parque Cecap.....	185
Figura 105: Etapa 3 – Projeto urbanístico do Parque Linear no Trecho 3B, entre o Parque Cecap e o Jardim Silvestre I.....	186
Figura 106: Etapa 3 – imagem aérea em 2010, antes da implantação do Parque Linear no trecho 3B, identificando o sistema viário por entre os bairros e o uso da rodovia SP-95 incorporada ao sistema viário urbano.....	187
Figura 107: Etapa 3 – imagem aérea em 2018, com a implantação do Parque Linear no trecho 3B e a extensão da avenida Doutor Carlo Burgos reestruturando a malha viária de acesso à região oeste através da principal via arterial ao longo do rio Camandocaia.....	188
Figura 108: Etapa 3 – imagem do projeto do muro de contenção no rio Camandocaia para implantação do Parque Linear e a extensão da avenida Dr. Carlos Burgos no trecho 3 C1, entre as ruas Arthur Pinto Lima e João Petrolí.....	188
Figura 109: Etapa 3 – imagem dos relatórios gerenciais para o acompanhamento das obras do muro de contenção no rio Camandocaia no Trecho 3 C1.....	194
Figura 110: Etapa 3 – Fotos da obra concluída do muro de contenção no rio Camandocaia no Trecho 3 C1.....	195
Figura 111: Fotos da obra de instalação do mobiliário urbano do Trecho 3A.....	195
Figura 112: Fotos das obras da pista caminhada, ciclovia e paisagismo ornamental do Trecho 3A.....	196
Figura 113: Fotos da passarela metálica do Trecho 3A.....	196
Figura 114: Fotos da obra concluída do Trecho 3A do Parque Linear em agosto de 2012.....	197
Figura 115: Etapa 3 – Fotos das obras de abertura da avenida Doutor Carlos Burgos no Trecho 3B no início de 2011.....	198
Figura 116: Montagem com as fotos (2010 e 2011) da avenida Doutor Carlos Burgos, executada no Trecho 3B, mostrando as trilhas utilizadas como rotas de passagem e a abertura da via sendo executada.....	198
Figura 117: Pirâmide da Mobilidade.....	213
Figura 118: Imagem aérea anterior à implantação do Parque Linear no Trecho 3B (2010) .....	215
Figura 119: Imagem aérea feita durante as obras de implantação do Parque Linear no Trecho 3B (2012) .....	216
Figura 120: Imagem aérea feita após a implantação do Parque Linear no Trecho 3B (2016) .....	216
Figura 121: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 3B: os recuos nos vazios urbanos nas APPS e o muro de contenção em trecho retificado do rio Camandocaia. As fotos 1 e 2 mostram a avenida Dr. Carlos Burgos e a infraestrutura instalada: pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública.....	218
Figura 122: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 3B: os recuos nos vazios urbanos nas APPs e o conjunto habitacional de interesse social. As fotos 3 e 4 mostram a avenida Dr. Carlos Burgos e a infraestrutura instalada: pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública.....	218
Figura 123: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 3B: os recuos nos vazios urbanos nas APPs e o conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). As fotos mostram a avenida Dr. Carlos Burgos, o conjunto habitacional e a infraestrutura instalada: pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública.....	219
Figura 124: Imagem aérea do Parque Linear – Trecho 3A. Área urbana consolidada, conjunto habitacional MCMV e equipamento público Centro Esportivo do Trabalhador.....	220

Figura 125: Montagem, fotos 6 a 14, Parque Linear, Trecho 3A: passarela metálica, pista de caminhada, ciclovia, mobiliário urbano, cancha de malha, paisagismo ornamental, iluminação pública, áreas de estar e convívio.....	221
Figura 126: Parque Linear, Trecho 3A. Apropriação do espaço pelo morador residente em frente ao parque.....	223
Figura 127: Parque Linear, Trecho 2. Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 2: área urbana consolidada.....	223
Figura 128: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 1: área urbana consolidada, equipamentos públicos, áreas industriais e comerciais.....	224
Figura 129: Montagem, fotos 17 a 20, Parque Linear, Trecho 2: passarela metálica sobre o rio Camandocaia e rotatória entre a avenida Dr. Carlos Burgos e a rua Portugal.....	225
Figura 130: Montagem, fotos 21 a 26, Parque Linear, Trecho 2: avenida Raul de Oliveira Fagundes com pista de caminhada, ciclovia, passarela metálica, áreas de estar, convívio e iluminação pública.....	226
Figura 131: Fotos do Centro Esportivo do Trabalhador e do Campo do Rio Branco: marcos referenciais do município de Amparo.....	227
Figura 132: Montagem, fotos 27 a 30, Parque Linear, Trecho 2. Avenida Raul de Oliveira Fagundes, com pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública e a identificação dos edifícios públicos e privados relevantes.....	228
Figura 133: Montagem, fotos 31 a 54, Parque Linear, Trecho 2. Avenida Dr. Carlos Burgos, após sua duplicação, com passarela metálica sobre o rio Camandocaia, pista de caminhada, ciclovia, parque infantil, quiosques, equipamentos de ginástica e iluminação pública.....	229
Figura 134: Rio Camandocaia visto da passarela metálica do Parque Linear. Trecho 1.....	232
Figura 135: Parque Linear – Trecho 1: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.....	233
Figura 136: Fotos do Parque Linear – Trecho 2: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.....	235
Figura 137: Fotos do Parque Linear – Trecho 3A: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.....	236
Figura 138: Fotos do Parque Linear – Trecho 3B: área de plantio na APP, intervenção em APP, muro de contenção no Jardim Silvestre I.....	237
Figura 139: Fotos do Parque Linear – Trecho 2: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.....	238
Figura 140: Parque Linear – Trecho 1: pista de skate BMX, executada com a participação direta dos praticantes do esporte.....	239
Figura 141: Montagem, fotos 55 a 82, Parque Linear, Trecho 1: avenida Raul de Oliveira Fagundes com passarela metálica e ponte pênsil sobre o rio Camandocaia, pista de caminhada, ciclovia, quiosques e iluminação pública; identificação dos prédios públicos.....	241
Figura 142: Fotos do Parque Linear – Trecho 2: espaços sendo utilizados pela população.....	244
Figura 143: Montagem com fotos, 83 a 106, do Parque Linear – Trecho 1: av. Dr. Carlos Burgos com ponte pênsil sobre o rio Camandocaia, pista de caminhada, ciclovia, quiosques, equipamentos esportivos, sanitários, iluminação pública, áreas de estar, contemplação e convívio; identificação dos prédios públicos.....	248

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: características apontadas no diagnóstico realizado do primeiro mandato.....	83
Gráfico 2: objetivos apontados no Plano de Governo 2005 – 2008.....	89

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano Diretor de 1966, divisão por setores em área, densidade e população.....	55
Quadro 2 – Dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, 6 de abril de 1965, e publicado no jornal O Comércio, de 8 de abril de 1965.....	58
Quadro 3: Decretos e Leis Ordinárias para fins de doação de terras públicas para iniciativa privada ou órgãos do Estado.....	68
Quadro 4: Decretos e Leis Ordinárias para fins de desapropriação de terras para retificação do rio Camandocaia e a construção das marginais.....	69
Quadro 5: Loteamentos aprovados por década.....	75
Quadro 6: Resultado das eleições 2000.....	78
Quadro 7: Principais Conselhos Nacionais de Participação Social.....	80
Quadro 8: Resultado das eleições 2004.....	91
Quadro 9: Resultado das eleições 2008.....	93
Quadro 10: divisão regional.....	122
Quadro 11: Ação de formação – Poder Executivo – Oficina de Multiplicadores em Plano Diretor Participativo, considerando objetivos, roteiro metodológico, participação e resultados obtidos.....	124
Quadro 12: Ação de formação – sociedade civil – Oficina de Multiplicadores em Plano Diretor Participativo, considerando objetivos, roteiro, metodologia e participação.....	126
Quadro 13: Processo participativo nas reuniões regionais para a leitura comunitária.....	128
Quadro 14: Resumo das reivindicações dividido por eixos temáticos do processo participativo nas reuniões regionais para a leitura comunitária.....	130
Quadro 15: Quadro resumo do processo participativo, considerando cronograma, objetivo, roteiro, método e participação.....	135
Quadro 16: Resumo das propostas dividido por eixos temáticos do processo participativo nas reuniões regionais.....	139
Quadro 17: Resumo da etapa conclusiva do processo participativo com a proposta final da estrutura do projeto de lei do PD.....	141
Quadro 18: Temas discutidos no Plano Diretor Participativo de Amparo em 2006.....	143
Quadro 19: Instrumentos e prazos previstos de acordo com o art. 128 da Lei Complementar 01/2006.....	144
Quadro 20: Quadro resumo dos convênios utilizados como fonte de recursos financeiros para execução dos Trechos 1 e 2 do Parque Linear.....	163
Quadro 21: Quadro resumo da concorrência pública para duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos e a pavimentação da avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes entre as ruas Melvin Jones e Portugal.....	166
Quadro 22: Quadro resumo da concorrência pública para execução do Parque Linear entre as ruas Portugal e Melvin Jones.....	167
Quadro 23: Quadro resumo do Contrato nº 345/2008 para execução de três passarelas metálicas sobre o rio Camandocaia.....	178
Quadro 24: Quadro resumo do Contrato nº 641/2008 para execução de paisagismo do Parque Linear de Amparo.....	180
Quadro 25: Quadro resumo dos convênios DADE e Ministério do Turismo, utilizados como fonte de recursos financeiros para a execução das obras do trecho 3A, 3B e 3 C1 do Parque Linear.....	189
Quadro 26: Quadro resumo, Contrato nº 391/2010, para execução das obras no Trecho 3 A do Parque Linear.....	190
Quadro 27: Quadro resumo do Contrato nº 359/2011 para a execução das obras no Trecho 3B do Parque Linear.....	191

Quadro 28: Quadro resumo do Contrato nº 328/2011 para a execução das obras de iluminação decorativa no Trecho 3B do Parque Linear.....	192
Quadro 29: Quadro resumo do Contrato nº 435/2010 para a execução de muro de gabião no Trecho 3 C1 do Parque Linear.....	193
Quadro 30: Correlação dos atributos de qualidade dos diversos autores estudados.....	214

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADH	Atlas do Desenvolvimento Humano
AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
Ansur	Articulação Nacional do Solo Urbano
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
APPUs	Áreas de Preservação Permanentes Urbanas
AVDP	Área Verde de Domínio Público
AVS	Atlas da Vulnerabilidade Social
BPP	Banco do Povo Paulista
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CEF	Caixa Econômica Federal
Cetesb	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIFA	Companhia Industrial de Fios Amparo
Cipam	Comitê de Integração de Políticas Ambientais
Cisbra	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMC	Conferência Municipal das Cidades
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural
CNAM-BNH	Coordenação Nacional das Associações de Mutuários do Banco Nacional de Habitação
CNC	Conselho Nacional das Cidades
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Condepaca	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Condema	Conselho e Fundo Municipal do Meio Ambiente
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
Congthab	Conselho de Gestão Territorial e Habitação e Fundo de Habitação
CPEU	Centro de Pesquisa e Estudos Urbanos
CPJA-FGV	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada – Fundação Getulio Vargas
DADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo

FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMDU	Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
FMH	Fundo Municipal de Habitação
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
GTI	Grupo de Trabalho Intersecretarial
HIS	Habitação de Interesse Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
NUPs	Núcleos Urbanos Preexistentes
OGU	Orçamento Geral da União
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDA	Plano Diretor de Amparo
PDDUs	Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
PDMs	Planos Diretores Municipais
PDP	Plano Diretor Participativo
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PLIP	Projeto de Lei de Iniciativa Popular
PMH	Plano Municipal de Habitação
Procon	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
PT	Partido dos Trabalhadores
RL	Reserva Legal
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RSD	Resíduos Sólidos Domésticos
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAC	Serviço de Atendimento à População
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SMSP	Secretaria Municipal de Serviços Públicos

SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCRAs	Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental
Unesco	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
Zepecs	Zonas Especiais de Preservação Cultural do Patrimônio Natural

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
METODOLOGIA.....	21
1. A PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL.....	22
1.1. A necessidade de conhecer os tempos progressos.....	22
1.2. Amparo: Povoado a formar-se no Polígono do Açúcar Paulista.....	23
1.3. De 1828 a 1857 – Da fundação ao <i>status</i> de cidade.....	29
1.4. De 1857 a 1930 – O período cafeeiro: um urbanismo criterioso.....	33
1.5. De 1930 a 1960 – O período das guerras e a consolidação da indústria.....	44
1.6. De 1960 a 2000 – A retificação do rio Camandocaia e a expansão para o oeste.....	48
1.6.1. Da década de 1960 a 1970 – A retificação do rio Camandocaia e o Plano Diretor de 1966.....	50
1.6.2. Da década de 1970 a 2000 – A expansão para o oeste.....	66
1.7. De 2000 a 2012 – A requalificação urbana e o Parque linear.....	77
2. PARQUE LINEAR – A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA.....	97
2.1 O parque, o rio e a cidade.....	97
2.2 Dimensões legais e políticas – Dos marcos regulatórios ao Plano Diretor Participativo de 2006.....	107
3. PARQUE LINEAR ÁGUAS DO CAMANDOCAIA – QUESTÕES TÉCNICAS: DO PROJETO A EXECUÇÃO.....	147
3.1. As diretrizes que nortearam o projeto estratégico.....	148
3.2. Projetos urbanísticos e arquitetônicos.....	150
3.2.1. Projeto Parque Linear – Trechos 1 e 2.....	153
3.2.2. Projeto Parque Linear – Etapa 3.....	181
4. CONCEITOS VINCULADOS À PRODUÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E ESFERA DE VIDA PÚBLICA.....	200
5. SOBRE QUALIDADE ESPACIAL E ANÁLISE DO OBJETO.....	204
5.1. Método de análise qualitativa espacial para o Parque Linear de Amparo.....	214
5.1.1. Sistema viário.....	215
5.1.2. Sensação de pertencimento.....	220
5.1.3. O rio e sua reinserção na paisagem da cidade.....	232
5.1.4. A participação social.....	238
5.1.5. O pedestre como protagonista do espaço público.....	244
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261

## INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe realizar uma análise de como se deu o processo de requalificação urbana no município de Amparo, no Estado de São Paulo (SP), tendo como objeto de estudo o Parque Linear Águas do Camandocaia. Pretende-se levantar a trajetória, os alcances e limites das intervenções urbanas implementadas ao longo do rio Camandocaia, tido como projeto estratégico entre 2005 e 2012 em duas gestões: dos prefeitos Cesar José Bonjuani Pagan e Paulo Turato Miotta.

A pesquisa parte da experiência do autor no período em que exerceu o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano na cidade de Amparo durante 2005 até 2012.

Na primeira parte, propõe apresentar por meio da periodização, através de pesquisas bibliográficas e análises de documentos históricos, o processo da evolução urbana e questões relacionadas ao tema. De 1828 até 1960, propõe apresentar o processo histórico com ênfase nas questões que originaram o traçado urbano considerado como “urbanismo criterioso”, advindo do auge da economia cafeeira que com o seu declínio iniciou os primeiros passos da industrialização até a sua consolidação. A partir de 1960 até 2000, destaca-se o processo de retificação do rio Camandocaia e a elaboração do Plano Diretor de 1966, que propõe novas diretrizes de desenvolvimento urbano, privilegiando a expansão da indústria local e fomentando a vinda de novas indústrias. Esse período teve, no poder público, forte indutor de desenvolvimento, a partir de doações e desapropriações de terras públicas, abrindo novas áreas para empreendimentos imobiliários nas mais diversas regiões da cidade. Do ano 2000 até 2012, se dará ênfase ao novo modelo de governo através do Planejamento Estratégico Situacional (PES), que culminou no processo de requalificação urbana.

Na segunda parte, aponta ingerências como base das transformações no novo desenho urbano a partir de dimensões legais e políticas. Será dado destaque ao processo participativo para elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP), em 2006, e aos marcos regulatórios urbanísticos e ambientais que impactaram no processo de elaboração do Parque Linear Águas do Camandocaia.

Na terceira parte, consta a apresentação do objeto em si, considerando as questões de ordem técnica dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, dos recursos financeiros captados através de convênios com órgãos estaduais e federais até os processos licitatórios e da execução das obras ao longo do rio.

A quarta parte aborda os conceitos vinculados à produção dos espaços livres públicos e da esfera de vida pública como suportes fundamentais ao incremento da qualidade de vida urbana.

Na quinta e última parte, apresenta-se a correlação de atributos de qualidade de diversos autores para análise da qualidade espacial do Parque Linear.

A partir dessa sistematização, busca-se pautar cinco questões fundamentais que interferem diretamente no projeto:

1. o processo histórico, com foco nas decisões técnicas e políticas que levaram à expansão urbana para as regiões Oeste e Sudoeste da cidade;
2. a relação do rio Camandocaia com a cidade: significados no processo de uso e ocupação do solo às suas margens;
3. as ingerências como base das transformações no novo desenho urbano, considerando dinâmicas legais e políticas;
4. a abordagem dos conceitos vinculados à produção dos espaços livres públicos e da esfera de vida pública como suportes fundamentais ao incremento da qualidade de vida urbana;
5. a qualidade espacial do Parque Linear a partir dos atributos de qualidade propostos por diversos autores (Lynch, Holanda, Merlin e Queiroga, Gehl).

Município do interior do Estado de São Paulo, Amparo tem sua data de fundação ancorada no ato de elevação à Capela Curada em 1829. Localizado a 120 quilômetros da cidade de São Paulo, é o maior município do chamado Circuito das Águas Paulista<sup>1</sup>, formado por mais oito cidades com população abaixo de 50 mil habitantes: Monte Alegre do Sul, Serra Negra, Lindoia, Águas de Lindoia, Socorro, Jaguariúna, Pedreira e Holambra. Graças à sua paisagem, formada por montanhas e vales cortados pelo rio Camandocaia, na década de 1970 foi chamado de 'Flor da Montanha', porém no final da década de 1990, devido a seu importante Patrimônio Histórico, erigido no século XIX, foi denominado a 'Capital Histórica do Circuito das Águas'.

---

<sup>1</sup> Ata oficial que institucionalizou o Circuito das Águas como Unidade Administrativa – Consórcio Intermunicipal Circuito das Águas protocolado sob o nº 000651 no Cartório de Registro Civil na cidade de Socorro – SP em 4 de novembro de 2004.



Figura 1: Localização do município. Fonte: Google 2018.



Figura 2: A cidade de Amparo com os principais acessos.

Fonte: Imagem disponível em Google Earth, 2016. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), a população estimada para Amparo em 2017 é de 71.193 mil habitantes, com densidade demográfica de 147,75 hab./km<sup>2</sup>, sustentada por economia diversificada, diferente das outras cidades do Circuito das Águas, exclusivamente voltadas ao turismo. Sua população economicamente ativa assim se organiza: 47% na indústria, 18% no comércio, 17% nos serviços, 10% no agronegócio e 3% no turismo, com taxa de desemprego na faixa de 5%. Seguem alguns dados obtidos no ano de 2012 por meio da Prefeitura Municipal de Amparo:

- entre os 28 estabelecimentos de saúde, 16 são Unidades de Saúde da Família (USFs), atendendo 91,2% da população;
- a taxa de escolarização referente à faixa etária entre 6 e 14 anos de idade é de 95,7%;

- a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) relacionada aos anos iniciais do ensino fundamental é de 6,8 – e nos anos finais do ensino fundamental, 5,1;
- 99,5% das residências recebem água tratada;
- a porcentagem de esgotamento sanitário adequado é de 88,7%;
- a coleta de lixo atinge 98,93% das residências;
- há urbanização de vias públicas em 63,8% do município;
- a iluminação pública atinge 100% das moradias.

O município está subdividido em três distritos: o distrito sede, o distrito de Arcadas e o distrito de Três Pontes, que chegam a 12% da área urbana de Amparo; junto com a área rural compõem 445 km<sup>2</sup>.

Amparo dispõe de um importante Patrimônio Histórico Arquitetônico protegido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, fazendo da cidade objeto de teses e publicações – por ser tal patrimônio um dos mais diversificados e bem preservados da segunda metade do século XIX, quando o município se encontrava no auge da economia cafeeira.

O rio Camandocaia<sup>2</sup>, como eixo natural, organizou o espaço da cidade e engendrou um desenho linear urbano exprimindo o seu processo histórico de ocupação. Pretende-se destacar, ao longo desta pesquisa, o rio Camandocaia como articulador e produtor da história da cidade. O rio é a própria natureza: sempre esteve lá, bem antes da intervenção do homem, e por mais que este o tenha modificado, ainda corre no mesmo sentido.

Na apresentação da obra de Febvre<sup>3</sup> – *O Reno: histórias, mito e realidade* (redigido em 1931, publicado em 1935 e traduzido para o português em 2000) –, Schottler aponta:

Uma das teses fundamentais da obra consiste em dizer que o Reno não é um dado da natureza, mas um produto da história humana. Os homens não foram os únicos a adaptar-se ao Reno: o próprio rio não pode ser pensado sem que leve em conta as intervenções humanas, acumuladas a milênios. É,

---

<sup>2</sup> A região das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá tem uma área aproximada de 15.320 km<sup>2</sup>. Aproximadamente 92% dessa área, cerca de 14.040 km<sup>2</sup>, estão no Estado de São Paulo. O restante, 1.280 km<sup>2</sup>, pertence ao Estado de Minas Gerais, onde se localizam as cabeceiras dos rios Jaguari, Camandocaia e Atibaia. A área em foco localiza-se entre os meridianos 46° e 49° oeste e as latitudes 22° e 23,5° sul, apresentando extensão aproximada de 300 quilômetros no sentido leste-oeste e de 100 quilômetros no sentido norte-sul.

<sup>3</sup> Lucien Paul Victor Febvre foi um influente historiador modernista francês, cofundador da chamada ‘Escola dos Annales’.

portanto, inútil imaginar um estado original dos lugares ou das “raças”. Para cada período, e para cada sociedade, é necessário fornecer novas análises do papel do rio (SCHOTTLER, 2000, p. 37).

Respeitando as devidas proporções dimensionais e históricas, tanto o rio Reno quanto o rio Camandocaia vivenciam o mesmo fenômeno: a intervenção do homem e suas consequências na natureza. Segundo Febvre: “Deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros a ‘fronteira natural’: não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser ‘justas’ ou ‘injustas’, mas não é a ‘natureza’ quem dita a equidade ou aconselha a violência.” (FEVBRE, 2000, p. 66-67).

No início do século XX, o início da transição da economia cafeeira para a industrialização pode ser visto na instalação de duas fábricas: a Fábrica de Cervejas Romualdo Borgarelli e a Fábrica de Fósforos de Gomes & Cia, sendo esse o primeiro distrito industrial de Amparo na década de 1920, localizado na região do Ribeirão.

Na década de 1960, nas administrações dos prefeitos Antônio Andretta (1962 – 1965) e João Batista de Campos Cintra (1966 – 1975), aconteceram três importantes decisões políticas que refletem até os dias de hoje na dinâmica estabelecida no desenvolvimento da cidade, induzindo o processo urbano de expansão em torno do centro expandido e o surgimento de uma nova periferia na região oeste e sudoeste da cidade.

A primeira decisão foi a retificação do rio Camandocaia, iniciada em 1964, com a construção de duas marginais: a avenida marginal Raul de Oliveira Fagundes e a Dr. Carlos Burgos, que, no período da sua concepção, ligava as regiões do antigo centro histórico, passando pela região do Ribeirão e chegando a uma nova periferia no final da década de 1970. A segunda decisão, em 1966, através da elaboração do Plano Diretor de Amparo (PDA) – momento em que se consolida o surgimento do novo eixo viário às margens do rio retificado – propõe uma ‘nova’ cidade para a região oeste e a sudoeste, priorizando a indústria como indutora do desenvolvimento local. A terceira decisão política para o surgimento desta nova periferia ocorre por meio de um conjunto de doações de terras públicas para a expansão do setor industrial local e a instalação de equipamentos públicos dos órgãos federais e estaduais.

Objetiva-se investigar, através desta pesquisa, se as questões inicialmente apontadas estão diretamente vinculadas às hipóteses levantadas na periodização e trazer luz ao debate da fundamentação teórica que sustentará o discurso proposto.

## **METODOLOGIA**

O método buscou a compreensão de como se deu o processo de requalificação das margens do rio Camandocaia, seus agentes e processos a partir da implantação do Parque Linear. A pesquisa, num primeiro momento, teve cunho exploratório e descritivo, onde foram buscadas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas.

Nos três primeiros capítulos, foi compreendida a história da cidade através da periodização; descrito o processo de participação, através do Plano Diretor em 2006 e sua relação com o projeto urbano do Parque Linear, e o processo de elaboração, captação de recursos, licitações e execução das obras, que mostrou detalhadamente a finalização de um processo de requalificação urbana.

Por último buscou-se, com expertises da qualidade espacial, parâmetros e características que induzissem a qualidade dos espaços públicos. Visitando inúmeras vezes o local e fotografando seus aspectos procurou-se comparar o construído com as teorias de qualificação (Lynch, Holanda, Merlin e Queiroga, Jan Gehl).

## 1. A PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL

### 1.1. A necessidade de conhecer os tempos progressos

O objetivo de realizar a periodização das fases de desenvolvimento e o reatamento do processo socioeconômico foi criar um cenário sintético de como se deu a evolução urbana no município de Amparo, abrangendo: a formação como povoado; a fundação institucional em 8 de abril de 1829; a transição de um urbanismo criterioso até o final da década de 1950; a adoção de novos modelos técnico e político na década de 1960, alinhado com as políticas funcionalistas de meados do século XX – tendo no desenvolvimento industrial a sua maior justificativa. Por fim, em relação às décadas seguintes, será analisada a expansão para oeste e sudoeste, até chegar na primeira década de 2000, momento em que a cidade passou por intenso processo de requalificação urbana, no qual está o objeto de estudo desta dissertação. A organização destes períodos objetiva desvelar minimamente o processo de desenvolvimento da cidade, visando à elucidação dos parâmetros que levaram à constituição das transformações urbanas no período entre 2000 e 2012.

Segundo Milton Santos:

A noção de periodização é fundamental, porque permite definir e redefinir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empirização do tempo e do espaço em conjunto [...] é pelo significado particular, específico, de cada segmento do tempo que aprendemos o valor de cada coisa num dado momento (SANTOS, 1988, p. 92).

Figueiredo (2005, p. 36), soma a esta reflexão:

Essa explosão do crescimento urbano a partir de meados do século XX, que constituiria uma das transformações fundamentais da sociedade brasileira, traduziu espacialmente o reflexo dos problemas socioeconômicos enraizados em mais de 500 anos de história da formação da sociedade brasileira.

## 1.2. Amparo: Povoado a formar-se no Polígono do Açúcar Paulista

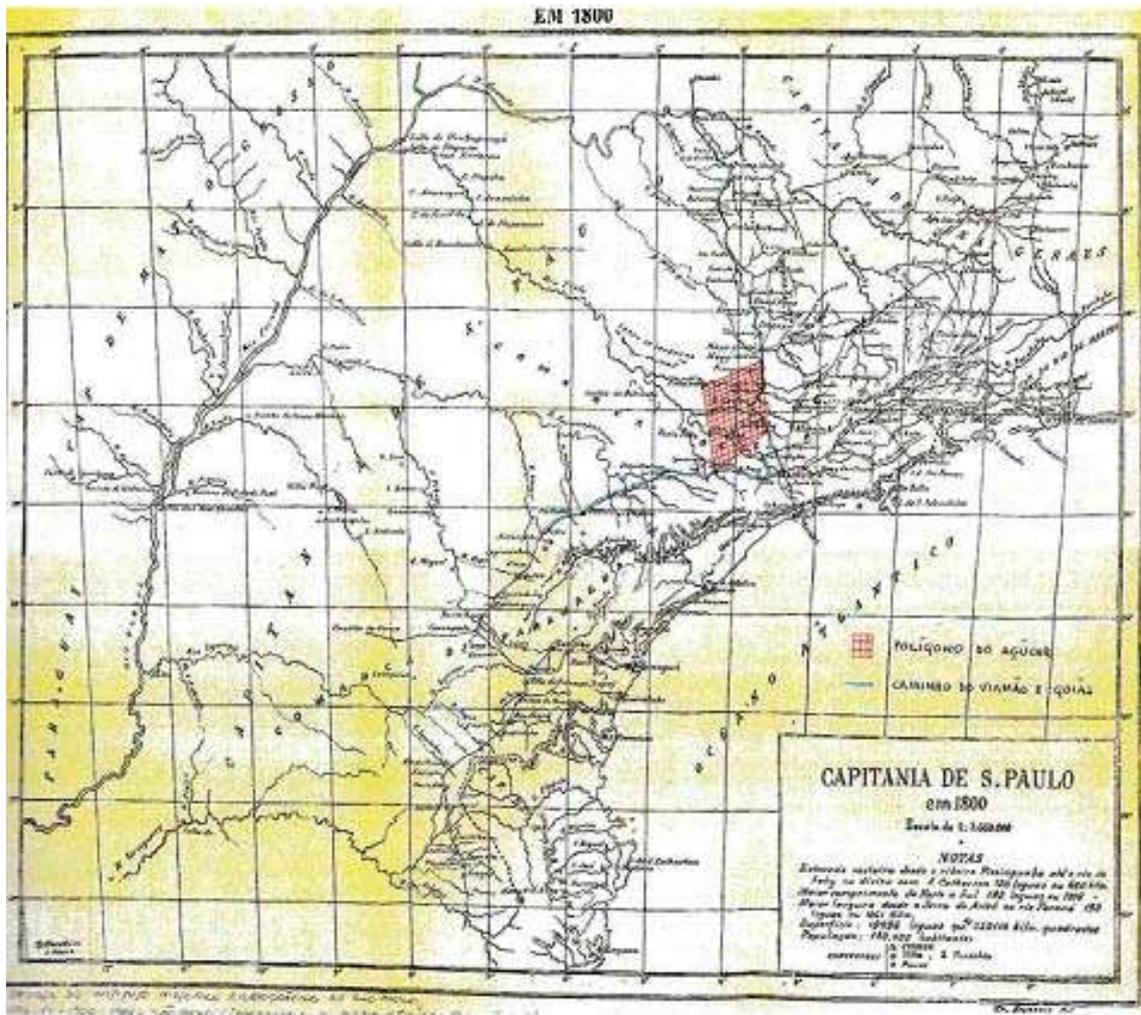


Figura 3 – Mapa de São Paulo com o Polígono do Açúcar Paulista. Fonte: Lima (2006).

O território que caracteriza o município de Amparo situa-se na zona de transição entre a serra da Mantiqueira e o Planalto Central do Estado de São Paulo, constituída em parte por terrenos mais acidentados, e em outra, menor, por terrenos de inclinação mais suave. A serra dos Feixos é um divisor entre essas duas regiões:

[...] a noroeste fica a região menos montanhosa, cuja topografia tem continuidade nos municípios de Santo Antônio de Posse, Jaguariúna, Holambra, Limeira, Itapira, Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Do outro lado está a parte mais montanhosa, que tem continuidade nos municípios de Morungaba, Monte Alegre do Sul, Serra Negra, Lindoia, Águas de Lindoia, Bragança Paulista, Socorro e Tuiuti, avançando em direção ao Estado de Minas Gerais (LIMA, 2006, p. 23).

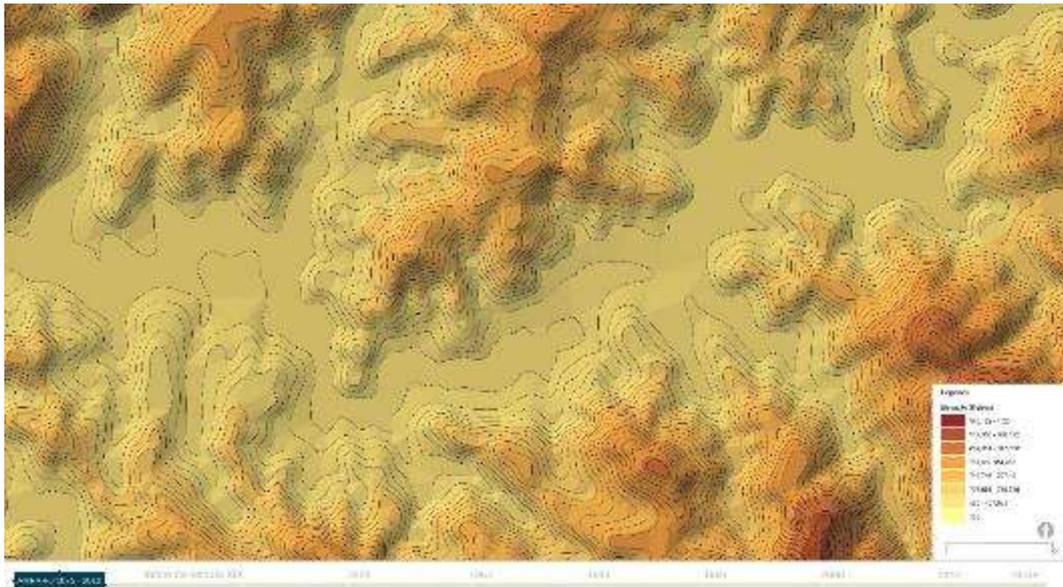


Figura 4 – Mapa do município enfatizando o seu relevo. Fonte: Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

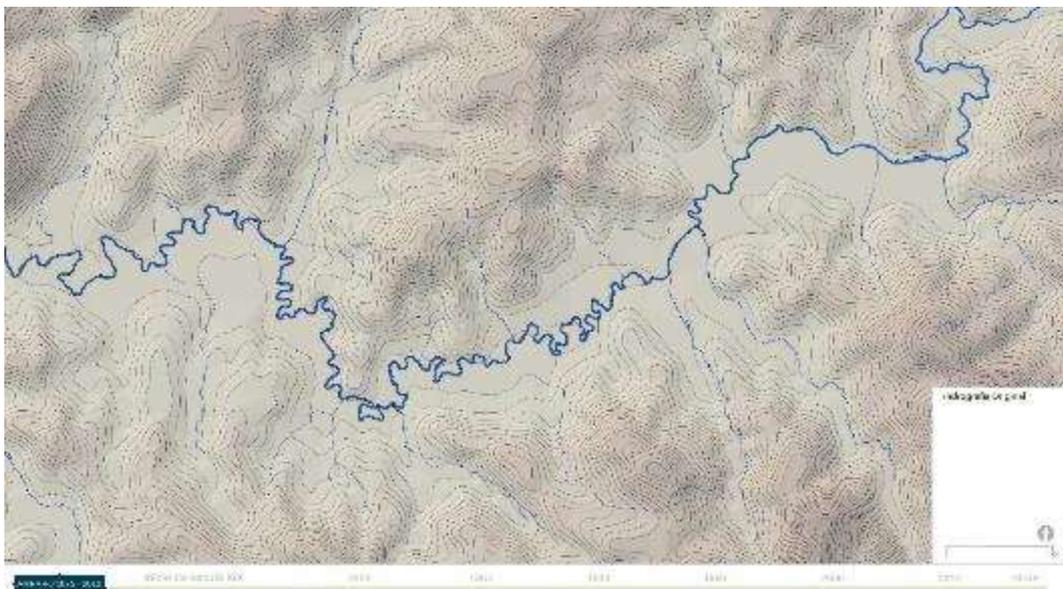


Figura 5 – Mapa do município enfatizando o seu relevo com a hidrografia original. Fonte: Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Segundo Lima (1998, p. 49), o primeiro período se divide no que chama de fundação real e fundação institucional: “A fundação real é aquela que se perde no tempo e que é sempre anterior à fundação institucional, envolta em névoas que nem sempre se consegue penetrar”, segundo o autor considera a possibilidade de estarem na região, no final do século XVIII, os primeiros moradores de um determinado povoado.

Amparo nasceu à beira de caminhos que se cruzavam desde o final do século XVIII, sendo um deles o que ligava Bragança Paulista, emancipada de Atibaia em 1797, a Mogi Mirim, que se encontrava às margens da estrada São Paulo – Goiás. O outro caminho colocava em

contato o sul de Minas, onde o ouro foi descoberto por volta de 1750, com a região de Campinas.

Segundo o autor:

Geraldo Dutra de Moraes, em artigo publicado pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, afirma que havia sido construída, às margens do caminho que levava a Ouro Fino e Pouso Alegre, uma pequena Capela em louvor a Nossa Senhora do Amparo. Nela, o missionário frei Francisco Filgueira teria celebrado, a 3 de setembro de 1818, a primeira missa no pequeno povoado que originaria Amparo. (LIMA, 2006, p. 8).

Pode-se acrescentar a esses dados a chegada, em 1765, de d. Luís António de Sousa Botelho Mourão para governar São Paulo, que influenciaria o uso de parte das terras de Amparo para o plantio de cana com vistas à exploração do açúcar. Nessa época, início do século XIX, muitos engenhos funcionavam nesse território, que ficou conhecido como 'polígono do Açúcar Paulista'<sup>4</sup>, em cujos vértices estavam Jundiaí, Itu, Piracicaba e Mogi Mirim. De acordo com Lima (2006, p. 22):

Em uma fração da sesmaria do Pirapitingui foi formada no início do século XIX, a Fazenda Engenho das Palmeiras, de propriedade do alferes Jacinto José de Araújo Cintra. A propriedade tinha engenho e até os anos de 1850 ainda produzia açúcar. Possuía uma grande tropa de muares e na época fazia o transporte de açúcar produzido tanto para Goiás quanto para o Porto de Santos.

---

<sup>4</sup> Grande área entre as cidades de Sorocaba, Piracicaba, Jundiaí e Mogi Guaçu, onde se plantava cana-de-açúcar e eram criados engenhos com vistas à ocupação do território e à exportação de açúcar.



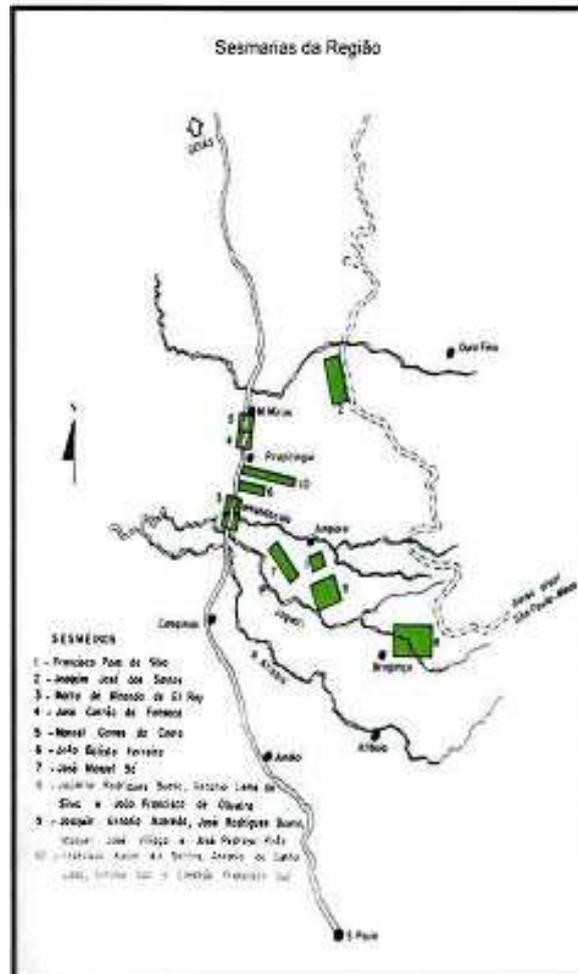


Figura 7 – Mapa com a localização provável das sesmarias da região. Fonte – Lima (1998).

Para Lima (2006), duas vertentes migratórias podem ser identificadas, em meados do século XVIII, convergindo para a região do atual município de Amparo. A primeira com origem para os lados de Mogi Mirim e Mogi Guaçu, acompanhando as plantações de cana e a fabricação do açúcar; a outra com origem para os lados de Bragança e Atibaia, seguindo o curso do rio Camandocaia.

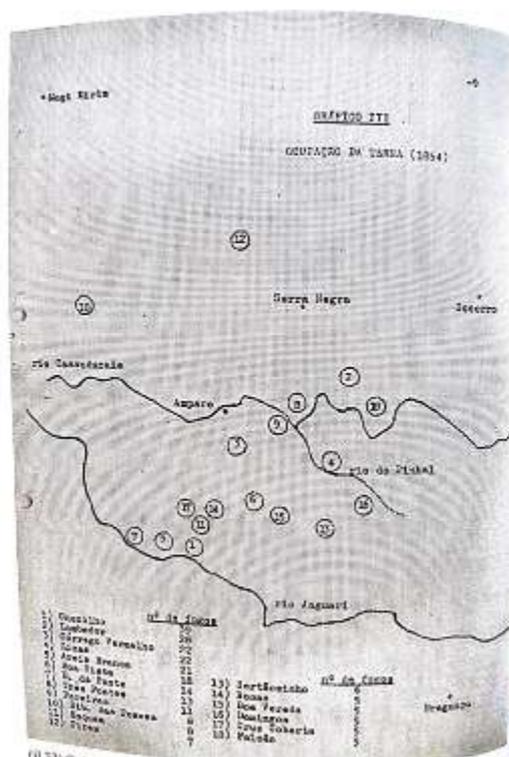
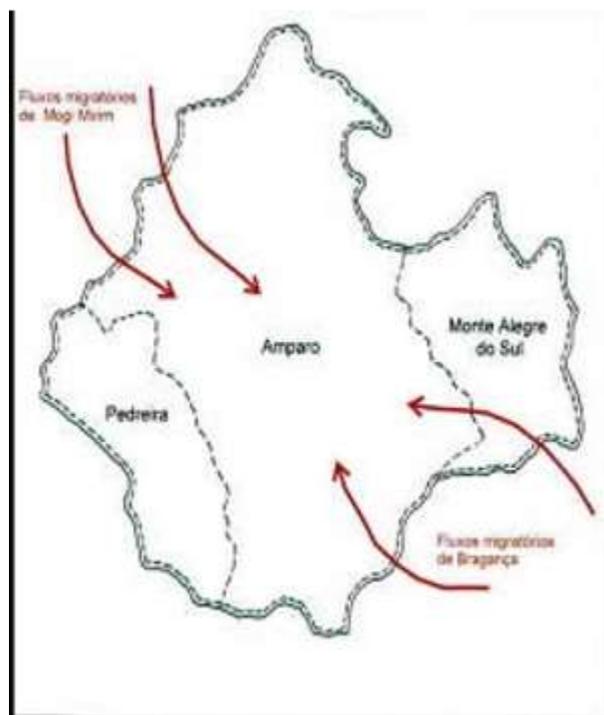


Figura 8 – Mapa dos municípios com a onda migratória. Fonte – Lima (1998).

O que preliminarmente pode-se afirmar a respeito das duas atividades econômicas é que a fabricação do açúcar e a corrida do ouro, aliadas à geografia da região, mais acidentada para os lados de Bragança e mais suave para os lados de Mogi Mirim, atraíram a atenção para a formação de pequenos povoados, caracterizando rotas de passagem para a estrada geral São Paulo-Goiás e a Campinas-sul de Minas. O rio Camandocaia passará a ter importância para a subsistência desses povoados como provedor de alimentação e água abundante.

### 1.3. De 1828 a 1857 – Da fundação ao *status* de cidade

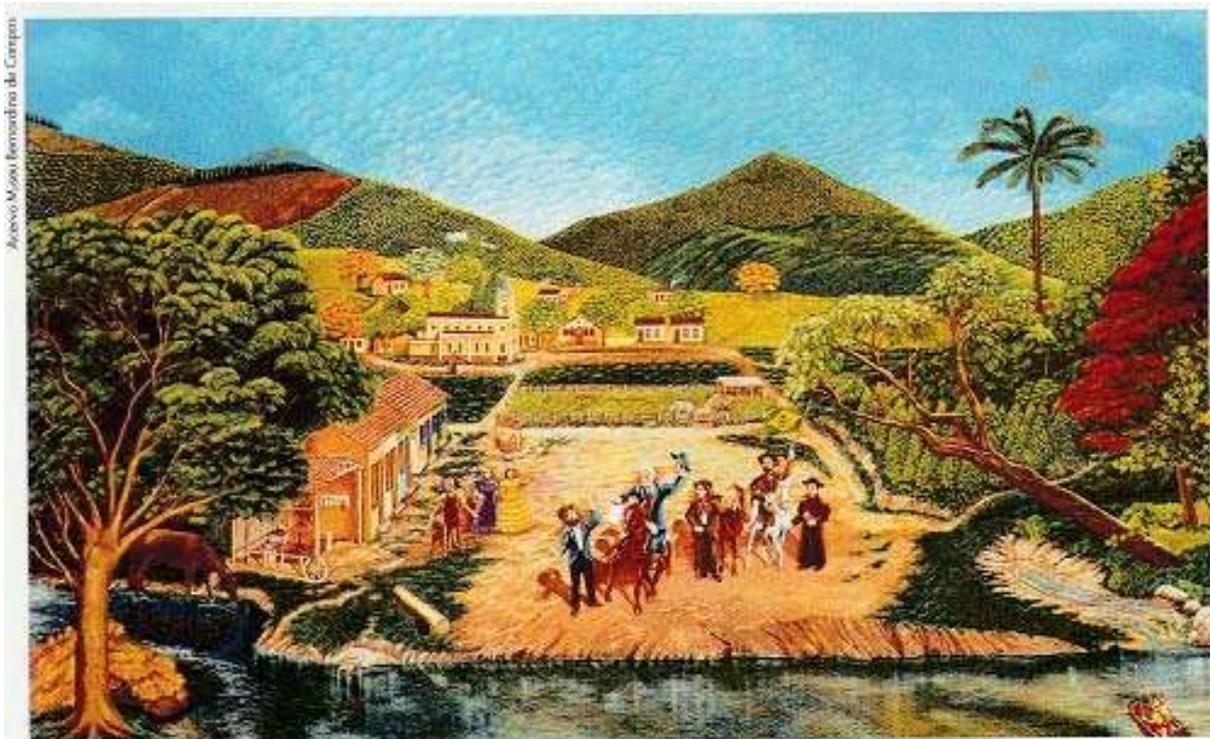


Figura 9 – A Fundação de Amparo. Óleo sobre tela por Odahyr de Souza. Fonte – Lima (2006).

A fundação institucional, considerada como marco zero da fundação de Amparo, se dá em 8 de abril de 1829. Diz Lima (2006, p. 37):

A razão é a seguinte: quando a diocese exigiu a demolição da capela “imprópria e anacrônica”, construída em 1818, e a construção de outra, em lugar “decente, alto e livre de umidade”, os habitantes do povoado escolheram o plateau da colina, onde atualmente se encontra a praça monsenhor João Batista Lisboa.

Nesse momento, o povoado foi elevado à Capela Curada de Nossa Senhora do Amparo. A condição determinada como “imprópria” à capela, construída nos primeiros anos do século XIX nas margens do rio Camandocaia, estava relacionada com as cheias do rio, de modo que a diocese decide pela demolição e a construção da nova capela em lugar mais alto, marcando em definitivo a sua fundação institucional.



Figura 10 – Óleo sobre tela, de Beatriz Dutra, representando a capela construída na colina. Fonte – Lima (1998).

A partir da mudança da capela, entre 1824 e 1829, constatou-se um crescimento rápido da população. Segundo Lima (2006, p. 39):

[...] documentos da Cúria Metropolitana de São Paulo indicam, em 1829, uma população total de 3.214 habitantes, incluindo 579 escravos.

[...] A primeira trama urbana desenvolveu-se entre o Pátio da Matriz e o Rio Camandocaia, limitada de um lado pelo caminho de Bragança a Mogi (Travessia da Ponte Marechal Deodoro), e do outro pela Aguada de Nossa Senhora do Amparo (atual Conde de Parnaíba). Perpendiculares a essas vias, nasceram, logo depois, as ruas de Baixo (atual Barão de Campinas), do Meio (atual Duque de Caxias e de Cima (atual Oswaldo Cruz).

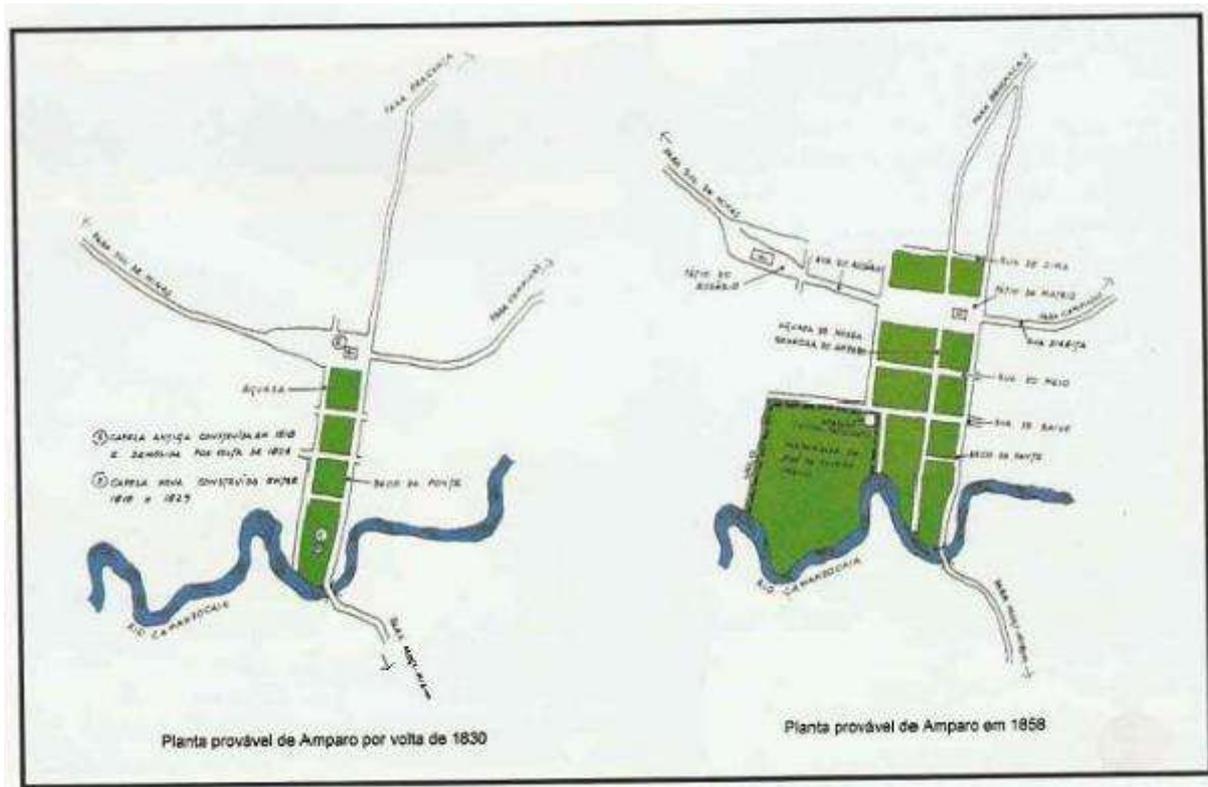


Figura11 – Croqui do núcleo urbano por volta de 1830 e 1850. Fonte – Lima (1998).

Ressalta-se que, desde os primeiros tempos, se respeitou no traçado alguns princípios de ortogonalidade em que o traçado xadrez estava articulado com a topografia existente, tendo no sentido leste/oeste o acompanhamento das curvas de nível, sendo que as primeiras construções já respeitavam normas de alinhamento e construção.

Em 1839, nova alteração no *status* do lugarejo: a Capela Curada torna-se Freguesia, com a expedição da Lei Provincial nº 6, de 4 de março de 1839, passando a chamar-se Freguesia de Nossa Senhora do Amparo. Isso importa na criação de um Juizado de Paz, com dois juízes eleitos pela população local. Nessa época, também se cria o cargo de delegado de polícia, nomeado pelo governo da província.

Apesar de o café ter chegado ao município por volta de 1830, na economia local passou a ter relevância só a partir de 1850. Nesse período, não se registra aumento significativo da população e a economia se mantém como ponto de abastecimento das rotas Norte/Sul, Bragança Paulista-Mogi Mirim, que davam acesso à Estrada Geral São Paulo-Goiás, e, no sentido Leste/Oeste de Campinas, ao sul de Minas.

Em 14 de março de 1857, foi elevada à Vila pela Lei Provincial nº 5 de 14 de março de 1857, instalada em 14 de novembro de 1857. É quando, separando-se de Bragança, o lugar fica conhecido apenas como Amparo. Em 1865, chega à categoria de cidade. De acordo com

Figueiredo: “Neste mesmo período, aconteceria a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre, preconizada no Brasil através da supressão da importação de escravos e da promulgação da Lei de Terras em 1850 (FIGUEIREDO, 2005, p. 40).”

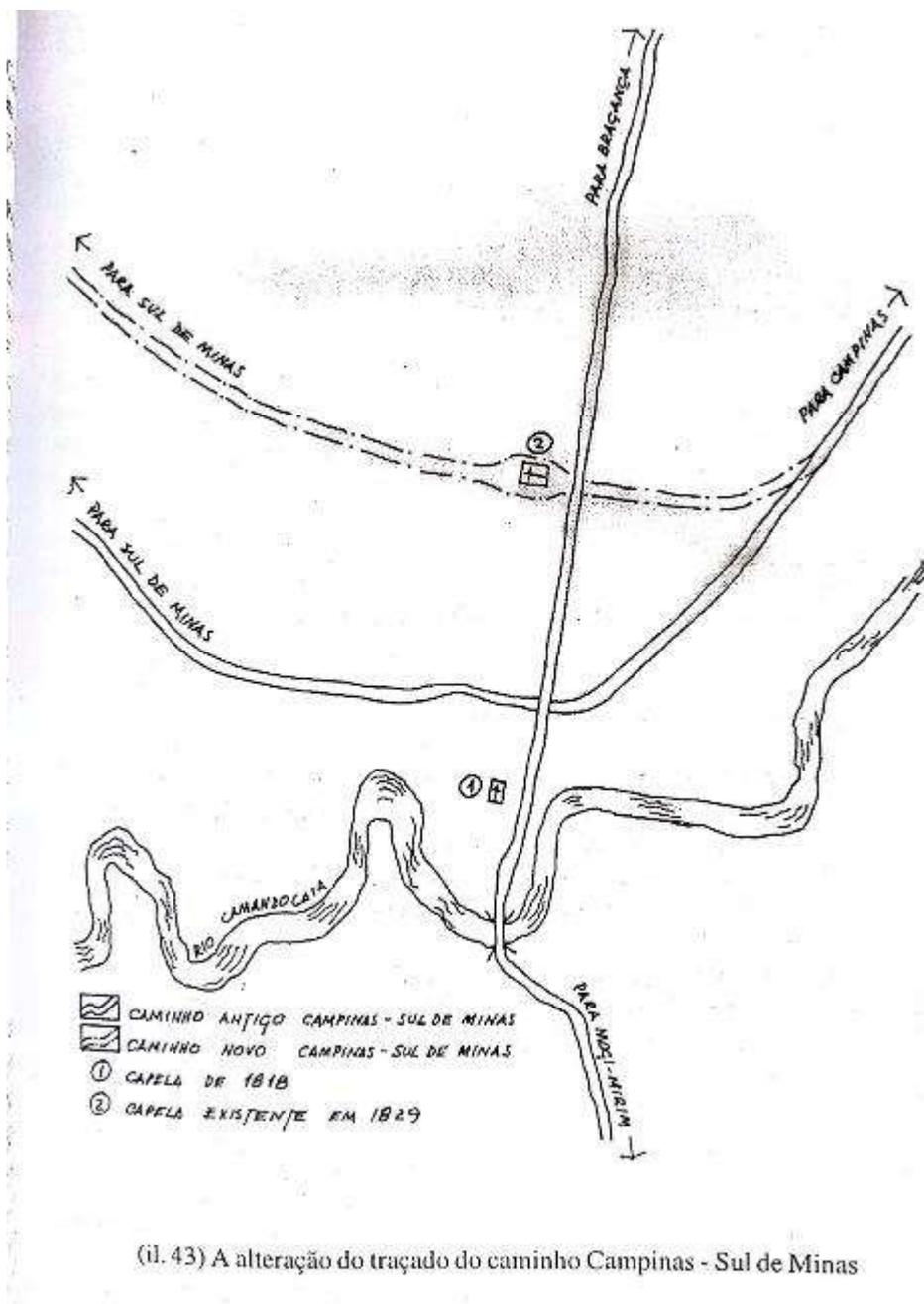


Figura 12 – Alteração do traçado do caminho Campinas – Sul de Minas. Fonte – Lima (1998).

#### 1.4. De 1857 a 1930 – O período cafeeiro: um urbanismo criterioso

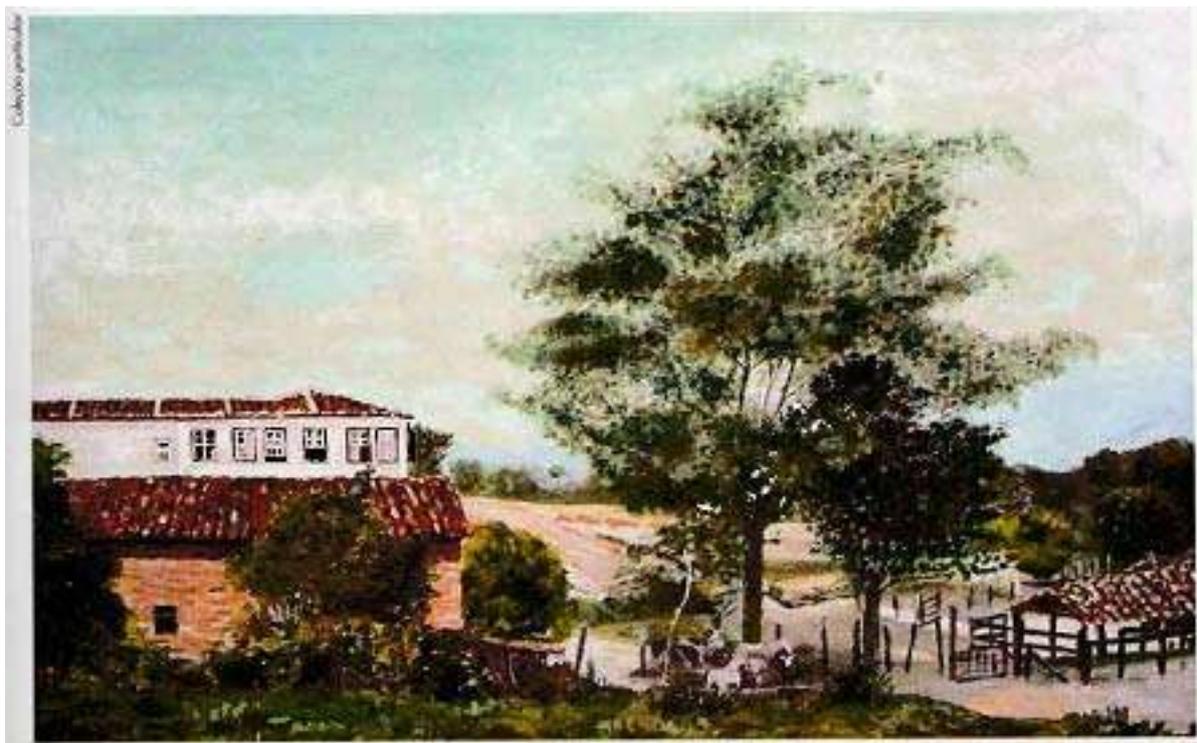


Figura 13 – Fazenda São Pedro. Óleo sobre tela ,40 x 50 cm, por Arnaldo Teixeira Lima. Fonte – Lima (2006).

Lima (1998) divide a evolução urbana no período entre 1830 e 1950, que chamou de “cidade arcaica”, “cidade moderna” e “a cidade do século XX”:

Na cidade arcaica, os grandes edifícios eram religiosos. Na cidade nova a partir da década de 1870, a iniciativa privada endossava o programa laico. O hospital, teatro, jardim público, a luz elétrica, as redes de abastecimento de água e esgoto iriam ser financiadas por ela.

Esses melhoramentos faziam parte de um projeto racional e realista que se concretizava no final do século, no seu apogeu. Nesse momento a cidade estava equipada e preparada para o novo século. A trama urbana se estendera e a arquitetura era de alta qualidade, elaborada numa linguagem sofisticada. Sob o ponto de vista cultural a cidade tinha o seu teatro, duas bandas de música e diversos clubes. Circulavam ali três jornais, uma revista e um almanaque.

Essa cidade, perfeitamente equipada e pronta, funcionou até a década de 1950. As grandes transformações ocorridas a partir da década de 1960 provocaram perturbações na paisagem urbana com a demolição de edifícios, alargamento de ruas e construção de prédios de apartamento (LIMA, 1998 p. 17).

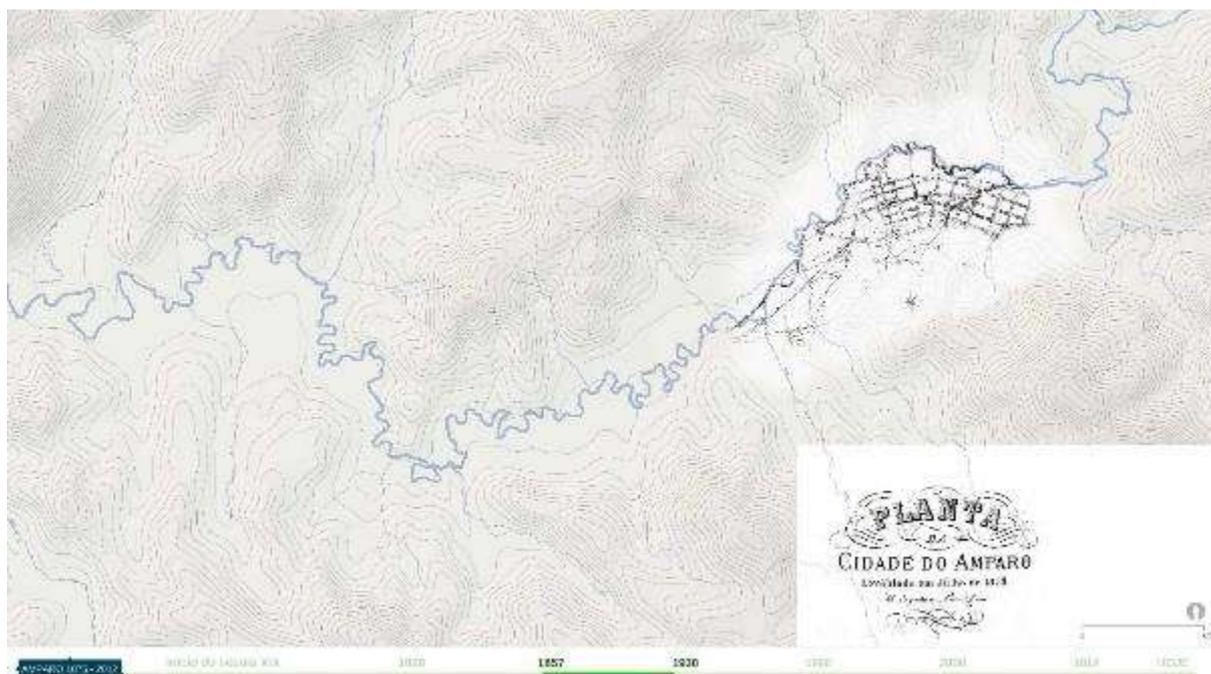


Figura 14 – Mapa da cidade em 1878. Fonte: Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Esse período, que abrange no seu apogeu a economia cafeeira, demonstra, na arquitetura, um criterioso, controlado e sofisticado processo de urbanização, em que a cidade de Amparo passa a ter outra importância política e econômica no Estado de São Paulo – que teve um ilustre morador, advogado e chefe político, Bernardino de Campos, iniciando seu primeiro mandato como presidente do Estado de São Paulo em 1892.

Conforme Lima (1998), em 1867 Amparo foi responsável por 1,4% da exportação nacional. Dez anos depois, em 1877, contribuía com 2,6% da exportação nacional de café, e em 1871, no auge do período cafeeiro local, as exportações chegaram a 4,55%. Essas transformações foram imediatamente sentidas no processo de desenvolvimento urbano, com o aumento da população – que estava em torno de 3.840 habitantes em 1854, chegando a 9.000 habitantes (aproximadamente) em 1869. Porém, apenas em 1859 a Câmara Municipal adquiriu uma casa para servir como cadeia, sala de júri e casa da Câmara.

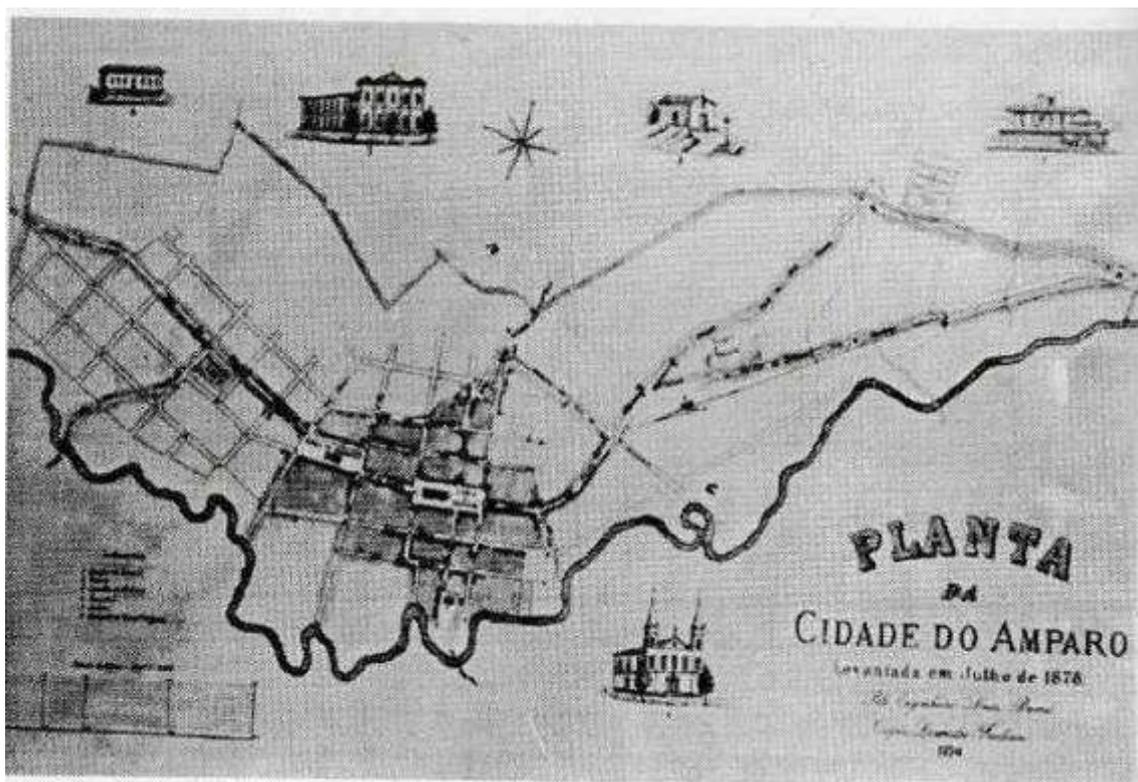


Figura 15 – A planta de Pucci – 1878, reproduzida por Leandro Frediani em 1939. Fonte – Lima (1998).

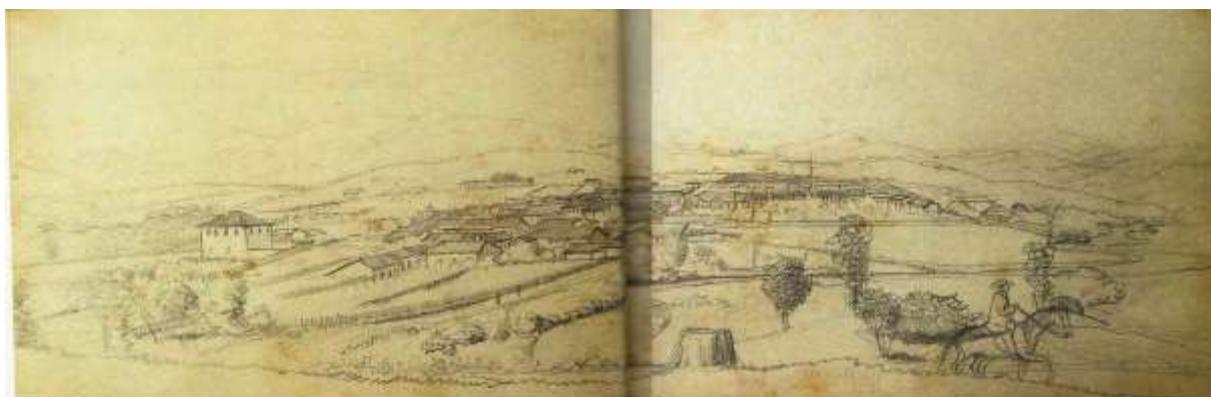


Figura 16 – Vista panorâmica de Amparo. Lápis 18,4 x 49,0 cm, por Hércules Florence, 30 de maio de 1859. Fonte – Lima (1998).



Figura 17 – Vista panorâmica de Amparo, em 1871. Fonte – Lima (1998).

Amparo teve a sua trama urbana triplicada entre 1878 e 1895, com forte presença da iniciativa privada na construção de edifícios e equipamentos públicos, dos quais se destacam: as igrejas, o teatro, o “Lazareto”, o hospital Ana Cintra e a iluminação a querosene. Fica

evidente que durante esse período parte da paisagem urbana mantida até hoje se consolidou, conferindo caráter de racionalidade, geometrização e uniformidade (LIMA, 1998). Esse rigor na concepção da cidade construída, segundo Lima, fica claro quando:

Encontramos, isso sim, desde os primeiros anos da década de 1870, ou seja, anteriormente à grande imigração italiana, uma arquitetura de sabor classicizante. Esta arquitetura parece então demonstrar um “gosto clássico” pré-existente na cidade [...] essa arquitetura, perdurou, em Amparo, até quase os anos de 1930 (LIMA, 1998, p. 16).

Percebe-se, através da obra de Lima, que por volta de 1829, passando por 1870 até 1930, ocorreram muitas construções e uma grande expansão da trama urbana, tendo no traçado xadrez a intenção de um urbanismo racional, expressado nos desenhos de Luís Pucci<sup>5</sup> – o que já se praticava nas primeiras tramas ortogonais. Havia, também, um rigoroso controle de acompanhamento das obras e alinhamento das construções por meio das regulamentações previstas nos Códigos de Postura. O primeiro Código de Posturas da cidade de Bragança Paulista (por volta de 1830) marca, de forma regulatória, obrigações e controle para a construção de novos edifícios. Diz Lima (1998, p. 25):

Nessa época, o código de posturas previa que “os muros que façam frente com as ruas e becos dentro do círculo deste Curato de Amparo serão obrigados a levantar na altura de 10 palmos (2,20m) e mandá-los rebocar e cair cobrir de telhas debaixo da pena de mil reis.



Figura 18 – Técnicas de construção. Fonte – Lima (1998).

No surto de desenvolvimento da economia cafeeira, Amparo viveu seu auge econômico tendo na arquitetura obras de relevância histórica, hoje consideradas um dos

<sup>5</sup> Luís Pucci (Luigi Pucci), engenheiro, nasceu em Grassina, província de Florença, Itália. Estudou no seminário florentino, revelando forte inclinação para a matemática e verdadeira paixão pela astronomia. Somente após sua imigração para o Brasil se dedicou ao ramo da construção (SALMONI; DEBENEDETTI, 1981).

conjuntos mais preservados do patrimônio histórico da arquitetura do café paulista do final do século XIX. São 18 imóveis tombados pelo Condephaat e mais de 500 imóveis ou conjuntos que são parte constante da listagem dos bens a serem tombados pelo município, produzida pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo (CDPCA).

A partir desses relatos pode-se afirmar que, durante aproximadamente 80 anos, o processo de urbanização se estruturou de forma organizada e controlada nas normas até então instituídas, mesmo passando por intenso fluxo migratório no auge da economia cafeeira: “Dos prédios mais suntuosos às casas de porta e janela, esse classicismo caboclo foi abundante, pouco monótono, inventivo e rico em fórmulas novas.” (LIMA, 1988, p.16)

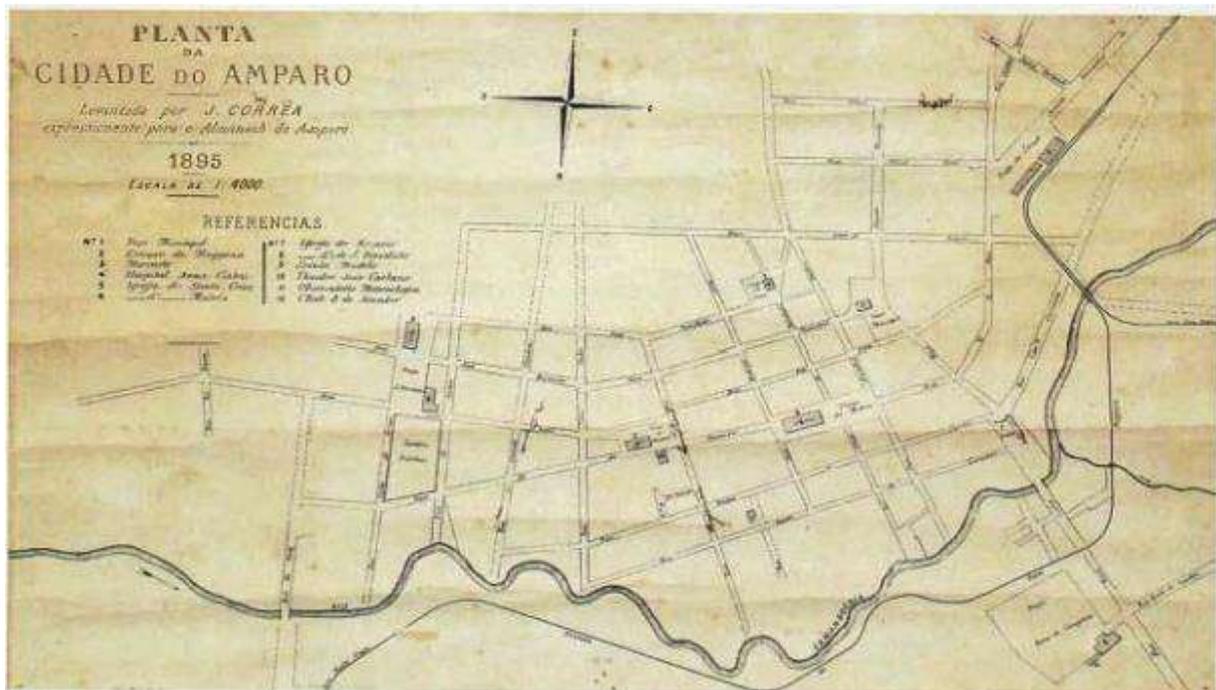


Figura 19 – A planta de 1895. Fonte – Lima (1998).

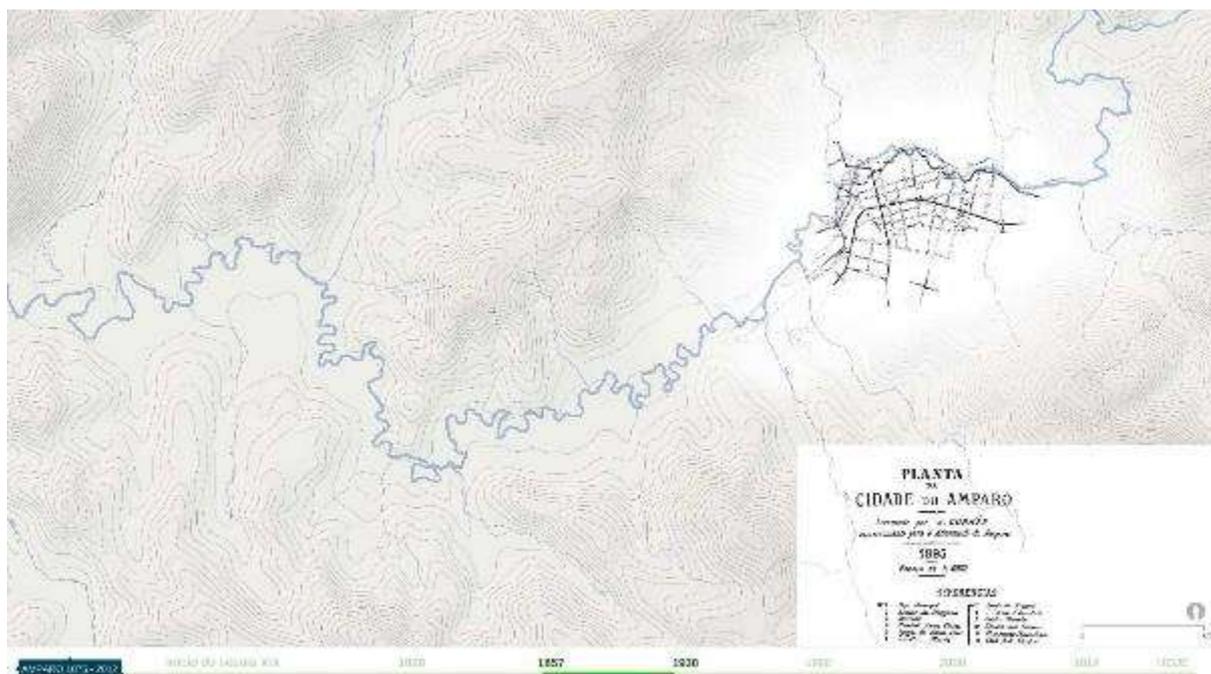


Figura 20 – Mapa da cidade em 1895. Fonte – Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

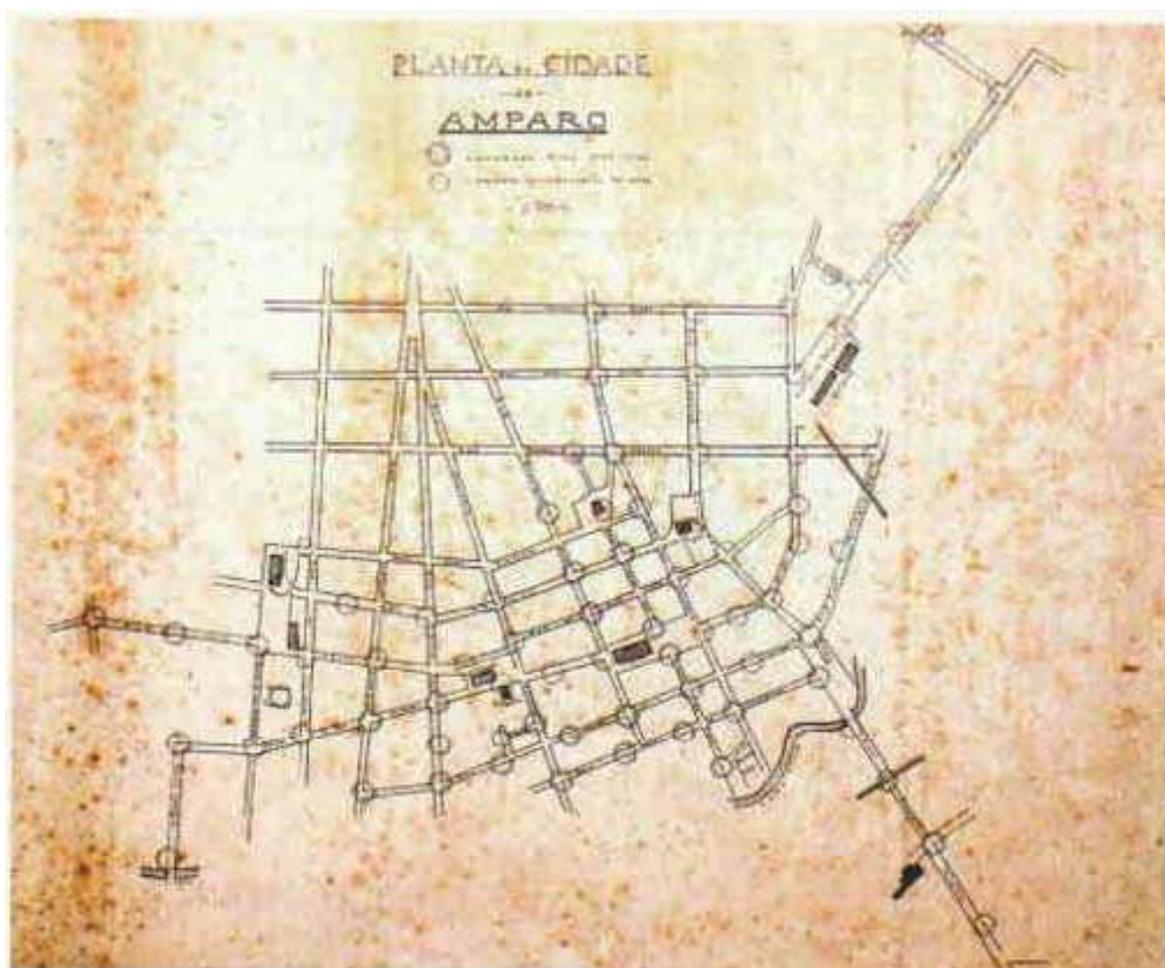


Figura 21 – A planta de 1904, mostrando os pontos de iluminação. Fonte: Lima (1998).

É possível considerar como o primeiro eixo indutor de expansão urbana o que acontece a partir de 1880, com a formação do bairro Ribeirão, propriedade do Banco Industrial Amparense, pela até então avenida Progresso, com a intenção de formar um núcleo de casas populares para comercialização nos moldes que as companhias prediais apregoavam na época: “Construções em São Paulo – O Diário Popular informa que há em construção naquela cidade 500 prédios, entre os quais sobrados, alguns de dois andares. Dois terços das edificações são nos arrabaldes da Consolação e Santa Efigênia.” (LIMA, 1998, p. 222). O próprio autor afirma que não conseguiu elementos suficientes para comprovar essa suposição, mas que através da planta de 1909 a área comprada pelo Banco Industrial Amparense estava devidamente urbanizada:

[...] além disso, estudar a história da formação do bairro de Entre Montes e perceber ali a ideia de uma vila nascente e planejada a partir de um loteamento de planta absolutamente ortogonal, foi muito significativo. Nesse momento histórico, planejava-se, em Amparo, o bairro do Ribeirão, as ruas Albino Alves, Antônio Prado e Carlos Gomes que ampliaram a trama da cidade e seguiam os mesmos modelos” (LIMA, 1998, p. 17)

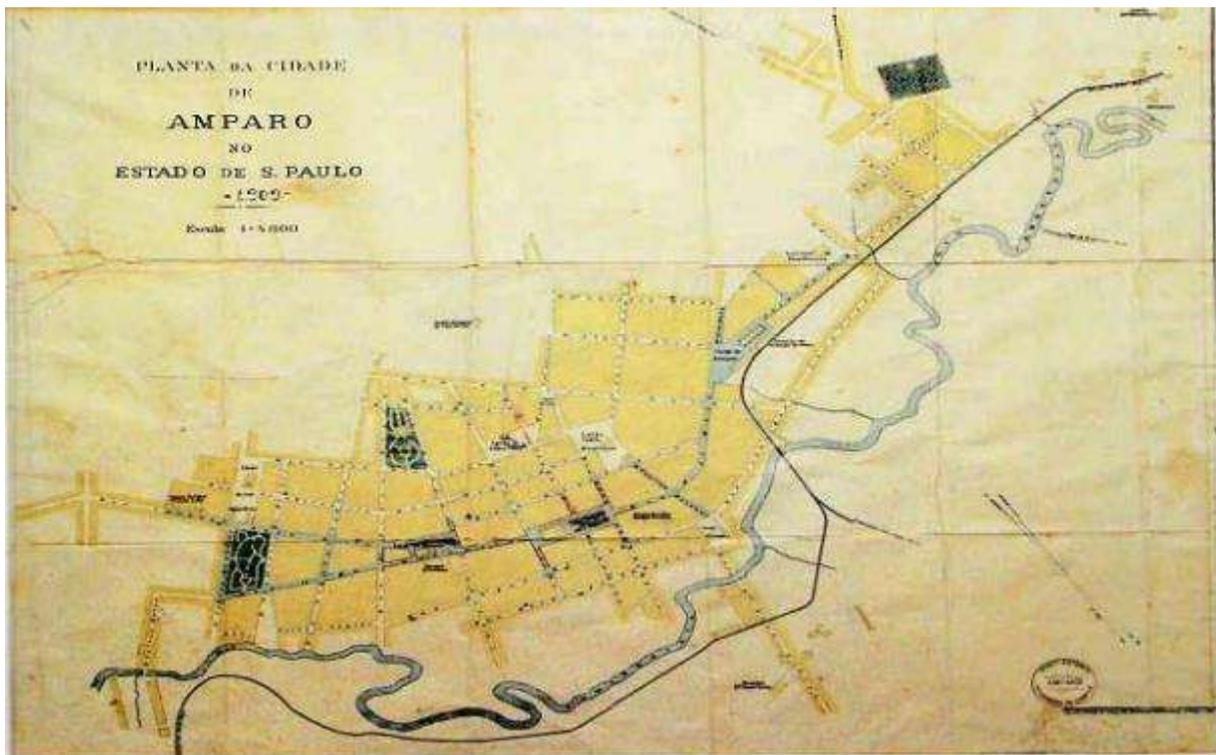


Figura 22 – Detalhe da planta de 1909 mostrando o bairro do Ribeirão. Fonte: Lima (1998).



Figura 23 – Vista parcial de Amparo na virada do século. Fonte – Lima (1998).

Esta análise descritiva – cujo objetivo é marcar na linha do tempo como se deu o processo de evolução urbana, levando em conta o desenvolvimento econômico – apresenta, no início do século XX, a chegada em Amparo das duas primeiras fábricas, que marcam uma nova tendência na economia local: a Fábrica de Cervejas de Romualdo Burgarelli (1896) e a Fábrica de Fósforos Gomes & Cia, ambas no bairro do Ribeirão: “O Ribeirão foi adquirindo um caráter específico e setorizado que, com suas casas modestas, se vinculou a instalação de indústrias.” (LIMA, 1998, p. 222)

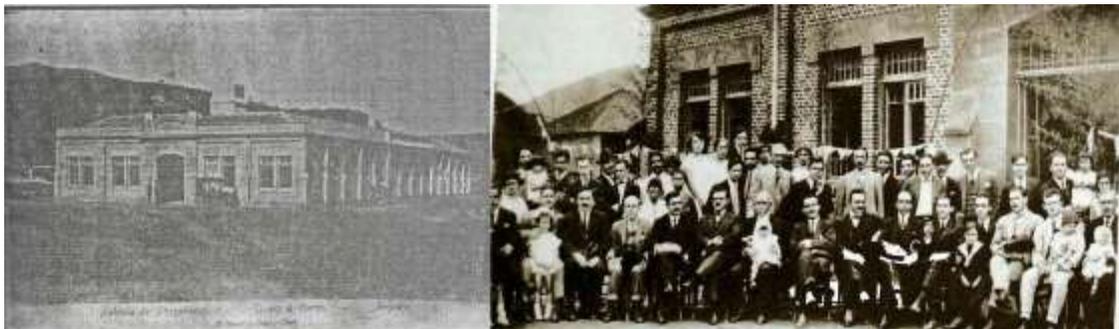


Figura 24 – Fábrica de Fósforos Gomes & Cia. Fonte – Lima (1998).

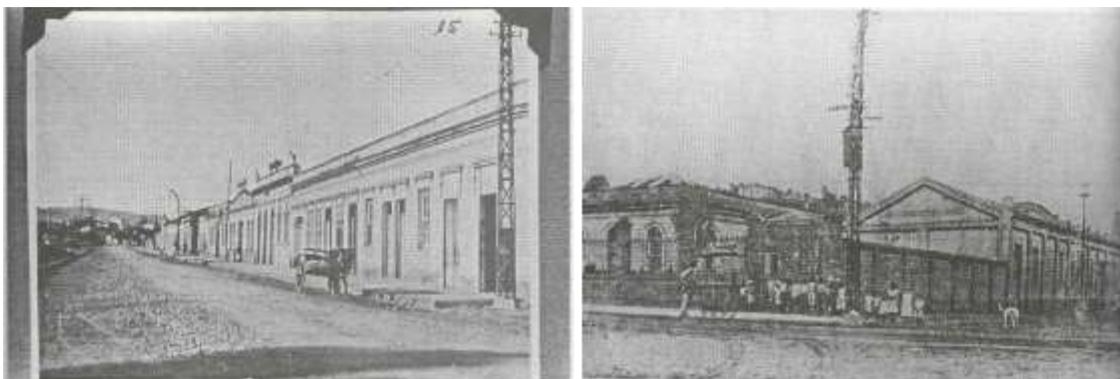


Figura 25 – Fábrica de bebidas Romualdo Burgarelli; avenida Bernardino de Campos. Fonte – Lima (1998).

Num breve panorama do que precede o processo de industrialização no Brasil:

Essa urbanização precede, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefine a partir do momento em que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita (OLIVEIRA, 1975, p. 38).

Já Figueiredo ressalta que:

A partir desse momento o Brasil se constituiria numa sociedade capitalista, mas também, como já foi dito, uma sociedade fortemente reprodutora das relações sociais legadas do colonialismo, cujas características imprimir-se-iam à vida urbana brasileira e à maneira de governar as cidades (FIGUEIREDO, 2005, p. 16).

Nos próximos 10 anos depois da implantação do bairro do Ribeirão, não houve mudanças significativas na trama urbana, mas em contrapartida inicia-se o que o autor chama de Equipamentos de infraestrutura comodidade e progresso. A iluminação a querosene data dos anos de 1870, porém sem grande impacto, mas caracterizando o que o autor chamou de “cidade moderna”, vinculada às ideias laicas de progresso e racionalidade: finalmente, em 1898, foi “[...] entregue à municipalidade a iluminação elétrica tanto almejada pela população em peso”. (LIMA, 1998, p. 232)

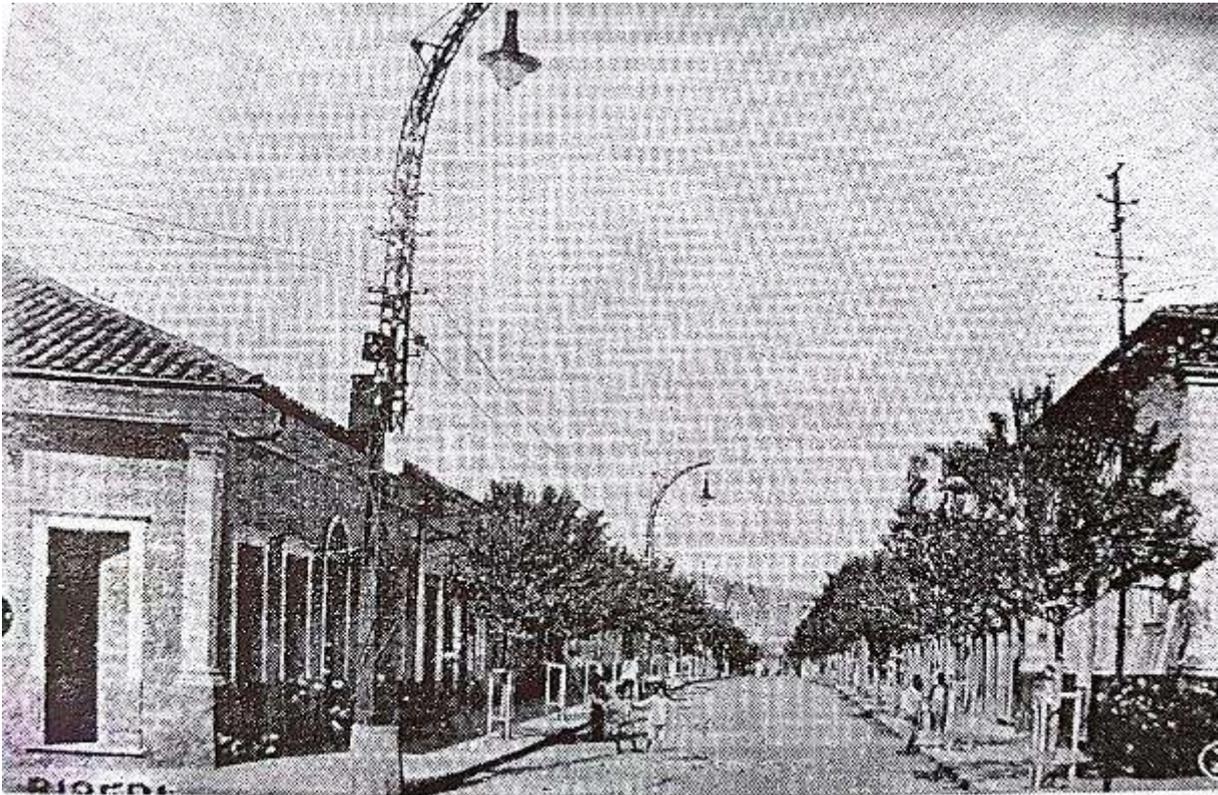


Figura 26 – A iluminação da rua XV de novembro no início do século XX. Fonte – Lima (1998).

Em 1875, a Ferrovia chega a Amparo com a inauguração da estação, a última do ramal que partia de Jaguari (Jaguariúna) e passava pelas pequenas estações de Pedreira e Coqueiros (Arcadas). A chegada dos trilhos da ferrovia consolida a importância do município para a economia cafeeira paulista:

Três anos depois da chegada do trem, a Câmara Municipal contratava com o engenheiro Luiz Pucci, a elaboração de uma planta de Amparo. Além de desenhar a

planta do presente, Pucci iria elaborar um projeto de expansão. Esse plano, aliado ao Código de Posturas vigente, simbolizava o desenvolvimento racional almejado. Racional na medida em que impunha um projeto a ser seguido, determinando o traçado da cidade do futuro. Era também uniformizador, pois envolvia uma transformação arquitetural que, além de ser modernizadora no que concerne as formas e a acentuação de um gosto de uma linguagem específica, traçaria uma extensão e complemento da trama urbana (LIMA, 2006, p. 64).

O primeiro sistema de abastecimento de água – projetado pelo engenheiro Teodoro Sampaio em 1893 – se deu através de chafarizes e torneiras situados em pontos estratégicos em todas as ruas da cidade. Porém, durou pouco a satisfação da população, e a partir de 1899 a Câmara Municipal firmou um contrato com o engenheiro José Alvez Paes Leme para proceder a ligação de água aos domicílios (LIMA, 1998, p. 244). A execução dos serviços seguiu o projeto apresentado por Teodoro Sampaio em 1893. Em março de 1902, o que se chamou complexo “água domiciliar – coletores de esgoto” estaria entregue à população. Entre 1902 e 1903, foram realizadas 364 ligações domiciliares de água. “Depois da eletricidade, o abastecimento de água e a instalação de rede de esgotos fizeram com que a cidade encetasse o século XX de um modo perfeitamente ‘moderno’”. (LIMA, 1998, p. 246)

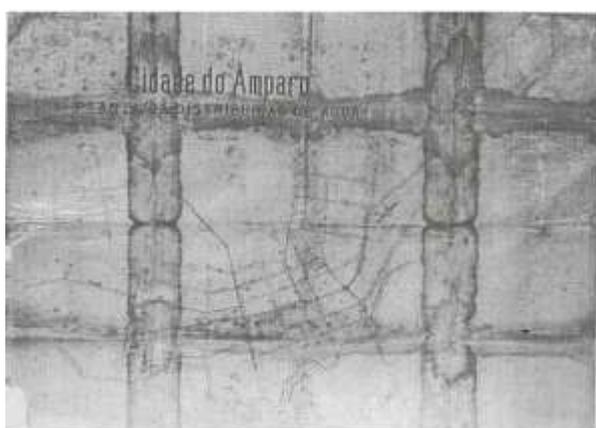


Figura 27 – Projeto de Teodoro Sampaio para abastecimento de água e a rede de esgotos – 1893. Fonte – Lima (1998).

Por volta de 1900, Amparo começa a sentir a crise da superprodução no setor agrícola cafeeiro, com a diminuição dos lucros por parte dos produtores, o que anteciparia a crise que em 1929 atingiu o seu auge. Nesse período, constata-se na cidade uma diminuição significativa no número de novas construções, o fechamento de inúmeros estabelecimentos comerciais e a redução da população rural sem acréscimo correspondente na zona urbana. Alertado pelo então presidente do Estado, Bernardino de Campos, em 1909 o Secretário de Agricultura manifestou criar em Amparo um novo campo de experiências através de uma Fazenda

Modelo, propondo a diversidade de técnicas e novas formas de produção na agricultura e na pecuária:

Da escolha dos terrenos à implantação dos equipamentos, esse projeto foi norteado pelas mesmas premissas que tinham marcado a transformação urbana na cidade, ou seja, a racionalidade e a modernização. A Fazenda Modelo significou a implantação de uma agricultura alternativa. [...] havia interesse também em dotar a cidade de um Liceu de Artes e Ofício, o que, por si só, demonstrava a vontade de incrementar os setores de prestação de serviços, manufaturados e, provavelmente industrial (LIMA, 1998, p. 289).

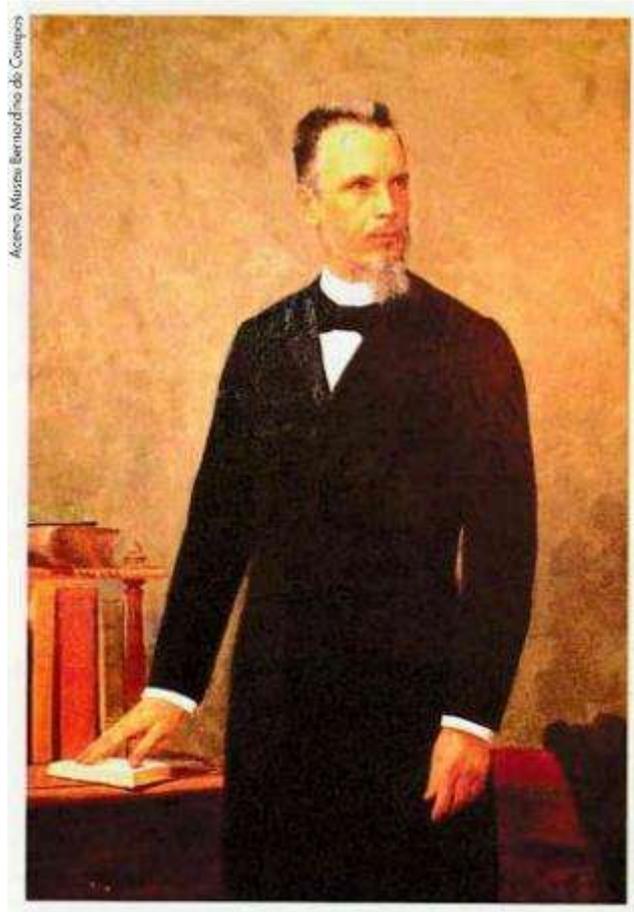


Figura 28 – Retrato de Bernardino de Campos. Óleo sobre tela, 126 x 88 cm, por Almeida Junior, 1895. Fonte – Lima (2006).

Permite-se concluir que o período cafeeiro foi responsável por um urbanismo criterioso na busca de uma racionalidade ortogonal nos traçados urbanos e propiciando uma série de alterações na cidade. De 1870 até a aproximadamente 1895, a cidade triplicou de tamanho, passando por mudanças na infraestrutura urbana com a população recebendo uma série de melhorias: a chegada da rede elétrica, o abastecimento de água, a rede coletora de esgotos e a chegada do trem da Mogiana.

Com a crise da superprodução, cujos efeitos em Amparo foram sentidos a partir do final do século XIX e início do XX, as plantas da cidade desenhadas entre 1895 até 1938, que

fazem parte do acervo do Museu Bernardino de Campos, mostram que o traçado urbano pouco se alterou nesse período.



Figura 29 – Liceu de Artes e Ofícios de Amparo e Fazenda Modelo. Fonte – Lima (1998).

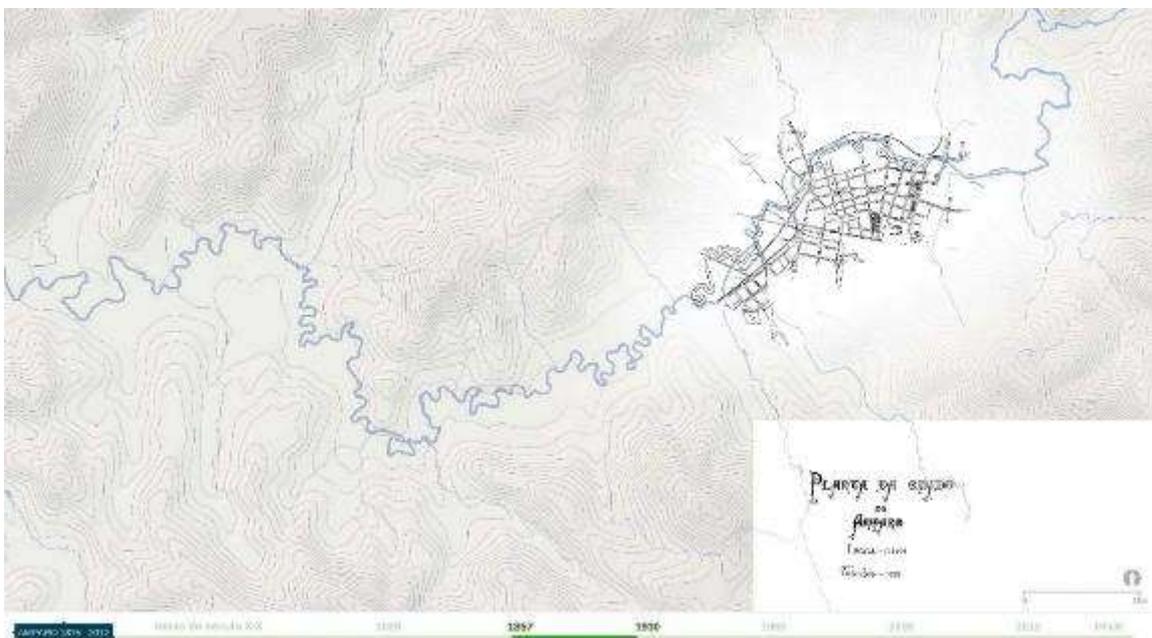


Figura 30 – Mapa da cidade em 1929. Fonte – Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### 1.5. De 1930 a 1960 – O período das guerras e a consolidação da indústria

Como visto no período anterior, Amparo já se preparava para enfrentar a crise cafeeira antes do seu auge, em 1929, com a perspectiva de diversificar a produção na agricultura e na pecuária e desenvolver novas forças de trabalho através da formação de mão de obra pelo Liceu de Artes e Ofício, o que possibilitaria um novo e diferente ciclo de desenvolvimento econômico. Porém, era necessário transitar até a consolidação desse processo econômico, e, durante duas décadas, a cidade passou por um período de estagnação: “Tempos difíceis para a lavoura, tempos de adaptação, de estagnação econômica e de efervescência política.” (LIMA, 2006, p. 91).

Tal período também foi marcado por dois momentos significativos na história de Amparo. O primeiro teve impacto local: a Revolução Constitucionalista de 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, na qual Amparo foi palco de conflitos com forte ação de resistência por parte das tropas paulistas frente ao exército de Getúlio Vargas, relatada no livro **Diário de uma cidade conquistada**: um legado de João Jorge:

Um escritor amparense, quando jovem, presenciou a tomada de Amparo durante a revolução. Muito mais tarde, com as anotações que fez naqueles tempos, produziu o Diário de uma Cidade Conquistada, livro cuja capa foi criada pelo artista amparense Elmano Henrique (LIMA, 2006, p. 90).



Figura 31 – Capa de Diário de uma Cidade Conquistada, por Elmano Henrique, e mapa localizando tropas durante a revolução de 1932. Fonte – Lima (2006).

O segundo momento, a Segunda Guerra Mundial, contou com a participação de 38 amparenses. Em infeliz coincidência, o primeiro e o último combatentes brasileiros mortos eram amparenses.

Enquanto a história de Amparo era marcada pelos conflitos da Guerra, a cidade já vivia o início do processo de industrialização desde o final do século XIX, em 1890, com algumas iniciativas que pretendiam dotar a cidade de um distrito industrial. “O Banco Industrial Amparense, fundado nesse mesmo ano, adquiriu uma gleba de terras no bairro do Ribeirão, onde pouco a pouco iriam se estabelecer algumas pequenas fábricas.” (LIMA, 2006, p. 110).

No contexto nacional:

O impacto da crise de superprodução (ou subconsumo) de 1929, que afetou drasticamente a economia brasileira de base agroexportadora através do não escoamento da produção de café, enfraquecendo econômica e politicamente as oligarquias paulistas cafeieiras que eram até então as oligarquias centralizadoras do poder. Assim, a crise de 29 contribuiu para a transição ao primeiro período da industrialização brasileira, processo inevitável dado o quebramento geral dos barões do café que se transformaram paulatinamente, junto a alguns estrangeiros

imigrantes (principalmente italianos em São Paulo), nos primeiros “investidores industriais” do país em prol de sua própria sobrevivência (FIGUEIREDO, 2005, p. 44).

A crise da superprodução passa a ser uma nova oportunidade de transformação, obrigando o Estado Nação a buscar novas formas de desenvolvimento econômico, que teve como consequência um forte impacto no processo de urbanização brasileira. Nas palavras de Oliveira (1975, p. 42):

[...] a indústria no Brasil ou seria urbana ou teria muito poucas condições de nascer. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais.

No governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, há “[...] um relativo avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo pela implantação de uma ampla legislação regulamentando o trabalho urbano.” (FIGUEIREDO, 2005, p. 45). Segundo Maricato, Arantes e Vainer (2002), “[...] é nesse período também que o Estado começa a investir significativamente em infraestrutura para o desenvolvimento industrial”.



Figura 32 – A industrialização em São Paulo na década de 1920. Fonte – <<http://spasso-ografico.blogspot.com.br/2014/10/industrializacao-brasileira.html>>.

Em Amparo, no que se pode chamar o primeiro processo de industrialização, no final do século XIX, ocorre um incremento significativo no setor têxtil com a aquisição das instalações da antiga Fábrica de Fósforos para a fundação da Fiação Amparo S.A., no bairro do Ribeirão, através de financiamento do Banco Industrial Amparense.

A partir de 1940, outras indústrias ligadas ao setor chegaram, como a Manufatura de Chapéus Ltda. e a Feltrobrasil, em terrenos onde havia se instalado a já antiga Fábrica de Cervejas Romualdo Borgarelli. Em 1944, é fundada a Fábrica Nacional de Máquinas Têxteis (Fanamatex), que no processo de requalificação urbana, já na primeira década do século XXI,

passará a ser a sede da nova Prefeitura Municipal de Amparo, como centro político administrativo, revitalizando uma área que durante quatro décadas sofreu intenso processo de deterioração urbana com o abandono do patrimônio edificado. Em 1946, seria fundada a Têxtil Amparo Ltda., consolidando na cidade uma nova atividade econômica.

Nas décadas de 1950 e 1960, novas indústrias do setor têxtil continuam a abrir suas portas: a Têxtil Grinaboldi Ltda. (1950), a Fiação Otto Hertz S.A. (1954), a Companhia Industrial de Fios Amparo (CIFA), a Têxtil Tapeacol e o Lanifício Amparo (1960). Na década de 1950, outras indústrias se instalam na cidade e começam a diversificar a atividade econômica, iniciando trajetórias que perduram até hoje com forte impacto socioeconômico, entre elas a Indústria Química Amparo, com a sua primeira sede na rua 7 de setembro, no centro antigo da cidade. A partir da década de 1970, se transfere para o que seria a nova periferia da cidade, o que será visto e identificado neste trabalho como a ‘expansão para o oeste’. Durante esse período também se instalaram a Companhia Avícola São Paulo (CASP), a FASA – Máquinas Têxteis, depois a Kadron S.A., adquirida pela Magneti Marelli do Brasil Indústria e Comércio Ltda., a Ingo Máquinas Óticas e muitas outras indústrias, que se agregaram ao já diversificado parque industrial amparense.

Assim, pode-se afirmar que o processo de industrialização na cidade de Amparo se consolida nesse período, momento em que o Brasil já passava pelo que se considera a segunda fase da industrialização – a fase “desenvolvimentista”: “Logo nos anos 50 o Brasil entraria na chamada fase ‘desenvolvimentista’ embasada no tripé Estado nacional, empresariado nacional e empresas internacionais.” (MARICATO; ARANTES VAINER, 2000). Este período é fortemente marcado no cenário político pela chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República:

As principais proposições estatais objetivando implementar as diretrizes econômicas foram explicitadas no Plano de Metas – cinquenta anos em cinco. Plano esse que direcionou os rumos econômicos e políticos da nação, pois, acima de tudo, encerrou uma opção política: expandir o setor privado industrial por meio de associações com o capital estrangeiro (SCHIFFER, 1999, p. 89).

Sob o efeito da política nacional, o fenômeno da industrialização paulista nesse período concentra forte impacto na produção industrial, e Amparo começa a sentir de forma mais intensa os efeitos da migração com o aumento da população, que chega a dobrar nos

próximos 40 anos<sup>6</sup>. Para Santos (1988, p. 46), em uma abordagem mais ampla, “[...] no caso do Brasil, a população urbana é multiplicada por 5 nos últimos 35 anos (1953 – 1988) e por mais de 3 nos últimos 25 anos (1963 – 1988).”

Cabe aqui realizar uma breve reflexão de que, mesmo durante o período das guerras e de um processo de estagnação, paralisando e até reduzindo a população entre 1895 até 1937, fica evidente que Amparo, ao perceber de forma antecipada a crise da superprodução – e por iniciativas de ordem política contando com forte influência econômica no cenário paulista –, buscou alternativas que pudessem diversificar a sua atividade econômica, induzindo a consolidação de um primeiro parque industrial nas décadas seguintes com o fortalecimento do setor têxtil e se ‘preparando’ para o futuro com vistas ao ‘milagre econômico brasileiro’ do período militar.

#### **1.6. De 1960 a 2000 – A retificação do rio Camandocaia e a expansão para o oeste**

No século XX, o urbanismo surge como ciência para enfrentar os problemas urbanos. O crescimento populacional nas cidades tem como consequência uma série de problemas decorrentes da falta de planejamento urbano, junto com o despreparo dos governantes em propor espaços adequados para atender essa nova demanda. As necessidades que a industrialização impôs – energia, água, transporte e moradia, serviços essenciais – apresentam como resultado condições impróprias de habitabilidade nos grandes centros industriais. Para Cardoso (2017, p. 92): “O urbanismo, por princípio, é uma técnica para viabilizar cidades, evoluindo paralelamente à industrialização. A natureza é artificializada de forma não gratuita para superar as suas limitações.”

Pretende-se apresentar aqui como se deu o processo de expansão urbana nesse período, tendo o Plano Diretor de 1966 como norteador das decisões técnicas e políticas em face de um intenso processo de industrialização local. Soma-se a isso o início da retificação do rio Camandocaia, definindo uma nova paisagem à cidade, propondo novos espaços de uso e ocupação do solo:

Entendia-se por planejamento urbano o conjunto das ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer originadas pelo mercado, tinham de ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação (DÉAK, 1999, p. 13).

---

<sup>6</sup> Com o objetivo de encorajar e controlar o sindicalismo operário, são ampliados os serviços estatais de aposentadoria. O imposto sindical e o salário mínimo são instituídos em 1940, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entra em vigor em 1943.

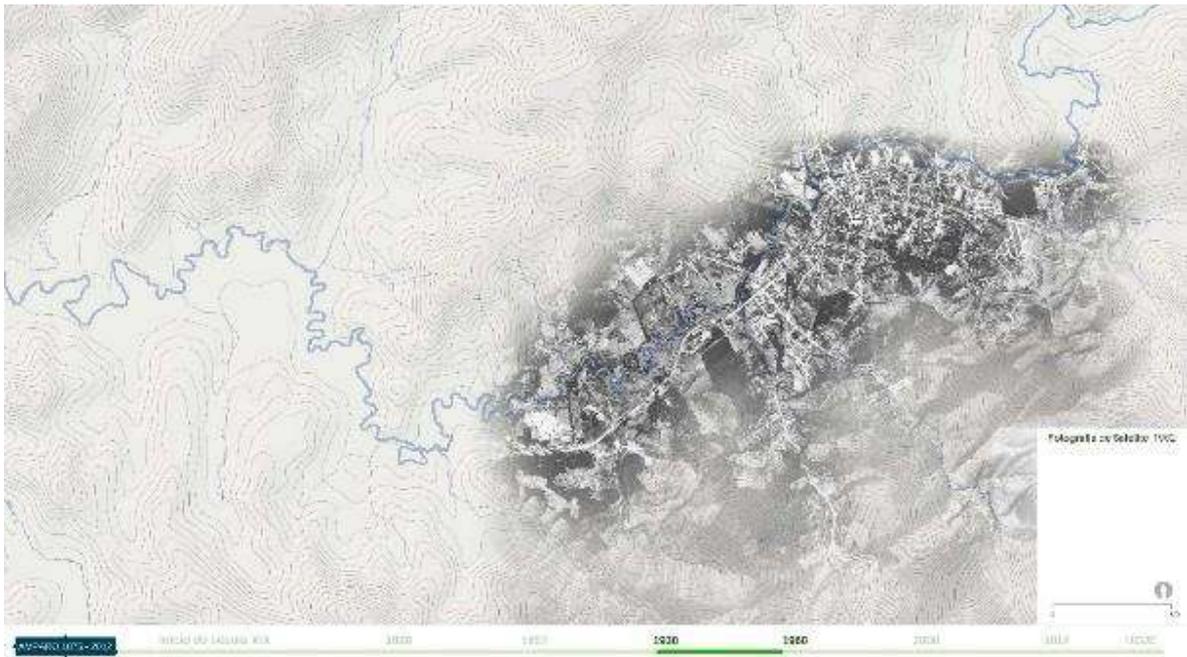


Figura 33 – Mapa da cidade em 1962. Fonte – Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### 1.6.1. Da década de 1960 a 1970 – A retificação do rio Camandocaia e o Plano Diretor de 1966

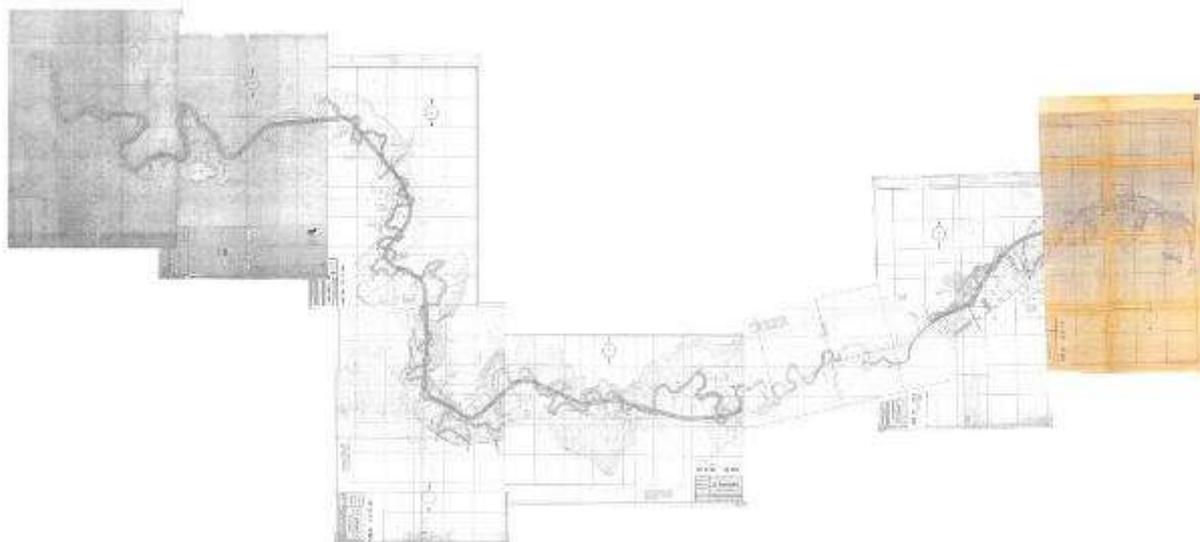


Figura 34 – Reconstituição do leito do rio Camandocaia com o projeto de retificação a partir de peças gráficas originais.

Fonte: Museu Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

A década de 1960 foi determinante para os novos rumos que a cidade de Amparo tomou no seu processo de desenvolvimento urbano. Década marcada pela retificação do rio Camandocaia e pela elaboração do primeiro Plano Diretor em 1966. O objetivo geral desta era preparar Amparo para o futuro, tendo como uma das suas principais diretrizes o avanço do desenvolvimento industrial. O Plano Diretor foi elaborado e aprovado no governo do prefeito Antônio Andreta, conforme determinava a Lei Estadual nº 9.205/65, artigo 52, que dispunha sobre a organização dos municípios<sup>7</sup>. Logo na apresentação do Plano, o prefeito faz a seguinte referência:

Trata-se de velha aspiração de quantos se preocupam com o crescimento vertiginoso de Amparo, a elaboração de um Plano Diretor. Novas indústrias virão instalar-se no município. Comerciantes progressistas constroem, para as suas empresas, edifícios grandiosos, e a paisagem da cidade se modifica e enfeita, todos os dias, com residências modernas, que honram os nossos engenheiros e a nossa gente.

<sup>7</sup> Lei Estadual nº 9.2015, de 28 de dezembro de 1965. “Artigo 52 - O município elaborará o seu Plano Diretor, considerando integralmente a área urbana, a de expansão urbana e rural, com disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, o loteamento urbano ou para fins urbanos em zona rural, a edificação e os serviços públicos urbanos, e o mais que relacionar com o bem-estar da população local.” (SÃO PAULO, 1965)

Faz-se necessário o planejamento. Dividir a cidade em zonas, de sorte que as fábricas, que tanto representam, para o município (não somente pela receita que proporcionam, como sobretudo pela mão de obra que absorvem), se localizem nos pontos mais adequados, onde não criem para a população os conhecidos problemas dos ruídos, emanações e resíduos [...] Hoje, na verdade, depois das administrações modelo de Prestes Maia em São Paulo e Rui Novais em Campinas, não mais se admite o abandono das cidades ao capricho de interesses individuais, nem sempre bem orientados. Urge em defender a coletividade. Orientar o progresso em função dos interesses da coletividade. E há necessidade de prever. Prever o progresso. Prever o crescimento da cidade. Prever os novos problemas que fatalmente surgirão.

Amparo deve estar preparada para enfrentar o futuro. A aceitação do Plano Diretor colocará Amparo na vanguarda dos municípios progressistas e bem administrados do Estado de São Paulo (PLANO DIRETOR, 1966, p. 3-4, CPEU-FAUUSP).

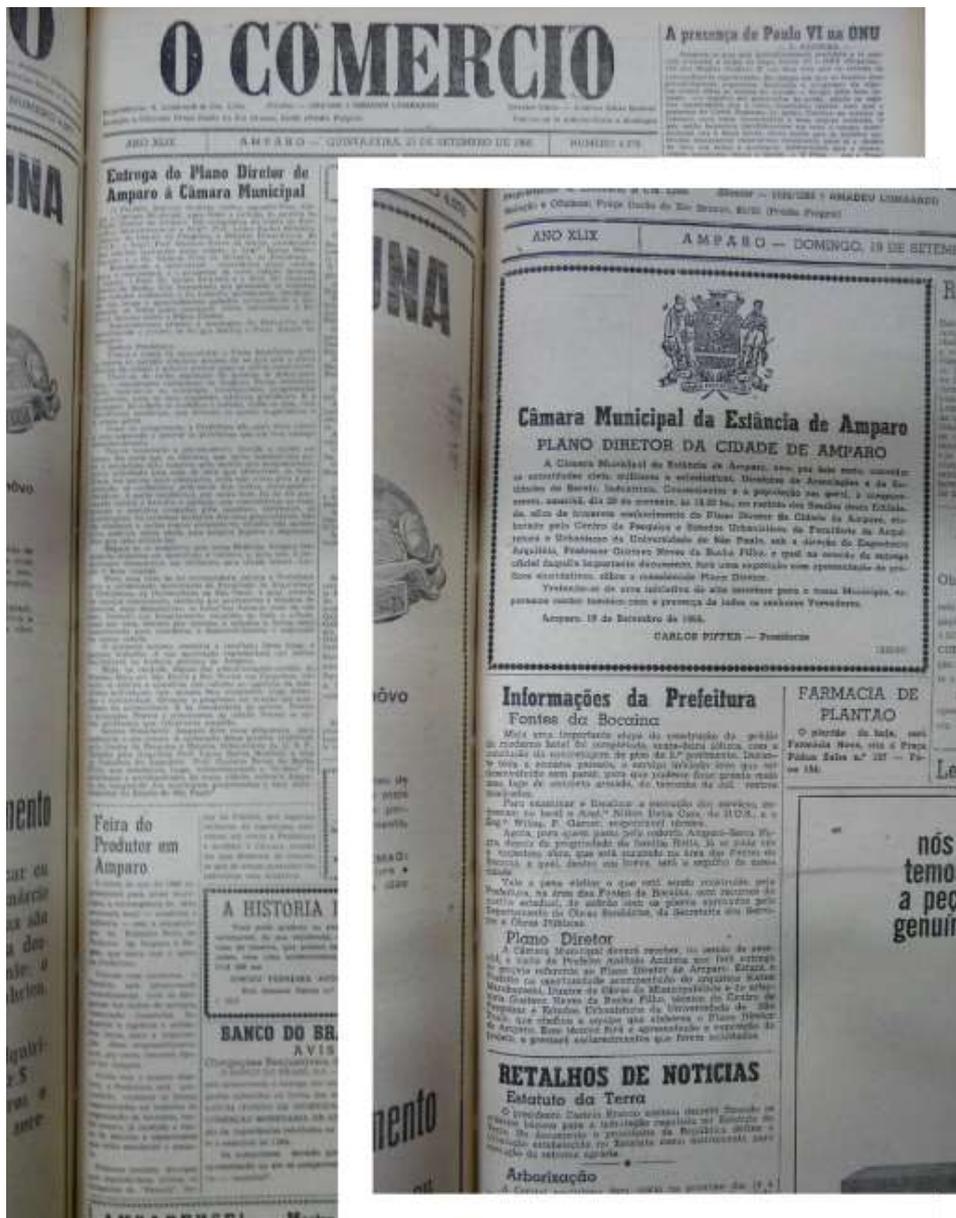


Figura 35 – Imagem do Jornal O Comércio fazendo referência ao Plano Diretor de Amparo em 1966. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

O Plano Diretor de 1966 foi elaborado pelo Centro de Pesquisas e Estudos Urbanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (CPEU-FAUUSP) sob a coordenação do arquiteto Prof. Dr. Gustavo Neves da Rocha Filho e foi subdividido em quatro partes:

- primeira parte: através da pesquisa realizada na época, considerada como diagnóstico, a análise de aspectos entendidos como fundamentais para a compreensão daquele território, sendo eles: históricos, físicos, demográficos, econômicos, sociais, culturais e político-administrativos;
- segunda parte: propõe à cidade a discussão de nove pontos que vão nortear as ações futuras: 1. A cidade como ponto de encontro; 2. Amparo e a sua história; 3. Os nove pontos de encontro da cidade organizada; 4. As linhas mestras do planejamento urbano; 5. A setorização da zona urbana; 6. O sistema de vias principais; 7. O sistema de recreação; 8. As áreas de recreação de Amparo; 9. O sistema de zoneamento;
- terceira parte: o projeto de lei com os títulos e artigos também subdivididos em: 1. Plano Diretor; 2. Normas administrativas; 3. Normas para as construções; 4. Normas para a execução das construções; 5. Normas para o Zoneamento;
- quarta parte: elementos gráficos em formato de mapas: 1. Mapa de relevo; 2. Mapa da evolução urbana; 3. Mapa da densidade demográfica em 1950; 4. Mapa da densidade demográfica em 1960; 5. Mapa de usos do solo da zona urbana; 6. Mapa da rede viária; 7. Mapa da área servida por abastecimento de água; 8. Mapa da área servida por esgotos domiciliares; 9. Mapa da área servida por rede elétrica; 9. Mapa da área servida por coleta de lixo; 10. Mapa da área servida por rede de águas pluviais; 11. Mapa da área servida por ruas pavimentadas; 12. Mapa geral do Plano Diretor da Estância de Amparo.

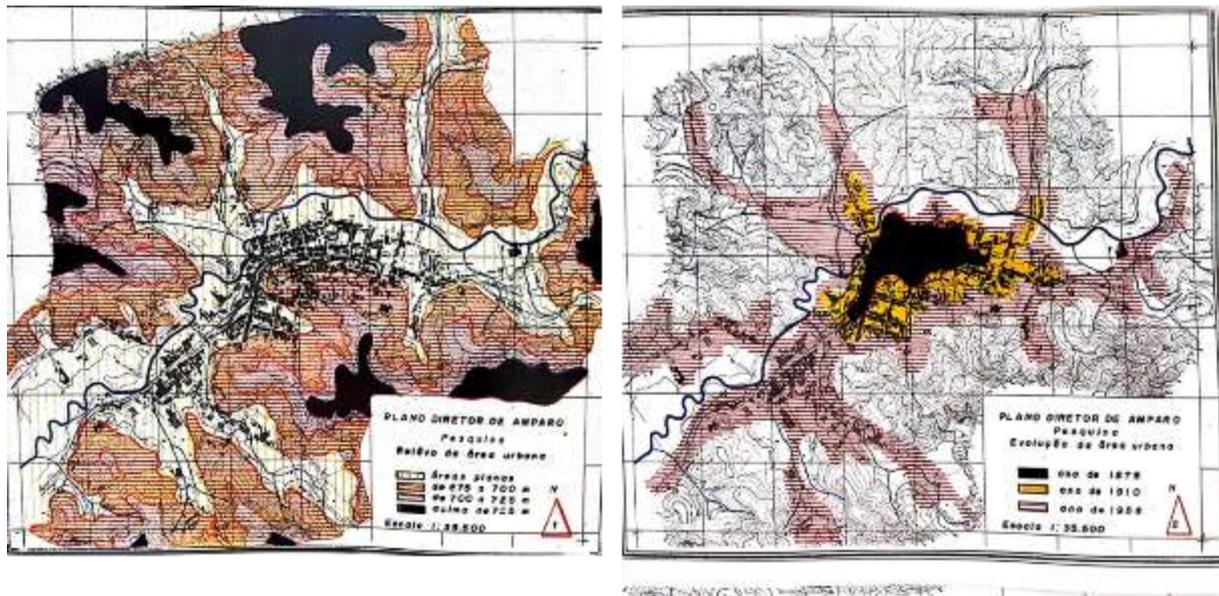


Figura 36 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, relevo e expansão da área urbana. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

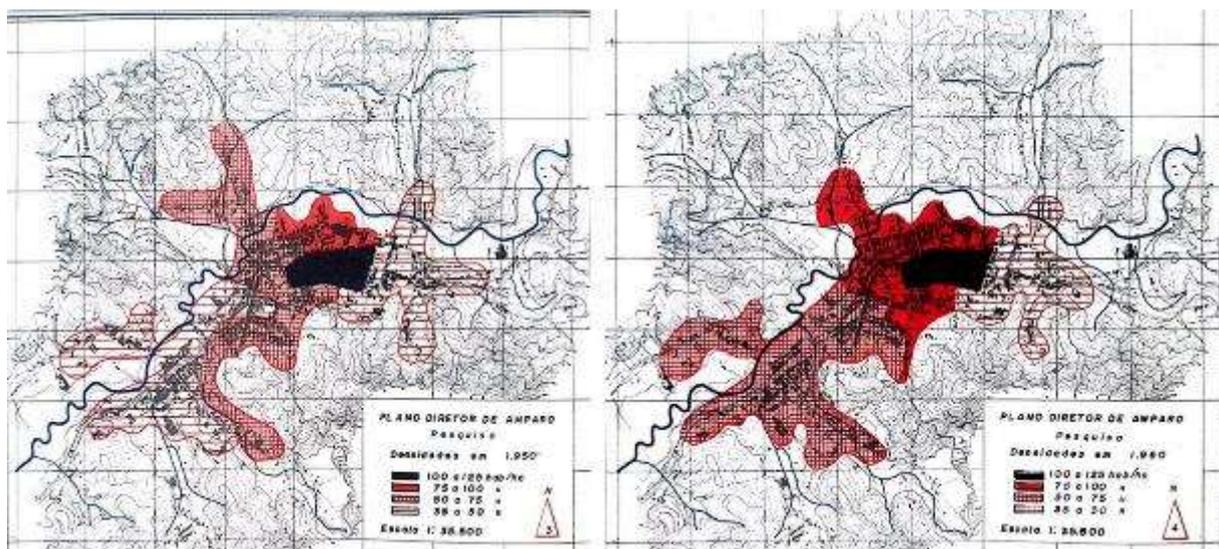


Figura 37 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, densidades 1950 – 1960. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

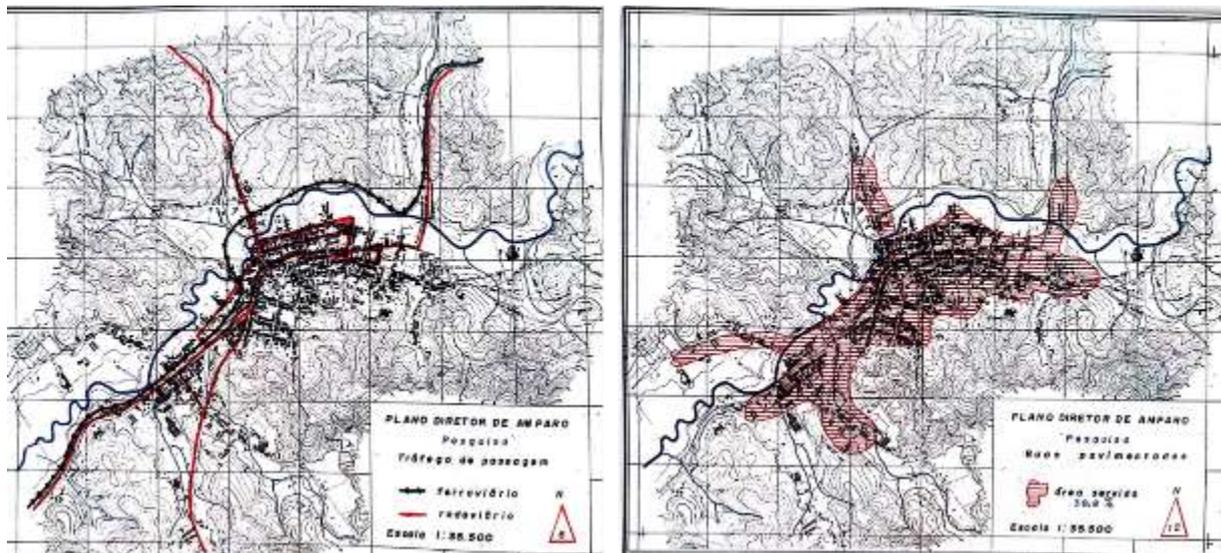


Figura 38 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, acessos e vias pavimentadas. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

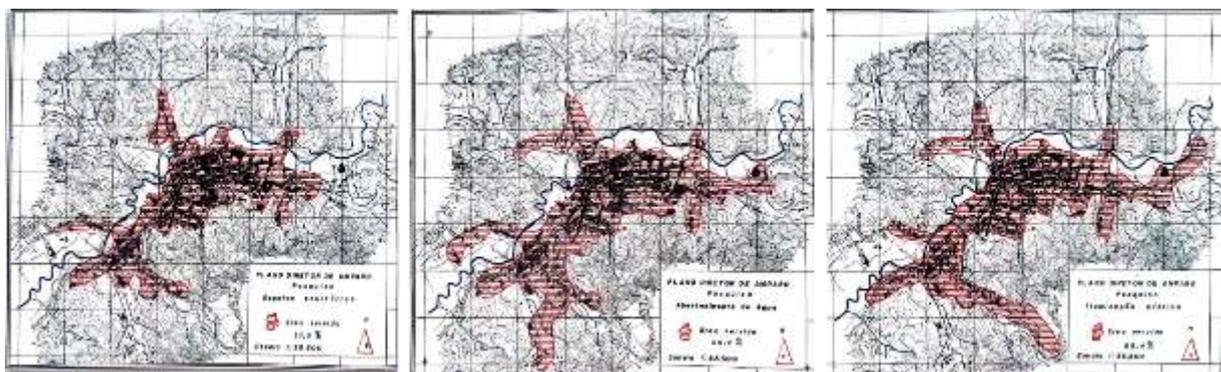


Figura 39 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, redes de infraestrutura. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

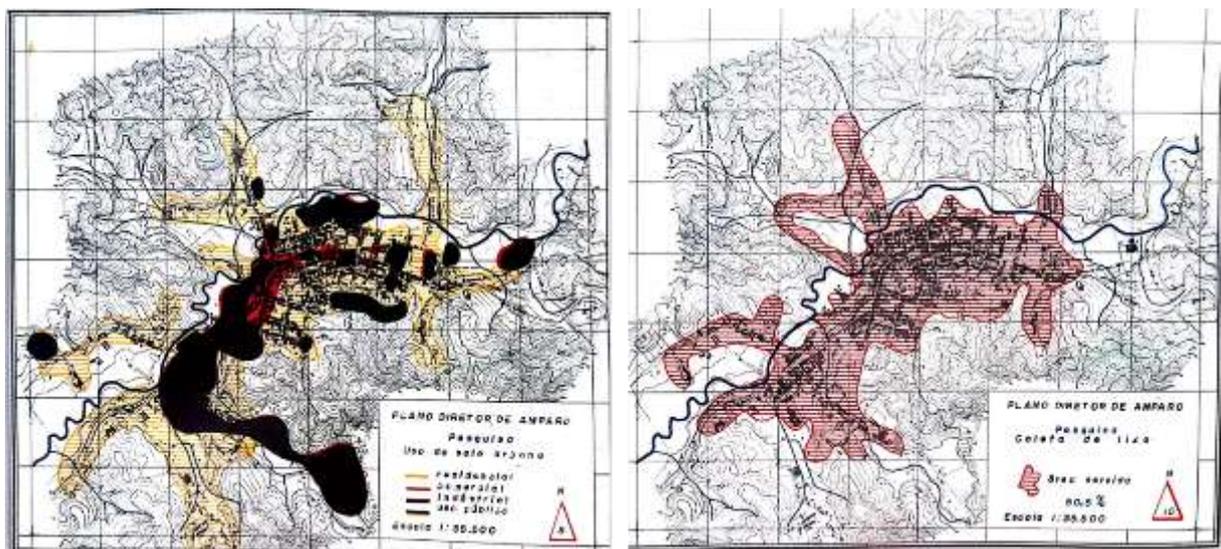


Figura 40 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, uso do solo e coleta de lixo. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

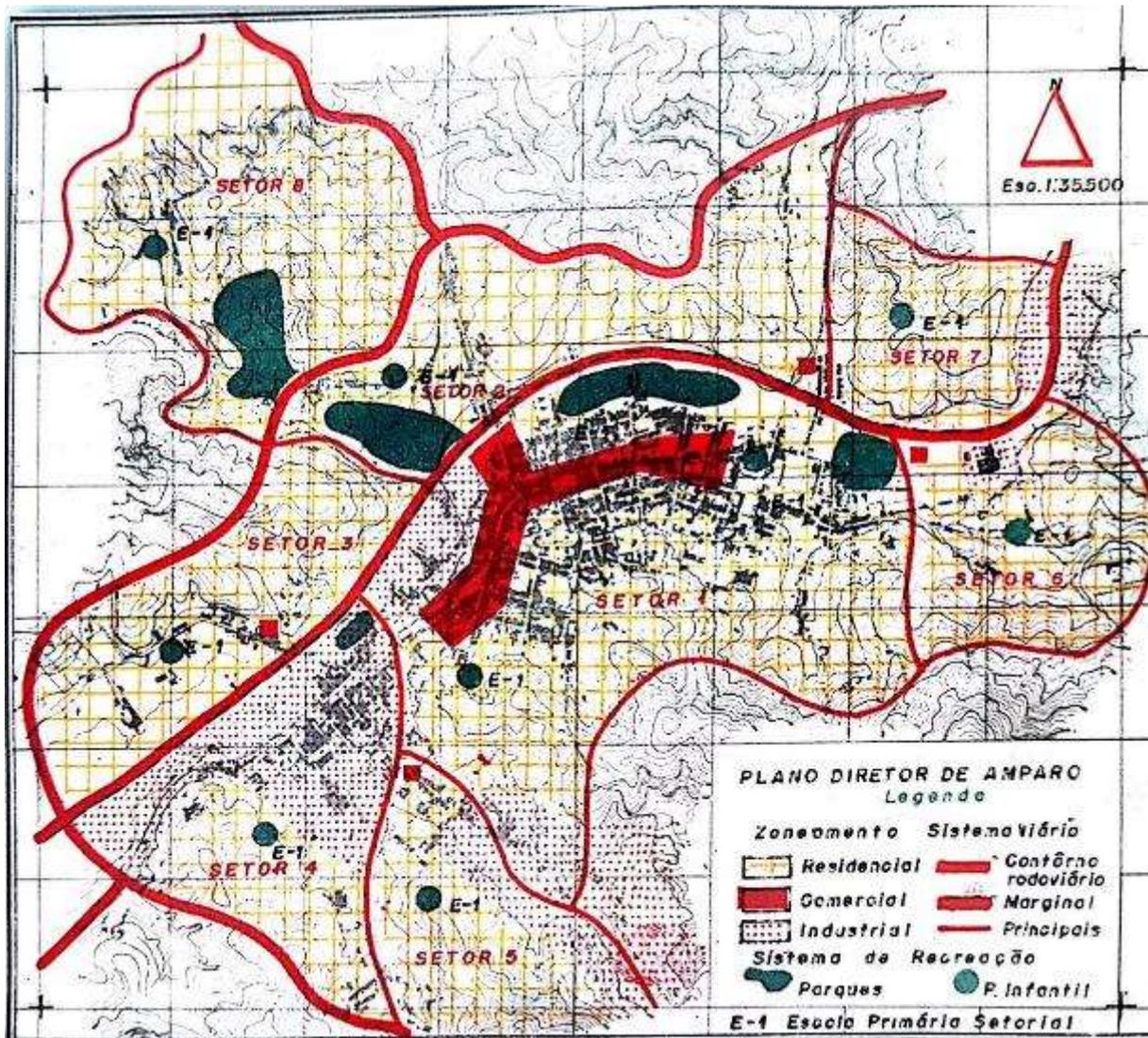


Figura 41 – Mapas do Plano Diretor de Amparo em 1966, mapa síntese. Fonte: Museu Municipal de Amparo.

Nº DO SETOR	ÁREA EM HA	DENSIDADE	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ESCOLAR
1	175	75 hab/Ha	13.125	1.325
2	80	50 "	4.000	400
3	80	50 "	4.000	400
4	85	50 "	4.250	425
5	50	50 "	2.500	250
6	65	35 "	2.275	230
7	40	35 "	1.400	140
8	120	35 "	4.200	420
Zona Comercial	20	200 "	4.000	400
Áreas Verdes	30	-	-	-

Quadro 1: Plano Diretor de 1966, divisão por setores em área, densidade e população. Fonte – Museu Municipal de Amparo.

Para esta pesquisa, que pretende enfatizar o objeto de análise desenvolvido e executado no início do século XXI, faz sentido compreender a década de 1960 no que se pode chamar de causa e consequência. Foi a década que induziu um forte processo de expansão urbana, propondo à cidade diretrizes e ações que transformaram a paisagem natural com o objetivo de consolidar um parque industrial na expectativa da ordem e do progresso por meio do planejamento urbano. Passa a ser fundamental ampliar essa discussão no sentido de buscar compreender como as questões entendidas no campo do planejamento urbano estavam sendo colocadas como inspiração ideológica nesse período. Para tanto, Villaça aponta como planejamento urbano *stricto sensu* no Brasil:

A partir da década de 1950 desenvolve-se no Brasil um discurso que passa a pregar a necessidade de integração entre os vários objetivos (e ações para atingi-los) dos planos urbanos. Esse discurso passou a centrar-se (mas não necessariamente a se restringir) na figura do plano diretor e a receber, na década de 1960, o nome de planejamento urbano ou planejamento urbano (ou local) integrado.

A consciência da necessidade de integração na verdade pode ser detectada desde o início deste século e passou a ser denominador comum desse tipo de planejamento (VILLAÇA, 1999 p. 177).

A obra de Villaça auxilia no resgate da história e na sustentação de questões que serão abordadas no próximo capítulo, na tentativa de compreender o processo histórico no contexto dos planos diretores, partindo do presente para o passado (e não o contrário) e de buscar uma narrativa que justifique as decisões do Plano Diretor de 1966 em Amparo, cujas consequências se apresentam até os dias de hoje:

Nossa história [...] começa em 1875. De lá até hoje ela pode ser dividida em três grandes períodos. O que vai até 1930, o que vai de 1930 até a década de 1990 e o que se inicia nessa década. Esses períodos serão subdivididos em subperíodos. O primeiro é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento, ainda herdeiros de forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, o caso do Brasil). O segundo, que se inicia na década de 1930, é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é o período marcado pela reação do segundo (VILLAÇA, 1999, p. 182).

Os planos de melhoramentos, segundo Villaça, são de origem renascentista: aspiravam à forma urbana monumental que exaltava o poder do Estado e da burguesia dominante, sendo que as elites possuíam condição hegemônica suficiente para debater suas propostas e interesses através dos planos.

O autor destaca ainda dois subperíodos: 1. de 1875 a 1906, cujo destaque está no plano de Pereira Passos para o Rio de Janeiro em 1903, cumprido em seus detalhes pela administração municipal; 2. de 1906 a 1930, com o declínio dos planos de embelezamento e o Plano de Prestes Maia para São Paulo em 1930, considerado o último dos planos de melhoramento e embelezamento. Embora já com uma visão de conjunto, foram implantados apenas os projetos viários de tal plano.

Dessa forma, Villaça (1999) conclui que não há mais condições políticas que sustentem os planos de embelezamento, uma vez que o capital se volta para a busca de infraestruturas, com retornos financeiro e imobiliário para o mercado por meio de remodelações urbanas. No caso de Amparo, é possível afirmar que no período de 1930 a 1965, considerado do “urbanismo e dos planos diretores”, há intenções claras da atuação política com vistas à expansão da cidade, num aceno transparente do poder público local de incorporar a terra pública aos interesses da iniciativa privada sob o pretexto da industrialização.

Maricato, Arantes e Vainer (2002, p. 140) ressaltam:

[...] durante esse período (1930 a 1965) de maciça elaboração de planos acompanhada da intensa produção acadêmica sobre o assunto é que as grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei. Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano.

No caso de Amparo, não cabe afirmar que tal fenômeno tenha ocorrido. O Plano Diretor de 1966 propõe um desenvolvimento fundamentado em normas que durante determinado período aparentemente funcionou. O que importa para esta discussão é que os objetivos do Plano Diretor de 1966 estavam calcados em matrizes modernista e funcionalista, que alimentaram o planejamento urbano no século XX. Segundo Gondim, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 foi um marco na constituição e difusão desse planejamento:

[...] a consolidação do urbanismo e do planejamento urbano modernistas, orientados pelos princípios da separação das funções da cidade (habitar, trabalhar, recrear-se e circular), definidas no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 (Carta de Atenas). Coerente com o ideal de busca da racionalidade em termos econômicos e sociais, esse planejamento propugnava a intervenção do poder público por meio de instrumentos legais, com destaque para o zoneamento, visando ao controle da ocupação e do uso do solo urbano. A intervenção estatal direta ocorria mediante a provisão de infraestrutura e concessão de subsídios que permitiam, nos países capitalistas maduros, o acesso à habitação e aos serviços urbanos para a maioria da população (GONDIM, 2007, p. 72).

Da forma proposta, entende-se o planejamento urbano como atividade para elaboração de planos de ordenamento espacial, preocupada com fatores como traçado

urbanístico, densidades de ocupação, uso e ocupação do solo e fluxos racionalizados através do sistema viário, inserido no contexto da “cidade ideal”.

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMPARO			
Ano	Pop. Total	Pop. Rural	Pop. Urbana
1950	26.965	15.575	11.390
1960	28.636	13.186	15.450
1965*	28.703	11.879	16.824
1970	31.737	11.146	20.591
1980	41.598	12.877	28.721
1991	50.797	9.378	41.419
1996	55.457	10.654	44.803
2000	60.404	17.047	43.357

Quadro 2: Dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, 6 de abril de 1965, e publicado no jornal O Comércio, de 8 de abril de 1965. Fonte – Lima (1998).

Entre os pontos que merecem destaque no Plano Diretor de 1966, além das diretrizes que nortearão os rumos da cidade, cabe, de forma breve, trazer aspectos que podem ajudar na compreensão do território construído até aquele momento.

No que tange aos aspectos demográficos, a partir de dados retirados do próprio Plano, a população de Amparo em 1960 era de 28.636 habitantes: 15.575 na zona urbana (54%) e 13.186 habitantes na zona rural (46%). O crescimento demográfico observado no período de 1950 a 1960 foi da ordem de 6,2%. Entre os dois últimos censos, a população da cidade cresceu 37% – demonstrando um processo migratório do campo para a cidade ou um fluxo migratório de outras cidades para Amparo. Não é possível afirmar que esses fenômenos ocorreram através dos dados apresentados no Plano Diretor.

A densidade demográfica era de 65 hab./km<sup>2</sup>, sendo que no Censo de 1960 foram contados 5.752 domicílios: 5.217 no distrito sede e 535 no distrito de Arcadas. A título de comparação para iniciar a compreensão de determinados fenômenos, segundo dados do IBGE (2010), ou seja, 50 anos depois, a densidade demográfica é de 147,75 hab./km<sup>2</sup>, com população estimada para 2017 de 71.193 habitantes – promovendo, assim, crescimento populacional na ordem de 126%<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> O crescimento da densidade populacional entre 1960 (65 hab./km<sup>2</sup>) e 2010 (147,74 hab./km<sup>2</sup>) foi de 126%.  $147,75/65=2,26$  – logo, 126%.

Os dados demonstram que, no período compreendido entre 1950 e 2000, se inicia um processo de expansão territorial com aumento significativo da população década após década, acompanhando uma tendência nacional e tendo como lastro o segundo período da industrialização brasileira, num movimento contínuo – migratório campo/cidade –, além de outros fenômenos migratórios internos ao território nacional.

Outra abordagem que deve ser destacada nos dados apresentados no Plano Diretor de 1966 faz referência aos aspectos econômicos da época, que confirmam grande diversidade da produção agrícola: de acordo com o censo de 1960, havia 580 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 44.088 hectares, dos quais 11.333 hectares se destinavam à lavoura. Na agricultura, havia 20.919 hectares com policultura, sobressaindo-se o café, milho, feijão, algodão, tomate, cana-de-açúcar e arroz, contribuindo com 87% do valor total da produção. O café, ainda em posição de destaque, contribuiu com 23% do valor total. Na pecuária, os rebanhos totalizaram 35.815 animais: 18 mil cabeças de gado, 13 mil suínos e 1.120 cabeças de outras espécies. O plantel avícola compunha-se de 237.195 mil galináceos e uma produção de leite na ordem de 5,5 milhões de litros.

Os próximos aspectos a serem apresentados são certamente os mais importantes do ponto de vista de uma futura análise qualitativa, relacionados à produção industrial. Na década de 1960, confirma-se em Amparo um avançado processo de industrialização, alavancado em valores econômicos da época, pelo segmento têxtil. Os dados a seguir apontam para uma diversidade na produção local, que se ramifica para outros setores, com destaque para as indústrias de transformação e extrativistas.

Segundo o censo industrial de 1960, registrou-se em Amparo 114 estabelecimentos: 110 indústrias de transformação e quatro indústrias extrativistas. O setor empregava aproximadamente, segundo a média mensal, 1.552 operários. Na diversidade do setor, 21 estabelecimentos dedicavam-se ao gênero de produtos alimentares; 19 à mineração; 13 ao setor imobiliário e 12 vinculavam-se ao setor metalúrgico.

O setor têxtil, indicado nesta pesquisa como agente transformador da dinâmica da vida urbana, era composto por nove estabelecimentos, sendo responsável por 48% do valor da produção, confirmando o seu importante papel na economia amparense. Em seguida, vêm os curtumes de couros e peles, com sete estabelecimentos e 17% do valor da produção; o setor mineral, com 9% do valor da produção, e o setor metalúrgico, com 7% deste.

Segmentos voltados à prestação de serviços em geral estavam se fortalecendo na economia local, demonstrando que Amparo poderia assumir um papel de protagonismo regional – com as diretrizes de desenvolvimento garantidas para uma nova cidade, que deveria surgir rumo ao oeste para receber e redimensionar o crescimento populacional.

O desenvolvimento industrial e o próprio rio Camandocaia estão no centro desta pesquisa para dar a compreensão do processo histórico de expansão da cidade, uma vez que, apontam para as claras intenções do poder público, na década de 1960, de priorizar o aumento do número de indústrias locais e novas indústrias, em áreas distantes da trama urbana, sob a alegação de evitar impactos de vizinhança que seriam incompatíveis ao bem-estar da população.

### **Das diretrizes**

Na introdução do Plano Diretor de 1966, nos conceitos apresentados, o texto faz uma citação a Lewis Mumford:

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que ainda podem ser invocadas (MUMFORD, 1965 *apud* (PLANO DIRETOR, 1966, p. 31, CPEU-FAUUSP).

O Plano Diretor propõe “a cidade como um ponto de encontro”, na busca de trazer para a escala do homem as relações que se estabelecem no cotidiano: “O primeiro germe da cidade é, pois, o ponto de encontro cerimonial. ” (PLANO DIRETOR, 1966, p. 31, CPEU-FAUUSP). Mais adiante, o texto diz:

A praça constituía o ponto de encontro da população e, na medida em que o número de habitantes se conservava dentro de certos limites, a praça era o local onde se dava a inter-relação das pessoas no círculo primário de contatos (família e vizinhança) que é o formador da personalidade.

Ao perder a identidade original o bairro já não tem fronteiras, se desagrega e confunde toda a população. Culpa-se, frequentemente, o desenvolvimento industrial como responsável pelo estabelecimento do caos urbano. É evidente que a metrópole, produto indireto da revolução industrial, não lembra em nada a organização e unidade das cidades antigas. Mas a industrialização e suas aplicações mecânicas não produzem por si só o caos urbano: é a falta de planejamento a causa real do caos (PLANO DIRETOR, 1966, p. 32, CPEU-FAUUSP).

Lembrando, em Amparo a praça fica nem tão longe e nem tão perto do rio: de tal forma que o próprio rio exigiu a praça ali.

Para pôr fim a essa discussão inicial, o Plano traz de forma conceitual o que se entendeu como *unidade de vizinhança*, base estrutural das cidades modernas, com duas finalidades essenciais: 1. promover o que se pode chamar de ‘saúde social das cidades’, reestabelecendo a inter-relação dos indivíduos no círculo primário dos contatos (família e vizinhança); 2. facilitar a vida familiar através da disposição mais conveniente em relação às atividades cotidianas: o urbanismo moderno invocando a cidade como ponto de encontro.

Martins, em breve reflexão, aponta:

A retomada e a reescritura dos períodos fundamentais da trajetória da modernidade arquitetônica se apoiou, sem dúvida, na incorporação de novos elementos documentais, mas, sobretudo retirou vitalidade do questionamento das narrativas consolidadas e da proposição de novos olhares, novos cenários e novos atores (MARTINS, 2007, p. 192).

A narrativa atribuída pelo Plano Diretor de 1966 trazia no seu discurso a importância de planejar a cidade para o futuro a partir dos novos olhares direcionados à expansão urbana, assumindo o desenvolvimento industrial como polo indutor de uma nova cidade produzida – e, ao mesmo tempo, de reconhecer que as relações do cotidiano deveriam estar presentes no que se estabeleceu como *unidades de vizinhança*. Parte do princípio de uma relação interdependente entre desenvolvimento econômico a partir da expansão da indústria e a vida cotidiana, tendo a moradia como máxima referência. O Plano Diretor de 1966 traz nesta proposta conceitual:

Cada casa, não importa a sua localização, representa o lugar do qual a família observa o panorama social, e pelos seus diferentes membros, de acordo com a sua idade e também atividade, e se ligará diariamente a escola, ao mercado e ao trabalho. Estabelecer a ligação, bem como a localização, de cada uma das partes da cidade, criando pontos de encontros propícios ao desenvolvimento mental e cultural dos seus habitantes, é o problema fundamental da organização da cidade (PLANO DIRETOR, 1966, p. 36, CPEU-FAUUSP).

Dessa forma e com este intuito de estabelecer as relações de apropriação pelo espaço construído e as suas interdependências, o Plano Diretor propõe o que foi chamado de *unidade de residência*, ou, mais comumente, *bairro*. Para tanto cria-se esta definição:

O bairro é constituído de uma área de habitações que contém os elementos de serviço que satisfazem as necessidades diárias de seus habitantes a distância convenientes. Para alguns planejadores é somente uma disposição física que permite a empregada ir ao mercado ou a mãe ter a certeza de que o seu filho, ao ir à escola, não irá cruzar ruas de trânsito de veículos e tão pouco caminhará demasiadamente. Mas o bairro não somente deve proporcionar esses serviços. Deve, outrossim, criar um ambiente propício a amizade, onde as crianças possam brincar juntos em áreas comuns, onde os centros de compras, serviços sociais, e lugares de recreio sejam usados por todos os habitantes, dentro de uma atmosfera de trato com o vizinho (PLANO DIRETOR 1966, p. 36-37, CPEU-FAUUSP).

Não se pode esquecer, entretanto, que o rio é um campo de forças sempre presente como fonte de água e descarga de resíduos. Mais uma vez, chega-se em uma narrativa de cidade que deve colocar no centro das suas questões: o indivíduo, a família e as relações cotidianas que proveem a sua existência no meio urbano. O Plano continua: “O bairro deverá ser, pois, o primeiro e mais importante ponto de encontro da cidade organizada. Cabe ao planejador resolver o problema ao projetar os espaços adequados às diversas funções desenvolvidas neste primeiro escalão da cidade (PLANO DIRETOR 1966, p. 38, CPEU-FAUUSP).”.

Esta pesquisa se deparou, mais à frente, com outras realidades – que, sem fazer juízo de valor, colocam as diretrizes do Plano somente no campo das ideias e das vontades, contrariando a narrativa adotada na sua concepção.

No que se chamou “As linhas mestras do planejamento urbano”, o Plano Diretor procura definir, através de dispositivos físicos, a formação dos bairros dotados do que aponta como “[...] todos os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do critério fundamental da cidade como ponto de encontro”. Na expectativa de a população chegar a 40 mil habitantes em 25 anos, segundo estudos demográficos da época, a necessidade de pensar a cidade a partir do planejamento urbano como ciência se torna fundamental. Para tanto, na setorização da nova zona urbana, projetou-se uma expansão na ordem de 745 hectares, com densidade média de 50 hab./ha, para distribuição da população futura.

Pela primeira vez no Plano Diretor, quando se trata dos “Sistemas de vias principais”, se faz referência à abertura de uma avenida marginal ao rio Camandocaia. Esse momento é considerado por esta pesquisa um momento de transformação urbana, de ruptura, que determinou uma nova realidade ao desenvolvimento local. Para Santos (1988), trata-se de algo novo, que pode legitimar a empirização. A ruptura, de ordem física e territorial, descaracteriza o ambiente natural sob o pretexto do planejamento urbano e da nova ordem econômica progressista que dominavam o cenário político nacional:

A abertura de uma avenida marginal, que constituiu uma das maiores preocupações da atual administração pública, foi a solução mais correta para a integração de todos os setores da cidade, além de resolver, a curto prazo, o problema de tráfego de passagem, sempre crescente, enquanto não se constrói o contorno rodoviário (PLANO DIRETOR, 1966, p. 41, CPEU-FAUUSP).

A via marginal não é somente uma passagem. Antes disso, é a organização interna da cidade, que trará uma comunicação maternal perdida. O rio é quem possibilita essa organização, considerando que está lá antes da própria cidade. As retificações adéquam uma necessidade imposta na época, porém não mudam a direção e o sentido das águas. O rio continua o seu caminho no mesmo vale.

Nas diretrizes estabelecidas para um novo Sistema de vias principais, o objetivo foi desviar o tráfego intenso para fora das novas zonas residenciais e eliminar cruzamentos. Assim, as vias principais funcionam como perimetrais dos diversos setores residenciais e como espinha dorsal e troncos do sistema viário, com a finalidade de promover um sistema hierarquizado de vias de caráter integrador entre os setores da cidade existente e consolidada e a nova cidade que surgiria a partir desse momento. Vale lembrar que, nesse período, novos loteamentos já estavam surgindo a leste e ao sul do centro histórico. Nesse momento, o Plano Diretor ratifica o que já estava planejado, projetado e iniciado desde 1964: as obras de retificação do rio Camandocaia e a construção das avenidas marginais:

Das vias principais a mais importante é a avenida marginal do rio Camandocaia que deverá ter pistas com 34 metros de largura, uma em cada margem; a sua extensão será de 5.000 metros e se constituirá em verdadeira espinha dorsal da cidade, atravessando-a inteiramente, com ramificações que levam a todos os setores (Plano Diretor 1966, p. 43, CPEU-FAUUSP).

A retificação do rio Camandocaia propõe uma nova paisagem urbana ou paisagem artificial, que, segundo Santos (1988), “[...] é a paisagem transformada pelo homem [...]”, abrindo assim novas frentes para o desenvolvimento urbano, induzindo como eixo de expansão a região oeste do que seria a nova periferia de Amparo (SANTOS, 1988, p. 71).



Figura 42: Imagem aérea com a sobreposição do rio original com o rio retificado. Fonte – Google Earth, 2016. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Cabe também apresentar o que o Plano Diretor define como “O sistema de zoneamento” – reproduzir, através das zonas, um conjunto de leis e normas regulamentando os usos e ocupações do solo urbano, apontando os gabaritos, recuos e coeficientes que podem ser aplicados nos terrenos e glebas vazios ou ocupados.

O zoneamento passa a ser uma das três partes que compõem o Plano Diretor, sendo as outras duas a Lei de Parcelamento e o Código de Obras. Dessa forma, o Plano Diretor passa a ter caráter de autoaplicação, pois no mesmo corpo da lei encontram-se as diretrizes definindo as linhas mestras que propõem o desenvolvimento da cidade e as normas que regulamentam o uso e a ocupação lote a lote.

Na cidade construída pós-Plano Diretor, vale destacar esta diretriz prevista, de forte impacto: “As zonas industriais, também de uso misto, ficam reservadas para o desenvolvimento dos locais de trabalho, notando-se que as grandes indústrias ficarão fora do perímetro urbano.” (PLANO DIRETOR, 1966, p. 50, CPEU-FAUUSP).

Por fim, com a intenção de amarrar a linha do tempo e dar fundamento a esta pesquisa, é importante apresentar as diretrizes estabelecidas para o que foi chamado de “Sistemas de Recreação” pelo Plano Diretor de 1966 – evidenciando que desde a sua elaboração havia uma vontade política explícita de prover à população áreas de recreação ao

longo do rio Camandocaia. Mesmo não tendo sido escritos de forma objetiva os termos que remetem a um parque linear, as diretrizes estão apontadas desde de 1966 no corpo da Lei do Plano Diretor:

De modo geral, a recreação é um elemento vital para todos, que dá oportunidade de variar de ocupação, de escapar da rotina que o trabalho representa, oferecendo meios não só para preservar um equilíbrio físico e emocional como também permitir um ajustamento ao grupo social. A recreação é, assim, indispensável não só à criança, como aos que estão na adolescência, na idade adulta e na velhice é fundamental à vida na família, no grupo do bairro, na vizinhança e na comunidade.

O conceito de recreação sofreu, pois, uma modificação radical, deixando de ser vista como elemento útil ao descanso, para se constituir em parte integrante do processo educativo normal. E assim, a recreação transformou-se em responsabilidade dos poderes públicos, em função governamental de máxima importância.

As áreas de recreação previstas no Plano Diretor de Estância de Amparo somam, em sua totalidade, 100 hectares, distribuídos em dois grupos: a) Parques de Recreação – 30 hectares; b) Áreas livres – 10% da área urbana – 70 hectares.

Esse total equivale para a população prevista de 40 mil habitantes no ano de 1990, a 25 m<sup>2</sup> / habitante, que é uma parcela razoável se levarmos em conta a baixa densidade demográfica da cidade e a existência de outras áreas de recreação fora da zona urbana como as fontes da Bocaina.

Os parques de recreação, em número de cinco, situados quatro deles ao longo da avenida marginal, funcionarão como centros principais de atividades ao ar livre de adolescentes e adultos, embora incluem, também, áreas de recreação para crianças. Estes parques deverão ser construídos pelo poder público [...] (PLANO DIRETOR, 1966, p. 44-45, CPEU- FAUUSP).

Até aqui, buscou-se apresentar o que mais se entende ser relevante para esta pesquisa, inserindo, no contexto histórico, fatos e eventos que possam ser abordados futuramente como sistemas estruturadores que influenciaram os fenômenos como elementos causadores, sendo possível demonstrar através do processo de evolução urbana.

A defesa dessa hipótese está fundamentada principalmente em dois períodos distintos da história de Amparo: 1) década de 1960: o Plano Diretor de 1966 propõe a reestruturação urbana através da retificação do rio Camandocaia e da construção das marginais, induzindo processos de industrialização e ocupação em uma nova periferia, garantindo, no corpo da lei, a importância da provisão de áreas de recreação para a população (parques), assim como áreas livres, correspondendo a 10% da área urbana. Nesse contexto está a gênese do Parque Linear ao longo do rio Camandocaia, oriunda de uma vontade política presente na década de 1960; 2) década de 2000: no Plano Diretor de 2006, que ratifica a vontade popular na revitalização das margens do rio Camandocaia como área de uso comum do povo e na implantação do Parque Linear Águas do Camandocaia.

Que fique consignado o fato de o rio Camandocaia sempre ter apresentado um papel importante para a população muito antes do Plano Diretor de 1966, inclusive no que diz respeito à recreação. Ele próprio se constitui como parque natural e fator fundamental da fixação do homem no lugar, numa simbiose homem/rio que ocorre para a constituição da cidade. Analisar tal questão apenas a partir do Plano significa apontá-lo como algo além do que efetivamente é, como se o planejamento de 1966 desse conta plenamente da questão. Para entender o que ocorreu nesse intervalo de 34 anos (1966 – 2000) é essencial avançar no processo histórico da evolução urbana nestas décadas seguintes (1970 – 2000).

No processo de industrialização da cidade de Amparo – a partir da retificação do rio Camandocaia – as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de 1966 priorizaram o avanço da cidade para oeste e sudoeste, tendo na expansão do setor industrial as linhas do desenvolvimento urbano. A política de desapropriação e doação de terras públicas, através de leis ordinárias e decretos de interesse público, promoveu o desordenamento do solo urbano. Isto se deu também pela ausência de um planejamento do setor público, seja do ponto de vista técnico ou político.

### 1.6.2. Da década de 1970 a 2000 – A expansão para o oeste



Figura 43 – Mapa da cidade em 1972. Fonte – Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Nas décadas seguintes à de 1970, inicia-se a formação de uma nova periferia na região oeste e sudoeste, induzida pelas diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de 1966 e a retificação do rio Camandocaia. É importante frisar que a retificação não teve como único

objetivo a expansão da cidade. Isso foi observado nos depoimentos de moradores antigos, como o senhor Walter Martins, na época morador às margens do rio Camandocaia, vereador em dois mandatos por ser um representante da defesa do rio Camandocaia, atuando até os dias de hoje pela sua preservação. Para ele, o principal objetivo da retificação do rio foi evitar as enchentes que atingiam a região central da cidade (figura 43). Quase toda a sociedade amparense apoiou a ideia, considerando-a uma obra que trouxe prosperidade e desenvolvimento para cidade.

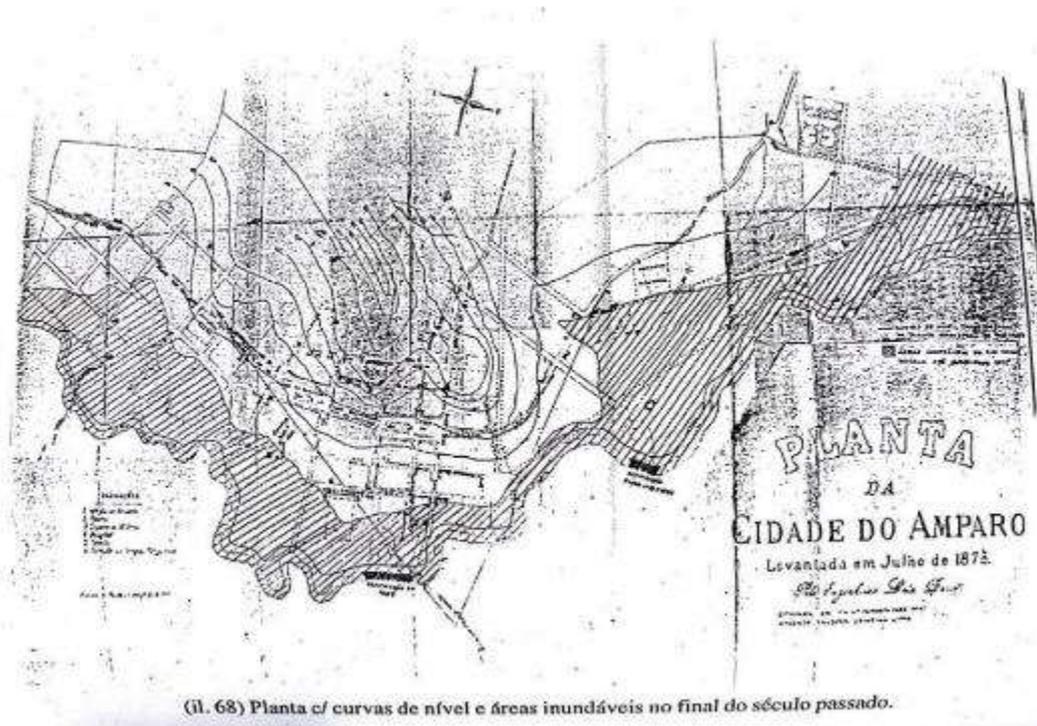


Figura 44 – Mapa das áreas inundáveis no final do século XIX. Fonte – Lima (1998).

Não há dúvida de que a retificação do rio Camandocaia altera o significado do rio com a cidade, passando da sua condição natural, das suas relações ecológicas e funcionais (diferenciadas ao longo do seu percurso), para uma nova função como infraestrutura sanitária. Desse modo, serve à nova cidade funcionalista, mas importantes aspectos culturais em relações cotidianas com o uso do rio perdem significado. Por exemplo: o senhor Walter Martins declarou que pescava no rio Camandocaia, nos fundos da sua casa, para sua mãe fazer o almoço.

Questões como essa, pertinentes à compreensão das relações do rio com a cidade, serão abordadas no capítulo 2. O que cabe no momento é verificar como se deu o processo de expansão urbana para as regiões oeste e sudoeste de Amparo, retificando desejos e vontades previstas no Plano Diretor de 1966 a partir das decisões políticas que levaram à

doação de um conjunto de propriedades públicas para a iniciativa privada, a fim de expandir o setor industrial, e a uma nova dinâmica de uso e ocupação do solo urbano.

Para dar sustentação a essa hipótese, foi realizada intensa pesquisa na Câmara Municipal de Amparo com o objetivo de identificar e comprovar as intenções e ações do poder público e do legislativo municipal na aprovação das leis ordinárias que retificaram as intenções do executivo municipal através de atos administrativos, decretos de desapropriação e projetos de lei para doação de terras públicas à iniciativa privada, realizados pela Prefeitura Municipal nas décadas de 1960 – 1970.

#### **Lista dos Decretos e Leis Ordinárias para doação de terras públicas**

1. Lei Ordinária 601/1967-Amparo-SP – Fundação Educacional de Amparo;
2. Lei Ordinária 606/1968-Amparo-SP – INPS;
3. Lei Ordinária 635/1968-Amparo-SP – COHAB;
4. Lei Ordinária 638/1969-Amparo-SP – Colônia de Férias – Associação dos Servidores;
5. Lei Ordinária 639/1969-Amparo-SP – Autoriza alienação e permuta de imóveis.
6. Lei Ordinária 642/1969-Amparo-SP – Morro do Cristo;
7. Lei Ordinária 643/1969-Amparo-SP – Escola Técnica de Comércio de Amparo;
8. Lei Ordinária 645/1969-Amparo-SP – Delegacia de Polícia e Cadeia Pública;
9. Lei Ordinária 652/1969-Amparo-SP – Parque Balneário da Bocaina;
10. Lei Ordinária 655/1969-Amparo-SP – Declara de Utilidade Pública o Clube Floresta;
11. Lei Ordinária 656/1969-Amparo-SP – Têxtil Tapeacol AS;
12. Lei Ordinária 669/1969-Amparo – SP – Plásticos Tupiniquim S/A;
13. Lei Ordinária 670/1969-Amparo – Cooperativa de Cafeicultores;
14. Lei Ordinária 674-1970-Amparo-SP – Corporação Musical União Amparense;
15. Lei Ordinária 678/1970-Amparo-SP – Indústria Farmacêutica de produtos injetáveis;
16. Lei Ordinária 684/1970-Amparo – SP – FASA Industrial S/A;
17. Lei Ordinária 688/1970-Amparo-SP – Sociedade União de Lacticínios Ltda;
18. Lei Ordinária 707/1970-Amparo-SP – Cutelaria Cosmo Limitada;
19. Lei Ordinária 709/1970-Amparo-SP – Metalúrgica Pacetta S/A;
20. Lei Ordinária 728/1971-Amparo-SP – Cofres e Móveis de aço Walfran Ltda;
21. Lei Ordinária 746/1971-Amparo-SP – CASP S/A Indústria e Comércio;
22. Lei Ordinária 749/1972-Amparo-SP – Indústria Química Amparo Ltda;
23. Lei Ordinária 761/1972-Amparo-SP – Retífica Amparense de Motores Ltda;
24. Lei Ordinária 763/1972-Amparo-SP – Cassiano & Forte Ltda;
25. Lei Ordinária 978/1978-Amparo-SP – Companhia de Habitação Popular Bandeirante (COHAB – BD).

Quadro 3: Decretos e Leis Ordinárias para fins de doação de terras públicas para iniciativa privada ou órgãos do Estado.

Fonte – Câmara Municipal de Amparo, 2016. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

**Lista dos Decretos e Leis Ordinárias para doação ou desapropriação de terras – Retificação do rio Camandocaia e abertura de vias**

1. Decreto 609-1965-Amparo-SP – Declara de utilidade pública áreas de terrenos necessárias à abertura de via pública;
2. Decreto 622-1966-Amparo-SP – Declara de utilidade pública áreas de terrenos necessárias ao prolongamento da avenida Marginal, retificação do rio Camandocaia e alargamento da praça Araújo;
3. Decreto 660-1967-Amparo-SP – Declara de utilidade pública áreas de terrenos necessárias à retificação do rio Camandocaia, abertura da avenida Prestes Maia e ao Centro Cívico;
4. Lei Ordinária 579-1967-Amparo-SP – Dispõe sobre aquisição de área de terreno, por doação, destinada à retificação do córrego a ela marginal;
5. Lei Ordinária 589-1967-Amparo-SP – Autoriza a Prefeitura a adquirir por compra área de terreno destinada à retificação do rio Camandocaia, prolongamento da avenida Prestes Maia e ao Centro Cívico de Amparo;
6. Decreto 708-1968-Amparo-SP – Declara de utilidade pública áreas de terrenos necessárias à abertura de via, retificação do rio Camandocaia e construção de edifícios públicos;
7. Decreto 719-1968-Amparo-SP – Declara de utilidade pública e interesse social área que consta pertencer à firma Feltro Brasil S/A Comércio e Indústria, para retificação do rio Camandocaia, abertura das avenidas Marginais, instalação de indústrias e outras construções de interesse social;
8. Decreto 827-1971-Amparo-SP – Declara de utilidade pública e interesse social áreas necessárias à abertura da avenida de contorno da cidade e aproveitamento dos remanescentes em obras de interesse social;
9. Decreto 874-1972-Amparo-SP – Declara de utilidade pública e interesse social áreas necessárias à retificação do rio Camandocaia, abertura da avenida de Contorno e aproveitamento do remanescente em obras de interesse social;
10. Decreto 1021-1975-Amparo-SP – Declara de utilidade pública e interesse social áreas necessárias à retificação do rio Camandocaia, abertura da avenida de Contorno e aproveitamento do remanescente em obras de interesse social;
11. Decreto 1338-1981-Amparo-SP – Inclui no domínio da municipalidade áreas de terreno de trechos do antigo leito do rio Camandocaia;
12. Lei Ordinária 1309-1986-Amparo-SP – Convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, objetivando a dragagem e retificação do rio Camandocaia.

Quadro 4: Decretos e Leis Ordinárias para fins de desapropriação de terras para retificação do rio Camandocaia e a construção das marginais. Fonte – Câmara Municipal de Amparo, 2016. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Bueno (2008) chama atenção para questões ainda presentes na produção das cidades brasileiras – desafios a serem enfrentados na construção de um consenso entre o interesse público e o interesse específico:

O meio urbano é estratégico para a reprodução da força de trabalho (desde a garantia de sobrevivência até as condições de conforto e vida sociocultural) e para o apoio à reprodução do capital na produção, circulação e troca (sistemas de energia,

comunicação e transporte de mercadorias e trabalhadores, centros de consumo, disponibilidade de água e remoção de resíduos).

Ao mesmo tempo, o ambiente construído é objeto de interesses econômicos específicos: os proprietários de terra e edifícios, os incorporadores imobiliários, o capital financeiro envolvido com a produção de espaços e as empresas construtoras dos edifícios privados e das obras de infraestrutura, a maioria financiada pelo fundo público. O ambiente urbano é fortemente impactado pelos investimentos públicos (BUENO, 2008, p. 100).

A autora enfatiza a compreensão de uma realidade existente ainda nos tempos atuais:

Particularmente na definição de políticas públicas, o meio urbano mobiliza uma rede de interesses presentes tanto no aparelho estatal quanto nas organizações empresariais, criando uma permeabilidade entre a formulação e implementação das políticas públicas e os interesses desses setores no capital. A isso se soma a manipulação dos instrumentos de licenciamento pelo poder econômico (BUENO, 2008, p. 100).

Pretende-se aqui, de forma breve e descritiva, identificar por meio de mapas os empreendimentos imobiliários aprovados e construídos na região oeste e o padrão de uso e ocupação do solo que se consolidou nas décadas seguintes à publicação do Plano Diretor de 1966. Para iniciar a leitura desse território, serão utilizadas definições conceituais de Reis Filho (2006):

Entendemos como tecido urbano o modo pelo qual se definem as relações entre espaços públicos e espaços privados, entre espaços de uso privado e uso coletivo, sejam esses de propriedade pública ou de propriedade privada. É importante destacar que é na escala do tecido urbano que se definem as formas de propriedade de parcelas do solo urbano e a propriedade de edificações. É nessa escala que se definem os espaços de acesso e uso público e as formas de organização coletiva dos espaços. O tecido é, portanto, uma definição geométrica de relações de propriedade e uma definição social das formas de uso (REIS FILHO, 2006, p. 59).

Na definição conceitual de Reis Filho, fica claro que as relações entre espaços públicos e privados determinam as dinâmicas de uso e ocupação do território a partir da propriedade, ou seja, da posse do território. No caso de Amparo, as intenções declaradas no Plano Diretor de 1966 objetivavam organizar e regular o processo de expansão da cidade com normas e regras de controle, porém, o que se apresenta é um forte impacto do setor imobiliário nas iniciativas para o uso do solo urbano – estabelecendo, assim, um desenho da cidade comprometido com a falta de planejamento. Reis Filho, a partir da perspectiva histórica, confirma tal premissa: “Agora, a partir de 1970, são os empresários que assumem o papel de

promotores de projetos de desenvolvimento urbano ou ‘promoters’, como gostam de ser chamados.” (REIS FILHO, 2006, p. 61).

Os mapas a seguir apresentam de forma cronológica os empreendimentos aprovados década após década, demonstrando o pouco comprometimento com aquilo que a administração legalmente propôs para o processo de expansão da cidade.

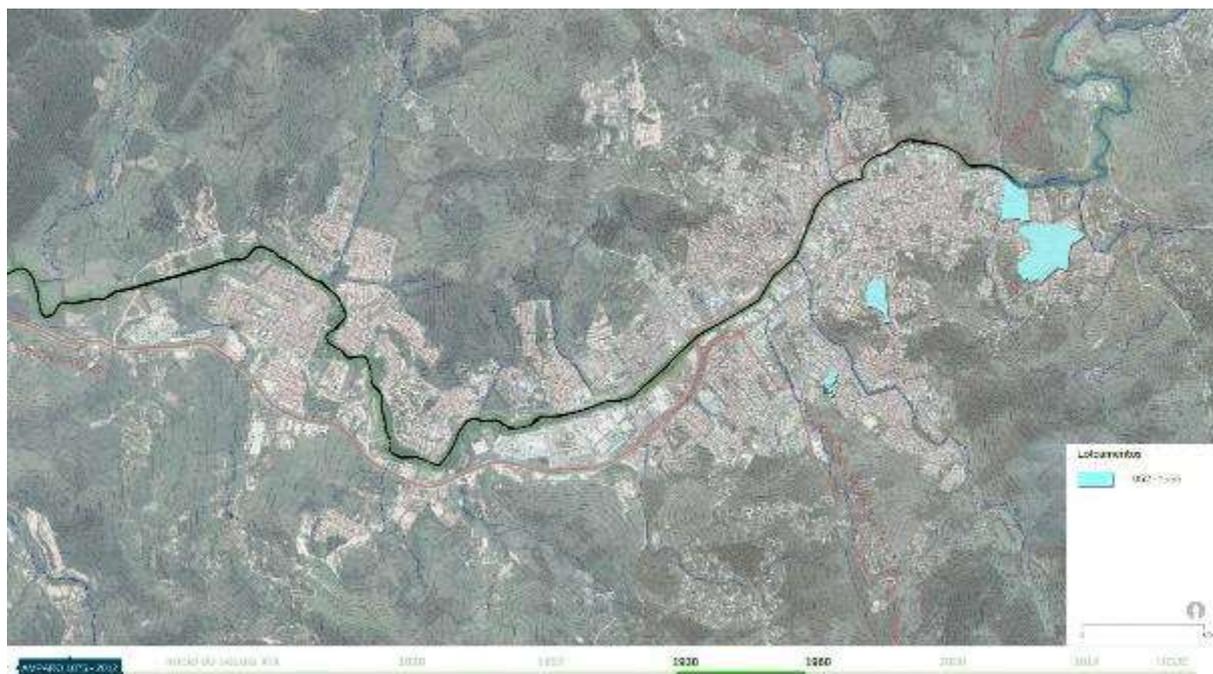


Figura 45 – Mapa dos empreendimentos, 1952 até 1959. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 46 – Mapa dos empreendimentos, 1960 até 1969. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

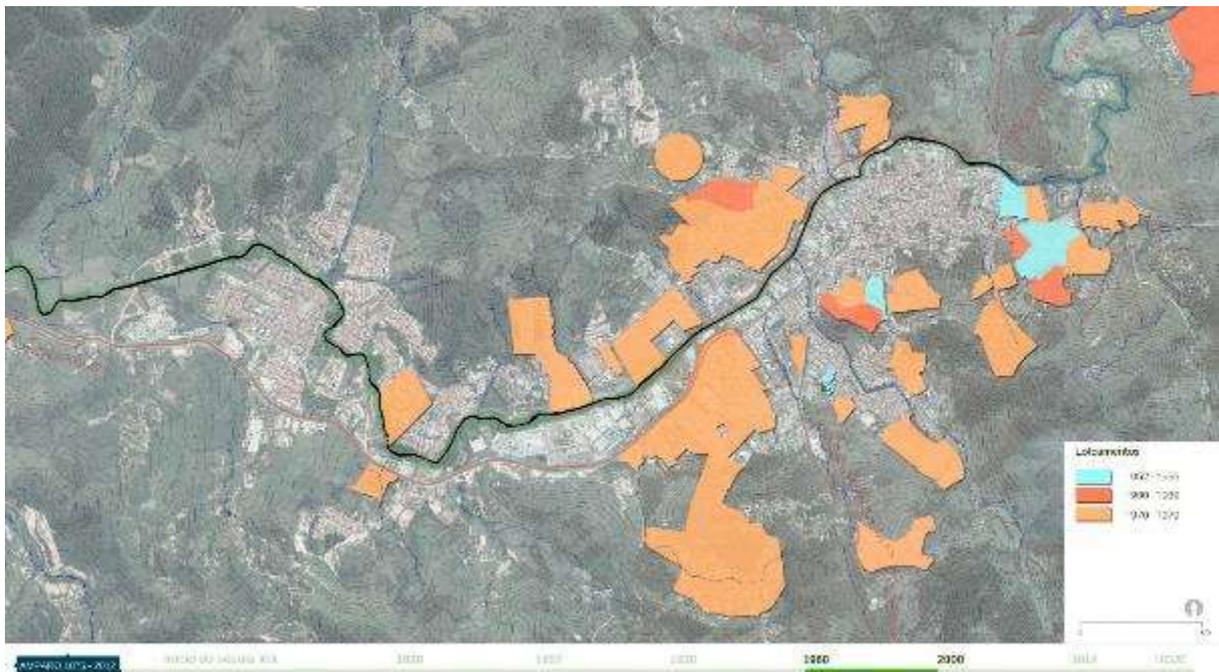


Figura 47 – Mapa dos empreendimentos, 1970 até 1979. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

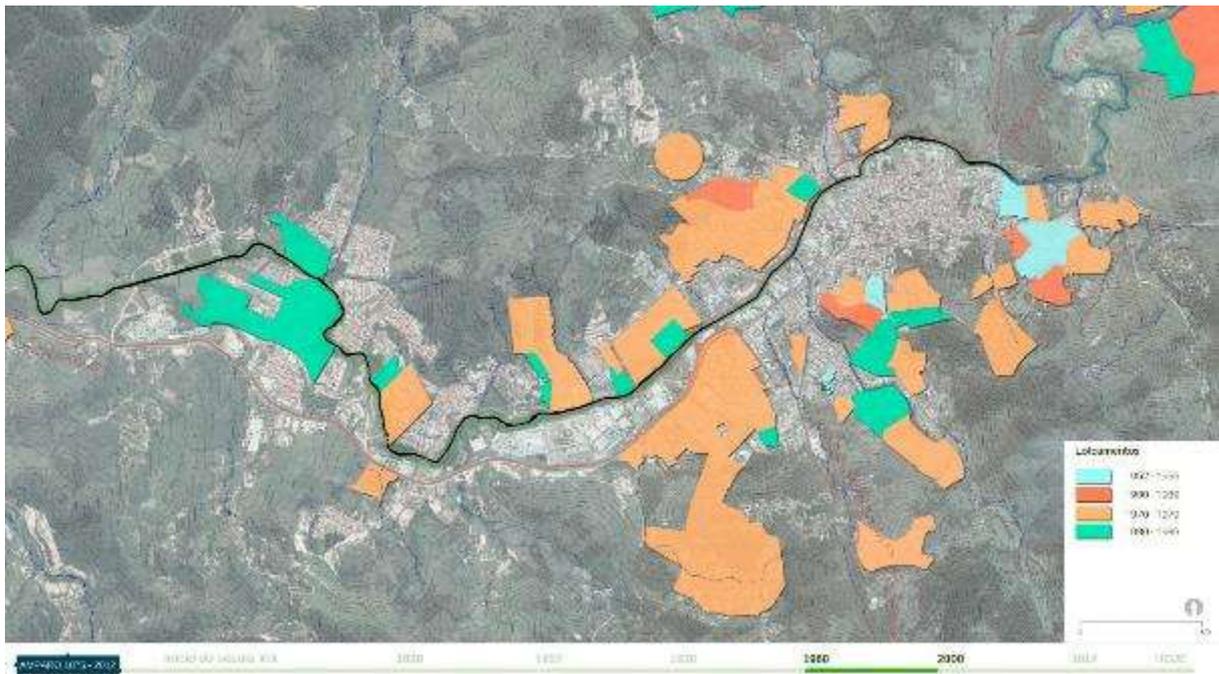


Figura 48 – Mapa dos empreendimentos, 1980 até 1989. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

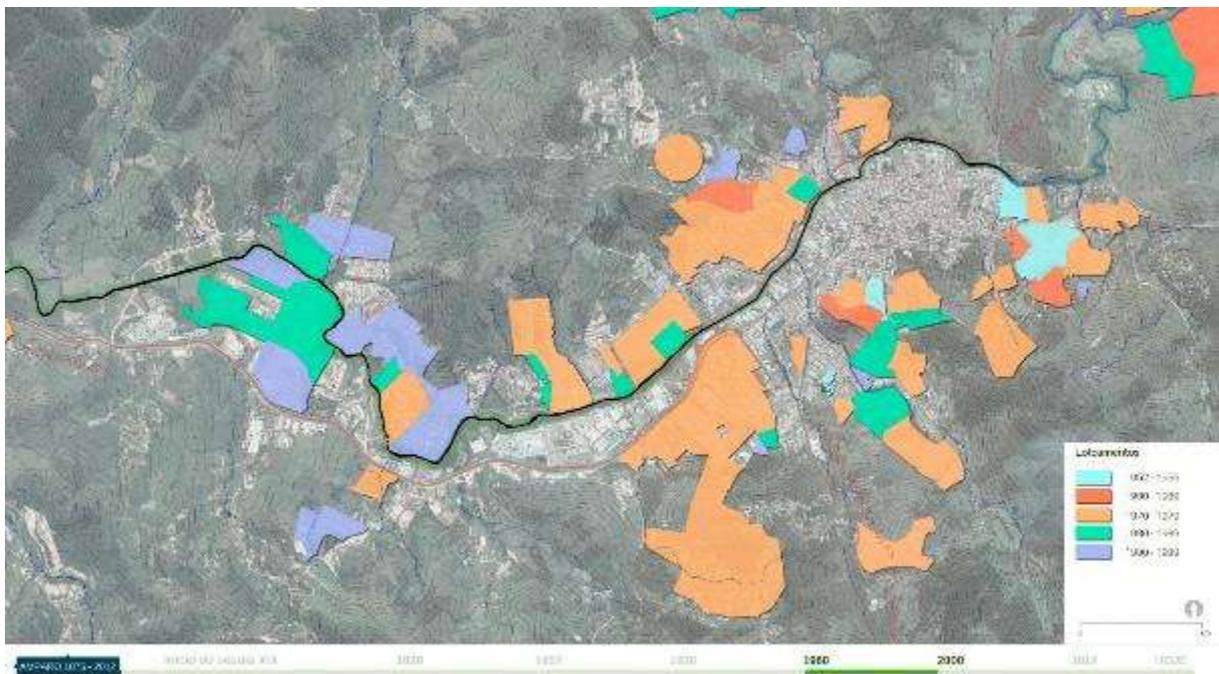


Figura 49 – Mapa dos empreendimentos, 1990 até 1999. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

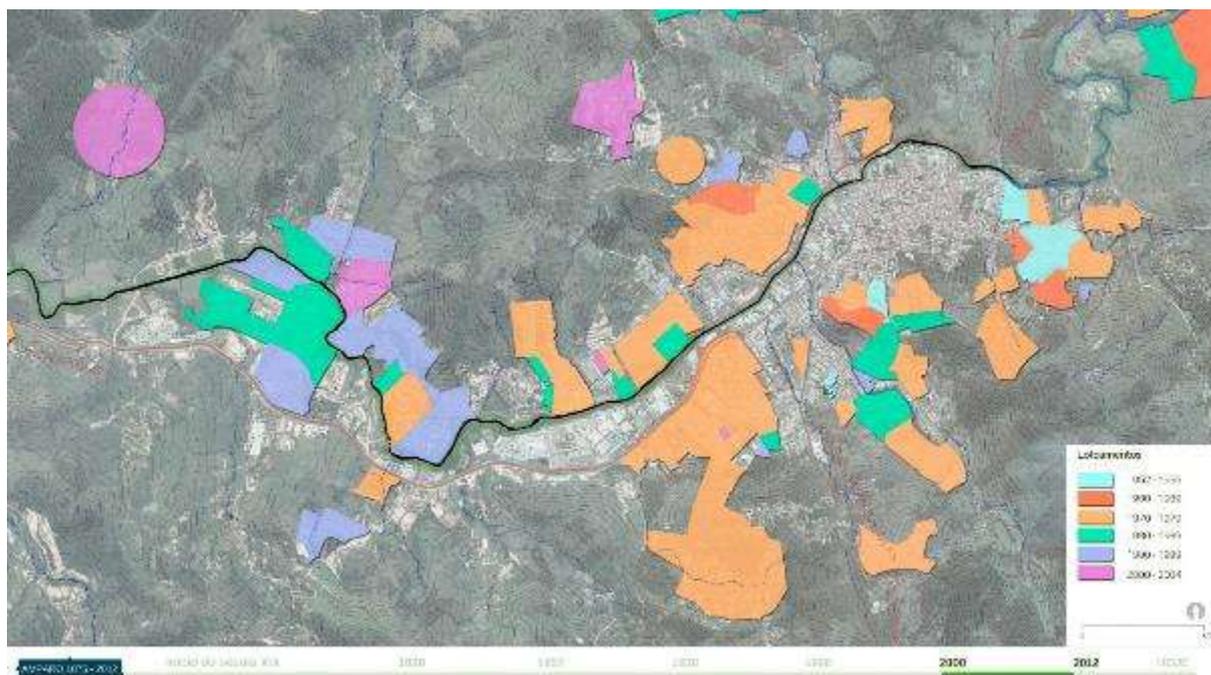


Figura 50 – Mapa dos empreendimentos, 2000 até 2004. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

As figuras 44 e 45 mostram que da década de 1950 até 1970 foram aprovados oito loteamentos que ainda se concentravam próximos da área central da cidade, porém já indicando um descolamento das áreas já urbanizadas.

Na década de 1970 (figura 46), com o Plano Diretor de 1966 em vigência e o rio Camandocaia retificado na sua maior parte, com as marginais construídas, foram aprovados 49 loteamentos, a maioria nas regiões noroeste, sudoeste e oeste do município, demonstrando uma fragmentação da mancha urbanizada se consolidando de forma dispersa e desordenada. Dezesete loteamentos foram aprovados na década de 1980 (figura 47), intensificando o processo de ocupação da região oeste sob forte influência da expansão industrial para essa região. Consolidando o processo de expansão para a região oeste, foram aprovados 21 loteamentos na década de 1990 (figura 48). De 2000 a 2004 (figura 49), cinco loteamentos foram aprovados, distribuídos na área urbana. O quadro 5 mostra a quantidade de loteamentos aprovados por década, com a quantidade de lotes produzidos.

<b>Loteamentos aprovados por décadas</b>		
	<b>Número de loteamentos</b>	<b>Número de lotes</b>
1950 e 1960	8	1.319
1970	49	7.128
1980	17	2.404
1990	21	4.331
2000 a 2004	5	657
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>15.839</b>

Quadro 5: Loteamentos aprovados por década. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Sem fugir das premissas que fundamentam essa pesquisa, que parte do agressivo e rigoroso processo de industrialização em Amparo, já apresentado nos itens anteriores, fica evidente que a expansão para as regiões oeste e sudoeste objetivava: 1) atender a expansão do setor industrial, que propõe novas características para a força de trabalho local, tendo como consequência um contingente de trabalhadores com baixa remuneração salarial; 2) através das obras de infraestrutura, como a retificação do rio Camandocaia e a construção das marginais, abrir novos espaços para o setor imobiliário, para que os proprietários de terra empreendessem, considerando mais as questões de ordem quantitativa e econômica do que propriamente a busca da qualidade urbana expressa no Plano Diretor de 1966; 3) por meio do poder público, fomentar o processo de expansão, adotando uma política urbana comprometida com interesses específicos.

Mesmo a partir dessas constatações, não se pode considerar o território como algo estático, de modo que uma leitura meramente descritiva para compreender como se deu o processo de expansão da cidade de Amparo não se finaliza propriamente no desenho urbano.

Para Harvey (2009, p. 9), ainda que os movimentos das poderosas forças sociais determinem os caminhos que impactam nas decisões políticas que interferem na qualidade da vida urbana: “[...] a questão sobre qual tipo de cidade que queremos não pode estar divorciada da questão sobre qual tipo de pessoas desejamos ser, quais tipos de relações sociais buscamos, qual relação nutrimos com a natureza, qual modo de vida desejamos”. A

ideia do direito à cidade está além do direito ao que já existe e pode ser transformado a partir do desejo de cada indivíduo. Harvey complementa o seu raciocínio enfatizando que:

A liberdade para nós fazermos e nos refazermos, assim como nossas cidades, é um dos mais preciosos, ainda que dos mais negligenciados, dos nossos direitos humanos. Mas, sendo que, como Park adverte, até agora faltamos com qualquer sentido de clareza sobre a natureza de nossa tarefa, devemos primeiramente refletir sobre como fomos feitos e refeitos, através da história, por um processo urbano impulsionado para frente por poderosas forças sociais (HARVEY, 2009, p. 9).

Para Reis Filho, as relações de natureza privada e coletiva determinam as formas de organização sobre o tecido urbano:

Em primeiro lugar, que as relações de propriedade se definiam formalmente no tecido urbano. Em segundo, que em cada etapa as sociedades procuram organizar as suas formas de ação coletiva, seja qual for o modo de dominação. Em terceiro que, mesmo considerando as limitações desse esquema de organização (são sempre a combinação de uns poucos elementos) cada sociedade elabora, em cada época, suas próprias formas de tecido urbano (REIS FILHO, 2006, p. 61).

As reflexões trazidas por Harvey e Reis Filho procuram apontar que, mesmo com a forte influência do capital na vida cotidiana das cidades, as relações sociais que se estabelecem estão intrinsecamente vinculadas à história do lugar e às escolhas tomadas pelo conjunto da sociedade. No caso de Amparo, o rio Camandocaia conta esta história de fortalecer o sentido de pertencimento ao lugar: mesmo que a natureza e a paisagem tenham sido modificadas, ele permanece presente na vida das pessoas, como fio condutor das coisas que acontecem ali, seja na escala da cidade ou do indivíduo.

Numa breve conclusão, o que se estabeleceu aqui foi uma leitura do território, demonstrando que, a partir da década de 1970, a iniciativa privada intensifica sua atuação sobre o território através do mercado imobiliário, começando a assumir o controle sobre as dinâmicas do solo urbano. Uma das consequências desse fato é o não estabelecimento no desenho das práticas razoáveis de planejamento, colocando-se, em parte, como contraponto em relação às premissas e diretrizes estabelecidas pela administração pública tendo como base o Plano Diretor de 1966.

A ideia da fragmentação e dispersão urbana está nitidamente presente em Amparo. A presença do rio Camandocaia como fio condutor do processo de ocupação da cidade não foi suficiente para, a partir dele, propor uma melhor organização espacial no uso e ocupação do solo urbano.

No que diz respeito ao cumprimento das diretrizes previstas no Plano Diretor de 1966, foram atendidas em parte, considerando que as montanhas que cercam a calha do rio Camandocaia, sob o ponto de vista geográfico, formam um limitante físico para a expansão urbana, enquanto a maior proximidade das rodovias SP-340 e da SP-360 com a região oeste e a instalação das indústrias nas margens das rodovias impulsionaram o processo de expansão para esse lado da cidade. Em contrapartida, não se buscou melhor localização para as áreas públicas de uso coletivo, assim como não se priorizou a interligação entre os loteamentos a partir de um sistema viário hierarquizado, buscando respeitar os deslocamentos a partir de suas centralidades locais. Assim, as próprias características de tipologia previstas nas aprovações originais foram se alterando nas décadas seguintes. Nos dias de hoje (2018), predominam as unidades habitacionais geminadas construídas em meio lote, desdobrado do lote original, nas dimensões mínimas previstas na legislação.

A partir do que se apresentou até agora, percebe-se que o planejamento urbano proposto no Plano Diretor de 1966 teve, em parte, coerência nas decisões políticas, mas as ações dos gestores públicos, se declinaram às práticas do mercado imobiliário e não tiveram a capacidade de impor a presença do Estado no cumprimento das diretrizes estabelecidas para o bom e justo desenho de uma cidade planejada.

Vale lembrar que o foco desta pesquisa é o Parque Linear como sistema estruturador de reconexão dessa cidade dispersa, que potencializou diferenças sobre o território e a sensação de não pertencimento à cidade.

A partir da primeira década do ano 2000, o processo de requalificação urbana buscará ampliar as questões debatidas com a população em 2006, na elaboração do PDP, que consolidaram ações em andamento e trouxeram novas propostas, com intenção de criar coesão social entre os diversos atores do território.

### **1.7. De 2000 a 2012 – A requalificação urbana e o Parque linear**

A primeira abordagem a ser feita sobre esse período remete às eleições de 1996, quando foi tomada a decisão de apresentar um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) para participar das eleições municipais como candidato a prefeito. Doutor em Física e professor adjunto da Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Campinas (FEEC-Unicamp), César José Bonjuani Pagan fica em segundo lugar, surpreendendo a elite conservadora amparense e deixando para a população uma nova expectativa para o futuro.

O método adotado em 1996 para a elaboração do Plano de Governo partia da premissa de se aproximar da população para compreender suas necessidades, porém, não basta saber apenas o que a população precisa ou deseja, mas compreender na prática como funciona um governo a partir da composição de indicadores que, junto com informações e desejos da população, possa se estruturar em um Plano de Governo, propondo o diálogo com a sociedade através de bases mais sólidas e verdadeiras. É fundamental que o poder público não subestime a capacidade que a população possui de compreender a realidade.

Considerando que as cidades do Circuito das Águas Paulistas vêm da forte tradição dos governos de direita brasileiros, com políticos conservadores que atuam há tempos nos governos locais, a candidatura de um jovem promissor – filho da terra, com vontade política para dar novos rumos à cidade – propunha o rompimento ideológico com um grupo político que dominava o cenário político em Amparo há décadas.

Em 2000, três candidatos disputam as eleições, entre eles Cesar Pagan, vitorioso com 20.635 votos, num total de 31.855 votos computados, correspondendo a 64,79% dos votos válidos e com a diferença de 14.030 votos em relação ao segundo colocado.

<b>Resultado da Eleição de 2000 – 1º turno</b>						
Cargo	Partido	Número	Candidato	Votos nominais	% Válidos	Coligação
Prefeito	PPS	23	Abel João Melo	4.615	14,48	PPS / PSDB
Prefeito	PFL	25	Sergio Scabora	6.605	20,73	PFL / PDT / PMDB / PPB / PSB
Prefeito	PT	13	Cesar Pagan	20.635	64,79	PT / PC do B

Quadro 6: Resultado das eleições 2000. Fonte – Tribunal Superior Eleitoral, 2000. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### **Primeiro mandato – Diretrizes e premissas de um novo governo – 2001 a 2004.**

Uma vez eleito no ano 2000, o prefeito Cesar Pagan começou a estruturar a administração pública a partir do Plano de Governo “Amparo para Todos Nós”, propondo as bases do Plano como linhas mestras da nova administração: Participação Popular, Justiça Social, Inclusão Social, Transparência das Ações e Transformação da nossa Cidade. No que cabe ao objeto desta pesquisa, será considerado como se deu o processo de “Participação Popular” e o que foi apresentado como propostas no item “Transformação da nossa Cidade”.

A Participação Popular foi uma missão: “É nossa missão dar forma à vontade de participar que o povo está manifestando.”. Para tanto se institucionalizaram os espaços de participação, criando como política de governo: 1) Vias Institucionais de Democracia Direta: Orçamento Participativo (OP), Conselhos Municipais, Conferências Municipais, Congresso da

Educação, Conselhos Distritais e a Tribuna Livre; 2) Gestão Participativa do Serviço Público: Gestão Participativa, Ouvidoria e o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC; 3) Organizar a Sociedade: Secretaria Especial de Cidadania, Assistência Judiciária e outras formas de auxílio à organização popular.

Para dar maior embasamento e enriquecer o debate sobre o tema Participação Popular, a Constituição Federal de 1988 definiu o Brasil como um Estado Democrático de Direito, criando um modelo de gestão pública que estimula a participação popular. Esta deve ser entendida como o exercício pleno da cidadania, exigindo a conscientização do indivíduo quanto ao seu verdadeiro papel na busca pela melhoria do bem-estar da população.

A primeira década do século XXI (2000-2010) foi o período da ascensão dos movimentos de esquerda, no que consiste em assumir cargos eletivos no executivo e no legislativo, com grande expectativa de algo novo para dar voz a sociedade. Houve a introdução de um capítulo sobre a política urbana, prevendo como obrigatória para determinados municípios a elaboração de um Plano Diretor, estabelecendo a função social da cidade e da propriedade urbana como forma de garantir o acesso à terra urbanizada, segurança e bem-estar – com direito à moradia, à infraestrutura e ao saneamento básico de forma participativa, justa e igualitária.

A ascensão dos governos de esquerda ao poder, principalmente em 2002 com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República, os movimentos de participação popular ganham o espaço necessário para se fazer ouvir. A partir de 2002, foram criados 16 Conselhos Nacionais, exigindo na sua composição a forma paritária ou com maior número de conselheiros representantes da sociedade civil. Nesse momento se cumpria a Constituição Federal de 1988, agora com a força dos movimentos sociais. Um novo paradigma se constitui enquanto modelo de governo, e o Brasil começa uma nova fase da sua história. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Mais de cinco milhões de pessoas ajudaram a formular, implementar ou fiscalizar as políticas públicas no Brasil. Pouca gente, além dos diretamente envolvidos, sabe que boa parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), todo o Programa Nacional de Habitação, o plano de expansão das universidades públicas, o ProUni, a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), as políticas afirmativas contra a discriminação racial, de mulheres e minorias sexuais e o amplo conjunto de medidas que impulsionaram enormes avanços na agricultura familiar nos últimos anos foram formulados e decididos com a participação direta de milhões de brasileiros, por meio de inúmeros canais criados ou ampliados para consolidar a democracia participativa no país (IPEA, 2011, não paginado).

Para Roberto Pires, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA:

Estes espaços de participação criados têm gerado oportunidades para atores sociais, grupos, movimentos, associações localizarem suas demandas. São grupos que, frequentemente, por representarem minorias políticas, têm grande dificuldade de levar suas demandas aos legisladores e formuladores de políticas públicas (IPEA, 2011, não paginado).

Até 2011, foram realizadas 73 conferências nacionais temáticas para debater políticas públicas, com a participação de cinco milhões de pessoas de diversas classes sociais e segmentos organizados.

<b>Principais conselhos nacionais de participação social</b>				
<b>Conselho Nacional</b>	<b>Deliberativo Consultivo Normativo</b>	<b>Criado em</b>	<b>Número de membros</b>	
			<b>Sociedade Civil</b>	<b>Governo</b>
Saúde	D	1937	40	8
Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	C	1964	5	8
Turismo	C	1966	37	32
Meio Ambiente	C e D	1981	30	76
Direitos da Mulher	D	1985	28	16
Curador do FGTS	D	1990	12	12
Previdência Social	D	1991	9	6
Direitos da Criança e do Adolescente	D	1991	14	14
Assistência Social	D	1993	9	9
Educação	D	1995	10	14
Ciência e Tecnologia	C	1996	14	13
Recursos Hídricos	C e D	1997	18	39
Esporte	D	1998	15	7
Desenvolvimento Rural Sustentável	C	1999	19	19
Direitos de Pessoa Portadora de Deficiência	D	1999	19	19
Direitos do Idoso	D	2002	14	14
Transparência Pública e Combate à Corrupção	C	2003	12	8
Desenvolvimento Econômico e Social	C	2003	90	12

Agricultura e Pesca	C	2003	27	27
Economia Solidária	C	2003	37	19
Promoção da Igualdade Racial	C	2003	22	22
Segurança Alimentar e Nutricional	C	2003	38	19
Das Cidades	C e D	2003	49	37
Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	C e D	2004	15	15
Combate à Discriminação	C	2005	12	11
Juventude	C	2005	40	20
Política Cultural	C e D	2005	26	26
Políticas sobre Drogas	D	2006	13	10
Política Indigenista	C	2006	22	13
Brasileiro do Mercosul Social e Participativo	C e D	2008	40	20
Segurança Pública	C, D e N	2009	20	28

Quadro 7: Principais Conselhos Nacionais de Participação Social. Fonte – IPEA (2011, não paginado).

No próximo capítulo, será abordado, no campo das dimensões políticas, o processo de participação popular para a elaboração do PDP de Amparo em 2006 – momento em que as questões sobre a política urbana serão debatidas com maior rigor.

No primeiro mandato do prefeito Cesar Pagan (2001 – 2004), as prioridades da administração foram destinadas ao fortalecimento das práticas de gestão voltadas ao processo participativo, sendo o OP o principal instrumento de participação popular nas decisões compartilhadas com a população para, de forma conjunta, definir os investimentos na cidade em obras que seriam realizadas ao longo dos próximos mandatos.

Os quatro primeiros anos fortaleceram o processo participativo. Além do OP, foram criados e fortalecidos os Conselhos Municipais, a abertura de um canal direto com a população através do Serviço de Atendimento à População (SAC), a criação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e o Banco do Povo Paulista (BPP). Este processo foi entendido pela administração pública como uma de suas principais marcas de governo.

Nas “Transformações da Nossa Cidade” (Plano de Governo), como parte fundamental desta pesquisa, buscou-se compreender o ponto de retomada que define o Parque Linear como um projeto estratégico de governo. Porém, nos quatro anos da administração, limitou-se à elaboração de uma diretriz que busca incentivar o potencial paisagístico e o uso público, recuperando esses espaços para lazer e esporte. No OP aparecia como demanda recuperar as margens do rio Camandocaia, mas em momento algum, nesse primeiro mandato, o Parque Linear foi oficializado como política estratégica da administração municipal.

Entre as diretrizes apontadas no Plano de Governo, a modernização e a transparência administrativa estavam entre as metas principais a serem desenvolvidas: dar eficiência à máquina administrativa para atender bem o cidadão passou a ser um dos objetivos a serem perseguidos pelos gestores. Passa a fazer parte do vocabulário público que os serviços prestados à população devem ser de ótima qualidade. Para tanto, a gestão administrativa nos processos e procedimentos precisam funcionar melhor, e para iniciar a reestruturação da gestão, o primeiro investimento passa a ser na melhoria das chamadas secretarias-meio: Administração, Fazenda e Negócios Jurídicos.

O governo avançou e o prefeito César foi candidato à reeleição. Em seu Plano de Governo, mesmo que de forma breve, presta contas à população em uma síntese do que foi o seu primeiro mandato:

Nestes quatro anos como Prefeito de Amparo, a Prefeitura investiu em saúde e educação, trabalhou em setores importantes da economia através da formação de várias associações e cooperativas, fazendo de Amparo a cidade que mais gerou empregos entre as cidades de médio porte da região, segundo dados do Ministério do Trabalho. Graças ao seu trabalho, o setor de confecções está ganhando o mercado exterior, foram formadas cooperativas de produtores rurais, de costureiras e de recicladores, foi criado o serviço de inspeção municipal. Hoje Amparo é exemplo para o país na saúde e na geração de empregos. Nossa cidade é conhecida regionalmente por seu Festival de Inverno e por seu Carnaval. A informatização produzida na Prefeitura de Amparo nos últimos 2 anos fez com que nossos técnicos fossem convidados para palestras em diversos estados. Hoje podemos nos orgulhar de morar em um Município que é exemplo para o resto do país (PLANO DE GOVERNO, 2014, p. 1).

Em sua introdução, complementa:

O governo Cesar Pagan promoveu um governo de transformações, que esteve o tempo todo preocupado com o bem-estar da população, principalmente aquela mais necessitada. Implementou o Orçamento Participativo, possibilitando que a população participasse efetivamente do seu governo.

O governo de Cesar Pagan enfrentou os problemas fundamentais do Município. Cesar quintuplicou o número de adultos estudando, o que possibilitou a redução do analfabetismo em 38%. O número de equipes de saúde da família aumentou em 50%, os recursos para a Santa Casa foram triplicados, o transporte escolar dobrou de

tamanho, foram construídas mais escolas, creches e unidades de saúde do que as duas últimas administrações somadas. Hoje, os agentes comunitários de saúde vão até a casa das pessoas para informar avisar quando um exame deu alterado e as escolas do município têm computadores para nossas crianças (PLANO DE GOVERNO, 2014, p. 1).

Para as eleições de 2004, o Plano de Governo apontava as diretrizes para enfrentar os principais problemas de Amparo, partindo da experiência adquirida e do conhecimento do funcionamento da máquina pública e das dificuldades administrativas da prefeitura. No final do primeiro mandato fica evidente a necessidade de aprimorar a forma metodológica dos processos de gestão.

Enquanto experiência de governo, as características diagnosticadas apresentavam alto grau de departamentalização interna nas secretarias municipais. Os processos assumem excessivo caráter burocrático, sem o comprometimento necessário para a resolução dos problemas, seja de caráter rotineiro ou até mesmo nas decisões políticas que afetaram o governo. Isso demonstra que a gestão político-administrativa estava desarticulada no processo de tomada de decisão, motivando conflitos internos nas esferas técnicas e políticas da administração. Entre os efeitos sentidos, estava o controle reduzido do orçamento, de tal forma que as secretarias municipais esgotavam os recursos disponíveis antes do final do exercício vigente, afetando diretamente os serviços prestados à população.

## Experiência de Governo 2001 - 2004

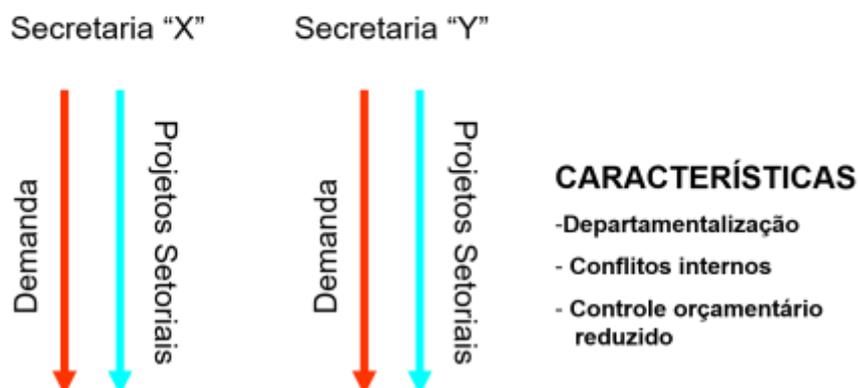


Gráfico 1: Características apontadas no diagnóstico realizado do primeiro mandato. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2016.

## Planejamento Estratégico Situacional como método de governar

O enfoque que será dado para a elaboração conceitual do método está vinculado aos ensinamentos vindos do PES, desenvolvido pelo economista Carlos Matus<sup>9</sup>, ex-Ministro da Economia do presidente chileno Salvador Allende (1971-1973), considerado um dos maiores estudiosos da América Latina e do mundo do planejamento estratégico de governo, da capacidade de governo, da governabilidade e estilos estratégicos de governo. Em *O plano como aposta*, discorre sobre o plano e a governabilidade do homem sobre as situações. Em sua primeira reflexão, escreve:

O plano é o produto momentâneo do processo pelo qual o ator seleciona uma cadeia de ações para alcançar seus objetivos. Em seu significado mais genérico, podemos falar de plano de ação como algo inevitável na prática humana, cuja única alternativa é o domínio da improvisação.

Esse conceito genérico de plano não depende, por conseguinte, de sua pertinência a um sistema econômico – social determinado, mas do uso da razão tecnopolítica na tomada de decisões [...] O Plano na vida real está rodeado de incertezas, imprecisões, surpresas, rejeições e apoio de outros atores. Em consequência seu cálculo é nebuloso e sustenta-se na compreensão da situação, ou seja, na realidade analisada na particular perspectiva de quem planifica (MATUS, 1991, p. 28-29).

Seus principais conceitos são: o PES, o Triângulo de Governo, os Três Cintos de Governo e o Triângulo de Ferro nas Macroorganizações. Para ampliar o debate em relação a esses conceitos, torna-se fundamental conhecer a visão do economista e sociólogo Carlos Vainer, que constrói uma análise sobre a fabricação do atual “pensamento único” e alerta sobre a difusão do planejamento estratégico na América Latina:

Entre os modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático – centralizado – autoritário está o do chamado planejamento estratégico. O modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo marketing aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona (ARANTES; VAINER; MARICATO 2002, p. 75).

Esse paralelo é fundamental para compreender os impactos das duas vertentes do planejamento estratégico enquanto modelo de governo que foram adotados como prática na América Latina. Para incluir o contraponto a esse debate, aborda-se a teoria que apresenta as

---

<sup>9</sup> Economista, ministrou a cátedra de Política Econômica nos cursos de pós-graduação em Planejamento da CEPAL e do Instituto Latino Americano de Planificación Y Desarrollo (ILPES) das Nações Unidas. É autor de vários livros sobre planejamento.

idades como atores políticos e a cidade como mercadoria na visão dos arquitetos espanhóis

Manuel Castells e Jordi Borja (1996, p. 160):

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas exportações (de bens e serviços, de seus profissionais etc.).

Para Matus (1991), a ideia do PES está no que ele aponta como situações que rotineiramente se alteram, desconstruindo a ideia do planejamento estático. Ser situacional é estar sujeito a entender o planejamento como algo dinâmico, incorporado às práticas de gestão e às relações de trabalho em todos os níveis da administração pública. Fazer a máquina pública andar, segundo Matus (1991), depende de como serão conduzidas as relações de poder e trabalho que envolvem os cargos gerenciais da administração pública e o conjunto de servidores públicos de carreira. A micropolítica interna à gestão passa a ser a força motriz que impulsiona a máquina pública.

Considerando tais aspectos, o planejamento estratégico não se sustenta na ideia de transformar a cidade em mercadoria, a partir de uma visão tecnicista em que a política se torna meramente promotora de eventos ou marketing. Tendo como pano de fundo geral, segundo Costa (2013, p. 119), [...] um modo de pensar o mundo ou, pode-se dizer uma ideologia [...], aponta para seguinte afirmação: “Os modos de se fazer o planejamento e a operacionalização do plano, então, serão sempre ferramentas de trabalho coerentes, em última instância a um determinado projeto político.”.

O planejamento estratégico apontado por Matus (1991), está no entendimento de que o planejamento governamental considerado tradicional possui forte base economicista, a partir de decisões orientadas por análises técnicas. Do ponto de vista matusiano, segundo Costa (2013, p. 120):

[...] que “fazer planejamento” e “construir uma gestão estratégica” é, essencialmente, uma atividade política, inseparável das relações dos homens em sociedade, do jogo social. É uma forma de se fazer política, pois, a partir do momento em que se escolhe como se quer planejar, quando se escolhe o modelo de gestão que se pretende implementar, se está fazendo política.

De forma resumida, Costa (2013) aponta para oito objetivos relacionados ao trabalho com o planejamento desde antes do início formal do governo, sendo eles:

1. Definir estrategicamente as prioridades, os resultados a serem atingidos e a forma de trabalho em equipe para um período de governo;

2. Trabalhar para que essas definições sejam compartilhadas pelo conjunto da equipe de governo e, de forma integrada e bem articulada, sejam atingidos os resultados planejados;
3. Esforçar-se para que a cidade tenha uma evolução e um crescimento ordenados;
4. Evitar ações que possam levar ao desperdício do dinheiro público;
5. Garantir o bem-estar da população, mobilizando adequadamente os recursos do município e integrando os projetos prioritários;
6. Facilitar a busca de novos recursos nos níveis estadual, federal e internacional, além de junto a iniciativa privada;
7. Cuidar para que o trabalho realizado seja feito em estreito contato com a população e com atores sociais atuantes no município;
8. Cumprir o que determina a legislação (COSTA, 2013, p. 120).

Posto isto, foram estruturados nas práticas de gestão em Amparo três princípios fundamentais na gestão dos projetos estratégicos: o projeto precisa ser tecnicamente e economicamente viável, atender as legislações às quais se submete e ser defensável politicamente em relação aos atores sociais e políticos.

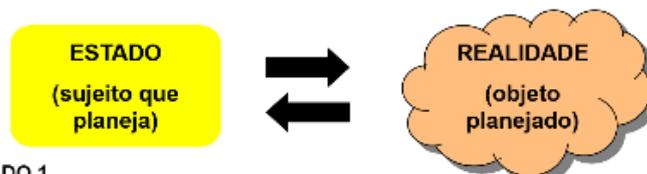
Para ilustrar e focar o que se pretende com a teoria matusiana, será enfatizada a gestão política dos problemas importantes para a população no que tange aos projetos estratégicos definidos no Planejamento do Governo de Amparo: os projetos do governo, a capacidade de o governo realizar os programas e ações e a governabilidade social e institucional.

O primeiro grande encontro de planejamento do governo foi realizado ainda em dezembro de 2000, duas semanas antes do início da gestão, mas com o início da administração, as demandas do dia a dia tomaram praticamente todo o tempo e o governo demonstrou pouco preparo para executar o que planejava. Por isso, em 2003 foi proposta a reforma administrativa, através das Leis Municipais 2.110 e 2.111 de 2003, que alteraram a estrutura da prefeitura para permitir uma gestão capaz de atuar a partir do planejamento.

O novo PES para o quadriênio de 2005-2008, já no segundo mandato do Prefeito Cesar, iniciou-se após as eleições de 2004, tendo sua primeira fase terminada com o documento estratégico em 19 de março de 2005, o qual serviu de base para o Plano Plurianual de 2006-2009, enviado à Câmara dos Vereadores e aprovado naquele ano. O uso eficiente do PES fez enorme diferença na capacidade de planejamento e gestão, tornando a administração capaz de captar recursos, planejar e executar com sucesso, simultaneamente, uma quantidade de obras e ações praticamente impossível sem esta metodologia.

Porém, de forma breve, introduzindo os conceitos matusianos (base do PES), a partir de agora é possível afirmar a incorporação do método às práticas de planejamento durante a nova gestão:

## Planejamento (Caso Normativo)



### POSTULADO 1

O sujeito e o objeto planejado são independentes, e o primeiro pode controlar o segundo.

### POSTULADO 2

A um só ator que planeja corresponde a um só diagnóstico, a um só conceito de tempo e uma verdade única e absoluta.

### POSTULADO 3

A realidade social é explicável por meio da representação em "modelos analíticos" baseados nas relações sistêmicas causa - efeito. Predição e previsão são a mesma coisa.

### POSTULADO 4

O planejamento pode identificar-se com o cálculo normativo de "formulação" de um "deve ser" discrepante do "tem de ser", que revela o diagnóstico.

### POSTULADO 5

Logo, estão banidos a incerteza e os eventos probabilísticos mal definidos e onde o político pode ser considerado um marco restritivo ao plano econômico-social; não pode existir "os problemas quase estruturados".

### POSTULADO 6

Dada a certeza dos efeitos causais, tudo se reduz a cumprir o plano para alcançar os objetivos. O plano é de final fechado.

Figura 51: Planejamento enquanto "caso normativo" – Postulados do Planejamento Estratégico Situacional. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo – 2016.

## Planejamento (Caso Estratégico)

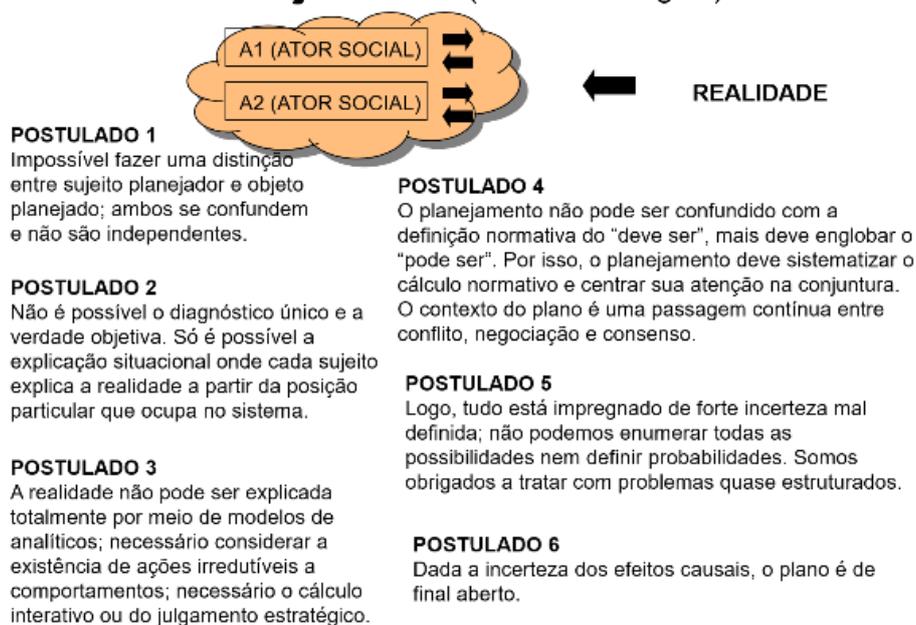


Figura 52: Planejamento enquanto "caso estratégico" – Postulados do Planejamento Estratégico Situacional. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo – 2016.

No plano de governo proposto e debatido no processo eleitoral de 2004, foi apontada a necessidade de criar a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica, que fica responsável por coordenar a gestão do plano de governo, avaliar a realização das prioridades, as novas demandas, administrar no cotidiano a realização das ações e operações dos PSEs, tendo como referência o plano de governo apresentado à população e as prioridades estabelecidas no OP. Para viabilizar o planejamento e a gestão democrática do plano de governo, foi proposta a definição dos projetos de governo que materializariam o planejamento, com a realização de seminários para construção dos projetos estratégicos e dos compromissos dos gestores responsáveis pela execução dos programas e ações. Os principais objetivos eram garantir que a gestão trabalhasse de forma integrada e descentralizada, o maior controle por operações e a definição do que passaria a ser prioridade do governo na gestão dos recursos humanos e financeiros.

## Proposta para 2005 - 2008

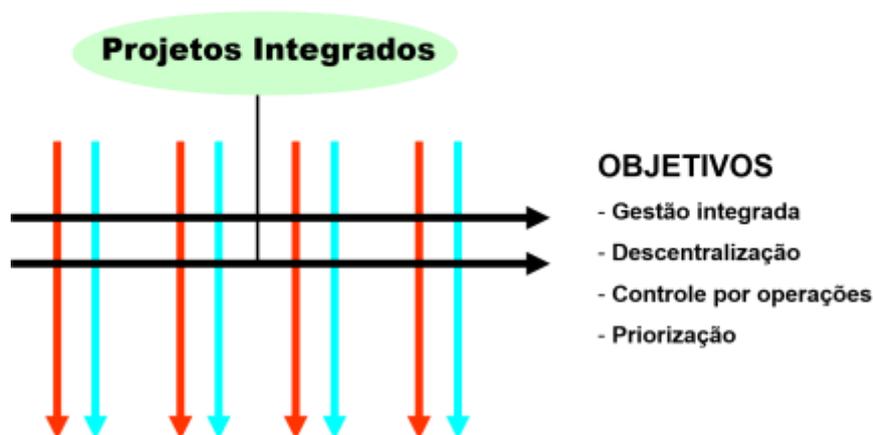


Gráfico 2: objetivos apontados no Plano de Governo 2005 - 2008. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo – 2016.

Ainda no que cabe às diretrizes apontadas no Plano de Governo 2005-2008 junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o importante seria pensar o planejamento urbano de maneira estratégica, enfrentar os desafios para corrigir as consequências do crescimento desordenado, principalmente nas regiões oeste e sudoeste, e atacar com rigor os loteamentos irregulares por todo o município. Pensar a cidade com base na articulação das suas diferentes dimensões – social, ambiental, política, econômica e cultural – passa a ser um grande desafio. O prefeito Cesar Pagan aponta no Plano de Governo:

Até o ano 2000 os interesses econômicos dos loteadores é que ditavam o crescimento da cidade, levando a ocupação de áreas inundáveis do Camanducaia, criação de bairros inteiros em situação irregular, loteamentos sem infraestrutura, vazios urbanos, destruição do meio ambiente e moradores vivendo em condições precárias.

Nosso Governo interrompeu este processo, mas como esta dinâmica vinha sendo alimentada há mais de 30 anos pelas Administrações anteriores, muitos problemas ainda precisam ser enfrentados. Precisamos envolver os cidadãos no processo de discussão da cidade que queremos.

Para combater a especulação imobiliária e a cidade centrada na lógica do mercado, é necessário construir um pacto que envolva o conjunto das instituições públicas e privadas, entidades, e a sociedade como um todo em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável para Amparo.

Este pacto deve basear-se no Estatuto da Cidade que aponta o Plano Diretor como referência para o cumprimento da função social da propriedade.

Nossa proposta é construir um Plano Diretor que oriente o desenvolvimento urbano e que seja elaborado através de um amplo processo de participação e discussão sobre reforma urbana, que responda às necessidades atuais e futuras de Amparo, enfrentando a especulação imobiliária, o problema dos terrenos ociosos na malha urbana, a preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente (PLANO DE GOVERNO 2005- 2008, 2004, p. 17).

Destaque-se que as conclusões apontadas no período entre 1960 até 2000, no aspecto relacionado às práticas do planejamento urbano, permitem afirmar o legado negativo que se constituiu para a cidade de Amparo. Os impactos do desordenamento urbano, com a ausência de atuação da prefeitura no controle urbano com o setor imobiliário, atingiram *status* de degradação da infraestrutura pública, refletindo diretamente no dia a dia da população. No que tange aos Programas Integrados propostos no Plano de Governo, a serem desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, destacam-se como projetos estratégicos:

1. A elaboração do PDP, conforme determinação da Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, que segundo o artigo dispõe:

Art. 1º. Todos os Municípios devem elaborar seus Planos Diretores de acordo com o determinado pela Lei Federal 10.257/01 (Estatuto da Cidade).

2. Reabilitação do centro antigo de Amparo como política principal de preservação do patrimônio histórico, baseada nos dois caminhos que formaram a cidade de Amparo: caminho que ligava o sul de Minas a Campinas e o caminho que ligava Bragança Paulista a Mogi Mirim;
3. Desenvolver política específica para preservação e despoluição do Rio Camandocaia, através da construção do Sistema de Tratamento de Esgotos, com projeto já aprovado, e com recursos da CEF;
- 4. Construção de um Parque Linear voltado para a proteção ambiental do Rio Camandocaia, envolvendo as marginais;**
5. Conclusão das obras do novo Centro Político e Administrativo.

Com o término das eleições de 2004, consagrando o prefeito César Pagan em seu segundo mandato, o governo começa a trabalhar nos compromissos firmados na campanha eleitoral e inicia a implantação de um rigoroso programa de controle de suas ações e a capacitação permanente dos cargos de chefia, incluindo o prefeito, os secretários municipais, o superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e os cargos do segundo e terceiro escalão da administração pública.

<b>Resultado da Eleição 2004 – 1º turno</b>						
Cargo	Partido	Número	Candidato	Votos nominais	% Válidos	Coligação
Prefeito	PT	13	Cesar Pagan	15.963	45,78	PT / PC do B
Prefeito	PFL	25	Sergio Scabora	12.856	36,87	PP / PDT / PTB / PSL / PTN
Prefeito	PSDB	45	Ricardo Silva	6.048	17,34	PSDB / PMDB / PL / PPS

Quadro 8: Resultado das eleições 2004. Fonte – Tribunal Superior Eleitoral, 2004. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### **O segundo mandato – avançar na infraestrutura urbana e nas políticas sociais**

O objetivo principal deste mandato era dar coesão à máquina pública, estabelecer a sincronização necessária ao desenvolvimento das ações vinculadas aos programas do governo comprometidos com a população. Através da recém-criada Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica, sob os cuidados do secretário municipal Paulo Turato Miotta, realizou-se um conjunto de atividades para dar início à gestão do Plano de Governo, promovendo até julho de 2005: dois Seminários de Governo; 19 Oficinas de Planejamento; duas Oficinas Setoriais – Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Urbano; uma Oficina de Capacitação de Gerentes e Gestores; cinco Oficinas de Capacitação na Metodologia do PES. Todas as atividades (exceto as oficinas setoriais) contaram com a participação de 64 servidores públicos.

Os instrumentos propostos pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica para o permanente acompanhamento dos projetos estratégicos compunham: 1. reuniões de secretariado em todas as semanas; 2. reuniões de acompanhamento com gestores e gerentes dos três principais programas do governo: Programa Amparo para o Futuro, Programa Modernização Administrativa e Programa Justiça Tributária; 3. divulgação semanal das ações do governo através do Jornal Oficial e dos meios de comunicação da cidade; 4. agenda atualizada semanalmente e enviada por meio eletrônico aos secretários, superintendente, gestores e gerentes responsáveis pelo andamento das ações; 5. apresentações do Programa de Governo aos servidores da prefeitura; 6) continuidade do Programa de Capacitação Gerencial.

Também foi realizado na Unicamp o curso de extensão “Gestão Estratégica Pública em Municípios”, com a participação do prefeito e seis secretários municipais. Durante o segundo mandato, mesmo com as novas práticas de planejamento e gestão na busca do controle das ações públicas para o cumprimento das metas propostas, as dificuldades do dia a dia da máquina pública acabam por alterar os rumos previamente definidos. O que se deve ter como

aprendizado dessa experiência é o fato de que governar é um processo dinâmico e não estático, sujeito a alterações situacionais na gestão dos processos planejados, obrigando à determinação de novos rumos em face do planejamento inicial.

O segundo mandato do prefeito Cesar Pagan avançou na sua totalidade e unidade, deixando importante legado para a cidade de Amparo. No que cabe à Secretaria de Desenvolvimento Urbano: concluiu e entregou o novo Centro Político e Administrativo; o PDP (2006), que consolidou políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento local; os Planos Setoriais de Mobilidade Urbana e Reabilitação da Área Central; concluídas e entregues 53 obras das diversas secretarias municipais para a população; 66 projetos em processo licitatório; 32 convênios com o governo federal e seis convênios com o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE). Iniciou, mas não concluiu obras de importância histórica ao legado deixado pela administração, como as do primeiro trecho do Parque Linear (objeto central desta pesquisa, que será abordado nos próximos capítulos), a execução do trecho 03 do Programa de Reabilitação da Área Central e o Sistema de Tratamento de Esgoto, que teve impacto direto nas decisões que levaram à construção do Parque Linear, uma vez que duas obras foram executadas às margens do rio Camandocaia com interferências quase diárias na gestão dos projetos e execução das obras.



Figura 53: Centro político e administrativo 2008. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

As eleições de 2008 tiveram como candidato Paulo Turato Miotta, secretário de Planejamento e Gestão Estratégica. Engenheiro eletricitista e mestre em Ciência Política, foi considerado pelo governo como sucessor imediato, pela enorme capacidade, liderança e conhecimento nas áreas de planejamento e gestão, tendo acompanhado a trajetória do prefeito Cesar Pagan desde o primeiro dia do seu governo em 2000. Foi secretário de Cultura,

Fazenda e Planejamento e Gestão Estratégica nos dois mandatos de Pagan e responsável direto pelos resultados alcançados durante os oito anos da administração do PT em Amparo.

<b>Resultado da Eleição 2008 – 1º turno</b>						
Cargo	Partido	Numero	Candidato	Votos nominais	% Válidos	Coligação
Prefeito	PT	13	Paulo Miotta	16.910	45,56	PT
Prefeito	DEM	25	Luis Jacob	11.067	29,82	DEM / PP / PDT / PTN / PPS / PTC / PSB / PV
Prefeito	PSDB	45	Ricardo Silva	8.025	21,62	PSDB / PTB / PMDB / PSDC / PRP / PC do B
Prefeito	PR	22	Fernando Cazotto	1.115	3,00	PR / PRB

Quadro 9: Resultado das eleições 2008. Fonte – Tribunal Superior Eleitoral, 2008. Elaborado por Eduardo salgado Marconi, 2018.

### **Terceiro mandato – Mudanças na forma de governar**

Paulo Turato Miotta foi eleito em 2008 com o grande desafio de suceder o bem avaliado prefeito Cesar Pagan e dar continuidade aos Programas bem-sucedidos nas duas últimas gestões. Como prefeito, aprimorou os processos de gestão com o objetivo de criar maior coesão institucional e social, resgatando os espaços de participação popular nas principais decisões do governo.

Até 2007, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano era responsável pelas áreas de trânsito e mobilidade, projetos e obras, habitação, planejamento urbano, controle urbano e manutenção da infraestrutura pública, atuando como “secretaria fim”. Em 2008, no início da nova gestão, foi dividida em duas: 1. Secretaria de Desenvolvimento Urbano; 2. Secretaria de Manutenção Pública. Isto mudou estruturalmente o papel da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que se manteve responsável pela gestão das áreas de projetos e obras, trânsito e mobilidade, habitação, controle urbano e planejamento urbano, deixando a manutenção pública para a nova Secretaria. Sua nova função – como “secretaria meio” – abarcaria a articulação das ações voltadas ao planejamento urbano.

O grande número de convênios federais e estaduais, distribuídos em obras destinadas a diversas secretarias municipais, determinou o aprimoramento da execução orçamentária par e passo com a execução das obras públicas. Questões de ordem jurídicas e administrativas foram aprimoradas com a definição de novos processos e procedimentos, garantindo maior agilidade na liberação dos recursos financeiros. A mudança na forma de gestão exigiu a

qualificação de gestores e técnicos para aprimorar intersetorialmente as relações de trabalho entre os diversos atores.

O Prefeito Paulo Miotta ressaltava a necessidade de atribuir maior importância para o trabalho em equipe, estimulando a prática de ideias coletivas, criando forma de gestão. Procurava diferenciar os problemas internos da gestão daqueles de cunho social. Estruturou, junto com os gestores, ferramentas que ofereciam mais segurança e facilitavam a tomada de decisões sobre as políticas a serem implementadas. Assim foi construída uma agenda de prioridades através de ações críticas que fizeram parte da agenda do planejamento estratégico. Todas as ações da prefeitura (agendas e metas) passavam pelas “secretarias meio” (planejamento, finanças e jurídico) de forma integrada e em harmonia. A ideia de que o imediatismo predomina na gestão pública foi substituída no planejamento a médio e longo prazo, ou seja, garantir políticas de continuidade. O prefeito costumava dizer em sua campanha eleitoral (2007): “[...] o governo deve ser como um elefante, que caminha dando passos firmes, mas sem pressa, um de cada vez”.

Destaca-se nesse contexto a criação de um núcleo decisório. As “secretarias fins” passaram a discutir e buscar integrar os projetos com esse núcleo, criando uma nova cultura de trabalho antes de tomar as decisões finais. O prefeito afirmava que sua primeira preocupação estava em saber para onde o governo iria e quais projetos eram prioritários; a segunda, saber quais os recursos disponíveis para realizar esses projetos; por último, pensar na organização interna para que tudo se realizasse nos prazos e custos predeterminados. O Parque Linear estava entre os projetos estratégicos e prioritários no centro das decisões do governo.

Na Secretaria de Desenvolvimento Urbano foram estruturados os departamentos de trânsito e mobilidade, habitação, projetos e obras, planejamento urbano e controle urbano, através de ilhas de trabalho com coordenadores indicados por área de atuação, passando a incorporar a gestão completa das obras do Sistema de Tratamento de Esgotos. O método de gestão seguia a mesma linha praticada no primeiro escalão, através da formação de um colegiado interno na Secretaria, com agendas fixas para a definição e controle das ações integradas. A mudança nas práticas de gestão enquanto organização e métodos demonstrou mais eficiência nas rotinas diárias. A obra de extensão do Parque Linear até o Jardim São Dimas estava na agenda do governo como projeto estratégico desde de 2005 – um desejo da população que começou a se realizar em 2008.

A primeira etapa foi a elaboração do projeto urbanístico nos trechos faltantes a partir do levantamento cadastral, que definiu as áreas disponíveis para projeto. A segunda etapa foi licenciar ambientalmente o projeto urbanístico junto com os órgãos do Estado de São Paulo. A terceira etapa foi reestruturar as fontes de recursos – através dos convênios já assinados, mas com saldos financeiros ainda disponíveis para reprogramações junto com os órgãos de controle estadual e federal – e garantir nos convênios, principalmente do DADE, que os recursos carimbados para obras de interesse turístico fossem coerentes com a execução dos trechos projetados. O projeto estava garantindo o parque em toda a sua extensão, mas foi necessário elaborá-lo por trechos, devido à divisão dos recursos conveniados. Esse processo será apresentado de forma descritiva no terceiro capítulo dessa dissertação.

O Prefeito Paulo Miotta finalizou as obras do governo anterior; entre as principais: o Sistema de Tratamento de Esgoto em operação parcial; o trecho 05 do Programa de Reabilitação da Área Central e principalmente o objeto desta pesquisa – os trechos 2 e 3 do Parque Linear Águas do Camandocaia.

Não disputou as eleições em 2012, abrindo o caminho para novas candidaturas do mesmo grupo político. O ex-prefeito Cesar Pagan também não se interessou em disputar as eleições, que redundaram na derrota do PT nas urnas e no início de um novo ciclo em Amparo, que perdura até os dias de hoje (2018).

Conclui-se, a respeito dessa experiência empírica, que os resultados obtidos foram melhores, assim como sua estruturação no modelo de planejamento e gestão adotado; as novas práticas da gestão administrativa ampliaram a capacidade de criar a coesão necessária para o melhor desempenho da máquina pública; a liderança exercida pelo chefe do governo é a referência máxima da administração municipal.



Figura 54: Programa de Reabilitação da Área Central – Trecho 3, publicação Manual de Reabilitação de Áreas Centrais – Ministério das Cidades. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo salgado Marconi, 2018.



Figura 55: Sistema de Tratamento de Esgoto. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo salgado Marconi, 2018.

## 2. PARQUE LINEAR – A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA

No ano de 2005, início do segundo mandato do prefeito Cesar Pagan, o projeto do Parque Linear, proposto em seu plano de governo, era um dos anseios administrativos, porém a sua consolidação como política pública urbana dependia de um longo caminho. Interferiam diretamente nesse processo aspectos legais e políticos – aqui divididos em duas partes.

A primeira trata das **relações entre o parque, o rio e a cidade**: faz uma breve discussão a respeito da água no meio urbano e proposições espaciais; dos marcos regulatórios ambientais que nortearam o processo de licenciamento do Parque Linear, visto como instrumento de planejamento e recuperação ambiental. A segunda parte trata de **questões institucionais e políticas**: explicita de modo objetivo o processo e os debates realizados durante a elaboração do PDP em 2006, que consolidou o Parque Linear como instrumento da política urbana da cidade.

### 2.1 O parque, o rio e a cidade



Figura 56: Foto do rio Camandocaia no município de Amparo. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo.

A história mostra o significado dos rios no decorrer do processo civilizatório. Os cursos d'água, rios e arroios relacionados a ambientes urbanos são indicadores e reveladores da relação entre sociedade e natureza, fertilizando as terras nos vales aluvianos, fixando

populações nas margens dos rios devido à abundância da pesca e da caça, suprimindo a necessidade de água potável.

Nas antigas civilizações, as cidades não litorâneas ocorriam junto aos rios navegáveis, utilizados, entre outras funções, como meios de transporte regular e de maior capacidade de carga. Desde os primórdios da história, é o rio que transporta, estabiliza e relaciona a vida cotidiana, garantindo as condições essenciais para a vida coletiva. Nóbrega parece descrever precisamente a existência de um rio, processo que pode se repetir se houver respeito e priorização da sustentabilidade:

O rio é, assim, uma individualidade geofísica, viva e agente, e já houve quem lhe fixasse o ciclo vital, tetrapartido nos mesmos estágios em que os fisiológicos dividem a existência das formas orgânicas: infância, adolescência, maturidade e decrepitude (NÓBREGA, 1978, p. 9 *apud* MERLIN, 1986, p. 6).

Ao mesmo tempo em que os rios se tornaram referências naturais para o assentamento humano, foram objetos de degradação através da ação antrópica. É de longa data que a forma com a qual se reconhece a importância vital dos rios e córregos para a sobrevivência humana é inversamente proporcional à falta de cuidados com a preservação ambiental dos cursos d'água. Ela vai se desdobrando no tempo, como suscita Moretti (2000, não paginado):

A relação da cidade com os cursos d'água é tão antiga quanto a própria cidade. A dependência do homem com relação à água e a utilização dos rios para a alimentação e transporte fizeram com que quase todas as cidades fossem fundadas junto a um curso d'água. Também é antigo o tratamento pouco respeitoso com os rios e córregos.

Para muitos autores, os ciclos da água e seus processos naturais modificam-se por meio da ação humana, conforme as necessidades para superar dificuldades naturais, adequando o território às necessidades de sobrevivência. Por outro lado, constata-se que os espaços de pouco uso humano na cidade normalmente entram em processo de deterioração devido a esse uso rarefeito. Conforme Cardoso (2017, p. 19), isso acontece nas margens dos rios: “A falta de ações que lhe atribuam valor de uso, a partir dos seus atributos ambientais e sua inter-relação com o espaço urbano, tornam-no mais suscetível a receber intervenções com enfoque apenas em aspectos hidros sanitários e viários. ”

Historicamente, as relações entre o rio, a cidade e as proposições de uso ao longo das margens foram sempre simbióticas. Além das questões apontadas de ordem técnica e política no curso da história da cidade de Amparo, o rio Camandocaia sempre esteve fortemente

imiscuído ao processo de urbanização, pela influência na conformação viária da região e pelos usos progressos intensivos pela população carente.

Foi a “natureza naturante” (substância e seus atributos) – e nela a existência do rio Camandocaia – que sempre induziu o processo de ocupação da cidade. Nos últimos tempos, o rio vem sendo compreendido com uma nova concepção, vislumbrando a constituição de um Parque Linear, cumprindo uma nova função de articulador e qualificador do desenho urbano, que aponta intrinsecamente para a requalificação da vida urbana de Amparo. As proposições de parques lineares têm sido instrumentos de resolução de problemas estruturais da malha urbana de inúmeras cidades, e mesmo aparecendo de forma velada, as ideias sobre parque linear sugerem que uma ação humana qualificada possibilitaria o aproveitamento da natureza bruta para induzir a ocupação da cidade norteada por um parque.

O valor simbólico do rio Camandocaia fortalece definitivamente tal proposição, por todas as possibilidades de lazer e alimentos que ofereceu para a população no decorrer dos tempos.

### **A água no meio urbano, proposições espaciais e instrumentos**

No início da urbanização, os cursos d’água eram considerados pelo seu aspecto utilitário, tornando-se suportes de quase todas as redes de infraestrutura urbana: água, drenagem, esgotamento, energia, transporte ferroviário e rodoviário. Em período posterior, as águas tornaram-se um problema para o bom funcionamento das cidades – responsabilizadas por enchentes, congestionamentos no trânsito, incômodos causados por detritos, problemas com o abastecimento de energia etc. – tornando sua relação com os moradores cada vez mais excludente e até repugnante. Ao mesmo tempo, o urbanismo contemporâneo propõe novas formas de vida, que intensificam o interesse específico em detrimento do interesse público. Sobre os impactos em relação aos cursos d’água Cardoso afirma:

Os problemas são intensificados com a tendência do urbanismo contemporâneo de crescimento intensivo e extensivo, apresentado às cidades modelos de distribuição espacial dispersos e fragmentados. Essas formas desmesuradas de ocupação do território ampliam os conflitos ambientais e as dificuldades para o planejamento e gestão das cidades (CARDOSO, 2017, p. 21).

Mesmo Amparo tendo pequeno porte e não sofrendo com todos os fenômenos apontados, a influência do mercado imobiliário nas decisões que impactaram o processo de urbanização e os efeitos regionais sobre o cotidiano das pessoas se tornaram presentes no curso de sua história. O difícil convívio da sociedade com os elementos naturais gera situações, propiciadas pelos aparatos tecnológicos, que têm afastado a sociedade de sua base natural, reproduzindo ambientes cada vez mais artificiais. No entanto, alguns cursos d'água e suas margens são inigualáveis suportes de espaços de apropriação e coesão social devido ao conteúdo afetivo coletivo de sua paisagem nas cidades. Podem oferecer benefícios ambientais, melhorar a qualidade de vida e ampliar a esfera da vida pública, desde que se construa novo paradigma valorativo do uso e ocupação do solo, preservando os recursos da natureza:

O ritmo espacial da vida ilumina interior e exterior; do ser, do ente, do espaço; da sensação de si no mundo; percepção, sentidos, ideias, imagens, pensamentos, emoções, prazer, significados, valores formam o contexto ambiental, em uma peculiar visão de realidade, no modo como cada sociedade constrói o Stonehenge que imagina, articula seu mundo simbólico: o espaço da existência (MAGNOLI, 2006, p. 146).

As proposições de como a cidade “deveria ser” necessitam estar enraizadas em um conhecimento profundo de seu funcionamento em todas as matrizes e matizes, passando pela produção e pela qualidade de vida. Comparar as possibilidades de adensamentos dentro dos limites urbanos já existentes, contra a expansão desenfreada em relação ao desenvolvimento urbano sustentado, é uma questão estruturante para Amparo. Entretanto, a busca de uma vida menos artificial e mais ligada à natureza cria demandas nas regiões fortemente urbanizadas, conforme dispõe Reis Filho:

O processo de desconcentração de atividades em escala regional desencadeia mudanças significativas nos modos de vida dos habitantes. Os meios de transporte individuais e coletivos, a tecnologia da comunicação, o surgimento de novas áreas urbanas ao longo de rodovias e a expansão do setor de serviços possibilitam aos moradores da faixa de urbanização dispersa usufruírem de vantagens de uma metrópole [...] e, ao mesmo tempo, permitem-lhes a participação em uma organização local, de características provincianas, com vizinhança limitada, maior contato com a natureza, organização coletiva etc. (REIS FILHO, 2006, p. 151)

As demandas para uma vida mais natural e saudável atingem grande parte da população, o que acontece também em cidades menores, abrangendo quase todo o interior.

Sobre os rios paulistas, publicação recente da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), mostrando que o Estado sempre é defensor do capital, estabelece nas suas conclusões:

A postura daqueles colonos que, no século XVI, em suas pescas no curso do Tamanduateí, abusavam do uso do timbó, planta ictiotóxica, matando mais peixes do que o necessário ao consumo, não difere das empresas da década de 1980, que despejavam nos rios seu esgoto contendo elementos químicos nocivos. O que diferencia, porém, os últimos cinquenta anos dos séculos anteriores é que houve um afastamento físico, social e cultural da sociedade com relação à água. Após a retificação dos rios, a construção de avenidas marginais e a incorporação das planícies aluviais à área urbanizada, muitos espaços de lazer desapareceram e o futebol abandonou as várzeas (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2000 *apud* MORETTI, não paginado).

Desconsiderando o equívoco escalonar da citação acima, torna-se necessário combater todas as atividades que fazem os rios cada vez mais inóspitos, tornando suas relações com os cidadãos cada vez mais próximas. Neste sentido, Moretti ressalta:

Será difícil uma efetiva recuperação da qualidade das águas se não se conseguir retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d'água. A valorização paisagística destes espaços urbanos passa a ser, assim, parte de um processo de retomada do respeito que se perdeu ao longo do tempo. Constitui verdadeiro desafio para os próximos anos que se consiga retomar a alegria de conviver com os nossos cursos d'água (MORETTI, 2000, não paginado).

Diante desta necessidade e contradição, o primeiro desafio será como resolver os problemas urbanos reativando os potenciais locais, as preexistências naturais, espaciais, sociais, econômicas e culturais. Incrementar a densidade de ocupação, de modo a reutilizar a infraestrutura e os equipamentos urbanos já existentes, identificando os principais critérios ambientais e sociais que devem estar presentes no planejamento e gestão de parques lineares, detectando as principais dificuldades de planejamento e gestão, buscando atender o nível de satisfação, expectativas e necessidades de seus usuários. Por fim, é necessário definir recomendações que potencializem os benefícios encontrados e minimizem os problemas, atendendo aos objetivos colaterais de iniciativas com o propósito de devolver a cidade para as pessoas – indutores do aumento do contato social – com melhorias na qualidade de vida através da sustentabilidade ambiental. O projeto deve considerar as rugosidades que mostram a história do rio e seu uso pela população, caso contrário, pode funcionar negativamente, sem preservar a memória dessa relação. Milton Santos ratifica as proposições de Moretti em relação ao território usado:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2001, p. 96).

As novas concepções de intervenção em áreas de fundo de vale urbanas, tema emergente e pouco divulgado nos âmbitos científico, técnico e legal no Brasil, devem contribuir para as proposições de novos parques lineares. Tais parâmetros são os focos de novos critérios de planejamento, projeto e gestão desse tipo de parque em áreas urbanas de fundo de vale, e buscam enfatizar os aspectos de conservação e recuperação do sistema natural e promover o uso público do espaço para lazer e circulação não motorizada.

A abordagem mais emergente se propõe a trabalhar com a ideia de uma organização do espaço a partir da integração dos ecossistemas, pressupondo conectividade entre as estruturas, promovendo as biodiversidades animal e vegetal, a drenagem e outros eventos de características urbanas na busca das conexões viárias, especialmente para pedestres, objetivando a integração física entre os diversos equipamentos do meio urbano e garantindo a preservação e a manutenção dos sistemas envolvidos:

A morfologia e a paisagem urbana são conceitos que contribuem para a compreensão físico – espacial da cidade e suas relações com aspectos sociais, econômicos e culturais. As configurações formais são resultadas da ação coletiva e contínua da sociedade e representam conceitos e visões em relação a natureza (CARDOSO, 2017, p. 33).

No caso de Amparo, buscou-se identificar os principais critérios ambientais e sociais que deveriam estar presentes no planejamento e gestão de parques lineares, incluindo demandas, expectativas e necessidades dos usuários. Entre elas, seguramente, encontram-se questões vinculadas à sustentabilidade.

### **Parque Linear como instrumento de planejamento e recuperação ambiental**

As novas possibilidades oferecidas pelas recentes flexibilizações legais, como a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 369/2006, foram fundamentais para suprir o aumento da demanda de projetos urbanos que buscam conservar e recuperar os ambientes naturais marginais aos cursos d'água, empenhados em prover as demandas de lazer urbano.

Para a urbanização destes espaços, exige-se a realização de projeto técnico, que poderá incluir a implantação de equipamentos públicos como: trilhas ecoturísticas; ciclovias; pequenos parques de lazer; acesso e travessia aos corpos d'água; mirantes; equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte; bancos, sanitários e bebedouros públicos; rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros. Vale anotar que nada mais é especificado em relação aos critérios condicionantes ou potenciais para a execução destes projetos.

Quanto às formas de tratamento, compreendem desde a linguagem formal até a ambiência naturalista. Os equipamentos variam entre as áreas que têm seu ponto alto nos equipamentos culturais, esportivos e recreativos e os que possuem como atração principal caminhos e áreas de estar sobre densa arborização. Em relação às funções dos parques, não existe padrão, pois alguns são vinculados à proteção ambiental, apresentando uso restrito, enquanto outros atraem multidões. Os limites principais de um parque urbano são as ruas, e sua organização espacial deve buscar equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais. A provisão de parques públicos é função do município, a partir da necessidade de sua presença nos objetivos dos planos diretores.

Enfocando o Brasil constata-se que os principais tópicos que envolvem a temática do parque linear urbano podem ser parametrizados pelas recorrências em sua concepção e construção. Entre as quais:

- 1) significativo crescimento do número de planos e projetos municipais sem conceituação adequada, que propõem o instrumento parque linear como alternativa de uso das áreas urbanas de fundo de vale;
- 2) dificuldades de implantação, manutenção e gestão de propostas, principalmente devido ao estado de poluição e degradação dos cursos d'água, ocupações irregulares e pressão imobiliária;
- 3) falta de recursos financeiros, fiscalização e integração entre setores de órgãos públicos e entre municípios vizinhos, dada a complexidade e interdisciplinaridade requeridas pelo tema, bem como a deficiente educação ambiental da população;
- 4) urgência de requalificação física, ambiental e funcional dos espaços abertos nas cidades, contribuindo com aspectos relacionados ao meio ambiente, lazer, transporte não motorizado, seguindo os princípios legais através dos marcos regulatórios, e

viabilidade de potencializar os espaços residuais lineares como meio de viabilização destas necessidades;

- 5) necessidade de revisão do planejamento, do projeto e da gestão urbana no que se refere à incorporação de estratégias integradas de esgoto sanitário, resíduos sólidos, uso e ocupação do solo, drenagem urbana, transportes e preservação de áreas verdes públicas, em busca de relação coerente e equilibrada entre a estrutura ecológica e o tecido edificado.

Hoje considera-se esta junção de espaços para agregar o uso humano em áreas naturais para evitar a dissociação entre o homem e o ambiente natural ao conceber espaços para o lazer. Buscando evitar a ocupação irregular, muitos autores entendem que para manter um curso d'água saudável e evitar invasões é fundamental tratar suas margens, instigando uso público intenso com espaços, calçadas e ciclovias paralelas. Trata-se do reconhecimento e da valorização da importância dos espaços abertos e naturais para o melhoramento da qualidade de vida urbana:

O projeto de parque linear em áreas de fundo de vale, hoje utilizadas na sua maioria como depósitos de lixo, é um projeto modesto, exequível e democrático, e que apresenta possibilidades econômicas que compensam os investimentos necessários para criá-los e mantê-los, visto que este beneficia várias áreas da mesma cidade (SCALISE, 2002, p. 19).

Para a autora, tais corredores verdes apresentam possibilidades econômicas que compensam os investimentos necessários para implantá-los e mantê-los. Surgem como elementos que produzem atratividade, valorização das terras no entorno e melhorias da qualidade de vida urbana. Promovendo caminhadas e ciclismo através de ligações com áreas esportivas, culturais e de lazer, os parques lineares podem ser utilizados também como caminho para o trabalho, escola e centros comerciais. Segundo Martins (2017):

Parques lineares, ou *greenways*<sup>10</sup>, são intervenções urbanísticas construídas ao longo de cursos d'água. Normalmente maiores em seu comprimento do que na sua largura – por acompanhar o trajeto de rios e córregos e estarem sempre associados à rede hídrica – tais espaços são capazes de conectar áreas verdes, proteger e recuperar o ecossistema, controlar enchentes, abrigar práticas de lazer, esporte e cultura, além de contribuir com alternativas não motorizadas de mobilidade urbana (AGÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE NOTÍCIAS, 2017).

---

<sup>10</sup> O termo *greenway* (em português “caminho verde”) é uma referência a cinturões de vegetação associados ao tráfego não motorizado, indicando movimento de água, pessoas, animais, sementes, entre outros.

Soares (2014) discorre sobre parque linear, dizendo: “Tratam-se de áreas verdes com características bem peculiares, quando, apesar de caracterizarem parques urbanos, são associados à rede hídrica e não têm seus limites demarcados, não são fechados.” (SOARES, 2014, p. 64). Em glossário de termos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH, 2010), encontra-se esta definição, com ênfase na implantação de parques lineares:

Trata-se de técnica ainda pouco utilizada no Brasil, mas muito difundida em outros países. Pode ser aplicada em conjunto com a implantação de parques lineares e consiste em promover as condições necessárias para que o curso de água recupere suas condições naturais. Os benefícios principais alcançados com essa técnica são a redução dos picos de cheia, a diminuição dos processos erosivos, a melhoria da qualidade da água e o restabelecimento do ecossistema (CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 2010).

Em publicação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Mora (2013) conceitua os parques lineares da seguinte forma:

Em termos gerais, os parques lineares são uma rede de espaços que contém elementos lineares planejados, projetados e manejados com múltiplos objetivos, entre eles ecológicos, recreativos, culturais e estéticos, compatíveis com o uso sustentável do terreno (MORA, 2013, p. 12).

Os parques lineares, sendo uma categoria incluída no conceito de corredor verde<sup>11</sup>, compartilham suas características, que podem se resumir em 5 elementos distintivos: i) são espaços lineares e, como tal, oferecem uma função de movimento e transporte; ii) formam parte da paisagem como um todo e supõem a conexão entre diferentes espaços; iii) são espaços multifuncionais e, como tal, pressupõem que, em algum ponto, possa acontecer um trade-off entre funções e, por isso, talvez nem todos os objetivos se cumpram integralmente; seria possível falar, por exemplo, de um conflito entre a função de recreação e proteção do habitat da vida selvagem; iv) a ideia de parques lineares é compatível com a ideia de desenvolvimento sustentável, de modo que está orientada para a promoção da proteção e do desenvolvimento econômico; v) os parques lineares devem ser entendidos como um complemento do planejamento físico e paisagístico do espaço, ou seja, eles não devem entrar em conflito com outras áreas que não sejam lineares, mas, ao contrário, devem promover uma articulação com elas (MORA, 2013, p. 17-18).

De acordo com a realidade que apresentam as cidades, a condição fundamental para o espaço público ser reconhecido é que assuma significado cultural ou social. As criações de

---

<sup>11</sup> Corredores verdes, ou *greenways*, é a denominação internacional que inclui a categoria de parques lineares. Os corredores verdes começaram a ser concebidos como resposta aos impactos que a paisagem vinha sofrendo, principalmente em termos da diminuição de sua heterogeneidade e de sua fragmentação (MORA, 2013, p. 17).

espaços rígidos, monofuncionais, proporcionam a existência de áreas livres, mas não lhes conferem significados urbanos, obstruindo o uso pela comunidade.

As proposições de Mora (2013) parecem semelhantes às concepções de Ahern (1995), que afirmava serem os parques lineares, no final do século XX, áreas de configuração lineares planejadas, manejadas e desenvolvidas com múltiplos propósitos. Para tanto, esclarece que podem ser definidos a partir de cinco princípios:

1. configuração espacial essencialmente linear;
2. capacidade de união de elementos da paisagem, atuando de forma sinérgica num sistema;
3. multifuncionalidade, associando usos espaciais e funcionais de forma compatível e necessidades ecológicas, culturais, sociais e estéticas;
4. sustentabilidade<sup>12</sup>;
5. estratégia espacial, que integra sistemas lineares com outras áreas não lineares, cuja composição não é beneficiada pela diversidade de usos.

Na medida em que possibilitam usos coletivos, os espaços públicos tendem a reunir cidadãos diferentes em vários aspectos próprios às cidades, que podem, em suas relações, evidenciar conflitos de diversas naturezas.

Assim, foi possível constatar que a utilização dos parques lineares como política pública urbana municipal para fundos de vales não se atém apenas à gestão urbana, mas também, como tem sido historicamente demonstrado mundialmente, trata-se de incorporar a vida cotidiana do homem às relações com a natureza, seja de forma higienista ou não, necessitando reconhecer os cursos d'água como elementos fundamentais ao bem-estar da sociedade.

---

<sup>12</sup> Os espaços urbanos monofuncionais e os multifuncionais de Mihael Walzer são abordados na obra de Rogers, que mostra a importância destes nas propostas de reconstituição do tecido urbano. Os espaços multifuncionais são os que reúnem diversidade de atividades e pessoas, propiciando a convivência de partes distintas da cidade: “[...] a praça lotada, a rua animada, o mercado, o parque, o café, a calçada, todos representam espaços multifuncionais [...] (para estes) estamos sempre prontos a olhar, encontrar e participar. (ROGERS, 2001, p. 9).

## 2.2 Dimensões legais e políticas – Dos marcos regulatórios ao Plano Diretor Participativo de 2006

O objetivo, aqui, é trazer, mesmo que de forma breve, questões atinentes às chamadas Áreas de Preservação Permanentes Urbanas (APPUs), objeto de intensos debates em seminários, encontros, oficinas e publicações.

Ainda permanecem dúvidas de interpretação pelo poder público e órgãos licenciadores federais e estaduais sobre como proceder administrativamente, a ponto de garantir a segurança jurídica necessária para as intervenções nas APPUs, através de projetos de parques lineares em fundos de vale. Pretende-se utilizar como base para a discussão teórica referente à legislação o processo de licenciamento ambiental do Parque Linear Águas do Camandocaia.

Para dar sustentação jurídica a esta pesquisa, será utilizado como fundamentação teórica o relatório final desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas através do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada (CPJA-FGV), que trata das Estratégias Regulatórias para as APPUs:

As áreas de preservação permanente – APPs são regulamentadas pela Lei nº 12.651/2012 (doravante referida como “atual Código Florestal” ou “CoF”), instrumento voltado, principalmente, para o controle do uso e ocupação das áreas rurais. Em áreas urbanas, a aplicação das normas do CoF para as APPs é bastante limitada, principalmente em áreas de ocupação consolidada, além de estar sujeita a sobreposições com leis e normas municipais. Desse quadro emergem inúmeros conflitos legais que resultam em um quadro de insegurança jurídica.

[...] definições específicas e casuísticas são sujeitas a critérios com alto grau de subjetividade [...]

No cerne de toda essa discussão deve estar a definição do que é importante preservar, criar ou manter no espaço urbano (JUNIOR *et al.*, 2017 p. 4).

Ou seja, na elaboração da política urbana municipal, que possui como um de seus objetivos conciliar os aspectos urbanos e ambientais presentes nestas áreas, considerando as exigências legislativas como realidades existentes, que balizam o que deve ser preservado, o que pode ser criado e o que deve ser mantido. Sobre tais fatos vale anotar:

As décadas de 60, 70 e 80 foram palco de várias decisões políticas e econômicas que concorreram para uma grande expansão do sítio urbano. [...] Como resultado dessa expansão, processos geomorfológicos são alterados, e, em consequência, cheias, ravinas, voçorocas e desabamentos passam a constituir problemas afetando toda a comunidade (DEL GROSSI, 1991 *apud* DAMIS; ANDRADE, 2006, p. 1).

Resumidamente, é possível afirmar que:

[...] as normas que regulam as APP estão entre as interfaces mais mal trabalhadas entre a legislação ambiental federal e a questão urbana. As falhas presentes na legislação são apontadas como um dos fatores que mais contribuem para o descumprimento dessas em áreas urbanas (ARAÚJO, 2002, p. 3).

Nesse contexto, não há como desconsiderar a importância e os efeitos dos marcos regulatórios urbanísticos e ambientais para as cidades brasileiras, que entram no centro dessa discussão. Como exemplo, a Lei Federal nº 6.766/1979, que regula loteamentos e se torna, segundo Villaça:

A mais próxima do que aqui chamamos de planejamento urbano, pois trata-se de uma lei especificamente espacial [...] não é uma lei típica de planejamento urbano, pois refere-se apenas a loteamentos individualmente e não ao conjunto das cidades (VILLAÇA, 2010, p. 172).

Esta marcada carência legislativa na área torna possível afirmar que a legislação urbanística e ambiental avançou, mas deixou lacunas e desafios. A seguir, demonstra-se de forma cronológica e resumida o histórico da legislação brasileira – nas esferas federal e estadual – que interferiu diretamente nas últimas décadas no Parque Linear de Amparo:

1. Código Florestal – Lei nº 4.771 / 1965;
2. Lei Estadual de São Paulo nº 1.172 / 1976;
3. Lei Lehmann, Lei Federal nº 6766 / 1979;
4. Lei Federal nº 751112 / 1986;
5. Constituição Federal de 1988;
6. Lei Federal nº 7803 / 1989;
7. Medida Provisória nº 2.166-67 / 2001;
8. Lei Federal nº 10.257 / 2001 – Estatuto da Cidade;
9. Resolução Conama nº 369 / 2006.

O que se estabelecem na aplicação das normas são dúvidas de como interpretar os dispositivos do Código Florestal nas zonas urbanas, que por vezes entra em conflito com as normas urbanísticas de uso e ocupação do solo e dos proprietários com construções em áreas consolidadas urbanas, localizadas nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). As APPUs extrapolaram a discussão urbanística e ambiental e passaram a cotejar uma discussão jurídica sobre como interpretar e aplicar as legislações que “rezam” sobre o tema.

A doutrina moderna sustenta que, em matéria ambiental, em face da preferência do direito público, não existe direito adquirido, porém as próprias alterações da legislação ambiental no que diz respeito às APPs enquanto recuos obrigatórios, sistematizaram as normas ambientais que historicamente se relacionaram, e ainda se relacionam, com a proteção ambiental em áreas urbanas. O documento (Relatório do CPAJ-FGV) demonstra que, desde a revisão do Código Florestal (Lei nº 4771) em 1965, na qual se estabeleceram as APPs, até a publicação da Resolução Conama nº 369 em 2006, que flexibiliza parâmetros para o interesse público em APPUs em áreas consolidadas, a insegurança jurídica ainda prevalece – uma vez que ao longo do tempo as cidades se desenvolveram e ocuparam as margens dos cursos d'água.

Há que se considerar, também, que os limites fixados no Código Florestal foram modificados em data posterior à Lei nº 6.766/1979, de tal forma que é possível afirmar que o Código Florestal não foi desenvolvido como instrumento jurídico para proteger o ambiente urbano e, ademais, a própria Constituição Federal de 1988 nos artigos 30 e 182 determina a competência municipal de legislar sobre assuntos de interesse local, fixando leis e diretrizes para o bom desenvolvimento urbano.

Os conflitos e os fatos se resumem à dificuldade de alcançar o bom senso. A questão fundamental que vem sendo debatida por pesquisadores no meio científico e nas decisões jurídicas nos tribunais é como delimitar o interesse como exclusivamente local, uma vez que o dano ambiental não se limita a um exclusivo espaço físico. Para o advogado Hélio Mattos de Moraes (2008):

Em um país com dimensões continentais é complexo legislar quando o assunto envolve tamanha diversidade regional, em especial peculiaridades envolvendo mais de cinco mil municípios brasileiros. Ora, em se tratando de um universo tão amplo de diferenças, envolvendo desde um minúsculo povoado interiorano até uma metrópole como a Grande São Paulo, não se pode conceber a aplicação de normas gerais do Código Florestal a espaços urbanos tão díspares.

Destarte, parece imprudente que a largura das faixas marginais dos cursos d'água seja providenciada através de lei federal, pois é inadmissível imaginar que tal aplicação possa ser efetivada indistintamente em todo o território nacional, vez que, obviamente, a bacia do rio Amazonas difere sobremaneira da bacia do rio Arrudas na cidade de Belo Horizonte, assim como do rio São Francisco em Pirapora (MORAES, 2008, não paginado).

Em face desses conflitos urbanos e ambientais, optou-se por relatar um breve histórico da legislação e dos critérios urbanísticos adotados para o cumprimento do licenciamento ambiental do Parque Linear Águas do Camandocaia.

Seguindo nesse confuso processo legislativo, na Constituição Federal de 1988, artigo 30, está definido que o uso do solo é atribuição municipal, porém os Estados e a União podem estabelecer normas para disciplinar o uso do solo visando à proteção ambiental, ao controle da poluição, à saúde pública e segurança. As leis municipais devem respeitar as leis estaduais e federais, compondo um conjunto harmônico, respeitando as competências de cada nível de governo. A tendência é de os municípios introduzirem diretrizes de macrozoneamento urbano nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs), incentivados pelos Estados e pela União. As leis urbanísticas de maior abrangência nacional são a Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e a Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade.

Com relação ao parcelamento do solo urbano, a Lei nº 6.766/1979 define: “[...] não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos às inundações (antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas) e em áreas de preservação ecológica”. Quanto à preservação das florestas e demais formas de vegetação natural, situadas ao longo dos rios e outros cursos d’água, as definições legais estão contidas no Código Florestal Federal, como a Lei nº 4.771 de 1965, modificada por leis, decretos e medidas provisórias ao longo do tempo.

A Resolução Federal nº 303/2002 do Conama regulamenta o artigo 2 do Código Florestal Federal no que concerne às APPs, estabelecendo parâmetros, definições e limites de uso. Segundo esta resolução a “Preservação Permanente compreende a área situada em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal (BRASIL, 2002)”. Esta lei ressalta que essas aplicações devem ser cumpridas, salvo exigências de legislação específica estadual ou municipal.

Em 28 de março de 2006, foi editada a Resolução Federal nº 369/2006, do Conama<sup>13</sup>, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto

---

<sup>13</sup> O Conama é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), instituído pela Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. É composto por Plenário, Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam), Grupos Assesores,

ambiental e possibilita a intervenção ou supressão de vegetação em APPs para a implantação de Área Verde de Domínio Público (AVDP) em área urbana, considerando algumas restrições.

A Seção III – Da implantação de AVDP Público em Área Urbana, artigo 8º, estabelece:

A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de área verde de domínio público em área urbana, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei no 4.771, de 1965, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, e uma vez atendido o disposto no Plano Diretor (BRASIL, 2006).

Um dos requisitos para o licenciamento ambiental é a aprovação pelo órgão ambiental competente de um projeto técnico que priorize a restauração e/ou manutenção das características do ecossistema local e contemple medidas necessárias para:

1. recuperação das áreas degradadas das Áreas Preservação Permanente, inseridas na AVDP;
2. recomposição da vegetação com espécies nativas;
3. mínima impermeabilização da superfície;
4. contenção das encostas e controle da erosão;
5. adequado escoamento das águas pluviais;
6. proteção de área da recarga de aquíferos;
7. proteção das margens dos corpos d'água.

O projeto deve buscar regenerar o ambiente e respeitar percentuais de impermeabilização e alteração para ajardinamentos – limitados respectivamente a 5% e 15% da área total das APPs inseridas na AVDP, garantindo o acesso livre e gratuito para a população. Em relação ao projeto do Parque Linear Águas do Camandocaia, estabeleceu-se como norma o cumprimento da Resolução Conama nº 369, referendado no processo de licenciamento ambiental realizado com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

---

Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. O Conselho é presidido pelo ministro do Meio Ambiente, e sua Secretaria Executiva é exercida pelo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente. Também é um colegiado representativo de cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. Mais informações em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>.

Longe de haver consenso sobre como atuar em relação às APPUs, as conclusões do Relatório do CPAJ-FGV, Estratégias Regulatórias para as APPUs, apontam a necessidade de propor uma regulamentação específica para as APPs e os passos necessários para tanto:

A pesquisa apontou que a regulamentação federal das APPs foi pensada para as áreas rurais, mas obriga o mesmo tratamento nas áreas urbanas, onde deveriam, na verdade, ser tratadas de maneira diferenciada, visto que as realidades e necessidades no meio urbano são outras. Há o entendimento de que estas áreas devam ser protegidas, principalmente quando estão relacionadas à proteção dos recursos hídricos, estabilidade geotécnica/geológica, controle de temperatura e drenagem da água, que são funções ambientais prioritárias à qualidade de vida nas cidades. No entanto, dado os níveis atuais de antropização do ambiente urbano, os tipos de uso e ocupação das APPs devem ser adequados às realidades locais (JUNIOR *et al.*, 2016, p. 45).

Para uma análise dos possíveis cenários e um avanço em uma proposta de regulamentação das APPs urbanas, seria necessário aprofundar a pesquisa nos seguintes aspectos:

1. Historicamente, como vem sendo aplicada a lei nos ambientes urbanos, trazendo cases de vários municípios e estados;
2. Levantamento de como vem sendo tratada a questão em outros países, em especial na América Latina e em países com realidades semelhantes ao Brasil (tanto naturais quanto políticas e institucionais);
3. Discutir uma proposição com a Comissão de Meio Ambiente do Congresso;
4. Realizar seminário que envolvesse pesquisadores no assunto e trouxesse experiências municipais;
5. Aproximação e discussão com outros atores que não se conseguiu envolver até o momento, com destaque para Conama, governos estaduais e Comitês de Bacias (JUNIOR *et al.*, 2016, p. 50).

### **Os planos diretores pós-Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Participativo de 2006**

É necessário, inicialmente, analisar como se deu o processo de consolidação do processo participativo nos Planos Diretores Municipais (PDMs) para, posteriormente, entender como foi o processo de elaboração do PDP na cidade de Amparo, em 2006, com foco nas demandas e propostas que levaram a adotar o Parque Linear Águas do Camandocaia como instrumento municipal da política urbana local. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no artigo 182 as diretrizes a serem cumpridas na política de desenvolvimento urbano municipal:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, foram regulamentados os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e se estabeleceu o prazo máximo de cinco anos, a partir da sua promulgação, para elaboração dos PDs para os municípios brasileiros com 20 mil habitantes ou mais e para municípios pertencentes às regiões metropolitanas. O parágrafo segundo do artigo 182 da Constituição Federal determina que: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”. Assim, tanto na Constituição Federal de 1988 como no Estatuto da Cidade de 2001, foi definida a premissa fundamental para o ordenamento jurídico da política urbana municipal através dos PDMs. Todo este aparato legal ganhou força com a criação do Ministério das Cidades, que definiu um novo cenário para a gestão urbana, valorizando o PD, que ganha protagonismo no processo de gestão.

Esta valorização dos PDs surgiu em um contexto em que o planejamento e a gestão territorial estavam marcados pela pobreza, pelas profundas desigualdades socioterritoriais e a grande concentração de riqueza e poder. O país convivia com um padrão de urbanização excludente e predatório. Nos assentamentos urbanos informais, irregulares e ilegais, brotava um tipo de cidadania ambígua e incompleta, quando a ilegalidade fundiária afligia o cidadão por estar “fora” da cidade formal ou da cidade “legal”.

Concomitante a este período, começa a tornar-se mais intensa a chamada urbanização dispersa e fragmentada. Para Reis Filho (2006), o fenômeno da urbanização dispersa deve ser estudado em duas escalas ou âmbitos distintos e interligados: a primeira escala é a da área metropolitana; a segunda, a do tecido urbano. A partir de uma abordagem preliminar, Reis Filho (2006) caracteriza a dispersão urbana da seguinte forma:

1. Pelo esgarçamento crescente do tecido dos principais núcleos urbanos, em suas áreas periféricas; 2. Pela formação de constelações ou nebulosas e bairros isolados em meio ao campo, de diferentes dimensões; 3. Pelas mudanças no transporte diário intrametropolitano de passageiros, que transformou as vias de transporte interregional, de tal modo que estas se tornaram grandes vias expressas inter e intrametropolitanas; 4. Pela difusão ampla de modos metropolitanos de vida e de consumo (REIS FILHO, 2006, p. 13).

Concorda-se com Reis Filho sob o ponto de vista da cidade de Amparo: a linha de defesa desta dissertação aponta para a importância do reconhecimento do processo histórico da evolução urbana, da forte inserção regional da cidade no Circuito das Águas Paulista e dos efeitos nos modos de vida da Região Metropolitana de Campinas (RMC) – fenômenos

lastreados no surgimento dos novos objetos técnicos permitidos pelo avanço dos meios de produção e da implantação de infraestruturas urbanas adequadas à mobilidade, especialmente dos veículos individuais. A expansão urbana não acontece mais de forma concêntrica, atingindo lugares mais distantes, criando os vazios urbanos e uma paisagem intermitente, mesclando rural-urbano.

Neste cenário surgem novas centralidades e um processo muitas vezes contraditório, que une moradias de classes distintas: os mais ricos vão morar em lotes maiores e usufruir das amenidades do campo geralmente protegidos pelos muros do condomínio, enquanto os mais pobres continuam sua sina na periferia e vivem apinhados em edifícios de vários andares, sem as mínimas condições de vida, fruto do preço baixo da terra longínqua.

O que se percebe nesse contexto é uma insustentabilidade da urbanização, excludente e predatória, tendo como consequência a depredação dos recursos naturais, riscos de enchentes, deslizamentos, erosões, longos deslocamentos nas cidades, pressionando as atividades agrícolas próximas das cidades, levando ao desperdício de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos e à escassez de terra urbanizada para a moradia da população de baixa renda.

Os efeitos políticos da urbanização excludente e predatória aprofundam o clientelismo, o personalismo e a “cultura do favor” nas relações políticas para a obtenção de vantagens junto com os fortes *lobbys* do mercado imobiliário. A ação do poder público tem se pautado no planejamento, regulação e controle do uso e ocupação do solo somente na “cidade formal”, concentrando investimentos públicos em equipamentos e serviços urbanos nas áreas valorizadas, de classe média e alta. Apresenta-se incapaz de romper os ciclos de expansão periférica e ocupação das áreas ambientalmente frágeis.

Os interlocutores tradicionais nos processos de planejamento e regulação do solo urbano, até o final dos anos 1980, concentravam-se nos loteadores, grandes proprietários de terra, incorporadores imobiliários, empresários da construção civil e a classe política. Esta situação começa a se alterar com a democratização, o surgimento de críticas em relação a modelos de política e planejamento urbano como algo estritamente técnico e autoritário, culminando com a apresentação da Emenda Popular da Reforma Urbana (1987)<sup>14</sup> à

---

<sup>14</sup> A proposta de emenda popular escrita pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) contou com a participação de seis entidades nacionais: Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Coordenação Nacional das Associações de Mutuários do Banco Nacional de Habitação (CNAM-BNH), Movimento em Defesa do Favelado (MDF), Instituto

Constituição Federal, através do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU)<sup>15</sup>, que pode ser considerado um marco determinante na inclusão de uma nova agenda nacional sobre os temas que impactam nas cidades brasileiras.

Ainda na década de 1980, foi apresentado o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) para a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) com um milhão de assinaturas por força dos movimentos sociais e da luta por moradia. Foi transformado em lei federal somente em 2005, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Villaça aponta para a seguinte reflexão:

O destino do planejamento urbano no Brasil atual, o perfil, a credibilidade e, o conteúdo dos planos diretores estão assim ligados aos avanços da consciência de classe, da organização do poder político das classes populares. Esse é um processo vagaroso, uma vez que no Brasil, como diz Martins, nossa história é lenta, pois é grande o poder do atraso (VILLAÇA, 2010, p. 241).

Entre 1990 e 2000, se constitui a descentralização e fortalecimento do município como ente da federação. Também há um aprofundamento de experiências democráticas no planejamento e gestão municipais e, finalmente, a aprovação do Estatuto da Cidade através da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Os princípios do Estatuto da Cidade para os PDPs preveem: as Funções Sociais da Cidade e da Propriedade, considerando que deve explicitar para os próximos dez anos posteriores à sua publicação, garantindo o Direito à Moradia e à Inclusão Territorial, superando a dualidade entre cidades formais/informais, legais/ilegais e garantindo a Gestão Democrática ao incluir todos os segmentos sociais na elaboração e implementação das propostas.

Em síntese, o que se busca até o momento atual (2018) na gestão e planejamento municipais pós-Constituição Federal (1988) – que delegou aos municípios o controle de seu

---

dos Arquitetos do Brasil (IAB). Também teve o apoio de 48 entidades estaduais e locais. Mais informações em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>.

<sup>15</sup> O FNRU é uma coalizão da sociedade civil em que atuam movimentos sociais, organizações não governamentais, cooperativas habitacionais, associações profissionais, professores, pesquisadores dos temas relativos à cidade, habitação, transporte urbano, saneamento, gestão e participação popular. Atua desde 1987 e tem como objetivos: a implementação da reforma urbana no Brasil, para o cumprimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade; a efetivação da gestão e planejamento participativos; o reconhecimento e integração dos assentamentos informais de baixa renda na cidade; a democratização e universalização do acesso aos serviços e transportes públicos de qualidade; o fortalecimento dos movimentos e organizações sociais como sujeitos da construção de cidades mais justas, democráticas e participativas. Mais informações em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir671/emendasFnuCohrePolisPoaRs.pdf>>.

território e fez do PDM o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano – é uma nova conformação do plano, que deve contemplar inúmeras novidades. Entre elas, as mais importantes são:

- 1) participação popular obrigatória para as entidades representativas da sociedade civil;
- 2) extremo cuidado e obediência às questões ambientais;
- 3) mudar o tratamento da propriedade para fazê-la cumprir sua função social;
- 4) adotar a autoaplicabilidade do PD, ou seja, sua vinculação com as peças orçamentárias, alocando verbas para satisfazer os projetos que a comunidade deseja.

Tais determinações colocaram a necessidade de modificação profunda nas estruturas de propriedade, como registro de imóveis e escrituração da posse e da função social. Também novos instrumentos urbanísticos foram criados, mas continuam dependentes, principalmente, da prática social e da vontade política dos prefeitos eleitos regulamentarem e os colocarem na agenda do controle urbano.

Essas novas regulamentações fizeram com que os agentes e promotores imobiliários se agregassem em torno de seus interesses, enquanto a população ainda não percebia ou construía formas eficazes de defesa de seus interesses. Tais parâmetros foram ratificados pela aprovação do Estatuto da Cidade (2001), que colocou o prazo de cinco anos para que os municípios se adequassem às novas determinações constitucionais e realizassem o processo revisional a cada dez anos. Em artigo publicado no VI Seminário de Avaliação do Ensino, Pesquisa e Extensão em Planejamento Urbano Regional, realizado em 2012, Bueno chama atenção para a deficiência e carência dos PDs realizados a partir de 2006, quando se deu a obrigatoriedade, conforme a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005:

Após o Estatuto das Cidades e do financiamento para o planejamento, ampliou também sua atuação na elaboração de Planos Diretores (PDs), em grande parte através de consultorias. Mas destaque-se que em sua maioria, os planos não têm sido implementados, nem foram elaborados dentro de uma concepção de processo de planejamento municipal, mas como peças que não devem atrapalhar do Desenvolvimento Urbano (ou seja, os negócios imobiliários, a valorização das propriedades, e não regular o mercado). Ao mesmo tempo, devido ao pouco conhecimento que os arquitetos urbanistas (recém-contratados, consultores) têm da administração pública, orçamento municipal etc., há um descompasso entre a elaboração do PD e administração pública real, e poucas propostas têm sido levadas a cabo no contexto dos PDs.

A baixa efetividade do controle urbano e baixa efetividade dos serviços públicos – operação e manutenção urbana e dos equipamentos públicos – são os maiores obstáculos à efetivação de uma cultura de planejamento urbano e regional, que

possa relacionar a ação do setor público, da população e do setor privado ligado ao desenvolvimento urbano a metas de qualidade de vida e qualidade ambiental urbana. A falta de durabilidade da infraestrutura e equipamentos urbanos é relacionada à baixa qualidade dos projetos e obras bem como à inexistência de procedimentos periódicos de manutenção, como uma carreira no setor público. O vandalismo, a informalidade e privatização do uso do espaço público são visto por nossa sociedade afluyente e nossos profissionais como uma questão de polícia, e não de política pública, processual (BUENO, 2014, p. 31-34).

Considerando essa afirmação, conclui-se que há um descompasso entre as obrigações legais determinadas pós-Estatuto da Cidade devido à falta de capacidade técnica do poder público de garantir que os instrumentos previstos para o cumprimento da função social da propriedade e sua autoaplicação de fato aconteçam. Posto isso, o planejamento e a gestão territoriais continuam fundamentados no manejo da valorização imobiliária, ou seja, o valor da terra é definido pela distribuição de investimentos públicos com a definição de parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo, de tal forma que as valorizações decorrentes de ações públicas normalmente são apropriadas de forma privada pelo proprietário do imóvel e agentes do setor imobiliário sem que haja retorno à coletividade.

### **O Plano Diretor Participativo de Amparo e o Parque Linear às margens do rio Camandocaia**

Em Amparo, o processo de elaboração do PDP procurou atender os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, quando, a partir de um grupo político, foram tomadas decisões políticas e administrativas que subsidiaram o processo de participação social nos destinos da cidade. Cabe esclarecer que tal processo foi lento e ocorreu a partir do processo eleitoral vinculado ao segundo mandato do prefeito Cesar Pagan, cujo objetivo mais ambicioso foi a participação popular como protagonista no processo de planejamento a elaboração do PD. O recorte desta pesquisa se consolidou na política urbana no processo de elaboração da Lei Complementar nº 01/2006, Lei do PDP.

### **Atos administrativos como suportes do Plano Diretor**

No início do segundo mandato do Prefeito César Pagan, em 2005, se estabeleceu como prioridade o cumprimento do Plano de Governo proposto na Campanha Eleitoral que tinha como *slogan*: “Amparo Pronta para o Futuro”, contemplando os seis programas de governo mais significativos, com 36 operações a serem executadas pelas Secretarias Municipais sob a

coordenação da Secretaria de Governo: Modernização Administrativa, Amparo Pronto para o Futuro, Geração de Emprego e Renda, Participação Popular, Habitação e Justiça Tributária.

Os programas propostos no Plano de Governo, debatidos no processo eleitoral, já estavam sendo desenvolvidos, parte deles em processo de implementação na gestão anterior do mesmo prefeito – entre eles, o Programa “Amparo Pronto para o Futuro”, que previa a implantação do Parque Linear e a elaboração do PDP.

Ressalta-se, como demonstrado no capítulo 1, a intenção de tratar as margens do rio Camandocaia para destinar áreas de recreação à população – o que já havia sido aventado no PD de 1966, retificado no OP em 2000 e na segunda gestão de Cesar Pagan, debatido como agenda prioritária a ser cumprida em forma de lei. Um marco simbólico da gestão municipal é divulgado pelo prefeito em 2 de outubro de 2005. O seguinte comunicado foi encaminhado aos secretários municipais, chefe de gabinete e ao superintendente do SAAE.

Temos nesse ano e no início do seguinte a incumbência e ao mesmo tempo o privilégio de levarmos a termo o Plano Diretor de Amparo 2005. Este será, provavelmente o melhor e mais abrangente Plano Diretor que nosso município já teve. Das vezes anteriores, nossos Planos Diretores foram elaborados por técnicos preocupados com o crescimento da mancha urbana, delimitando áreas e traçando novas ruas. Foram assim os Planos elaborados, no início do século XIX (1874 e 1890) e o Plano Diretor de 1966, último plano elaborado. Agora, no início do século XXI, na maturidade da Constituição de 1988 e com um arcabouço legal que dá suporte à sustentabilidade ambiental, ao desenvolvimento urbano visando uma cidade para todos e a plenitude do estado democrático consolidado nos últimos 20 anos, nos permitem uma decisão firme ao elaborar um Plano Diretor que desenhe o futuro da cidade que queremos. Por outro lado, a profusão de informações que dispomos, aliada aos meios para tratamento desses dados – informática e recursos humanos – nos permite prever um bom trabalho, com excelentes frutos para a nossa sociedade.

Ao escrever estas linhas pretendo apresentar ao Grupo Dirigente de nossa cidade o meu pensamento sobre o nosso futuro, como eu gostaria que este fosse nesse momento.

Tenho certeza que as ideias aqui expostas serão modificadas durante este trabalho e ao longo dos anos, muitas delas com as colaborações daqueles que leem minhas palavras nesse momento. Mas creio que é importante apresentar o que penso, pois quase não tenho feito outra coisa nos últimos anos que não seja pensar em nossa cidade.

Aproveito este momento para agradecer mais uma vez a todos vocês que têm estado ao meu lado. A vocês, a quem eu legitimamente chamo de Grupo Dirigente, quero agradecer a parceria, a lealdade e o empenho na construção de um país melhor, começando por nossa cidade.

Muito obrigado.

Cesar José Bonjuani Pagan

Prefeito Municipal de Amparo – Estância Hidromineral.

Aos 2 de outubro de 2005

Este comunicado é visto como o início de um longo processo de debate social com o objetivo de traçar, de forma equânime, no sentido de garantir a imparcialidade, a igualdade e constância no debate a ser proposto, tomando o planejamento como forma efetiva de participação.

O prefeito elabora um documento introdutório, sugerindo algumas premissas a serem abordadas pelo Executivo, como proponente na elaboração de diretrizes que garantiriam o amplo e irrestrito debate com a sociedade:

O Plano Diretor que ora estamos elaborando fundamenta-se principalmente no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001). Nesta lei, está prevista a elaboração de um Plano que abranja todo o município, zona urbana e zona rural, razão pela qual não nos restringiremos ao Desenvolvimento Urbano propriamente dito.

Certamente, como é nossa tradição e como exige a Lei, trataremos de elaborar um Plano com ampla participação da sociedade. Temos a obrigação de fazer conhecer aos nossos cidadãos os dados de que dispomos e, se possível, aquilo que pensamos. Então, é preciso disponibilizar informações tanto do nosso sítio na Internet quanto através de materiais impressos. Nesse sentido, a elaboração de um Guia do Plano Diretor, com legislação e informações sobre o Município, seria muito desejável nesse momento. Documento pertencente ao processo administrativo nº 51.295-8 da Prefeitura Municipal de Amparo.

Embora seja muito razoável, assumir um cenário no qual a população de Amparo não ultrapasse 100 mil habitantes<sup>16</sup>. A cidade possui sérios impactos sobre a projeção da mancha urbana para 2016. Primeiro porque a área urbana da cidade pouco crescerá. O cadastro da Prefeitura atualizado em 2003 indica que hoje temos 7 mil terrenos vazios, sendo 4 mil com menos de 500 metros quadrados, o que corresponde a um potencial para abrigar, no mínimo 4 mil famílias, ou 16 mil habitantes. Cada um dos terrenos restantes poderia abrigar em tese ou mais famílias, ou seja, no mínimo de 6 mil famílias ou 24 mil habitantes. Estes potenciais, somados, resultam em 40 mil habitantes. A confiança nesses dados é crucial, razão pela qual devemos produzir mapas para identificar estes terrenos vazios e confirmar nossas projeções, uma que se estes terrenos de fato estiverem dentro da zona urbana, a cidade não precisaria crescer em área para atingir 100 mil habitantes, mas ocupar seus vazios de modo eficiente nos próximos 100 anos. Documento pertencente ao processo administrativo nº 51.295-8 da Prefeitura Municipal de Amparo (PAGAN, 2005, p. 41-42).

Em 20 de outubro de 2005, a então secretária de Desenvolvimento Urbano, Lavínia Ferraz Moreira, encaminha à área de expediente a abertura do Processo Administrativo nº 51.295-8, para o início do planejamento das ações. Tratava dos princípios estabelecidos no Estatuto da Cidade como principais objetivos, buscando envolver o maior número de atores sociais e construir conhecimentos relativos ao município e aos instrumentos urbanísticos previstos nesta nova lei, compatíveis com a realidade do território amparense.

A diretriz contida no artigo 7º da Resolução 25 do Conselho Nacional das Cidades (CNC) alertava: “[...] no processo de elaboração do Plano Diretor a promoção de ações de

---

<sup>16</sup> Partindo-se da tendência atual de crescimento populacional, considerado pelo IBGE em 1,6% ao ano, e tomando-se em consideração a redução desta taxa no intervalo entre o Censo de 1991 e o ano 2000, de 2,15% para 1,56% (razão de -3,5% ao ano), observa-se uma desaceleração no crescimento do município, que segue a tendência nacional de redução de taxa de crescimento populacional. Mantendo-se essa tendência, é possível projetar uma população de 86.590 habitantes em 2016. Outras projeções, com série histórica iniciada em 1970, apontam para uma população ainda menor, de 73 mil habitantes.

sensibilização, mobilização e capacitação devem ser voltadas preferencialmente, para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados, entre outros atores”. O ator a ser envolvido nesse processo constituiria um “ator em formação contínua”, que deveria continuar para além do período de elaboração do PD. A intenção foi garantir o conhecimento e apropriação necessários para qualificar tanto a elaboração como o acompanhamento da implantação do PDA, tornando a cidade objeto de estudo. De acordo com Henri Lefebvre:

O direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos. Direitos à liberdade, à individuação na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante), o direito à apropriação (bem distinto à propriedade) se implicam no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 220).

Após a 2ª Conferência Municipal das Cidades (CMC), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, gestora neste processo, determinou duas diretrizes fundamentais:

- 1) que o PD pudesse formular um pacto entre os agentes atuantes na cidade sobre o futuro do município, incorporando a formação de todos para o debate social;
- 2) que o PD utilizasse efetivamente os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade.

Os instrumentos da segunda diretriz foram colocados no PD com o objetivo de serem regulamentados em leis específicas. Infelizmente, isso não se efetivou até os dias de hoje (2018), colocando o PDA em um conjunto de PDs que se limitaram na sua atuação somente no campo das diretrizes, sem incluí-las efetivamente na gestão.

### **Conceitos e estruturas das formas de participação**

Em relação ao processo participativo, o Poder Executivo constituiu um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) que elaborou uma programação prevendo a realização de oficinas destinadas a multiplicar o processo participativo por meio de atores regionais e atores por segmento, que atuaram em temas afins ao desenvolvimento urbano e rural, passando a ser considerados multiplicadores do processo participativo. Esses atores regionais e por segmento (multiplicadores) foram relacionados a partir de diferentes canais participativos existentes no município, como Conselhos Municipais, movimentos sociais e outros, juridicamente constituídos e separados por regiões.

Finalizada a primeira parte do planejamento, com a definição das diretrizes e princípios básicos para elaboração do PD, iniciou-se a construção da metodologia para o processo de participação junto com a sociedade civil organizada. A cidade foi dividida em dez regiões administrativas com a proposta de realizar por etapas as oficinas de formação para multiplicadores, para reuniões regionais posteriores com a participação da sociedade civil. Tais procedimentos tiveram as seguintes etapas:

- 1) **“A Amparo que temos”** – realizada entre outubro e novembro de 2005 para a elaboração do diagnóstico participativo<sup>17</sup> através da leitura comunitária com os multiplicadores e a sociedade civil. Foram realizadas dez reuniões regionais e três oficinas;
- 2) **“A Amparo que queremos”** – realizada entre julho e agosto de 2006, com a realização de audiência pública para apresentação e discussão da composição da Comissão Consultiva (abordada mais adiante). Foram realizadas dez reuniões regionais e duas reuniões com os segmentos<sup>18</sup>, organizados a fim de apresentar o diagnóstico dos participantes e as propostas do Poder Executivo para debatê-los com a sociedade civil;
- 3) **“A Amparo de todos”** – realizada entre agosto e setembro de 2006, após a formação da Comissão Consultiva, com a qual foram realizadas quatro reuniões públicas para discussão das propostas apresentadas pelo Poder Executivo e uma audiência pública para apresentar e discutir a minuta do texto da Lei.

---

<sup>17</sup> Diagnóstico participativo é aqui definido como um método utilizado para fazer levantamentos da realidade local. É realizado com a participação das lideranças locais, ou qualquer integrante de um grupo definido, devendo conter os principais problemas da localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional). O diagnóstico participativo deve captar também as potencialidades locais, ou seja, as vocações e vantagens da localidade em relação a outras, pois são estas as potencialidades que devem ser dinamizadas para que a localidade, ou grupo, possa superar os problemas identificados e atingir o desenvolvimento sustentável, tornando-se independente. Mais informações em: <<http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>>.

<sup>18</sup> A palavra *segmento* é usada aqui para os setores representativos não por territorialidade, mas por função econômica, social, cultural etc.

Seguem o Quadro 10 e a Figura 55 com a definição das dez regiões administrativas:

<b>Divisão da cidade de Amparo em 10 regiões para realização das duas Oficinas e 10 Reuniões Regionais – Segmentos Sociais – “Amparo que temos” – “Amparo que queremos”</b>	
<b>Regiões</b>	<b>Loteamentos</b>
<b>Oficinas de Formação</b>	
1. Oficinas Macrorregião do Jardim Brasil	Jardim Brasil, Jardim Santana, Castelo, Jardim Real, Jardim Santa Cecilia, Santa Julia, Velhobol, Centro, Jardim São Francisco e Chácara São Francisco, Jardim Bela Vista, Jardim Silvana, Jardim Vila Rica. Área Rural, Distrito de Três Pontes, Jardim Alberto, Pq. Dona Virginia, Pq. Rodrigues, Jardim das Aves, Jardim Moreirinha, Jardim América, Jardim Adélia, Figueira, Flamboyant, Jardim Camandocaia, Jardim Silmara, Jardim das Orquídeas, Jardim Itália, Jardim Roberto, Nova Era, Biquinha, Bosque dos Eucaliptos, Jardim Primavera, Nova Amparo, Jardim Nardini, Silvestre, Jardim Paulistano, São Judas e Pinheirinho.
2. Oficinas Macrorregião do Jardim São Dimas	São Dimas, Jardim Modelo, Pq. Modelo, Vale Verde e entorno, Chácara Alberto Marques, Chácara Hermínio Gerbi, Chácara São João, Santa Maria do Amparo, Jardim Europa, Jardim Bianca, Panorama Tropical, Silvestre I, II e IV, Região do Barassa, Recanto do Lago, Panassolo e o Distrito de Arcadas.
<b>Reuniões Regionais</b>	
1. Reunião Regional – Areia Branca/Pedrosos	Areia Branca, Pedrosos, Bairro dos Onças, Jaguari e Vale Jatobá.
2. Reunião Regional – Boa Vereda	Boa Vereda, Pereiras, Barra, Limas, Sertãozinho do Pântano e bairro dos Almeidas.
3. Reunião Regional – Bairro dos Rosas	Microbacia do córrego do Mosquito, córrego do Fundo, Cruz Coberta, Varginha, Palhares, Barreiro e Rosas.
4. Reunião Regional – Arcadas	Distrito de Arcadas.
5. Reunião Regional – Pantaleão	Duas Pontes, Dobrada, Brumado, Alferes Rodrigues e Pantaleão.
6. Reunião Regional – Três Pontes	Chácara Recreio, Haydee, Seabra, Climáticas da Bocaina, Planalto da Serra, São Roque, Serra das Estâncias, Chácara das Águas e Beira Rio.
7. Reunião Regional – Jardim São Dimas	São Dimas, Jardim Modelo, Pq. Modelo, Vale Verde, Conjunto Habitacional Alberto Marques, Conjunto Habitacional Hermínio Gerbi, Chácara São João, Santa Maria do Amparo, Jardim Europa, Jardim Bianca, Panorama Tropical, Silvestre I, II e IV e Região do Barassa.
8. Reunião Regional – Jardim Camandocaia/Pinheirinho	Jardim Camandocaia, Jardim Silmara, Jardim das Orquídeas, Jardim Itália, Jardim São Roberto, Nova Era, Biquinha, Bosque dos Eucaliptos, Jardim Primavera, Nova Amparo, Jardim Nardini, Silvestre, Jardim Paulistano, São Judas e Pinheirinho.
9. Reunião Regional – Jardim América, Moreirinha e Figueira	Jardim Alberto, Pq. Dona Virginia, Pq. Rodrigues, Jardim das Aves, Jardim Moreirinha, Jardim América, Jardim Adélia, Figueira, Flamboyant, São Sebastião, Tambury, Casa Grande, Vila Nova, Ribeirão e Estância Netinho.
10. Reunião Regional – Jardim Brasil	Jardim Brasil, Jardim Santana, Castelo, Jardim Real, Jardim Santa Cecilia, Santa Julia, Velhobol, Centro, Jardim São Francisco e Chácara São Francisco, Jardim Bela Vista, Jardim Silvana e Jardim Vila Rica.

Quadro 10: Divisão regional. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 57: Mapa das regiões definidas para a realização das Oficinas e Reuniões Regionais.

Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

## As etapas do processo participativo

### Etapa 1 – Multiplicadores do Poder Executivo

A primeira etapa do processo participativo foi realizada com os servidores públicos indicados pelas secretarias municipais e pelo SAAE (Autarquia Municipal), através de oficina de formação de multiplicadores com o objetivo de capacitá-los a partir do conteúdo específico relacionado ao tema e aos usos urbanos no município, assim como os desafios a serem enfrentados.

**1ª Etapa: Ação de formação – Poder Executivo – Oficina de Multiplicadores em Plano Diretor Participativo****Objetivo**

Subsidiar a equipe técnica intersecretarial dos conteúdos que tratam da política urbana a partir das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade.

**Roteiro**

1. abertura da reunião pela secretária de Desenvolvimento Urbano – arquiteta Lavínia Ferraz;
2. apresentação do vídeo: PDP – cidade de todos;
3. módulo I – Estatuto da Cidade – apresentado pelo geógrafo Fabio Tozi;
4. módulo II – Conteúdo básico do PDP – apresentado pelo geógrafo Fabio Tozi;
5. módulo III – Processo de elaboração e implantação do PDP – apresentada pela geógrafa Ana Vellardi;
6. jogo – Função social da propriedade – realizado pela assistente social Raquel Divina e a geógrafa Ana Vellardi;
7. módulo IV – Regularização fundiária – apresentado pela arquiteta Marilda Gutierrez e o advogado Marcos Miguel;
8. módulo V – Gestão social da valorização imobiliária para inclusão territorial – apresentado pela geógrafa Ana Vellardi.

Data da Oficina de Formação dos representantes do Poder Executivo: 6 de outubro de 2005

Local: Parque Ecológico

Número de convidados: 31

Número de participantes: 31

**Resultados a partir dos usos e os desafios a serem enfrentados**

<b>Usos atuais</b>	<b>Desafios</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. uso do Patrimônio Histórico;</li> <li>2. poluição das águas do rio Camandocaia e córregos;</li> <li>3. equipamentos públicos;</li> <li>4. desmatamento;</li> <li>5. uso residencial, residencial com comércio, residencial vertical;</li> <li>6. poluição do ar;</li> <li>7. áreas de lazer e esportes ao longo do rio Camandocaia e de outras áreas destinadas a tais atividades;</li> <li>8. cultura agrícola;</li> <li>9. atividades culturais;</li> <li>10. crescimento populacional;</li> <li>11. infraestrutura – energia, água e esgoto;</li> <li>12. uso industrial;</li> <li>13. vazios urbanos, lotes e casas;</li> <li>14. poluição sonora;</li> <li>15. uso comercial;</li> <li>16. oferta de emprego e geração de renda;</li> <li>17. poluição do solo.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. urbanização de assentamentos precários;</li> <li>2. implantação de infraestrutura – energia, água e esgoto;</li> <li>3. implantação de usos de espaço coletivos;</li> <li>4. regularização de assentamentos;</li> <li>5. preservação do Patrimônio Histórico;</li> <li>6. riscos de deslizamento de encostas e enchentes;</li> <li>7. riscos para pedestres e ciclistas;</li> <li>8. melhoria do transporte público.</li> </ol>

Quadro 11: Ação de formação – Poder Executivo – Oficina de Multiplicadores em Plano Diretor Participativo, considerando objetivos, roteiro metodológico, participação e resultados obtidos. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 58: Fotos da Oficina dos Multiplicadores do Poder Executivo, 2005.

Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo.

## **Etapa 2 – Multiplicadores regionais e por segmento**

A segunda etapa visou à formação dos atores das diversas regiões do município e atores por segmentos (sociais, culturais, econômicos etc.) como multiplicadores. O quadro 12 está estruturado conforme o roteiro e a metodologia aplicados na oficina junto com os segmentos (atores por segmento), indicados através de 109 entidades locais, e as duas oficinas nas macrorregiões dos Jardins São Dimas e Brasil (atores regionais). A meta para essa etapa do processo participativo foi dialogar com 120 atores, 90 regionais e 30 por segmento.

## **2ª Etapa – Ação de Formação – Sociedade Civil – Oficina de Multiplicadores em Plano Diretor Participativo**

### **Cronograma**

1ª Oficina para multiplicadores regionais – Macrorregião do Jardim Brasil – 22 de outubro de 2005.

1ª Oficina para multiplicadores regionais – Macrorregião do Jardim São Dimas – 26 de outubro de 2005.

1ª Oficina de Formação – Segmentos Sociais – 19 de outubro de 2005.

### **Objetivo**

Introduzir os trabalhos relativos à construção do PDA com a necessidade de pactuar a leitura do município a partir da realização de leitura técnica pública e recepção da leitura comunitária, abordando os conteúdos do roteiro.

### **Roteiro**

1. abertura e dinâmica com a apresentação dos participantes;
2. apresentação do vídeo sobre Planos Diretores – Instituto Pólis<sup>19</sup>;
3. apresentação do Estatuto da Cidade e PD;
4. apresentação do processo participativo do PDA;
5. leitura técnica de Amparo: histórica e levantamentos;
6. construção da leitura de Amparo pela sociedade – desenvolvimento de dinâmicas de grupo para leitura comunitária de Amparo: “A Amparo que temos”, com elaboração de mapa falado<sup>20</sup> com a montagem de grupos com cinco integrantes.

### **Método**

Foram distribuídas plantas do município, distribuição de legendas pré-definidas, e outras em branco, a fim de possibilitar a identificação livre de um diagnóstico não previsto nas legendas; foi fornecido um relatório padrão para ser preenchido pelos participantes a fim de detalharem o conteúdo das legendas e demais apontamentos.

Ao final, cada grupo apresentou a sua leitura e um mapa falado a ser consensual a partir das discussões com todos os grupos. As identificações não convergentes foram constatadas e listadas nos mapas dos grupos. Para os conteúdos convergentes e complementares foram realizados relatórios e registrados em um único mapa, apresentado nas reuniões regionais como produto da Oficina. Informou-se que o conjunto de mapas produzidos pela sociedade civil seriam apresentados na próxima etapa, “A Amparo que queremos”, junto com a leitura técnica comunitária. Ambos foram pontos de partida para o desenvolvimento, visando à etapa seguinte;

7. encerramento: reforçou-se aos participantes sua presença na continuação do processo, mobilizando outros atores para a participação nas reuniões regionais, consolidando-os como multiplicadores.

### **Produtos das Oficinas**

Lista de presença, mapa da leitura dos participantes com relatório, registro fotográfico e gravação do depoimento histórico.

### **Tempo previsto**

Oficinas com a duração de 4 horas, com 1h30min de exposição em *power point* e 2h30min. de dinâmica de grupo. Os resultados dessas Oficinas foram replicados pelo Diário Oficial do Município, a Rádio Municipal e o site da Prefeitura.

### **Participação**

Oficina da Macrorregião do Jardim Brasil

Número de convidados: 98

Número de participantes: 26

Oficina da Macrorregião do Jardim São Dimas

Número de convidados: 58

<sup>19</sup> O Instituto Pólis é uma Organização Não Governamental (ONG) de atuação nacional e internacional. Fundado em 1987, atua na construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas, por meio de pesquisas, assessoria e formação que resultem em mais políticas públicas e no avanço do desenvolvimento local. Mais informações em: <<http://polis.org.br/>>.

<sup>20</sup> A técnica do mapa falado é o processo de ilustração de mapas, cartas topográficas, plantas e croquis através do uso de fotografias, figuras, gravuras, cartões postais, entre outros recursos visuais. Mais informações em: <<http://geodados.pg.utfpr.edu.br/busca/detalhe.php?id=22347>>

Número de participantes: 23  
 Oficina de Formação dos segmentos sociais  
 Número de convidados: 109 entidades  
 Número de participantes: 28 representantes

Quadro 12: Ação de formação – sociedade civil – Oficina de Multiplicadores em Plano Diretor Participativo, considerando objetivos, roteiro, metodologia e participação. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

**Constituição estabelece função social da cidade e da propriedade**

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE AMPARO**

**CRONOGRAMA - 1ª Etapa**

Oficinas	Data
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	04/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	05/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	06/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	07/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	08/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	09/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	10/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	11/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	12/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	13/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	14/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	15/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	16/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	17/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	18/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	19/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	20/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	21/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	22/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	23/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	24/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	25/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	26/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	27/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	28/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	29/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	30/10
Oficina de Formação dos Segmentos Sociais	31/10

**AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Câmara Municipal de Estatuto e Regimento de Amparo convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA da Secretaria Municipal de Saúde, a ser realizada no dia 27 de OUTUBRO de 2005, a partir das 14h30 horas, na sede da Câmara Municipal de Amparo, Rua do Planalto, nº 1000, Centro, Amparo, SP. Para maiores informações, ligue para o telefone (19) 3442-1000 ou compareça pessoalmente ao endereço acima mencionado.

AMPARO, 24 de setembro de 2005.

Dr. LAZARO JOSE DOMINGUES - Presidente

Figura 59: Publicação no Jornal Oficial de Amparo, 21 de outubro de 2005.  
 Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo.

### Etapa 3 – “A Amparo que temos” – Reuniões Regionais

Na terceira etapa, iniciam-se as reuniões regionais no município, buscando junto com a sociedade civil a realização do diagnóstico participativo através da leitura comunitária – com a mesma metodologia das Oficinas nas macrorregiões e a dos segmentos.

O quadro de demandas dessa etapa será analisado por temas específicos, já que esta pesquisa objetiva demonstrar como se deu o debate que consolidou o parque linear como instrumento da política urbana municipal ao longo do processo participativo.

### **3ª Etapa – “A Amparo que temos”**

#### **Cronograma**

- 1ª Reunião Regional – Areia Branca / Pedrosos – 3 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Boa Vereda – 5 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Bairro dos Rosas – 9 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Arcadas – 12 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Pantaleão – 16 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Três Pontes – 19 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Jardim São Dimas – 23 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Jardim Camandocaia / Pinheirinho – 26 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Jardim América/ Moreirinha / Figueira – 30 de novembro de 2005;
- 1ª Reunião Regional – Jardim Brasil – 3 de dezembro de 2005.

#### **Objetivo**

Introduzir os trabalhos relativos à construção do PDA com a necessidade de pactuar a leitura do município a partir da realização de leitura técnica pública e recepção da leitura comunitária, abordando os conteúdos do roteiro.

#### **Roteiro**

1. abertura e dinâmica com a apresentação dos participantes;
2. apresentação do vídeo sobre PDs – Instituto Pólis;
3. apresentação do Estatuto da Cidade e PD;
4. apresentação do processo participativo do PDA;
5. leitura técnica de Amparo: histórica e levantamentos;
6. construção da leitura de amparo pela sociedade – desenvolvimento de dinâmicas de grupo para a leitura comunitária de Amparo – “A Amparo que temos” – com a elaboração de mapa falado com a montagem de grupos com cinco integrantes;
7. Encerramento: reforçou-se aos participantes sua presença na continuação do processo, mobilizando outros atores para a participação nas reuniões regionais, consolidando-os como multiplicadores.

#### **Método**

Foram distribuídas plantas do município, legendas pré-definidas e outras em branco a fim de possibilitar a identificação livre de um diagnóstico não previsto nas legendas; foi fornecido um relatório padrão para ser preenchido pelos participantes para que fossem detalhados o conteúdo das legendas e demais apontamentos. Ao final, cada grupo apresentou a sua leitura e um mapa falado a ser consensual a partir das discussões com todos os grupos. As identificações não convergentes foram constatadas e listadas nos mapas dos grupos. Para os conteúdos convergentes e complementares foram realizados relatórios e registrados em mapa único, que foi apresentado nas reuniões regionais como produto da Oficina. Informou-se que o conjunto de mapas produzidos pela sociedade civil seriam apresentados na próxima etapa, “A Amparo que queremos”, junto com a leitura técnica comunitária. Ambos foram pontos de partida para o desenvolvimento, visando à etapa seguinte.

**Produtos das Oficinas:** lista de presença, mapa da leitura dos participantes com relatório, registro fotográfico e gravação do depoimento histórico.

#### **Tempo previsto**

As reuniões tiveram duração de 4 horas com 1h30min de exposição em *power point* e 2h30 min de dinâmica de grupo. Os resultados foram replicados pelo Diário Oficial do Município, a Rádio Municipal e o site da Prefeitura.

#### **Avaliação pela equipe técnica considerando princípios políticos e coordenação do Plano Diretor**

Há uma lacuna na coordenação do PD, que tem prejudicado a definição dos princípios políticos norteadores da equipe de trabalho, deixando claro que as discussões que permitiram a formação e discussão de conceitos e métodos de trabalho não foram satisfatórias. Isso se refletiu, por exemplo, em um descompasso entre os levantamentos de dados e a participação popular, as diferentes orientações, linguagens e ideias durante as exposições à população.

**Quadro das reivindicações colhidas nas reuniões regionais da 3ª Etapa do Plano Diretor de Amparo – “A Amparo que temos” – 19 de outubro a 3 de novembro de 2005**

**Número de participantes:** 340

Representantes do executivo municipal: 27

Representantes da Câmara Municipal: quatro vereadores;

Representantes dos moradores regionais: 275 participantes;

Representantes dos segmentos: 34 participantes;

Promotorias e governo do Estado: ausentes.

**Segmentos presentes**

Assistencial: 27 entidades;

Profissional: uma entidade;

Sociedades de servir: duas entidades

Religiosas: três entidades;

Empreendedores econômicos: quatro entidades;

Sindicatos: três;

Organização ambiental: uma entidade;

Organização de bairro: seis associações;

Total: 34 entidades.

Observação: empreendedores imobiliários e empresários não mandaram representantes.

Quadro 13: Processo participativo nas reuniões regionais para a leitura comunitária. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

<b>Quadro resumido das reivindicações coletadas no diagnóstico participativo</b>			
Eixos	Sub-eixos	Quantidade de reivindicações	Percentual
1. Mobilidade	Urbana	10	14,49%
	Rural	6	8,69%
2. Esporte e lazer		8	11,59%
3. Cultura		6	8,69%
4. Segurança pública		7	10,14%
5. Meio ambiente		7	10,14%
6. Patrimônio Histórico			
7. Habitação	Habitação	2	2,89%
	Regularização Fundiária	4	5,79%
8. Manutenção urbana		6	8,69%
9. Saúde		10	14,49%
10. Educação		3	4,34%
Total		69	100 %

Quadro 14: Resumo das reivindicações dividido por eixos temáticos do processo participativo nas reuniões regionais para a leitura comunitária. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Uma breve análise das primeiras etapas do processo participativo tornou possível afirmar que, mesmo aplicando metodologias que buscam qualificar e envolver a sociedade civil a partir de um planejamento estruturado, os resultados ficam aquém das expectativas iniciais. Os temas urbanos que fazem parte do processo de elaboração do PD, devido à natureza complexa dos atores envolvidos e aos interesses de ordem coletiva e específica, acabam direcionando os debates para assuntos genéricos, de baixa relevância. A dureza do cotidiano e os problemas vividos diariamente pelos cidadãos levam o debate para questões de natureza específica e imediatistas.

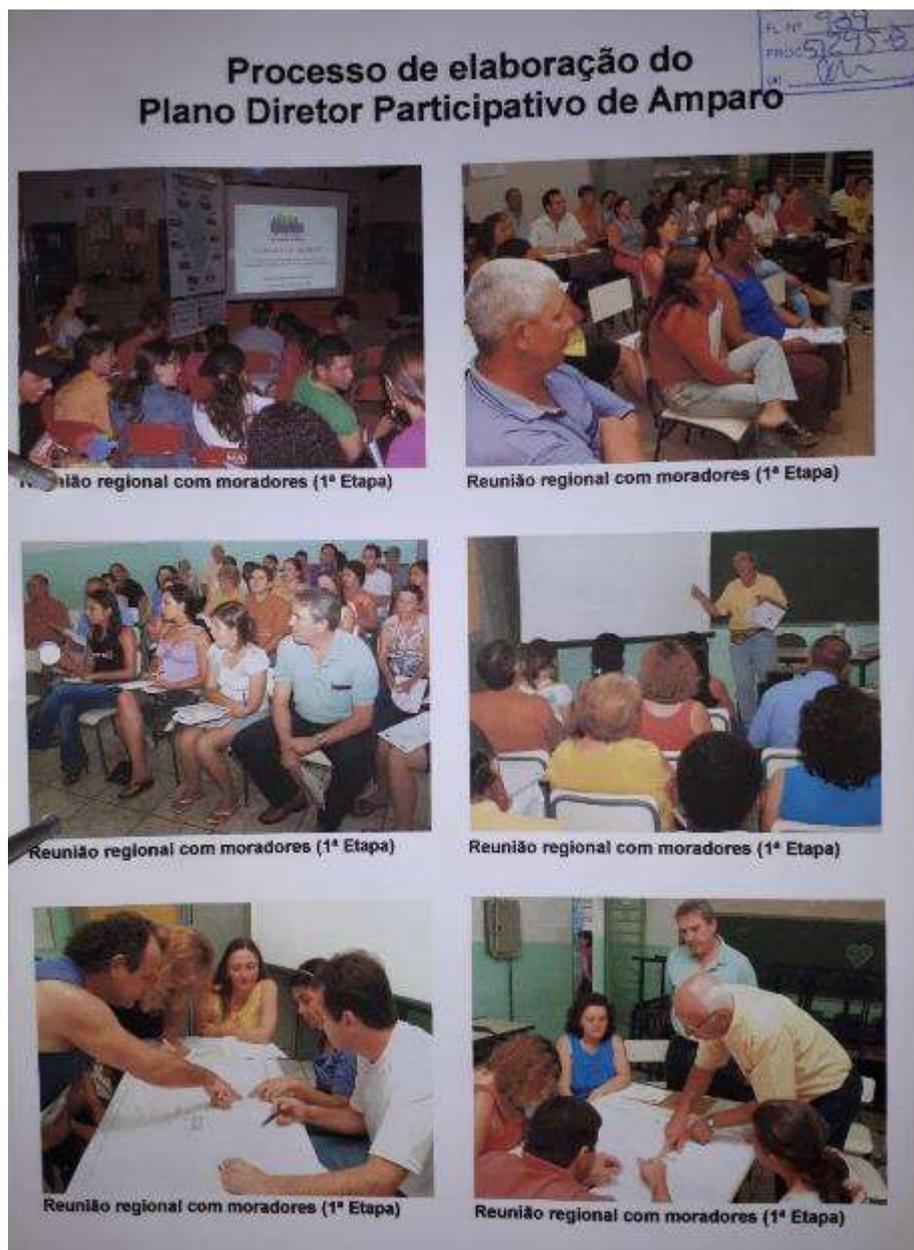


Figura 60: Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo – A Amparo que temos – reuniões regionais. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo, 2005.

Nessa etapa, cujo objetivo geral era realizar o diagnóstico participativo através da leitura comunitária, houve baixa adesão da sociedade civil como ator fundamental no processo de transformação. Mesmo havendo esforço significativo do Poder Executivo em cumprir criteriosamente as obrigações legais previstas para elaboração do PDP, ficou evidente a necessidade de aprimorar a metodologia aplicada e os meios de comunicação que buscam mobilizar a sociedade civil.

Mesmo assim, podem-se destacar duas importantes questões apontadas no início do processo participativo: 1. nas reivindicações coletadas a partir das reuniões regionais, o tema mobilidade urbana surge como um dos prioritários nas próximas etapas; 2. mesmo que o tema

referente ao Patrimônio Histórico tenha estado presente e registrado através de documentos encontrados no processo administrativo (fonte desta pesquisa), em todas as discussões dos grupos presentes nas reuniões regionais, no relatório realizado pela Prefeitura Municipal não consta reivindicações referentes ao tema, portanto, não faz parte do quadro resumido apresentado acima.

No que diz respeito ao tema central da pesquisa, nesse momento ainda não se fazia referência à ideia da existência de um parque linear às margens do rio Camandocaia, mesmo que se tenha registrado a necessidade de áreas de lazer e recreação de forma generalizada, que, somada às questões de preservação do meio ambiente e mobilidade urbana, não se sintetizava numa leitura crítica e propositiva do equipamento urbano. O parque, até este momento (2005), não entrava como objeto direto e produto a ser reivindicado nas leituras comunitárias, muito embora o rio Camandocaia nunca se separasse da imagem e da existência da cidade.



Figura 61: Jornal Oficial de Amparo: publicação sobre o término da etapa “A Amparo que temos”. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2005.

#### **Etapa 4 – “A Amparo que queremos” – retorno para as Reuniões Regionais**

Na quarta etapa, inicia-se a retomada das reuniões regionais com o objetivo de apresentar os resultados da leitura comunitária realizada com a sociedade civil e, através de metodologia aplicada, levantar um conjunto de propostas a serem encaminhadas para as audiências finais.

### Composição da Comissão Consultiva

Nessa etapa também foi constituída no processo participativo a Comissão Consultiva do PD, formada com representantes do poder público, dos segmentos organizados e delegados eleitos nas reuniões regionais. As atribuições previstas pelos seus membros eram: dar subsídios ao Poder Executivo durante o processo de elaboração do plano; propor políticas públicas; acompanhar a elaboração do plano junto com a equipe técnica do Poder Executivo; acompanhar o processo de votação e discussão no âmbito legislativo. A Comissão Consultiva foi composta por 60 membros titulares divididos entre:

- 1) 20 representantes do **poder público**: 12 indicados pelo prefeito e oito por dirigentes de órgãos estaduais e federais situados no município;
- 2) 20 representantes dos **segmentos** organizados, eleitos em reunião específica ocorrida em 31 de julho de 2006, quando cada entidade/organização teve direito a um voto dentro do agrupamento a que pertencia, por exemplo: sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, associações de moradores de bairro etc.;
- 3) 20 titulares **regionais**, eleitos em cada uma das respectivas reuniões regionais: dez regiões com dois representantes titulares e dois representantes suplentes. Foram considerados os dois mais votados como titulares e o terceiro e quarto mais votados como suplentes.

Pelo critério da eleição somente moradores dos bairros que compunham a região poderiam participar como candidatos, de modo que o representante regional teria de ter atuação no bairro, vinculado à comunidade religiosa ou qualquer agrupamento de expressão, ou moradores que, historicamente, buscavam exercitar sua cidadania no cotidiano, junto com a comunidade, mesmo não pertencendo a grupos organizados.

A Comissão Consultiva foi nomeada através uma portaria<sup>21</sup> do prefeito municipal com todos os nomes indicados e eleitos. Nela constam as obrigações dos representantes eleitos,

---

<sup>21</sup> Portaria, conforme o direito administrativo brasileiro, é um ato jurídico – originário do Poder Executivo – que contém ordens/instruções sobre a aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral e normas sobre a execução de serviços, a fim de esclarecer ou informar sobre atos ou eventos realizados internamente em órgão público, como nomeações, demissões, medidas de ordem disciplinar, pedidos de férias, licenças por luto, licenças para tratamento de saúde, licença em razão de casamento (gala) de funcionários públicos ou qualquer outra determinação da sua competência. Em todos os casos, portaria é um ato administrativo normativo que visa à correta aplicação da lei no senado, expressando em minúcia o mandamento abstrato da lei, com a mesma

como: participar das reuniões e Audiência Pública referentes ao PDP; convocar o suplente caso não tenha condições de participar, justificando a ausência à coordenação geral; informar aos segmentos, ou à região que representa, sobre o processo de elaboração do PDP; participar das reuniões e sessões legislativas que tratassem da aprovação do PDP. Perde a condição de membro da comissão quando: faltar a duas reuniões consecutivas; perder a condição de representante do segmento pelo qual foi escolhido; renunciar – realizando comunicação por escrito.

Para a definição dos representantes dos segmentos organizados foi proposta a seguinte divisão e proporcionalidade:

- 1) movimentos populares – 12 entidades para seis vagas;
- 2) trabalhadores representados por suas entidades sindicais – 13 entidades para duas vagas;
- 3) empresários relacionados à produção do desenvolvimento urbano – seis entidades para duas vagas;
- 4) entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa – oito entidades para três vagas;
- 5) ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) – dez entidades para quatro vagas;
- 6) conselhos de classe – três conselhos para três vagas.

Foram realizadas duas reuniões com os segmentos organizados no mês de julho de 2006 para a formação da Comissão Consultiva.

### **Reuniões Regionais – demandas e propostas**

As reuniões regionais seguiram o seguinte cronograma: primeira reunião em 18 de julho de 2006 na região do Jardim Brasil; última reunião em 29 de julho de 2006 na região do Pantaleão. Foram divulgadas através do Jornal Oficial de Amparo do dia 7 de julho de 2006, do site da prefeitura municipal, panfletos distribuídos em vários pontos da cidade, da programação da Rádio Cultura e carro de som. O quadro 15 apresenta a síntese do que foi

---

normatividade da regra legislativa. Porém, trata-se de manifestação tipicamente administrativa. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Portaria>>.

essa etapa com um conjunto de demandas e propostas debatido por eixos indicados pela prefeitura municipal.

#### **4º Etapa – “A Amparo que queremos”**

##### **Cronograma:**

- 2ª Reunião Regional – Jardim Brasil – 18 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional – Jardim Camandocaia / Pinheirinho – 19 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional – Areia Branca / Pedrosos – 20 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional – Arcadas – 21 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional – Jardim América/ Moreirinha / Figueira – 22 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional – Jardim São Dimas – 25 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional — Bairro dos Rosas – 26 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional — Três Pontes – 27 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional — Bairro da Boa Vereda – 28 de julho de 2006;
- 2ª Reunião Regional – Pantaleão – 29 de julho de 2006.

##### **Objetivo**

Apresentar os resultados obtidos na leitura comunitária junto com os dados e levantamentos realizados pelo Poder Executivo, através da equipe técnica, para em conjunto discutir as propostas para o PDP. Eleger os delegados regionais para a Comissão Consultiva.

##### **Roteiro**

- abertura e apresentação do histórico do processo até o momento – marco regulatório e o que é um PD;
- apresentação dos resultados da leitura comunitária – “A Amparo que temos”;
- apresentação da metodologia e cronograma das reuniões regionais – “A Amparo que queremos”;
- apresentação da próxima etapa e cronograma – “A Amparo de todos”;
- apresentação da análise do território através dos eixos propostos pelo Poder Executivo:

- patrimônio cultural e natural;
- habitação;
- mobilidade urbana;
- desenvolvimento econômico;
- meio ambiente;
- dinâmica de ocupação do território.

- 6. apresentação da composição da Comissão Consultiva e do processo eleitoral dos membros do poder público, segmentos organizados e sociedade civil;
- 7. Encerramento.

##### **Método e conteúdo**

Apresentação expositiva por meio de um conjunto de *slides* com os eixos estruturados como proposta do Poder Executivo a ser discutida nas reuniões:

##### **1. Patrimônio – Cultural e Natural**

###### **Área Rural:**

- preservação do patrimônio histórico – fazendas históricas;
- preservação das paisagens naturais – notáveis.

###### **Área Urbana:**

- preservação de imóveis de interesse histórico isolados; preservação da paisagem;
- plano de Reabilitação do Centro Histórico (em andamento na época: definição do grupo gestor, revitalização das fontes de água mineral, normatização de publicidade em fachadas, alargamento das calçadas, enterramento das redes de energia, telefonia, lógica e iluminação pública com adaptação de entrada dos fios nos imóveis);
- reabilitação do uso para equipamentos públicos e HIS;
- constituição de área envoltória municipal que garanta a preservação de novos conjuntos de interesse do patrimônio e sua ambiência histórica.

##### **2. Habitação**

## 2.1. Produção de HIS

- política de ocupação de vazios urbanos (apresentação dos lotes e glebas mapeados);
- constituição do Fundo Municipal de Habitação (FMH);
- parcerias e legislação que estimule a produção de moradia para a população de baixa renda.

## 2.2. Programa de Regularização Fundiária

- loteamentos clandestinos e irregulares mapeados – definição de diretrizes para regularização de interesse público e específico caso a caso;
- controlar ocupações em áreas de risco;

## 3. Mobilidade

### 3.1. Plano de trânsito, transporte e mobilidade

- integração da área urbana com a área rural e bairros isolados;
- garantir a acessibilidade universal com veículos adaptados para o transporte público e em obras públicas;
- revisão dos itinerários e horários das linhas do transporte público;
- cadastramento complementar das estradas rurais e manutenção para garantir o escoamento da produção, dar acesso aos núcleos rurais e pontos turísticos e aprimorar o sistema de transporte escolar.

### 3.2. Sistema viário, trânsito e transporte

- hierarquização do sistema – classificação das vias, pontos de estrangulamento, polos geradores de tráfego e sistema binário;
- priorização do pedestre, ciclista e transporte coletivo – alargamento de calçadas, travessias em nível com rebaixamento de calçadas e sinalização podotátil.

### 3.3. Parque linear

- **qualificação das duas margens do rio Camandocaia na área urbana: arborização, passeios, ciclovia, equipamentos de lazer, esporte e recreação;**
- **primeira etapa da rua Portugal até a rua Carlos Augusto do Amaral Sobrinho.**

## 4. Desenvolvimento Econômico

### Área Rural

- incentivo a diversidade de culturas adequadas ao tipo de solo;
- valorização e manutenção do homem no campo;
- estímulo à atividade turística.

### Área Urbana

- incentivar pequenas e médias empresas;
- parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- estímulo a iniciativas locais;
- patrimônio histórico como atrativo turístico;
- Amparo como Centro Regional de Comércio e Serviços;
- Zoneamento Ecológico – Econômico;
- diversidades das atividades econômicas (indústria, comércio, turismo, serviços, agricultura);
- capacitação do trabalhador;
- acesso ao crédito pelo Banco do Povo.

## 5. Meio Ambiente

- vegetação – conservação e recuperação da Área de Preservação Ambiental (APA), APPs, Reserva Legal (RL) e estradas rurais;
- água – manutenção, conservação e recuperação das águas superficiais e subterrâneas;
- resíduos sólidos e efluentes – recuperar o aterro sanitário, incentivar a reciclagem e propor tecnologias para o saneamento rural;
- implantar o sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto na área urbana; interceptar 90 pontos de despejo de esgoto doméstico no rio Camandocaia e levar para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

## 6. Dinâmica de Ocupação do Território

- criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (CMDUR);
- criar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU);
- criar o FMH;
- diretrizes para a ordenação do território:

- ✓ desenvolvimento sustentável – equilíbrio de usos e densidades;
- ✓ melhoria da qualidade de vida – garantir moradia, saúde, educação, transporte e lazer;
- ✓ garantir a função social do território – propor espaços de sociabilidade e convivência.

Após a apresentação das propostas dos eixos a serem discutidos pelo Poder Executivo, foi apresentada a metodologia para o processo de composição da Comissão Consultiva.

Finalizadas as apresentações expositivas, foi dada a palavra aos participantes das reuniões após inscrição com a equipe de apoio. As questões apontadas no contexto do debate eram anotadas por eixo de discussão para serem votadas em ordem de prioridade; as questões apontadas fora do contexto eram anotadas e posteriormente encaminhadas às secretarias municipais para providências ou respostas aos munícipes.

As votações das prioridades foram realizadas com a utilização dos crachás, apresentadas e validadas por todos os participantes presentes no final da reunião.

Os resultados das reuniões regionais, a partir da vontade popular, foram encaminhados para a última etapa do processo participativo “A Amparo de todos”.

**Tempo previsto**

As reuniões ocorreram das 19h até as 22h: 1h30min com a parte expositiva e 1h30min com os debates e deliberações das prioridades apontadas para o município e regiões.

**Avaliação das Reuniões Regionais**

Não há registro no processo administrativo do processo de avaliação por parte da coordenação geral do PDP.

**Número de participantes nas Reuniões Regionais:** 368

**Segmentos presentes:** 51

Quadro 15: Quadro resumo do processo participativo, considerando cronograma, objetivo, roteiro, método e participação.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O método de análise partiu da divisão dos eixos propostos pela prefeitura municipal, considerando que as propostas coletadas foram interpretadas por secretarias municipais e classificadas nos seguintes eixos:

- 1) mobilidade urbana: propostas sobre trânsito e transporte, manutenção urbana e acessibilidade universal;
- 2) meio ambiente: propostas sobre saneamento, meio ambiente e áreas de esporte e lazer;
- 3) patrimônio cultural e natural: propostas sobre patrimônio arquitetônico e paisagens naturais;
- 4) desenvolvimento econômico: propostas sobre incentivos às políticas industriais, comerciais e de serviços;
- 5) habitação e regularização fundiária: propostas sobre HIS (produção de moradias), regularização fundiária (necessidade de infraestrutura) e direito à posse;
- 6) dinâmicas de ocupação do território: propostas sobre assuntos vinculados à gestão, normas, legislações e controle do território;
- 7) outros: propostas sobre educação, saúde, segurança pública e cultura.



Figura 62: Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo – A Amparo que queremos – reuniões regionais.  
Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2005.

Por vezes, a mesma proposta foi classificada em mais de um eixo, considerando que a abrangência do assunto determinou tal interpretação.

<b>Quadro resumido das propostas coletadas na etapa “A Amparo que queremos”</b>			
Eixos	Sub-eixos	Quantidade de propostas	Percentual
1. Mobilidade urbana	Urbana	27	16,46%
	Rural	13	7,92%
2. Meio ambiente		32	19,51%
3. Patrimônio cultural e natural		13	7,92%
4. Desenvolvimento econômico		27	16,46%
5. Habitação e regularização fundiária		9	5,48%
6. Dinâmica de ocupação do território		26	15,85%
7. Outros		17	10,40%
<b>Total</b>		<b>164</b>	<b>100 %</b>

Quadro 16: Resumo das propostas dividido por eixos temáticos do processo participativo nas reuniões regionais. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Com o término dessa etapa, as propostas apresentadas pela sociedade civil direcionaram o debate, por ordem de importância, para as questões sobre mobilidade urbana, meio ambiente, desenvolvimento econômico, dinâmica e ocupação do território, patrimônio cultural e natural, habitação e regularização fundiária.

Demonstrou-se nessa etapa, enquanto expectativa da sociedade civil, grande preocupação em prover infraestrutura urbana e elaborar políticas sociais que atendam as demandas para uma cidade mais inclusiva e determinem políticas específicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável e para a geração de emprego e renda.

O método expositivo utilizado nas reuniões regionais, proposto pela prefeitura, influenciou para que os debates ficassem restritos às diretrizes previamente impostas. Porém, os eixos propostos pelo Poder Executivo estão na agenda dos governos municipal, estadual e federal através de programas e ações propostas que fazem parte do cotidiano da administração pública.

A construção de novos marcos regulatórios federais consolidou a pauta de discussão desses temas, que através dos PDs impuseram aos municípios uma agenda permanente para o desenvolvimento de propostas e ações na busca de melhor qualidade de vida urbana. Ficou evidente, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>22</sup> – medido pelos indicadores

<sup>22</sup> O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho. Todos entram no cálculo do IVS final com o mesmo peso. Para o cálculo dos subíndices, foram utilizados 16 indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE para os anos de 2000 e 2010 – tabulados para o Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil com seus respectivos pesos. Para a construção de cada dimensão do IVS, utilizando pesos equivalentes para cada indicador, foi necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos em cada indicador para transformá-lo, também, em um indicador padronizado,

do Atlas da Vulnerabilidade Social<sup>23</sup> nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras, realizado pelo Ipea<sup>24</sup> – a grande disparidade entre o que se propunha e o que de fato acontecia em Amparo e outras cidades brasileiras. Segundo os indicadores do Atlas medidos em 2010, Amparo teria:

- 1) IVS Infraestrutura Urbana de muita baixa vulnerabilidade;
- 2) IVS Capital Humano de baixa vulnerabilidade;
- 3) IVS Renda e Trabalho de muita baixa vulnerabilidade.

Assim, no contexto nacional, o município de Amparo está em situação privilegiada quando comparado a outros. Considerando o cenário em que Amparo se inseria, mesmo que privilegiado, obriga a estruturação política e técnica a fim de captar recursos financeiros para a viabilização de obras na escala urbana, como o parque linear e o Sistema de Tratamento de Esgotos, entre outras.

No final dessa etapa, o parque linear, proposto pelo Poder Executivo, passa a ser um projeto conhecido pela população, mas sem o reconhecimento da sua importância enquanto equipamento público – o que sintetizava muitas expectativas da sociedade civil.

#### **Etapa 5 – “A Amparo de todos” – O final do processo participativo**

Na quinta etapa, foram realizadas quatro reuniões com a Comissão Consultiva e Audiência Pública na Câmara Municipal para apresentação e discussão da minuta do texto da lei complementar nº1. As reuniões foram abertas à população, mas somente os membros da

---

com valores variando de 0,000 a 1,000. Cada indicador teve seu valor normalizado em escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade). Mais informações em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>.

<sup>23</sup> Concebido como ferramenta simples e amigável de disponibilização de informações, a plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) possibilita a consulta em diversos formatos de dados sobre a temática da vulnerabilidade social, estimulando e facilitando a produção de análises e informações para os mais diversos perfis de usuários. A plataforma oferece um panorama da vulnerabilidade e da exclusão social nos municípios, estados e regiões metropolitanas. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município. O AVS também permite conhecer as desigualdades em nível intramunicipal das diversas espacialidades de uma mesma região metropolitana. Mais informações em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>.

<sup>24</sup> O Ipea é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas, impressas e eventos. Mais informações em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1226&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68)>.

comissão tinham direito à voz e ao voto. As reuniões ocorreram nos dias 3, 4, 10 e 17 de agosto de 2006 no Cine Estação (hoje desativado), na praça Pádua Salles, das 19h às 21h30min. A Audiência Pública ocorreu no dia 23 de agosto de 2006 na Câmara Municipal.

#### **5ª Etapa – A Amparo de Todos**

##### **Cronograma**

Reuniões da Comissão Consultiva: 3, 4, 10 e 17 de agosto de 2006.

Audiência Pública na Câmara Municipal: 23 de agosto de 2006.

##### **Objetivo:**

Apresentar as demandas e propostas colhidas nas etapas anteriores do processo participativo. Acompanhar, debater e concluir a proposta do texto da minuta de lei a ser encaminhada à Câmara municipal.

##### **Roteiro**

1. abertura e condução dos trabalhos pelo prefeito municipal;
2. apresentação dos eixos temáticos e diretrizes gerais do PDP;
3. apresentação das demandas e propostas das reuniões regionais e nos segmentos organizados;
4. abertura para debates com os membros da Comissão Consultiva;
5. registro em Ata das propostas consensuais;
6. registro em Ata das propostas a serem rediscutidas e abertas para votação;
7. encerramento e chamada para a próxima reunião.

##### **Método e conteúdo**

Apresentação expositiva com *slides*. A consultoria contratada apresentou o conteúdo produzido pelo Poder Executivo. As reuniões foram moderadas pelo prefeito. Os debates foram realizados por eixo temático e a cada *slide* apresentado com as diretrizes estratégicas, demandas e propostas foi dada a palavra aos membros da Comissão Consultiva para considerações sobre o conteúdo propositivo. As questões consensuais eram registradas em Ata e encaminhadas para o texto da minuta da lei. As questões não consensuais eram colocadas em votação junto com a Comissão Consultiva. O tempo do debate por eixo foi controlado pela equipe de apoio. Ao final, a Ata foi assinada pelo relator da comissão e a lista de presença assinada pelos membros da Comissão Consultiva foi anexada à Ata. O material encontra-se disponível nos arquivos da prefeitura municipal através do Processo Administrativo nº 51.295-8.

##### **Tempo Previsto**

As reuniões tiveram duração de 2h30min, com início às 19h e término às 21h30min.

Quadro 17: Resumo da etapa conclusiva do processo participativo com a proposta final da estrutura do projeto de lei do PD. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 63: Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo – A Amparo de todos. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2005.

O PDP de Amparo foi aprovado na Câmara Municipal sem alterações no texto original, proposto pela Comissão Consultiva e sancionado pelo Prefeito Municipal em 6 de outubro de 2006. O quadro 18 mostra os temas discutidos durante o processo participativo e garantidos no PD.

<b>Temas discutidos no Plano Diretor Participativo</b>
1. Função social da propriedade
2. Dinâmica de ocupação do território
3. Macrozoneamento <ul style="list-style-type: none"> <li>• Macrozonas urbanas</li> <li>• Macrozonas de proteção dos mananciais</li> <li>• Macrozonas de proteção ambiental</li> <li>• Macrozonas de uso convencional</li> </ul>
4. Uso e ocupação do solo
5. Parcelamento do solo
6. Código de obras e edificações
7. Núcleos rurais
8. Núcleos Urbanos Preexistentes (NUPs)
9. Zonas Especiais e UCs
10. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)
11. Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Natural e Cultural (Zepecs)
12. Política para o meio ambiente
13. Política para o desenvolvimento econômico
14. Política para o desenvolvimento do turismo
15. Política para economia solidária
16. Política para preservação do patrimônio
17. Política para HIS
18. Política para trânsito, transporte e mobilidade
19. Instrumentos urbanístico previstos no Estatuto da Cidade

Quadro 18: Temas discutidos no Plano Diretor Participativo de Amparo em 2006. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Destaca-se o que foi proposto nas Disposições Transitórias e Finais do PDA sobre o processo participativo para futuras alterações:

Art. 126 - O Plano Diretor, instituído por esta Lei, deverá ser revisto a cada 8 (oito) anos através de processo participativo coordenado pelo Poder Público Municipal e acompanhadas pelo Conselho de Gestão Territorial e Habitação e demais conselhos mencionados nesta Lei.

Parágrafo Único. A determinação do "caput" deste artigo não prejudica alterações setoriais desta Lei a qualquer tempo, desde que observada a regra do art. 127.

Art. 127 - Durante a vigência desta Lei, as propostas de alteração deverão obrigatoriamente ser encaminhadas para análise e elaboração de parecer pelo Conselho de Gestão Territorial e Habitação e demais conselhos mencionados nesta lei.

§ 1º - Os Conselhos mencionados no caput deverão analisar e emitir o parecer no prazo máximo, comum e improrrogável de 90 (noventa) dias da apresentação da proposta.

§ 2º - Caso qualquer dos Conselhos não observe o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a proposta estará apta a seguir tramitação regular do processo legislativo (AMPARO, 2006).

Foram instituídos os instrumentos necessários para garantir a continuidade do processo participativo nos próximos anos e a elaboração de Planos Setoriais que pudessem detalhar as diretrizes gerais propostas nos eixos programáticos do Plano. Para isso, foram definidos prazos e a forma de constituição dos Conselhos Municipais consultivos e deliberativos, responsáveis por debater as políticas setoriais e gerir recursos financeiros através de fundos municipais.

De lá para cá, o PDP sofreu duas alterações: em 2013 e 2014, vinculadas a mudanças no perímetro urbano e nos Núcleos Urbanos Preexistentes (NUPs) da Prainha e do Jaguari. Não é possível afirmar se as diretrizes estabelecidas pelo PD nos artigos 126 e 127 foram cumpridas para a realização das alterações mencionadas acima, mas constatou-se que até os dias de hoje (2018) não foi realizada a revisão do PD de forma participativa.

O quadro 19 mostra os instrumentos aprovados no PD e que constam no corpo da Lei com prazos estipulados para a sua realização. É possível identificar pelo *status* atualizado que parte dos compromissos – assumidos como obrigação legal – não foram completamente realizados ou regulamentados.

<b>Instrumentos aprovados no Plano</b>	<b>Prazo</b>	<b>Status</b>
1. Implantação do Conselho de Gestão Territorial e Habitação e Fundo de Habitação	180 dias	Congthab tomou posse em 22 de outubro de 2007. Processo administrativo nº 67702/2007; o FMH não foi regulamentado.
2. Implantação do Conselho e Fundo Municipal do Meio Ambiente	180 dias	Condema tomou posse em 2008; O Fundo Municipal do Meio Ambiente não foi regulamentado.
3. Elaboração da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo	180 dias	Projeto de Lei encaminhado à Câmara foi rejeitado. Processo administrativo nº 68628-0/2007.
4. Revisão da Lei de Parcelamento do Solo	180 dias	Projeto de Lei encaminhado à Câmara foi rejeitado. Processo administrativo nº 68628-0/2007.
5. Elaboração do Código de Obras e Edificações	180 dias	Realizado fora do prazo. Lei Municipal nº 3.300, de 18 de setembro de 2007.
6. Revisão do Código de Posturas, adequando-se se a essa Lei Complementar.	365 dias	Realizado fora do prazo. O Código de Obras e Edificações incorporou alguns itens do Código de Posturas.
7. Revisão do Código Tributário e Lei nº 1.183/1983, que regula a cobrança da Contribuição de Melhoria adequando-se a esta Lei Complementar.	365 dias	Publicado Decreto nº 3.255, de 1 de novembro de 2007, com a revisão do “Preço Público”.
8. Elaboração da planta básica de ocupação das macrozonas urbanas e NUPs	365 dias	Não foi realizado a partir do objetivo específico, que era garantir o controle da

		ocupação urbana, com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano realizando os projetos urbanístico de ocupação dos vazios urbanos e dos NUPs.
9. Projetos de Qualificação Urbana das Macrozonas Urbanas	731 dias	Não realizado.
10. Elaboração do plano de trânsito, transporte e mobilidade	365 dias	Realizado, mas não aprovado como Lei Complementar.
11. Elaboração do Plano de Política de Desenvolvimento Econômico	731 dias	Realizado, mas não aprovado como Lei Complementar.
12. Elaboração do Plano de Preservação e Recuperação Ambiental	365 dias	Não realizado.
13. Elaboração do Plano de Saneamento Ambiental	731 dias	Realizado parcialmente: Realizado o projeto e implantação do ETE, porém não atende todo o município. Constituído o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (Cisbra) <sup>25</sup> . O Protocolo de Intenções foi assinado por 14 prefeitos em 5 de novembro de 2010; 12 municípios já tinham as suas Leis aprovadas na Câmara e o Protocolo de Intenções passa a ser o Contrato do Consórcio.
14. Programa Municipal de Regularização Fundiária	365 dias	Decreto Municipal nº 3.161, de 3 de abril de 2007. O Programa não foi constituído, após a publicação do Decreto.
15. Aprovação do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo	120 dias	O Plano foi parcialmente implantado sem a aprovação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo (Codepacua).
16. Programa de Habitação Popular	365 dias	O Plano Municipal de Habitação (PMH) foi realizado em 2008, mas não foi aprovado como Lei Complementar.

Quadro 19: Instrumentos e prazos previstos de acordo com o art. 128 da Lei Complementar 01/2006. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

No PDP de 2006, proposto como projeto estratégico de governo e aprovado no debate público, **o Parque Linear está previsto como política pública**, incorporado ao texto da lei, garantindo que a sua implantação esteja vinculada às políticas urbanas em longo prazo. Nesse contexto, o equipamento parque linear torna-se um objeto estruturador de programas

<sup>25</sup> Formado por municípios de pequeno porte, com 6 a 70 mil habitantes, localizados em APPs. Sua criação foi motivada pela necessidade de solucionar problemas comuns aos municípios participantes, como: a disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), já que os aterros sanitários e lixões existentes passaram a fase de encerramento; a gestão dos RSU (limitações financeiras, deficiência na capacitação técnica e profissional, ausência de política ambiental, dificultando o gerenciamento dos Resíduos Sólidos Domésticos (RSD), de construção civil e coleta seletiva). Mais informações em: <http://cisbra.eco.br/content/quem-somos>.

ambientais em áreas urbanas, sendo muito utilizado como instrumento de planejamento e gestão de áreas marginais aos cursos d'água. Concilia tanto os aspectos urbanos e ambientais destas áreas como as exigências legislativas e realidades existentes. Tais construtos fazem com que os parques isolados e as faixas verdes deem lugar a um sistema contínuo de áreas verdes, agregando áreas residuais provenientes dos fundos de vale urbanos, criando espaços e a recuperação de outros.

Porém, cabe refletir, que apesar dos esforços e métodos utilizados para elaboração do PDP, suas diretrizes, propostas e ações, previstas no corpo principal da legislação e nos Planos Setoriais, não se transformaram em políticas de continuidade de impacto a longo prazo. Boa parte dos projetos estratégicos incorporados ao PDP, entre eles, o parque linear, foram interrompidos ou nem mesmo iniciados.

Instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, que fazem parte da legislação e estão parcialmente regulamentados no próprio corpo da lei, não foram aplicados até hoje (2018). A função social da propriedade continua à mercê de interesses específicos do mercado, e dificilmente serão retomados por vontade do Poder Executivo.

### 3. PARQUE LINEAR ÁGUAS DO CAMANDOCAIA – QUESTÕES TÉCNICAS: DO PROJETO A EXECUÇÃO



Figura 64: Imagem da vista de topo, mostrando o projeto do Parque Linear Águas do Camandocaia sobreposto na imagem de satélite. Google Earth 2018. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

#### **O Parque Linear como proposta do Plano Diretor Participativo**

Com a finalização do processo de elaboração do PD, o Parque Linear se consolidou como equipamento público necessário para a reestruturação da malha viária urbana, com a inserção de sistema de ciclovias, revitalização das margens do rio Camandocaia, espaços destinados a práticas esportivas e de lazer, estimulando o maior convívio social e o fortalecimento de uma identidade, do pertencer à cidade.

Assim, o Parque Linear se tornou o projeto que sintetizou várias políticas públicas urbanas e, portanto, deveria estar presente como uma obrigação das próximas administrações, chancelado no processo participativo do PD.

Neste capítulo, apresentam-se diretrizes do projeto do Parque Linear por meio da construção de uma linha do tempo com todas as etapas: a captação dos recursos para os convênios firmados junto aos governos federal e estadual, a elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, o licenciamento ambiental junto com os órgãos estaduais, os

processos licitatórios e a execução dos convênios através das obras realizadas. Todas as etapas foram acompanhadas e aprovadas pelos órgãos técnicos que administram os recursos vinculados aos governos federal e estadual. O capítulo se divide em quatro partes:

- 1. Das diretrizes do projeto:** apresentar as diretrizes que nortearam as decisões de projeto;
- 2. Das questões técnicas:** apresentar o Parque Linear Águas do Camandocaia e a sua inserção no município de Amparo através dos projetos urbanísticos e arquitetônicos de forma detalhada para a devida compreensão do objeto;
- 3. Dos processos licitatórios e obtenção de recursos:** apresentar um cronograma financeiro que possa demonstrar como se deu o processo de captação de recursos e os processos licitatórios com as empresas executoras das obras;
- 4. Da execução:** apresentar como se deu o processo de execução das obras trecho a trecho.

### **3.1. As diretrizes que nortearam o projeto estratégico**

Como exposto, a Lei Complementar nº 01, de 6 de outubro de 2006 – Plano Diretor do Município de Amparo – consolida o Parque Linear na legislação urbanística municipal, através do artigo 52, que trata das áreas ao longo dos rios ou qualquer curso d'água:

Art. 52. Serão objeto de preservação ambiental as áreas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será de

I - 50 metros das margens dos Rios Camandocaia e Jaguari;

II - 30 metros dos demais;

III - 50 metros das nascentes. (AMPARO, 2006)

E do Inciso II do parágrafo 1º:

II - ser transformadas em parques públicos, nos quais será admitida a implantação de equipamentos de convivência, esportes e lazer, valorizando o potencial ambiental, paisagístico e turístico do local, bem como o aspecto socioeducacional destes empreendimentos;

No texto aprovado do PD, ficaram descritas as obrigações referentes ao Parque Linear:

Art. 85. São diretrizes para o Plano Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade do Município:

V – Implantar o Parque Linear do Rio Camandocaia;

VI – Implantar o sistema ciclo viário no Município a partir da ciclovia prevista no Parque Linear do Rio Camandocaia, interligando as três Macrozonas urbanas (AMPARO, 2006).

Tais intenções, já apresentadas na periodização, são oriundas da década de 1970, quando ocorreu a retificação do rio Camandocaia e a requalificação de algumas construções das marginais, deixando uma área pública reservada para futuras ampliações, com a perspectiva da implantação do que seria um Parque Linear ao longo do rio. Esta ideia foi interrompida na década de 1970, mesmo aparecendo de forma intermitente.

No OP de 2000, surgiu novamente o desejo da população de prover uma área que garantisse espaços de lazer, cultura e esporte ao longo do rio Camandocaia. O desejo foi consolidado em 2006, como política pública, através do PD, garantindo a implantação desse equipamento em um prazo de oito anos, igual ao tempo estabelecido para a revisão do PDA.

Desde 2005, antes do PD e posterior ao OP, o projeto do parque Linear ao longo do rio Camandocaia tornou-se estratégico na administração pública, cuja gestão técnica e operacional ficaria sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o acompanhamento pela Secretaria de Planejamento e a Chefia de Gabinete. Visava a garantir que a concepção da política pública acontecesse de forma transversal, em um processo de tomada de decisão intersetorial com todas as secretarias municipais – de forma direta ou indireta na concepção do programa estabelecido, com a perspectiva de promover ações no espaço público.

Esta nova diretriz deu início ao estudo urbanístico para duplicar parte da marginal Dr. Carlos Burgos (marginal de fora) com a possibilidade de implantar um Parque Linear do Centro Esportivo do Trabalhador até o Espaço do Artesanato, incluindo a marginal avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes (marginal de dentro). Iniciou-se aqui o programa do Parque Linear, cuja proposta foi: recuperar matas ciliares, implantar ciclovias, criar áreas de convívio, de práticas esportivas variadas e oferecer equipamentos de recreação para todas as idades. Para tanto, os recursos orçamentários estariam garantidos através de emendas parlamentares dos Ministérios da Cidades e do Turismo, do DADE, governo do Estado de São Paulo e do orçamento municipal, em forma de contrapartida obrigatória.

Destaca-se que para viabilizar tais intervenções em APPs é necessário passar por rigoroso processo de licenciamento ambiental em instâncias superiores à municipal. Neste momento, o grupo gestor e o prefeito municipal vislumbraram – após diagnosticarem que a estrutura morfológica da cidade tem no rio Camandocaia seu eixo natural e constatarem a

precária conexão viária da região oeste da área urbana (densa e mais pobre) com as outras regiões – as possibilidades de o Parque Linear integrar todas as regiões da cidade.

Esta decisão política, colegiada e estratégica engendrou o projeto do Parque Linear Águas do Camandocaia, assumindo a escala de implantação urbana de forma inusitada, respondendo aos anseios da população sem distinção de classe social, buscando igualdade, justiça urbana, propondo as mesmas oportunidades de lazer, esporte e cultura para os mais carentes e organizando um novo sistema viário, interligando todas as regiões da cidade.

### **3.2. Projetos urbanísticos e arquitetônicos**

Os projetos urbanísticos e arquitetônicos foram elaborados pelos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Amparo, gestora e coordenadora do projeto Parque Linear. Foi uma decisão tomada devido à necessidade de gerenciar recursos internos e externos para a execução da obra, que determinava que os processos estivessem sobre o controle integral dos gestores e técnicos da prefeitura. Assim, apenas os projetos complementares de pavimentação e infraestrutura viária foram contratados por licitação pública.

Em 2004, havia sido realizado o levantamento cadastral do primeiro trecho a ser projetado, localizado nas avenidas Doutor Carlos Burgos e Prefeito Raul de Oliveira Fagundes, entre a avenida Carlos Augusto do Amaral Sobrinho até a rua Portugal, na altura do Centro Esportivo do Trabalhador. Já havia um estudo preliminar, propondo nas marginais do rio Camandocaia a construção de um equipamento de lazer dotado de infraestrutura voltada para a prática de exercícios, ciclovias e áreas de convívio.

Até então, as avenidas nas margens do rio Camandocaia eram utilizadas como rotas de circulação intraurbana e como função de passagem rodoviária para o acesso às cidades que compunham o Circuito das Águas Paulistas e usuários provenientes das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Na verdade, já havia o hábito dos amparenses de se utilizar das estreitas calçadas junto às avenidas marginais para prática de caminhadas e corridas, o que demonstrava a carência de áreas públicas bem localizadas com condições topográficas adequadas para a prática de atividades físicas.

A administração pública sabia que a recuperação e preservação das margens do rio Camandocaia era um desejo de boa parte da população, como reiterado e retificado na elaboração do PDP em 2006. É possível afirmar que, até esse momento (2005), o Parque Linear

não estava na agenda do governo como projeto prioritário, até que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano teve a iniciativa de propor o início dessa discussão com o governo. Em 2005, no início do segundo mandato do prefeito César Pagan, o Parque Linear foi colocado na pauta do Planejamento Estratégico, adquirindo *status* de projeto estratégico para a administração local. Esta mudança de concepção da política urbana exigiu repensar estratégias:

- 1) garantir, no debate público realizado na elaboração do PDP de Amparo, a discussão e a consolidação do Parque Linear como equipamento necessário à política urbana;
- 2) garantir que a proposta urbanística considerasse como condição determinante na elaboração dos projetos todas as questões ambientais pertinentes para a recuperação da flora e fauna locais, levando em consideração a necessidade de a obra estar em conformidade com as obras de implantação do Sistema de Afastamento, Coleta e Tratamento de Esgoto da área urbana de Amparo, uma vez que ambas aconteceriam nas margens do rio Camandocaia no mesmo período;
- 3) independentemente de haver recursos financeiros para a sua execução, os projetos urbanísticos e arquitetônicos deveriam ser realizados em sua totalidade, garantindo, dentro do possível, a participação da população e segmentos ligados às áreas do meio ambiente, esportes, lazer e cultura para a definição das diretrizes e programas necessários, considerando as seguintes diretrizes de projeto: a) prolongamento da via parque, do bairro Jardim Camandocaia até o bairro Silvestre e, posteriormente, até o bairro do São Dimas; b) projeto de recuperação das matas ciliares; c) sistema cicloviário ao longo das marginais, acompanhando o rio Camandocaia na cota mais baixa e plana; d) equipamentos de uso coletivo para a prática de esportes e lazer; e) áreas de convívio social; f) revitalização de bairros localizados às margens do rio e considerados de alta vulnerabilidade social devido ao tráfico de drogas e altos indicadores de violência;
- 4) licenciamento ambiental, junto com a Cetesb, com aproximadamente 9 quilômetros de extensão, emissão da licença prévia e da licença de operação, trecho a trecho.
- 5) no programa municipal de captação de recursos para investimentos em obras de interesse turístico, nos governos federal e estadual, priorizando o projeto do Parque Linear;

- 6) na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, garantir rubrica específica para aporte de recursos ano a ano;
- 7) que o projeto executivo e as demais peças complementares aos processos licitatórios estivessem concluídos, permitindo agilidade na contratação e execução das obras quando os recursos captados fossem destinados ao projeto Parque Linear;
- 8) que todos os projetos fossem desenvolvidos pelos técnicos (arquitetos e engenheiros) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Mesmo considerando a diretriz de projetar o Parque Linear em toda a sua extensão, foi decidido pelo grupo gestor realizar a execução das obras em três trechos, sendo o terceiro subdividido em quatro partes, para o melhor gerenciamento dos recursos financeiros e da própria capacidade operacional:

Trecho 1 – entre a rua Melvin Jones até a avenida da Saudades;

Trecho 2 – entre a avenida da Saudades até a rua Portugal (Centro Esportivo do Trabalhador);

Trecho 3 – dividido em quatro subtrechos:

3.1 – Trecho 3 A – entre a rua Portugal até o parque CECAP (Programa Caixa Estadual de Casas Para o Povo);

3.2 – Trecho 3 B – entre o parque Cecap até a rua Arthur Pinto Lima (Jardim Silvestre);

3.3 – Trecho 3 C – entre a rua Arthur Pinto Lima até o Jardim Silvestre II;

3.4 – Trecho 3 D – entre o Jardim Silvestre II até o Jardim Silvestre III (próximo à ponte metálica do Jardim São Dimas).



Figura 65: Imagem da vista de topo, mostrando a definição dos trechos para implantação do projeto do Parque Linear sobreposta a imagem de satélite. Google Earth 2018. Fonte: Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### 3.2.1. Projeto Parque Linear – Trechos 1 e 2

#### Dos projetos técnicos

O projeto parte de um conjunto de percepções históricas e sociais que buscou reconhecer a necessidade de estruturar o Parque Linear às margens do rio Camandocaia, com a finalidade de prover a população do resgate do convívio com o rio, da nova infraestrutura viária e dos espaços de uso coletivo. A solução desenvolve-se a partir do curso natural do rio Camandocaia, no qual o caminho é o ordenador do projeto. A revitalização das marginais priorizou de fato o pedestre como ator protagonista dos espaços livres públicos, organizando os sistemas de circulação e retomando a relação histórica e afetiva do rio Camandocaia para com a população.

Nesse trecho, o rio Camandocaia encontra-se com a sua calha, bastante profunda, dificultando a possibilidade de propor espaços que pudessem levar ao contato físico com o rio, o que levou a priorizar os espaços de contemplação. Os trechos escolhidos para iniciar a implantação do Parque Linear levaram em consideração a sua centralidade na escala urbana a partir do entendimento de ser a maior área de afluência populacional. As avenidas marginais, construídas junto com a retificação do rio, cumprem a função de conectar as diversas regiões da cidade e ser rota de passagem para as cidades turísticas do Circuito das Águas.

A duplicação da avenida marginal Doutor Carlos Burgos, conhecida popularmente como marginal de “fora”, foi incorporada ao projeto, que a reconheceu como a principal via arterial da cidade – enquanto a avenida marginal Prefeito Raul de Oliveira Fagundes, conhecida como marginal de “dentro” por estar voltada para o centro da cidade foi incorporada ao projeto como via coletora, com a redução do seu leito carroçável, a ampliação das calçadas e a inserção da ciclovia como via alternativa de transporte individual.

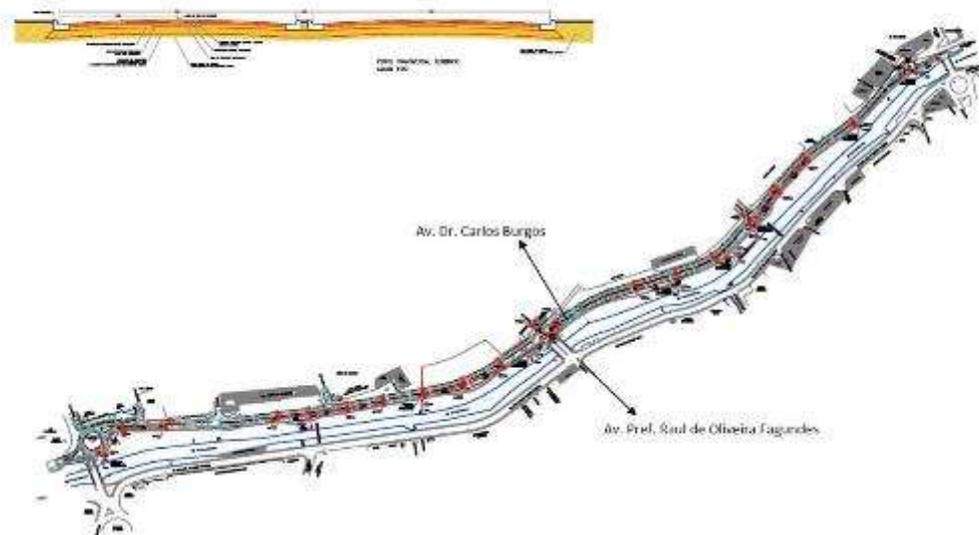


Figura 66: Imagem do projeto de duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos com a implantação e o perfil da avenida.  
Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

Para a execução da duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos foi necessário desapropriar um único imóvel, localizado na avenida da Saudade na esquina com a avenida Doutor Carlos Burgos. Tal situação demonstrava que as áreas públicas incorporadas após as obras de retificação nas margens do rio Camandocaia, há décadas aguardavam a construção de um equipamento que as revitalizasse.



Figura 67: Imagem do projeto do Parque Linear - Trecho 1 sobreposta a imagem de satélite  
 Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2007. Google Earth 2018. Elaborado por Eduardo salgado Marconi, 2018.

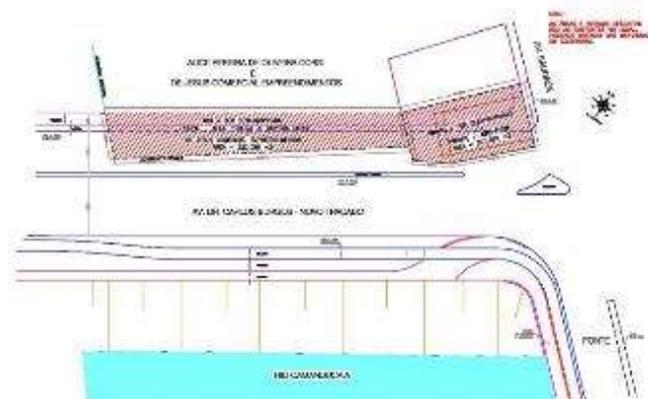


Figura 68: Imagem do projeto de desapropriação do imóvel para a duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos. Fonte:  
 Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

As ciclovias e as pistas de caminhada componentes do programa de necessidades estruturaram o partido arquitetônico do parque aproveitando-se do fundo do vale do rio Camandocaia, uma área plana, e através da sua linearidade, permitindo que fossem projetadas em toda a sua extensão.

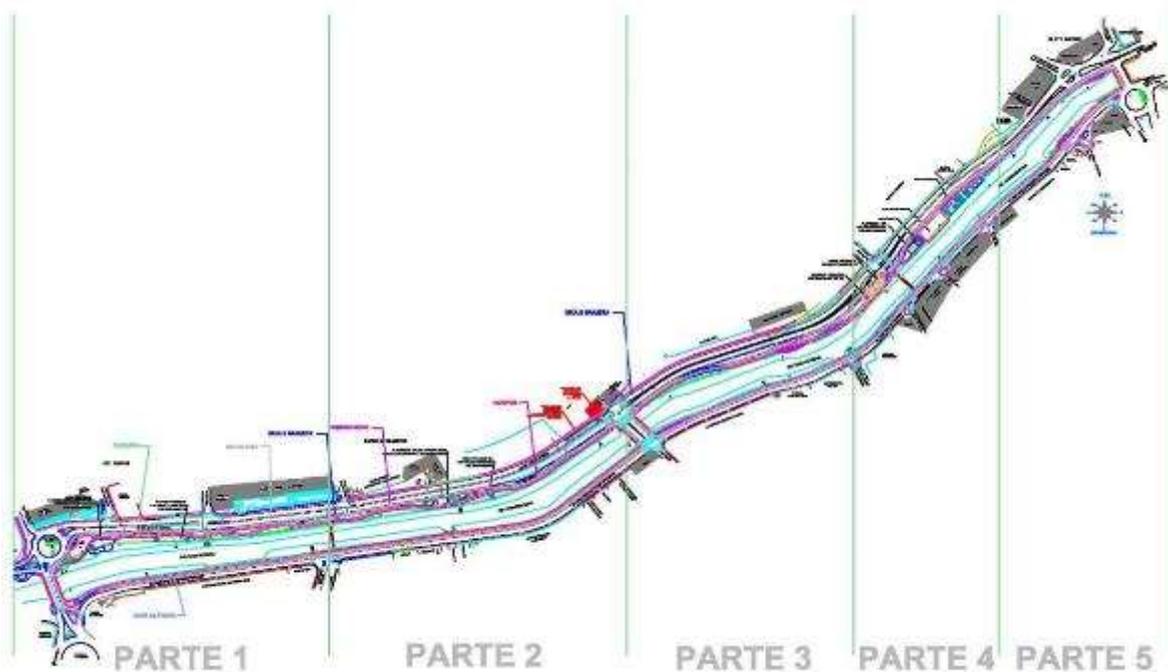


Figura 69: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear dividido em cinco partes, sem escala.  
 Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

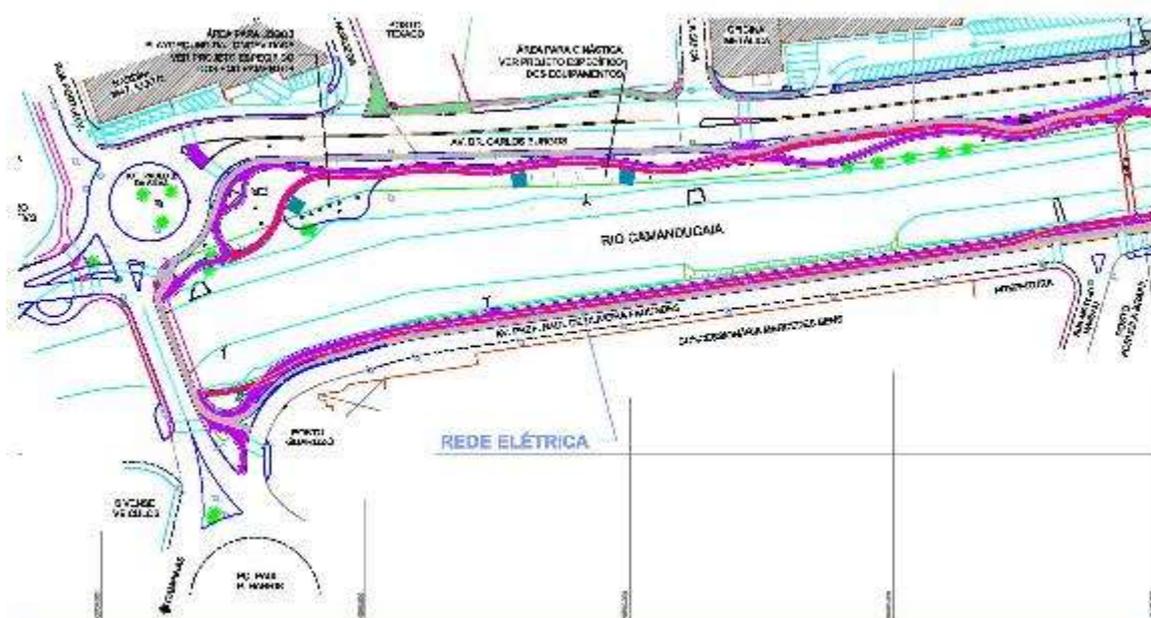


Figura 70: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 1, sem escala.  
 Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

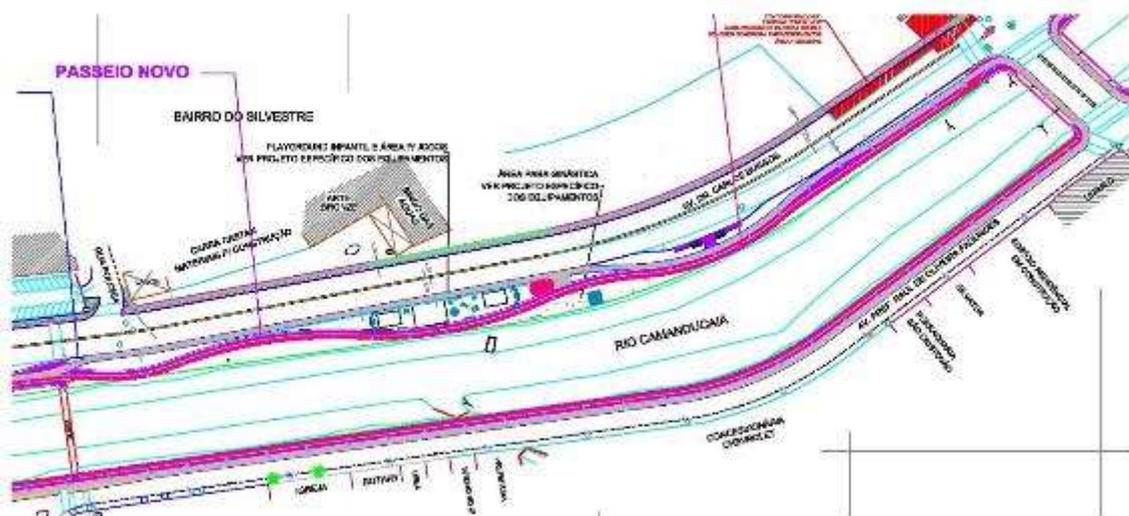


Figura 71: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 2, sem escala.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

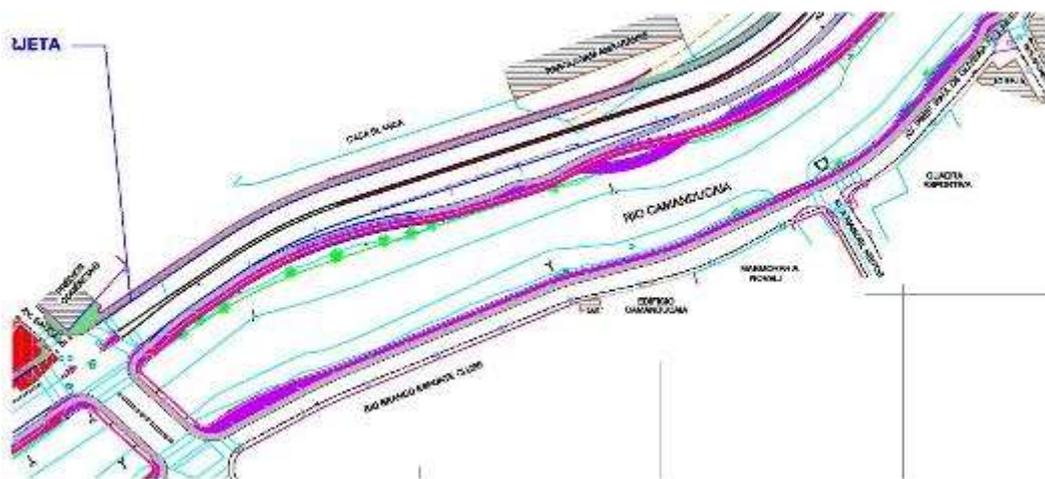


Figura 72: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 3, sem escala.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

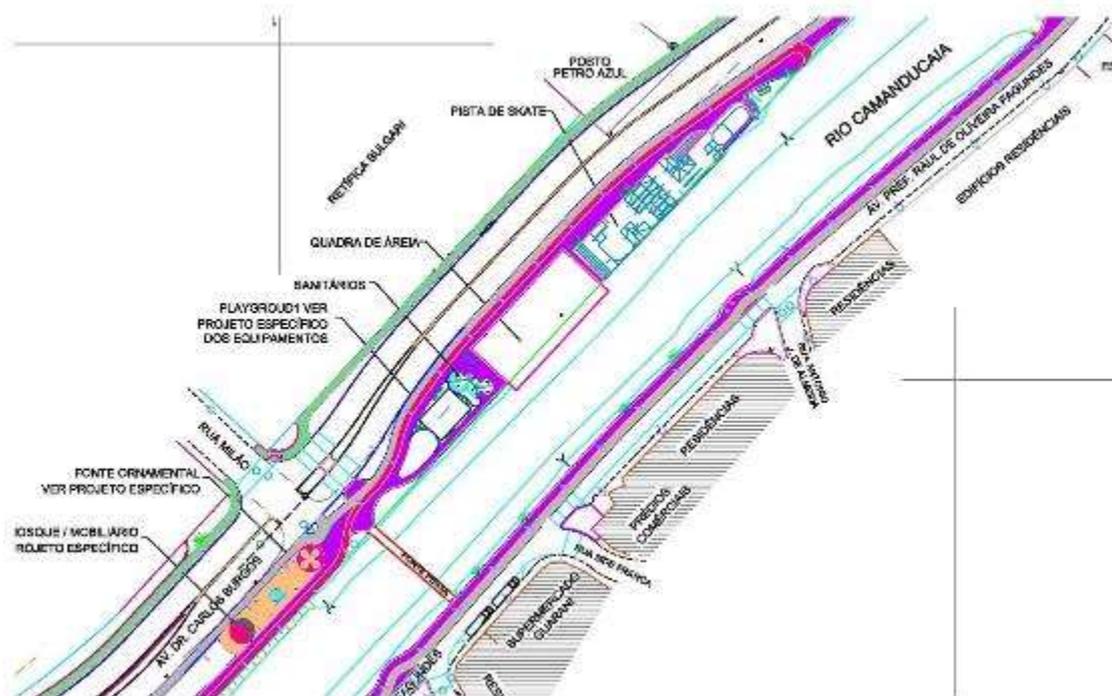


Figura 73: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 4, sem escala.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

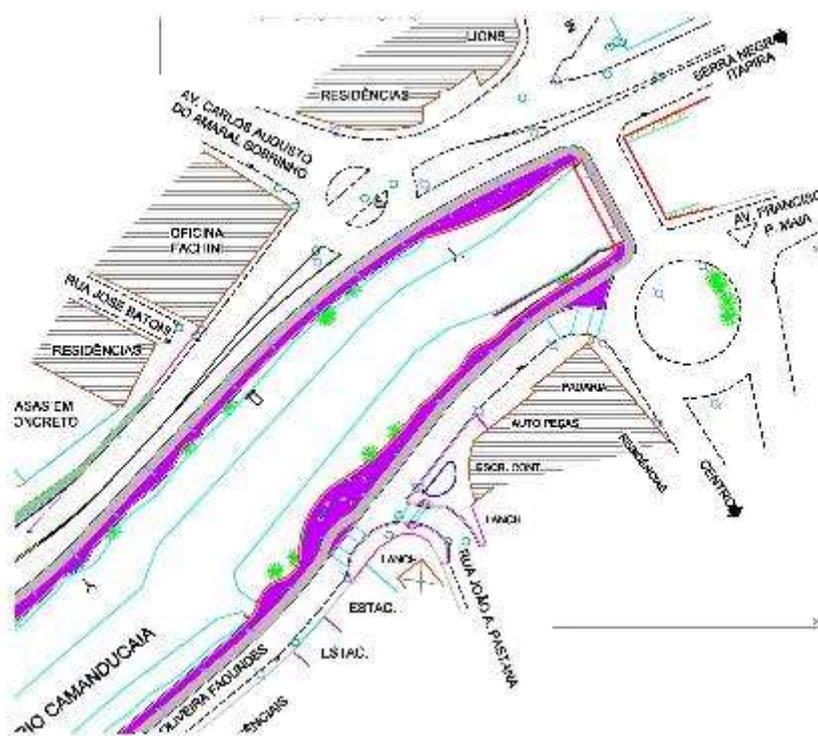


Figura 74: Imagem do projeto urbanístico do Parque Linear – parte 5, sem escala.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

Os projetos dos equipamentos de esportes e lazer foram propostos em consonância com a Secretaria de Esporte e Lazer, com a formação de uma comissão consultiva responsável

por gerenciar os atores sociais que participavam das atividades oferecidas pelo poder público, assim como no uso espontâneo dos equipamentos esportivos distribuídos pela cidade. O projeto da pista de skate é paradigmático. Foi projetado a par e passo junto com os praticantes de skate e BMX estilo livre<sup>26</sup>, modalidades esportivas com grande número de praticantes na cidade. Os projetos só eram finalizados após a validação pela Comissão Consultiva.

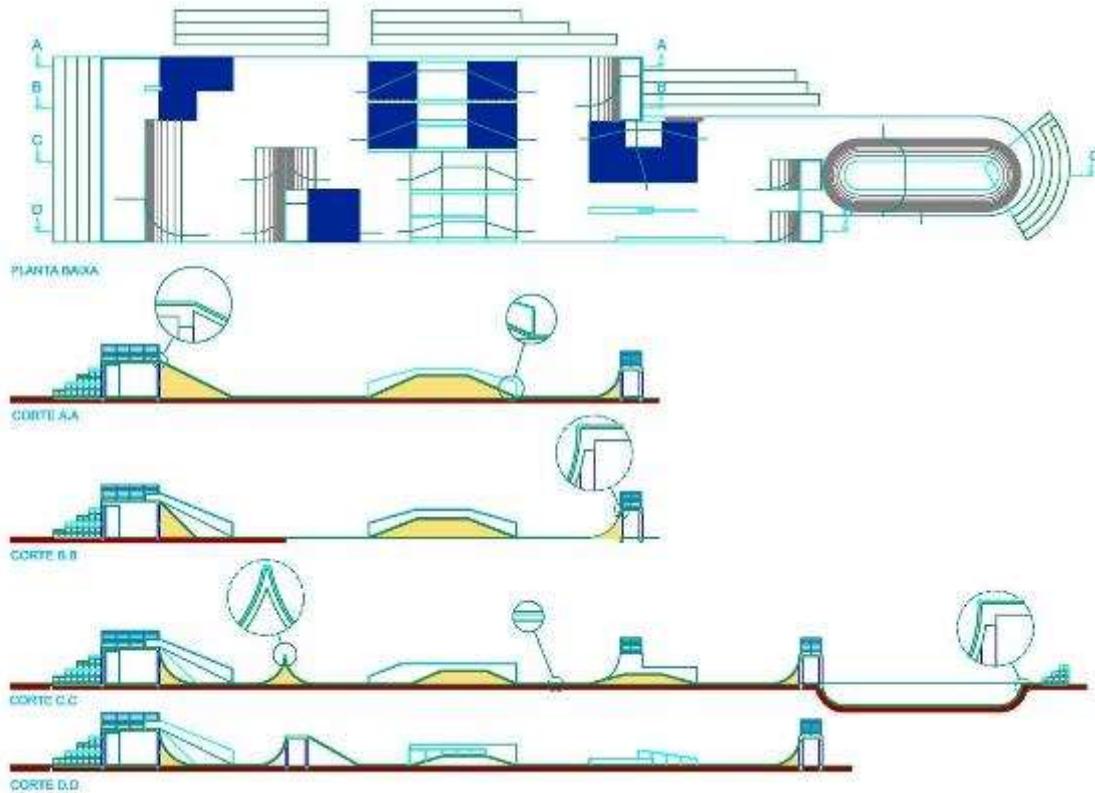


Figura 75: Imagem do projeto de arquitetura da pista de skate – planta baixa e cortes longitudinais.  
Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

<sup>26</sup> O BMX Freestyle é a competição e a modalidade na qual o indivíduo faz diversos tipos de manobras. O tempo que utiliza não é tão importante, mas sim a dificuldade das manobras. O BMX Freestyle, também chamado de estilo livre, possui suas próprias modalidades, diferenciadas pelo local e a forma como são executadas. Mais informações em: <<https://www.significados.com.br/bmx/>>.

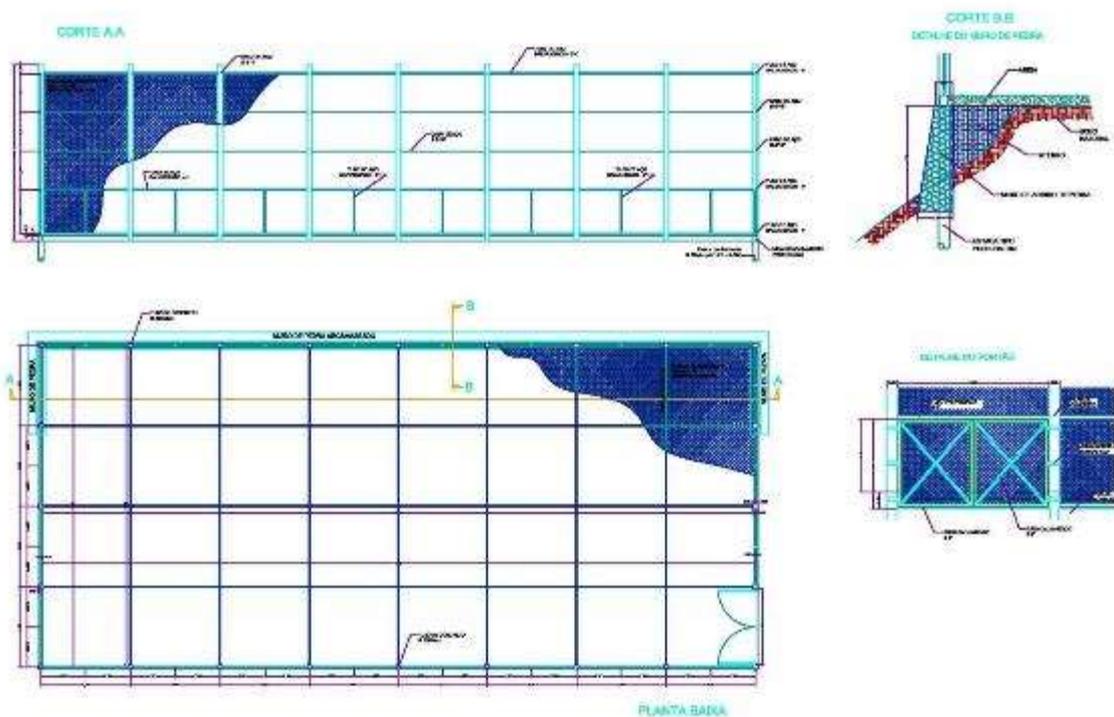


Figura 76: Imagem do projeto de arquitetura da quadra de areia – planta baixa, corte longitudinal, detalhe do muro de contenção e do fechamento da quadra. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

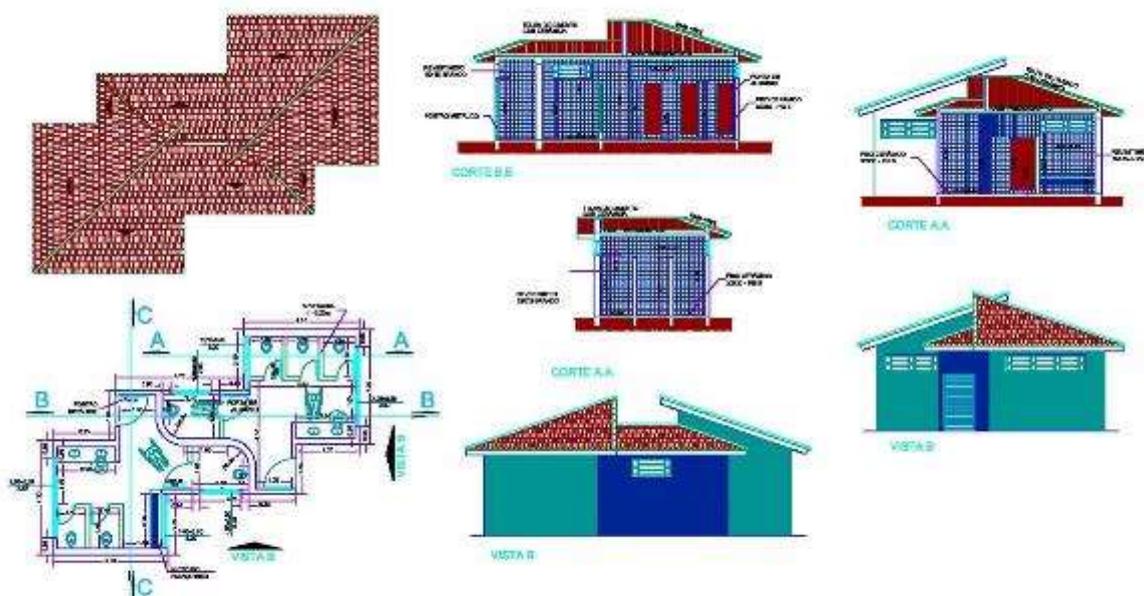


Figura 77: Imagem do projeto de arquitetura dos sanitários – planta baixa, planta de cobertura, cortes e vistas. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

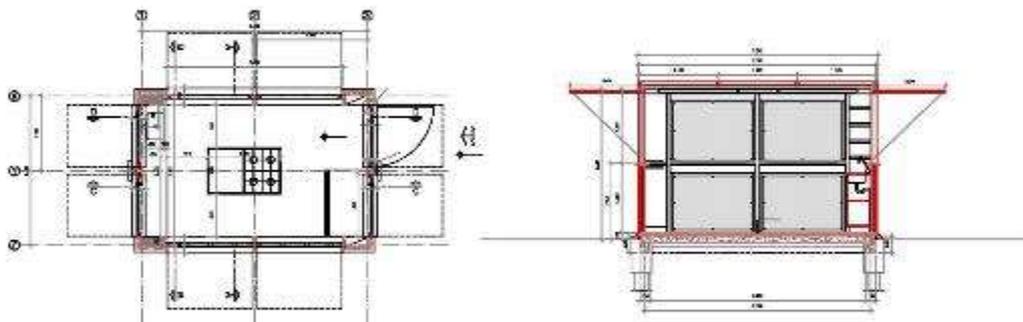


Figura 78: Imagem do projeto de arquitetura do quiosque – planta baixa e corte longitudinal.  
 Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, projeto Casa Arquitetura, 2005.

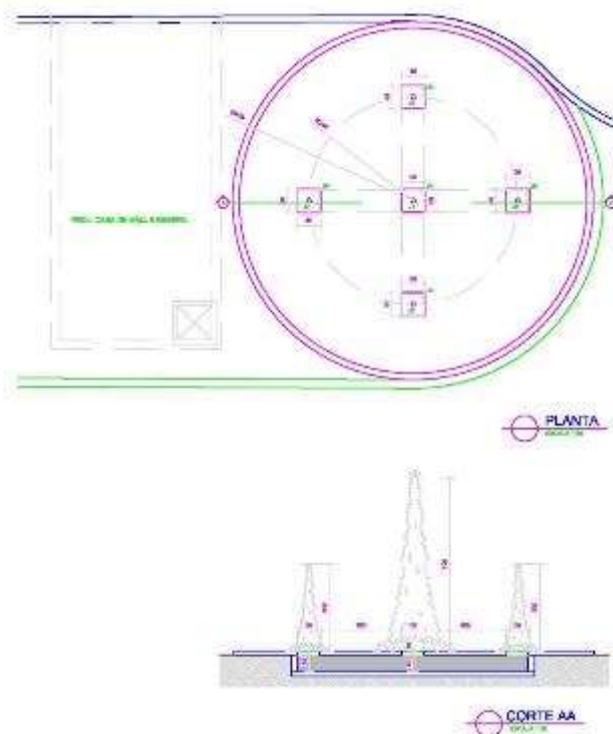


Figura 79: Imagem do projeto de arquitetura da fonte ornamental – planta baixa e corte.  
 Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

Os espaços de uso coletivo, como as áreas para ginástica, gazebos, quiosques e playground, tinham por princípio aproximar o rio Camandocaia do convívio social com a sua

reinserção na paisagem urbana. O traçado orgânico para a ciclovia e as pistas de caminhada abria espaços para a implantação dessas áreas. Para as travessias sobre o rio Camandocaia, conectando as duas margens, foram projetadas passarelas metálicas que também tinham a intenção de servirem como áreas para contemplar o rio.

O paisagismo, nesse trecho, se caracterizou como ornamental. Por estar muito próximo do rio e na APP urbana, foram priorizados os equipamentos de uso coletivo, acompanhados por canteiros ornamentais emoldurando os espaços propostos. O mobiliário urbano foi projetado seguindo o padrão proposto no projeto de reabilitação da área central. A intenção foi criar uma identidade local a ser incorporada em todos os projetos urbanos através do mobiliário.



Figura 80: Imagens das maquetes eletrônicas e do mobiliário utilizado no projeto do Parque Linear.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, projeto Casa Arquitetura, 2005.

### **Captação dos recursos – Convênios Federais e Estaduais**

Com os projetos urbanísticos e arquitetônicos realizados e pactuados, a estratégia foi enquadrá-los ao orçamento previsto para as obras em duas emendas parlamentares provenientes do Ministério do Turismo e em convênios anuais, estabelecidos por força de Lei com a Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo através do DADE, previstos na Lei Estadual nº 6.470/1989. O artigo 5º do DADE determina:

Fica restabelecido o Fundo de Melhoria das Estâncias, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias e, a Lei Estadual nº 7.862 / 1992 estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para transferência e aplicação de seus recursos determinando no artigo 5º: A transferência e aplicação dos recursos do Fundo obedecerão aos seguintes critérios:

- a) 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento anual, distribuídos de forma igualitária entre todas as estâncias;
- b) 50% (cinquenta por cento) restantes distribuídos proporcionalmente, segundo o **percentual de formação da receita proveniente da arrecadação dos impostos municipais das estâncias.** (SÃO PAULO, 1989)

Ressalte-se que em 1996 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 4, de dezembro de 1996, que através do artigo 146, parágrafo 2º determina:

O Fundo de Melhoria das Estâncias terá dotação orçamentária anual nunca inferior a dez por cento da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício imediatamente anterior, devendo a lei fixar critérios para a transferência e a aplicação desses recursos. (SÃO PAULO, 1996)

Com o aumento da produção industrial local e a melhora nos instrumentos de arrecadação orçamentária pela Secretaria Municipal de Fazenda, os recursos de repasse provenientes do DADE aumentaram ano a ano, chegando em média, de 2005 a 2012, a valores na casa dos três milhões de reais por ano. Posto isso e sabendo que em todos os anos, através da Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo, destinam-se recursos carimbados para obras de interesse turístico em municípios pertencentes às Estâncias Turísticas, foi possível planejar em Amparo o uso dos recursos para as obras do Parque Linear, da sede da nova prefeitura municipal e do projeto de reabilitação para a área central. No que diz respeito às obras no primeiro trecho do Parque Linear, foi proposto o uso dos recursos respeitando a seguinte distribuição:

<b>Convênios: Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Turismo</b>
DADE – 2005 – 1ª Etapa – Implantação do Parque Linear Processo 145/06 Convênio 144/05 Valor: R\$ 1.345.882,55 Objeto: duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos.
DADE – 2006 – 2ª Etapa – Implantação do Parque Linear Processo 144/06 Convênio 145/06 Valor: R\$ 1.564.868,81 Objeto: Implantação do Parque Linear.
<b>Convênios: Governo Federal – Ministério do Turismo</b>

<p>Contrato de repasse – PT 200.841 – 98 / 2006</p> <p>Programa Turismo no Brasil</p> <p>Objeto: Implantação de parques públicos</p> <p>Repasse OGU (Orçamento Geral da União) – Valor: R\$ 2.925.000,00</p> <p>Contrapartida obrigatória + rendimentos – Valor: R\$ 722.622,52</p> <p>Total: R\$ 3.947.767,80</p>
<p>Contrato de repasse – PT 201.542 – 95 / 2006</p> <p>Programa Turismo no Brasil</p> <p>Objeto: Mobiliário urbano</p> <p>Repasse OGU (Orçamento Geral da União) – Valor: R\$ 44.892,84</p> <p>Contrapartida obrigatória – Valor: R\$ 14.000,00</p> <p>Total: R\$ 58.892,84</p>
<p>Contrato de repasse – PT 193.841 – 24 / 2006</p> <p>Programa Mobilidade Urbana – Ciclovias</p> <p>Objeto: Ciclovias</p> <p>Repasse OGU (Orçamento Geral da União) – Valor: R\$ 390.000,00</p> <p>Contrapartida obrigatória – Valor: R\$ 406.948,00</p> <p>Total: R\$ 796.948,00</p>
<p><b>Resumo dos valores investidos através de convênios e contrapartidas</b></p>
<p><b>Convênios Federais: R\$ 3.359.892,24</b></p> <p><b>Contrapartidas Municipais: R\$ 1.143.570,52</b></p> <p><b>Total: R\$ 4.503.462,76</b></p>
<p><b>Convênios Estaduais – DADE – 2005 e 2006: R\$ 2.910.751,36</b></p>
<p><b>Total dos recursos investidos: R\$ 7.414.214,12</b></p>

Quadro 20: Quadro resumo dos convênios utilizados como fonte de recursos financeiros para execução dos Trechos 1 e 2 do Parque Linear. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

A que se considerar que os valores captados via convênios acabaram distribuídos em pelo menos quatro processos licitatórios. Nesse período, a opção foi distribuir os valores conveniados em serviços previstos de forma setorizada. Por exemplo: as obras para duplicação da avenida Doutor Carlo Burgos foram encaixadas em mais de um convênio, sendo cada um responsável por executar um serviço específico previsto no conjunto da obra. Os convênios federais apresentavam limitações de uso dos recursos, por vezes destinados somente a objetos específicos, como no caso dos recursos para execução das ciclovias. Já os convênios estaduais permitiam a inclusão de todos os serviços previstos para a execução das obras, sem distinção da origem para a destinação dos recursos.

O resultado dessa engenharia financeira causou grande dificuldade para os gerentes das obras na Secretaria de Desenvolvimento Urbano para ajustar os valores a serem pagos para as empreiteiras e, ao mesmo tempo, prestar contas nas medições realizadas junto com os órgãos de controle responsáveis pela administração dos créditos conveniados. Tal situação, somada às falhas do projeto licitado – percebidas durante a execução das obras – e ao oportunismo das empresas contratadas em garantir aditamentos de valores por serviços não previstos, ocasionou atrasos na liberação dos recursos conveniados, impactando nos prazos de execução das obras.

Dos valores totais conveniados nesse período, uma pequena parte não se esgotou nas obras dos Trechos 1 e 2, que acabou destinada a outros processos licitatórios que se arrastaram até 2012, obrigando principalmente a Caixa Econômica Federal (CEF) a prorrogar os convênios, e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a destinar os resíduos financeiros dos convênios para obras realizadas em outros trechos do Parque Linear.

### **Processos Licitatórios**

Nessa etapa foram realizadas duas grandes licitações no modelo de concorrência pública<sup>27</sup>, de acordo com regras determinadas pela Lei de Licitações 8.666/1993<sup>28</sup>, em formato

---

<sup>27</sup> Concorrência pública é uma modalidade de licitação para contratos de grande vulto. Realiza-se com ampla competição, não havendo necessidade de cadastro prévio dos concorrentes. É utilizada, em regra geral, para contrato de obras e serviços de engenharia cujo valor ultrapasse R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) e para aquisição de bens móveis com valor acima de R\$ 650 mil reais. Mais informações em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Concorr%C3%Aancia\\_p%C3%BAblica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Concorr%C3%Aancia_p%C3%BAblica)>.

<sup>28</sup> Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;  
b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

c) (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) tarefa - quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11318178/inciso-viii-do-artigo-6-da-lei-n-8666-de-21-de-junho-de-1993>>.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

de empreitada por preço global. Os recursos conveniados foram distribuídos dentro do escopo proposto, separados por serviços a serem executados. O quadro 21 resume o conteúdo da primeira concorrência.

<b>Concorrência Pública nº 012 / 2006</b>	
<b>Contrato nº 241 / 2007</b>	
<b>Objeto: Duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos e pavimentação da avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes</b>	
<b>Empresa contratada: Concryel Pavimentação, Indústria e Comércio LTDA.</b>	
<b>Valor do contrato: R\$ 1.641.579,29</b>	
<b>Convênio DADE 2005: R\$ 1.345.882,55</b>	
<b>Convênio Programa Turismo no Brasil – Implantação de Parques Públicos: R\$ 147.170,80</b>	
<b>Contrapartida Municipal: R\$ 295.696,74</b>	
<b>Prazo de execução: 6 meses</b>	
<b>Aditamentos</b>	<b>Valor: R\$ 147.418,28</b>
	<b>Prazo: não consta nos documentos pesquisados.</b>
<b>Descrição dos serviços</b>	
1. Canteiro de obras	
2. Pavimentação	
3. Galerias de águas pluviais – muro de descarga	
4. Muros de arrimo	
5. Demolições e remoções	
<b>Valor total da obra: R\$ 1.788.997,52</b>	

Quadro 21: Quadro resumo da concorrência pública para duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos e a pavimentação da avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes entre as ruas Melvin Jones e Portugal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

A etapa seguinte a ser licitada englobava o Parque Linear com a infraestrutura e os equipamentos projetados. Optou-se pela realização de concorrência pública por empreitada por preço global, como na etapa anterior. O quadro 22 resume o conteúdo da segunda concorrência.

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias para: (redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; (incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

**Concorrência Pública nº 003 / 2007**

**Contrato nº 401 /2007**

**Objeto: Execução do Parque Linear do trecho compreendido entre as ruas Portugal e Melvin Jones.**

**Empresa contratada: FLASA Engenharia e Construções Ltda.**

**Valor do contrato: R\$ 2.880.179,37**

**Convênio DADE 2005: R\$ 1.565.978,07**

**Convênio Programa Turismo no Brasil – Implantação de Parques Públicos: R\$ 113.936,66**

**Convênio Programa Mobilidade Urbana – Ciclovias: R\$ 293.204,71**

**Contrapartida Municipal: R\$ 907.059,93**

**Ordem de serviço: 20 de agosto de 2007**

**Prazo de execução: seis meses**

Aditamentos	Valor	1. aditado em R\$ 433.286,16
		2. aditado em R\$ 271.739,39
	3. aditado em R\$ 289.743,88	
Prazo		1. prorrogado para 19 de junho de 2008
		2. prorrogado para 19 de outubro de 2008
		3. prorrogado para 19 de janeiro de 2009
		4. prorrogado para 19 de abril de 2009
		5. prorrogado para 19 de outubro de 2009
		6. concluído em 19 de janeiro de 2010

**Descrição dos serviços**

1. Canteiro de obras
2. Ciclofaixa
3. Calçadas e pista de *cooper*
4. Guias e sarjetas
5. Mobiliário urbano
6. Sanitários
7. Instalações hidráulicas
8. Instalações elétricas
9. Pavimentação das travessias
10. Quadra de areia
11. Pista de skate
12. Muro de arrimo com gabiões
13. Fonte luminosa interativa
14. Obras civis
15. Sinalização semafórica
16. Sinalização vertical
17. Rede elétrica – postes de iluminação

**Valor total da obra: R\$ 3.874.948,80**

**Observação: os recursos aditados foram contemplados através do convênio Programa Turismo no Brasil – Implantação de Parques Públicos: R\$ 994.769,43**

Quadro 22: Quadro resumo da concorrência pública para execução do Parque Linear entre as ruas Portugal e Melvin Jones.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

A composição dos quadros acima (21 e 22) se fundamenta no conjunto de planilhas e documentos administrativos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Amparo, através do Processo Administrativo nº 66107/2007.

As informações relevantes e a destinação precisam dos recursos conveniados ficam comprometidas devido às inúmeras reprogramações realizadas junto com os órgãos de controle dos governos do estado e federal, tornando impossível reeditar de forma conclusiva os números finais destinados às obras executadas. De qualquer forma, os valores apontados estão em conformidade com os contratos assinados, assim como os aditamentos de prazo e de valor publicados oficialmente pela Prefeitura Municipal de Amparo. Todas as informações referentes aos convênios realizados para execução das obras foram fornecidas pela Secretaria de Planejamento no ano de 2017.

### **Da execução das obras**

Para o início da execução das obras do Parque foi necessário planejar as ações para minimizar impactos em relação à população. Como se tratava de intervenções nas duas principais vias arteriais, foi necessário interromper o fluxo de veículos e pedestres por toda a sua extensão e buscar alternativas de circulação definindo novas rotas viárias que garantissem o deslocamento intra e interurbano.

O maior desafio foi realizar simultaneamente as obras de duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos e as do parque linear na avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes em conformidade com as obras dos interceptores do Sistema de Tratamento de Esgotos. Por parte da prefeitura e do SAAE foram indicados gerentes de projeto com o compromisso exclusivo de tratar dos assuntos relevantes aos dois projetos estratégicos, desde a gestão dos projetos técnicos junto com as secretarias e órgãos de controle dos recursos conveniados, até o gerenciamento das obras junto com as empresas contratadas. Os gerentes se tornaram referências internas a administração pública, mas também tinham o compromisso de prestar contas à população.

De fato, o que se observou no início desse processo foi mais a vontade de fazer do que propriamente estar preparado e com o controle das ações necessárias para fazer. As obras do Parque Linear e do Sistema de Tratamento de Esgoto foram, desde a retificação do rio Camandocaia, as duas maiores obras de infraestrutura realizadas ao mesmo tempo, considerando que o centro antigo também passava por obras de requalificação das áreas públicas – momento que alterou significativamente a vida cotidiana da cidade.



Figura 81: Montagem com o traçado dos interceptores e a Estação de Tratamento de Esgotos sobreposta a imagem de satélite. Google Earth 2018. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo salgado Marconi, 2018.

A agenda pública dos gestores e técnicos estava voltada para dar suporte e transparência para o bom andamento das obras.



Figura 82: Imagem com o desenho esquemático dos Trechos 1 e 2, que iniciaram as obras do Parque Linear, com o traçado dos interceptores do Sistema de Tratamento de Esgotos e a área em que ocorreu a demolição das rochas para a passagem do interceptor na avenida Doutor Carlos Burgos sobreposta à imagem de satélite. Google Earth 2018.

Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Com a avenida doutor Carlos Burgos interditada, foi dada a ordem de serviço para a empresa Concryel Pavimentação, Indústria e Comércio Ltda iniciar as obras para duplicação da pista pelo Trecho 2 – concomitante às obras para demolição (por explosão) do maciço rochoso para a passagem dos interceptores do Sistema de Tratamento de Esgotos.



Figura 83: Foto das obras de demolição para a duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos. Demolição da pista existente.  
Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.



Figura 84: Foto das obras de drenagem da duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos. Execução do sistema de drenagem.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. 2007.



Figura 85: Fotos das obras de demolição do maciço rochoso para a passagem do interceptor pela avenida Doutor Carlos Burgos. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2007.

Com a demarcação topográfica da nova pista duplicada do Trecho 2, foi dada a ordem de serviço do início das obras do Parque Linear para a empresa FLASA Engenharia e Construções Ltda.



Figura 86: Fotos das obras da ciclovia, pistas de caminhada e rede elétrica com os postes da iluminação pública. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.



Figura 87: Fotos das obras de colocação do piso intertravado nas pistas de caminhada, pavimentação asfáltica na ciclovia e colocação da grama demarcando as áreas para execução do paisagismo ornamental.

Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.

O atraso na demolição do maciço rochoso levou ao aditamento do prazo dos contratos em execução. O Trecho 2 teve o trânsito liberado parcialmente e encontrava-se em fase final da obra, enquanto o Trecho 1 permanecia interditado, aguardando o final da demolição das rochas. Foi liberada parte das áreas disponíveis para a execução do Parque Linear, com o início das obras em 2007. Neste trecho estavam locadas a pista de skate, a quadra de areia e a fonte interativa.



Figura 88: Imagem de satélite com a localização dos equipamentos construídos, pista de skate, quadra de areia e sanitários públicos. Google Earth 2018. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.



Figura 89: Fotos das obras da pista de skate no trecho 1. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.



Figura 90: Fotos das obras da quadra de areia no Trecho 1.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.



Figura 91: Fotos das obras dos sanitários no Trecho 1.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.



Figura 92: Fotos das obras da fonte interativa no Trecho 1.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.

Conforme as obras avançavam e se tornavam prontas para uso, a população começava a apropriar-se dos novos espaços públicos e utilizá-los. As ciclovias abriram nova oportunidade de transporte, organizando o sistema para um uso já constante na cidade, principalmente dos trabalhadores que moram na zona oeste e trabalham nas regiões que permeiam o parque. As pistas para caminhadas retificaram o uso cultural das “marginais”. Os espaços de uso coletivo oferecem à população maior proximidade com o rio Camandocaia e a prática de atividades esportivas e de lazer. A duplicação da avenida Doutor Carlos Burgos deu maior fluidez ao trânsito, organizou os acessos aos bairros lindeiros ao parque e funciona como rota de passagem para as cidades turísticas. Não houve inauguração: o parque passou a fazer parte da nova vida cotidiana da cidade.



Figura 93: Fotos da pista de skate e fonte interativa.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2018.



Figura 94: Foto da fonte interativa. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.



Figura 95: Fotos do Parque Linear – Trecho 1 e 2. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.



Figura 96: Fotos vista de cima do Parque Linear no Trecho 1 e 2. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.

### As passarelas metálicas e o projeto paisagístico

Para o término das obras dos Trechos 1 e 2, duas ações estavam por fazer: a colocação de três passarelas metálicas e a execução do projeto paisagístico realizados em 2008. O projeto das passarelas objetiva oferecer travessias de pedestres sobre o rio Camandocaia em locais já utilizados como rotas de passagem e servir como áreas de contemplação do rio. Tal projeto é executado com estrutura metálica no formato de vigas estruturais apoiadas em base de concreto, com piso em concreto armado e revestido com blocos intertravado.

**Tomada de preço nº 007 / 200**

**Contrato nº 345 / 2008**

**Objeto: construção de três passarelas metálicas sobre o rio Camandocaia nos Trechos 1 e 2 do Parque Linear**

**Empresa contratada: FLASA Engenharia e Construções Ltda.**

**Valor do contrato: R\$ 362.158,78**

**Ordem de serviço: 19 de maio de 2008**

**Prazo de execução: quatro meses**

**Aditamento de valor: R\$ 89.508,56**

**Valor total da obra: R\$ 451.667,34**

Quadro 23: Quadro resumo do Contrato nº 345/2008 para execução de três passarelas metálicas sobre o rio Camandocaia. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 97: Vista aérea com a localização das passarelas metálicas nos Trechos 1 e 2 com a extensão linear de cada uma. Google Earth 2018. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

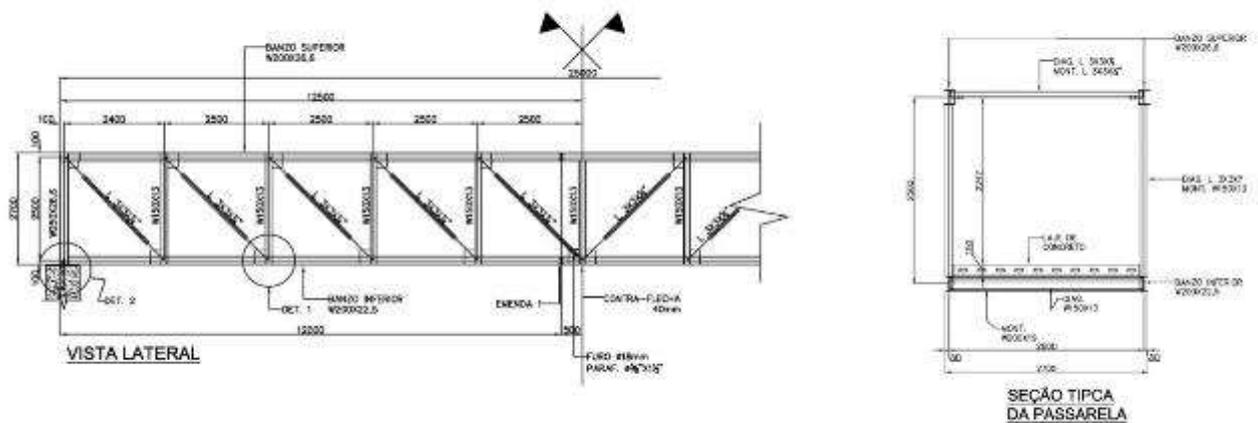


Figura 98: Imagem do projeto da passarela metálica em formato de viga estrutural com laje de concreto de piso revestido com piso intertravado. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.



Figura 99: Foto da passarela metálica na avenida Doutor Carlos Burgos esquina com a rua Portugal. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O projeto paisagístico foi elaborado para toda a extensão do Parque Linear. Mesclou o uso de plantas ornamentais em áreas urbanas consolidadas, emoldurando as áreas de uso coletivo e acompanhando a linearidade do parque ao longo do rio com plantas para recomposição da mata ciliar em locais que já tinham afastamento necessário para o plantio.

<b>Pregão Presencial nº 075 / 2008</b>		
<b>Contrato nº 641 / 2008</b>		
<b>Objeto: execução do paisagismo do Parque Linear de Amparo</b>		
<b>Empresa contratada: IBEC Engenharia Ltda.</b>		
<b>Valor do contrato: 340 mil reais</b>		
<b>Recursos próprios</b>		
<b>Ordem de serviço: 8 de setembro de 2008</b>		
<b>Prazo de execução: 45 dias</b>		
<b>Aditamentos</b>	<b>Valor</b>	<b>1. Aditado em R\$ 51.180,00</b>
	<b>Prazo</b>	<b>1. Prorrogado para 20 de dezembro de 2008</b> <b>2. Concluído em 15 de março de 2009</b>
<b>Valor total da obra: R\$ 391.180,00</b>		

Quadro 24: Quadro resumo do Contrato nº 641/2008 para execução de paisagismo do Parque Linear de Amparo. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

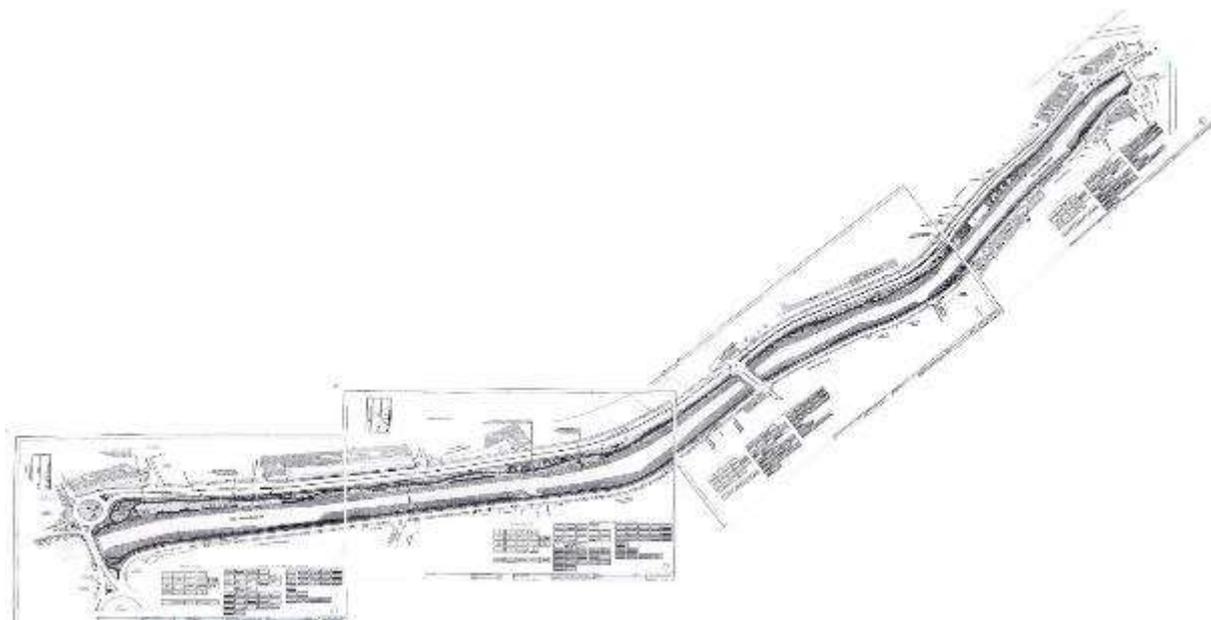


Figura 100: Imagem do projeto paisagístico nos Trechos 1 e 2 do Parque Linear com a montagem das pranchas do projeto.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### 3.2.2. Projeto Parque Linear – Etapa 3

A Etapa 3 compreende a implantação do Parque Linear e a extensão da avenida Doutor Carlos Burgos desde a rotatória Paulo B. Silva (Centro Esportivo do Trabalhador) até o Jardim Silvestre II (próximo da ponte metálica de acesso ao Jardim São Dimas). O projeto prevê a implantação por trechos sendo eles:

- 1) trecho 3 A – entre a rotatória Paulo B. Silva (Centro Esportivo do Trabalhador) até o Parque Cecap, com extensão de 707,21 metros;
- 2) trecho 3B – entre o Parque Cecap até a rua Arthur Pinto Lima no Jardim Silvestre I, com extensão de 1.290,37 metros;
- 3) trecho 3C – entre a rua Arthur Pinto Lima no Jardim Silvestre I até o Jardim Silvestre II, com extensão de 842,36 metros;
- 4) trecho 3C 1 – muro de contenção entre a rua Arthur Pinto Lima e a rua João Petrolí, com extensão de 235 metros;
- 5) trecho 3D – entre o Jardim Silvestre III e Jardim Silvestre II (próximo da ponte metálica de acesso ao Jardim São Dimas), com extensão de 1.200 metros.

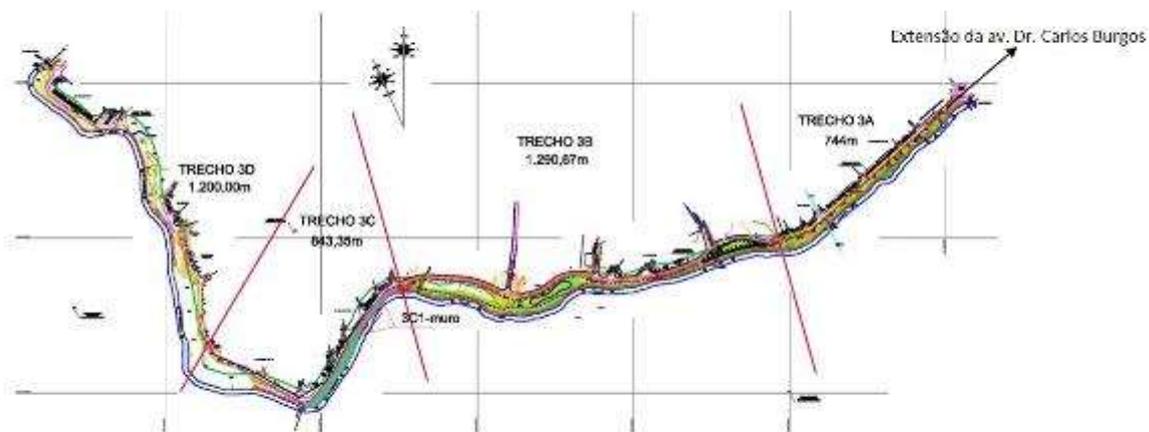


Figura 101: Etapa 3 – imagem do projeto urbanístico do Parque Linear com a divisão por trechos.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.

### Do licenciamento ambiental

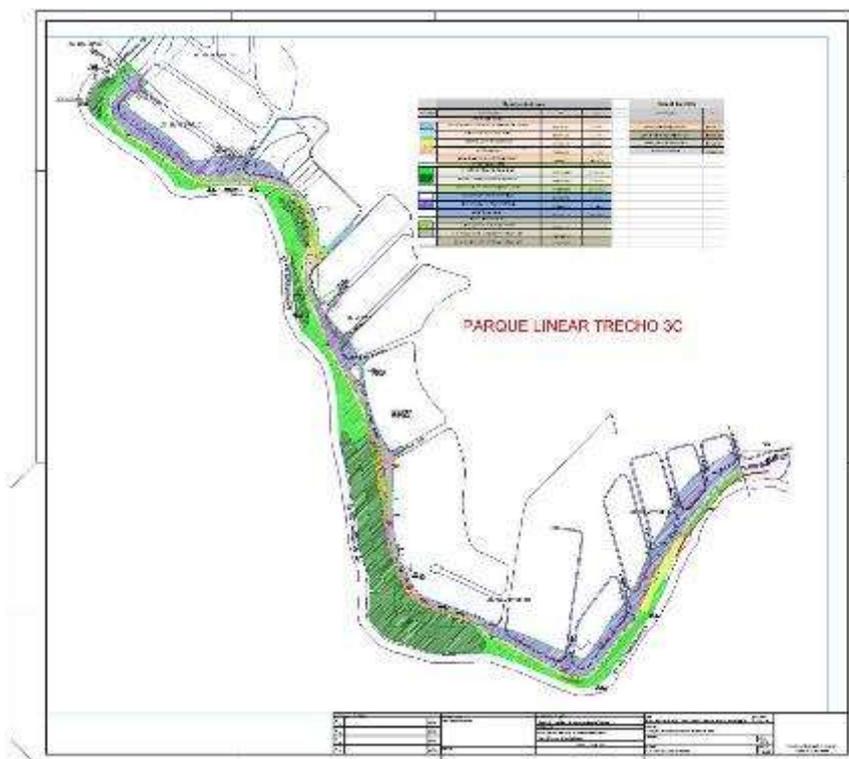


Figura 102: Etapa 3 – planta urbanística ambiental da Etapa 3 do projeto do Parque Linear para o licenciamento ambiental junto com a Cetesb. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.

O licenciamento ambiental foi realizado para toda a extensão do Parque Linear no que compreende os Trechos 3A a 3D. As intervenções nos Trechos 1 e 2 foram regularizadas no processo de licenciamento do Trecho 3A, sendo as licenças emitidas junto com a Cetesb e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). A Cetesb analisou o projeto em toda a sua extensão, seguindo a Resolução Conama nº 369/2006. O enquadramento foi pautado no entendimento de ser um equipamento de utilidade pública e baixo impacto ambiental, com a permissão para implantação de AVDP em área urbana.

Destacam-se os seguintes critérios a serem cumpridos para a execução do Parque Linear: 1. recuperação das áreas degradadas das APPs; 2. recomposição da vegetação com espécies nativas; 3. mínima impermeabilização da superfície; 4. adequado escoamento das águas pluviais; 5. proteção das margens dos corpos d'água.

Foi determinado no processo de licenciamento que os vazios urbanos localizados na extensão do Parque Linear, por não estarem urbanizados, deveriam seguir os recuos obrigatórios determinados no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) no que tange às exigências previstas no capítulo 2, que trata de APPs no artigo 4º, item b: 50 metros para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura. Esta exigência foi decisiva na estruturação morfológica do parque, criando vazios intermitentes em seu percurso.

Assim como ocorreu nas intervenções anteriores no rio Camandocaia, o licenciamento ambiental foi autorizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo (SMA) através do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) (no Processo Administrativo nº 69268/2006 com a Autorização nº 70013/2008, emitida em 15 de outubro de 2008 com validade até 15 de outubro de 2010, com a finalidade de regularização e implantação do Parque Linear do rio Camandocaia pelos Trechos 2 e 3 (3A e 3B), condicionada ao cumprimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) relacionado a seguir:

- 1) Deprn – Autorização de revalidação nº 45468/2008;
- 2) Deprn – TCRA Licenciamento nº 45462/2008 emitido em 15 de setembro de 2008;
- 3) Deprn – TCRA Licenciamento nº 69927/2008 emitido em 15 de outubro de 2008.

A melhor compreensão do objeto pesquisado em relação ao licenciamento ambiental parte da emissão de uma licença prévia para a completa extensão do Parque Linear. Em todos os trechos projetados e de acordo com o andamento das obras foram emitidas licenças de

operação trecho a trecho. Os TCRA's pendentes de outras intervenções ao longo do rio foram incluídos no processo de licenciamento com a obrigação de serem cumpridos.

Vale lembrar que as obras do Sistema de Tratamento de Esgotos foram executadas integralmente nas APPs, de modo que as intervenções do Parque Linear por vezes se utilizaram dos mesmos termos previstos no processo de licenciamento do Sistema de Esgotos. As obras de travessias com as passarelas metálicas foram outorgadas junto ao DAEE cumprindo as exigências previstas no Anexo III da Portaria DAEE nº 717/1996, que regula as normas e obtenções de outorga.

### Parque Linear – Trechos 3A, 3B e 3 C1 – Dos projetos técnicos

**Trecho 3A** – entre a rotatória Paulo B. Silva (Centro Esportivo do Trabalhador) até o Parque Cecap.



Figura 103: Etapa 3 – Projeto urbanístico do Parque Linear no Trecho 3A entre a rua Portugal e o Parque Cecap. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo, 2008. Elaborado por Eduardo salgado Marconi, 2018.

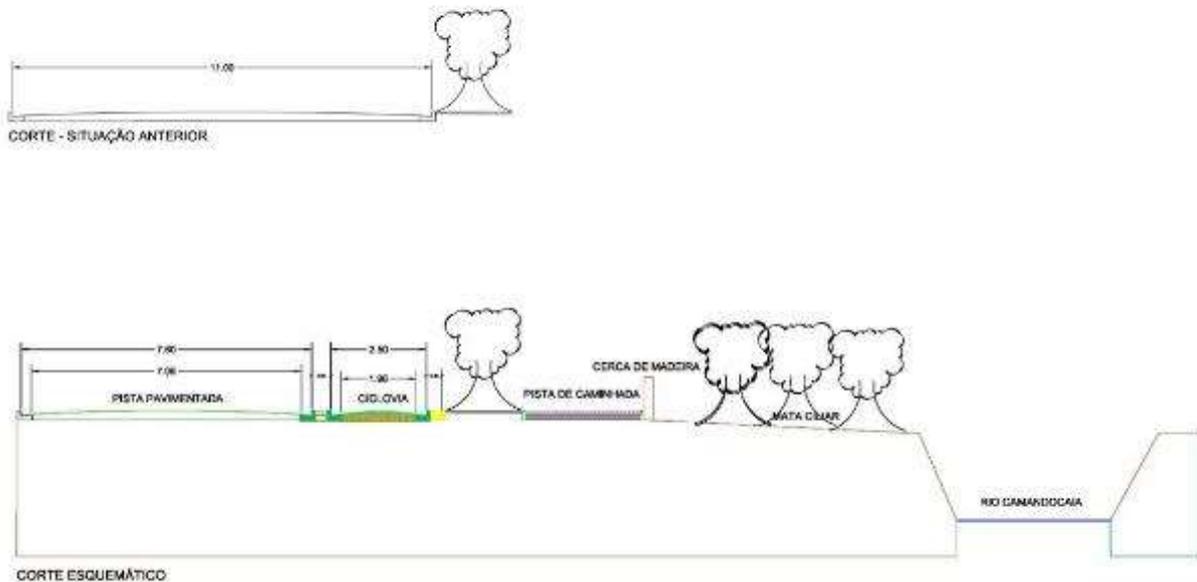


Figura 104: Etapa 3 – Corte esquemático do projeto do Parque Linear no Trecho 3A entre a rua Portugal e o Parque Cecap.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008.

O projeto de extensão do Parque linear segue o mesmo programa de necessidades das etapas anteriores, garantindo no seu escopo: pistas de caminhada, ciclovia, drenagem urbana, pavimentação asfáltica, rede elétrica com postes de iluminação, sistema de irrigação, mobiliário urbano, cerca viva isolando a mata ciliar existente do rio Camandocaia e espaços de uso coletivo.

O Jardim Camandocaia e o Parque Cecap foram os primeiros bairros populares que fizeram parte do Programa Habitacional da Caixa Estadual de Casas para o Povo – na década de 1970, Cecap –, implantado no final do trecho retificado do rio, sentido zona oeste. Ao longo do tempo essa região, com locais pouco iluminados e não urbanizados, ficou popularmente conhecida por abrigar o tráfico de drogas às margens do rio Camandocaia, situação que incomodava os moradores locais e obstruía a sensação de segurança e pertencimento, tornando prioridade a regeneração do local.

Com a execução dos Trechos 1 e 2, o Parque Linear já estava incorporado ao cotidiano ampareense, e sua continuidade passou a ser, aos olhos da população, obrigação do poder público – de tal forma que todas as iniciativas voltadas ao Parque eram prontamente aprovadas, mesmo que o transtorno das obras incomodasse por algum tempo.

**Trecho 3B** – entre o Parque Cecap até a rua Arthur Pinto Lima no Jardim Silvestre I.

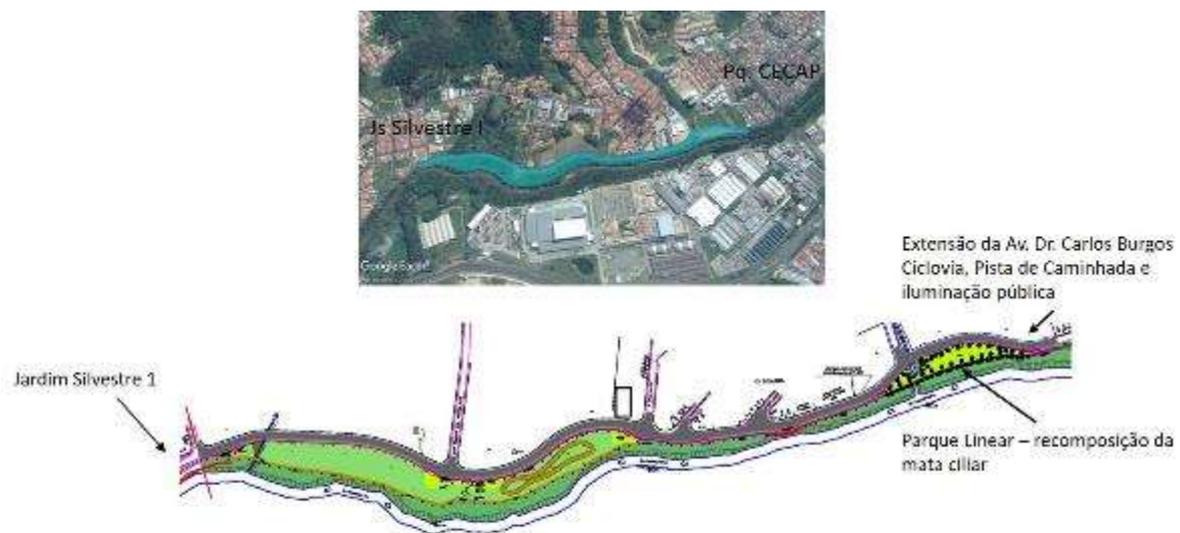


Figura 105: Etapa 3 – Projeto urbanístico do Parque Linear no Trecho 3B, entre o Parque Cecap e o Jardim Silvestre I. Google Earth 2018. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O Trecho 3B se caracteriza pela extensão da avenida Doutor Carlos Burgos até o Jardim Silvestre I, promovendo parte da interligação viária com a região oeste. As obras do Parque Linear, quando executadas em todas as suas etapas, consolidarão a hierarquia viária, corrigindo estruturalmente o sistema viário entre todas as regiões da cidade. Isso sempre esteve presente nas intenções iniciais do projeto, propondo à cidade um equipamento urbano que agregasse múltiplas funções, consolidando-se ao longo do tempo junto do rio Camandocaia como reestruturador da malha urbana.

Até a implantação do Parque Linear no trecho 3B, os deslocamentos centro-bairro e bairro-centro eram realizados pelas vias locais, mal dimensionadas e não projetadas para esse fim – assim como o uso da rodovia SP-95, incorporada pela população no sistema viário

urbano (figura 104). Em 2015, com a sua duplicação, os acessos aos bairros lindeiros ficaram mais prejudicados, pois, além do uso de veículos, os pedestres passam a conviver diariamente com os riscos da rodovia.



Figura 106: Etapa 3 – imagem aérea em 2010, antes da implantação do Parque Linear no trecho 3B, identificando o sistema viário por entre os bairros e o uso da rodovia SP-95 incorporada ao sistema viário urbano. Google Earth 2018.

Fonte – Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

É possível identificar na imagem de 2010 (figura 104) os caminhos existentes nas glebas vazias próximas do rio, que sempre foram utilizadas como passagem de pedestres, ciclistas, e depósito de resíduos às margens do rio. A sensação externada por moradores da região oeste, era de que se tratava de cidades distintas.

A extensão da avenida Doutor Carlos Burgos não retira o uso das vias existentes como acesso aos bairros, mas propõe que através do Parque Linear – com ciclovia, iluminação pública, calçadas e passeios – seja mais uma alternativa de conexão entre essas regiões.



Figura 107: Etapa 3 – imagem aérea em 2018, com a implantação do Parque Linear no trecho 3B e a extensão da avenida Doutor Carlo Burgos reestruturando a malha viária de acesso à região oeste através da principal via arterial ao longo do rio Camandocaia. Google Earth 2018. Fonte – Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### Trecho 3 C1 – Muro de contenção entre as ruas Arthur Pinto Lima e João Petrolí

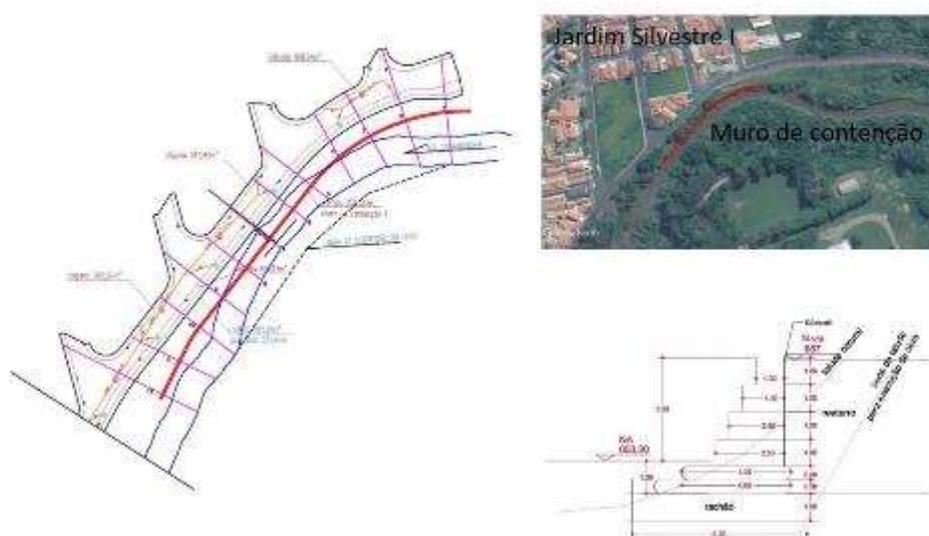


Figura 108: Etapa 3 – imagem do projeto do muro de contenção no rio Camandocaia para implantação do Parque Linear e a extensão da avenida Dr. Carlos Burgos no trecho 3 C1, entre as ruas Arthur Pinto Lima e João Petrolí. Google Earth 2018. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2008. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Para a implantação do Parque Linear e a extensão da avenida Doutor Carlos Burgos, foi necessário retificar o rio Camandocaia em 240 metros de comprimento, dando conformidade entre a avenida projetada e a avenida existente. A obra atenua a curva existente do rio, que historicamente transbordava nesse ponto, ocasionando transtornos aos moradores do Jardim Silvestre I.

### **Captação dos recursos – Convênios Federais e Estaduais**

Com os projetos finalizados, a estratégia para captação dos recursos financeiros se manteve a mesma: utilizar os recursos do DADE, que eram obrigatoriamente repassados ao município todos os anos, assim como a indicação de emendas parlamentares através do Programa Turismo no Brasil do Ministério do Turismo. Indicar o projeto do Parque Linear facilitou a gestão dos processos e a execução orçamentária da obra, uma vez que o projeto já era conhecido no DADE e o escopo das intervenções era praticamente o mesmo.

Foram realizadas reprogramações nos convênios estaduais e federais com a finalidade de utilizar todos os saldos orçamentários existentes nos convênios utilizados nas etapas anteriores. Mesmo assim, para finalizar as obras previstas, foi necessário desembolsar recursos próprios do município. Seguem os convênios utilizados para essa etapa.

<b>Convênio: Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Turismo</b>
DADE – 2007 – Etapa 3 – Trecho 3A – Implantação do Parque Linear Convênio 129/2007 Valor: R\$ 984.054,93 Contrapartida municipal: R\$ 179.954,64 Total: R\$ 1.164.009,57 Objeto: execução de obras e serviços de calçadas e passeios, instalações elétricas, sistema de irrigação, rede de bebedouros e instalação de passarela mista sobre o rio Camandocaia.
DADE – 2009 – Etapa 3B e 3 C1 – Implantação do Parque Linear entre o Parque Cecap e o Jardim Silvestre I e construção do muro de contenção no rio Camandocaia entre as ruas Arthur Pinto Lima e João Petrolí. Convênio: 078 / 2009 Valor: R\$ 2.152.093,84 Objeto: execução de obras do muro de contenção no rio Camandocaia, serviços de calçadas e passeios, ciclovia, drenagem, pavimentação, instalações elétricas, sistemas de irrigação, mobiliário urbano e paisagismo.
<b>Convênios: Governo Federal – Ministério do Turismo</b>
Contrato de repasse – PT 280.301 – 49 / 2008

<p>Programa Turismo no Brasil – Implantação do Parque Linear – Etapa 3 – Trecho 3B</p> <p>Repasso OGU (Orçamento Geral da União): R\$ 2.925.000,00</p> <p>Contrapartida obrigatória: R\$ 1.493.209,39</p> <p>Total: R\$ 4.418.209,39</p> <p>Objeto: extensão da avenida Dr. Carlos Burgos com pavimentação asfáltica, drenagem urbana, ciclovia e passeio público.</p>
<p>Contrato de repasse – PT 293.784 - 50 / 2009</p> <p>Programa Turismo no Brasil – Implantação do Parque Linear – Etapa 3 – Trecho 3B</p> <p>Repasso OGU (Orçamento Geral da União): R\$ 476.386,35</p> <p>Contrapartida obrigatória: R\$ 311.570,22</p> <p>Total: R\$ 787.956,57</p> <p>Objeto: iluminação pública e decorativa.</p>

Quadro 25: Quadro resumo dos convênios DADE e Ministério do Turismo, utilizados como fonte de recursos financeiros para a execução das obras do trecho 3A, 3B e 3 C1 do Parque Linear de Amparo.  
Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### Dos processos Licitatórios

Nessa etapa, foram realizadas quatro licitações: duas em formato de tomada de preços e duas no modelo de concorrência pública, de acordo com as regras determinadas pela Lei de Licitações nº 8.666/1993. Todas as licitações se deram em formato de empreitada por preço global. No Trecho 3A foi realizada a tomada de preço para execução das obras de calçadas e passeios, ciclovia, iluminação pública, sistema de irrigação e construção e instalação de passarela metálica sobre o rio Camandocaia.

<b>Tomada de Preço nº 004 / 2010</b>	
<b>Contrato nº 391 / 2010</b>	
<b>Objeto: obras e serviços de calçadas e passeios, instalações elétricas, sistemas de irrigação, rede de bebedouros, fornecimento e instalação de passarela mista sobre o rio Camandocaia – Trecho 3 do Parque Linear.</b>	
<b>Empresa contratada: FLASA Engenharia e Construções Ltda.</b>	
<b>Valor final do contrato: R\$ R\$ 1.160.009,57</b>	
<b>Ordem de serviço: 30 de junho de 2010</b>	
<b>DADE 2009</b>	
<b>Prazo de execução: 12 meses</b>	
<b>Aditamentos de prazo</b>	<b>1. prorrogado para 29 de agosto de 2011</b>
	<b>2. prorrogado para 29 de outubro de 2011</b>
	<b>3. prorrogado para 29 de novembro de 2011</b>
	<b>4. prorrogado para 29 de janeiro de 2012</b>

	<b>5. prorrogado para 29 de abril de 2012</b>
	<b>6. prorrogado para 29 de maio de 2012</b>
	<b>7. prorrogado para 29 de junho de 2012</b>
	<b>8. concluído em 14 de agosto de 2012</b>
<b>Descrição dos serviços</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Canteiro de obras;</li> <li>2. Calçadas e passeios;</li> <li>3. Ciclovia;</li> <li>4. Pavimentação asfáltica,</li> <li>5. Drenagem urbana;</li> <li>6. Instalações elétricas para iluminação pública;</li> <li>7. Sistema de irrigação / rede de bebedouros;</li> <li>8. Mobiliário urbano;</li> <li>9. Paisagismo;</li> <li>10. Passarela metálica mista.</li> </ol>	

Quadro 26: Quadro resumo, Contrato nº 391/2010, para execução das obras no Trecho 3 A do Parque Linear.  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

No Trecho 3B foi realizada concorrência pública para a execução das obras de extensão da avenida Doutor Carlos Burgos com pavimentação asfáltica, drenagem urbana, ciclovia e passeio público.

<p><b>Concorrência Pública nº 002 / 2011</b></p> <p><b>Contrato nº 359 / 2011</b></p> <p><b>Objeto: obras e serviços de pavimentação asfáltica, drenagem, ciclovia e passeio do Trecho 3B do Parque Linear. Avenida Doutor Carlos Burgos, do Jardim Cecap até o Jardim Silvestre I.</b></p> <p><b>Empresa contratada: Pavimentadora Santo Expedito Ltda.</b></p> <p><b>Valor do contrato: R\$ R\$ 4.430.294,94</b></p> <p><b>PT 280.301 – 49 / 2008 – Programa Turismo no Brasil – Implantação do Parque Linear – Etapa 3 Trecho 3B</b></p> <p><b>Prazo de execução: 12 meses</b></p>
<p><b>Descrição dos serviços</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Canteiro de obras;</li> <li>2. Calçadas;</li> <li>3. Ciclovia;</li> <li>4. Pavimentação asfáltica,</li> <li>5. Drenagem urbana;</li> <li>6. Instalações elétricas para iluminação pública;</li> <li>7. Sistema de irrigação;</li> </ol>

8. Mobiliário urbano;  
9. Paisagismo.

Quadro 27: Quadro resumo do Contrato nº 359/2011 para a execução das obras no Trecho 3B do Parque Linear. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

No trecho 3B foi realizada tomada de preço para a execução das obras e instalações da iluminação pública.

<b>Tomada de Preço nº 004 / 20011</b>			
<b>Contrato nº 328 /2011</b>			
<b>Objeto: execução de iluminação decorativa no Trecho 3B.</b>			
<b>Empresa contratada: TD Construções, Redes e Instalações de Gás Ltda – EPP</b>			
<b>Valor do contrato: R\$ 799.170,22</b>			
<b>Ordem de serviço: 5 de abril de 2011</b>			
<b>Prazo de execução: 12 meses</b>			
<b>Aditamentos</b>	<b>Valor</b>	<b>1. aditado em R\$ 49.554,71</b>	
		<b>2. aditado em R\$ 17.178,64</b>	
		<b>3. aditado em R\$ 43.847,92</b>	
		<b>4. suprimido em R\$ 11.113,65</b>	
			<b>Valor final do contrato: R\$ 893.818,10</b>
	<b>Prazo</b>	<b>1. prorrogado para 5 de julho de 2012</b>	
		<b>2. prorrogado para 27 de dezembro de 2012</b>	
		<b>3. prorrogado para 27 de março de 2013</b>	
		<b>4. prorrogado para 27 de junho de 2013</b>	
		<b>5. prorrogado para 27 de setembro de 2013</b>	
		<b>6. prorrogado para 31 de dezembro de 2013</b>	
		<b>7. prorrogado para 1 de janeiro de 2014</b>	
		<b>8. prorrogado para 1 de abril de 2014</b>	
		<b>9. prorrogado para 1 de julho de 2014</b>	
<b>10. prorrogado para 31 de dezembro de 2014</b>			
	<b>Não há registro de entrega da obra</b>		

Quadro 28: Quadro resumo do Contrato nº 328/2011 para a execução das obras de iluminação decorativa no Trecho 3B do Parque Linear. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

No Trecho 3C foi realizada somente a obra do muro de contenção para a retificação do rio Camandocaia através de concorrência pública. Esse Trecho foi denominado C1.

<b>Concorrência Pública nº 001 / 2010</b>		
<b>Contrato nº 435 /2010</b>		
<b>Objeto: Execução de Muro de Gabião – Trecho 3 C1 no Parque Linear – Jardim Silvestre I</b>		
<b>Empresa contratada: A. Fernandez Engenharia e Construções Ltda.</b>		
<b>Valor do contrato: R\$ R\$ 915.432,20</b>		
<b>DADE 2009</b>		
<b>Ordem de serviço: 22 de abril de 2010</b>		
<b>Prazo de execução: 12 meses</b>		
<b>Aditamentos</b>	<b>Valor</b>	<b>1. aditado em R\$ 228.788,06</b>
		<b>Valor final do contrato: R\$ 1.144.220,26</b>
	<b>Prazo</b>	<b>1. prorrogado para 23 de janeiro de 2012</b>
		<b>2. concluído em fevereiro de 2012</b>

Quadro 29: Quadro resumo do Contrato nº 435/2010 para a execução de muro de gabião no Trecho 3 C1 do Parque Linear.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Assim como nos Trechos 1 e 2, as informações referentes a convênios, licitações e contratos foram feitas através de planilhas e projetos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Amparo. As reprogramações realizadas junto com os órgãos de controle do governo federal e estadual não permitem precisão para conhecer a distribuição final dos valores conveniados por contrato.

### **Da execução das obras**

As obras dos Trechos 3A, 3B e 3 C1 foram executadas concomitantemente, entre 2010 e 2012, por quatro empresas, sendo gerenciadas e fiscalizadas por técnicos da prefeitura municipal e dos órgãos de controle dos governos federais e estaduais.

A organização dos canteiros de obra buscou minimizar impactos e transtornos em relação à população local, que participou de reuniões com gestores e técnicos da prefeitura, tendo conhecimento do cronograma das ações planejadas e os responsáveis pelo gerenciamento das obras.

No Trecho 3 C1, as obras do muro de contenção no rio se iniciaram em abril de 2010 e concluídas em fevereiro de 2012 sem gerar transtornos à população. Por tratar-se de intervenções no rio Camandocaia, as obras foram outorgadas pelo DAEE e licenciadas junto com a Cetesb. A preocupação foi iniciar as escavações e o preparo do lastro da fundação no período de estiagem, quando o rio se encontra na cota mais baixa. Através de relatórios

técnicos de acompanhamento gerados por técnicos da prefeitura, as obras decorreram em conformidade com a execução orçamentária prevista nos cronogramas de desembolso com o DADE.

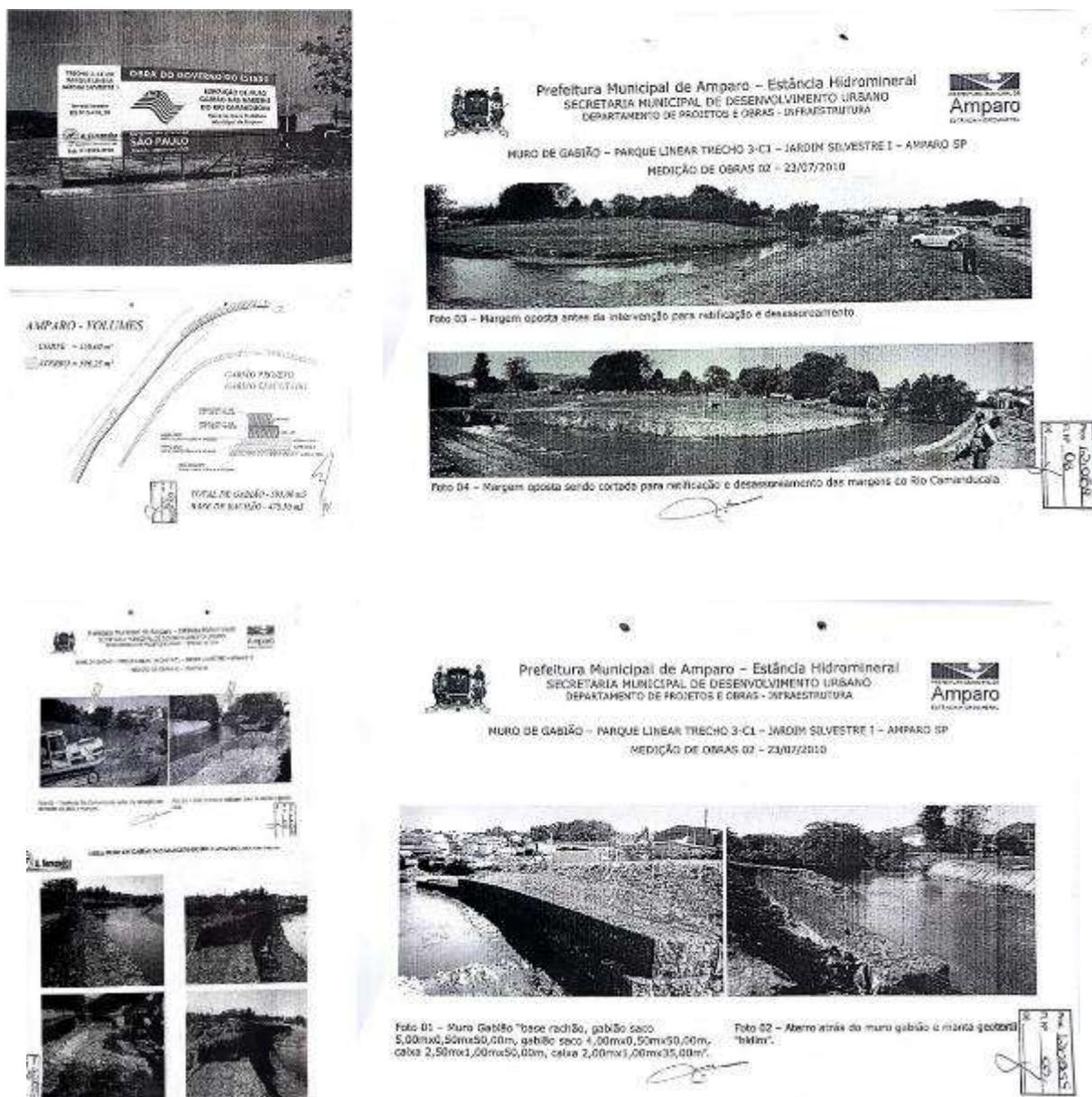


Figura 109: Etapa 3 – imagem dos relatórios gerenciais para o acompanhamento das obras do muro de contenção no rio Camandocaia no Trecho 3 C1. Fonte – Prefeitura Municipal de Amparo, 2010. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 110: Etapa 3 – Fotos da obra concluída do muro de contenção no rio Camandocaia no Trecho 3 C1. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.

No Trecho 3A, nos bairros Jardim Camandocaia e Parque Cecap, as obras se iniciaram em junho de 2010 e foram concluídas em agosto de 2012. Neste momento, o Parque Linear já era conhecido e utilizado pelo público com forte aceitação. Considerando que os técnicos da prefeitura já tinham a experiência necessária, adquirida nas etapas anteriores, aliada ao aprimoramento do método de gerenciamento das obras, a execução orçamentária do contrato ocorreu de forma eficiente, minimizando transtornos relacionados à população inicialmente atingida.



Figura 111: Fotos da obra de instalação do mobiliário urbano do Trecho 3A. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.



Figura 112: Fotos das obras da pista caminhada, ciclovia e paisagismo ornamental do Trecho 3A. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.



Figura 113: Fotos da passarela metálica do Trecho 3A. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.



Figura 114: Fotos da obra concluída do Trecho 3A do Parque Linear em agosto de 2012.  
Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2012.

No Trecho 3B, do Parque Cecap até o Jardim Silvestre I, as obras se iniciaram no início de 2011 e ficaram parcialmente concluídas em dezembro de 2012. As obras para iluminação pública se arrastaram até 2014, quando se deu a rescisão contratual com a empresa responsável. Parte das obras foi executada em áreas urbanizadas, mas com acesso através de ruas não pavimentadas, e parte ocorreu em glebas vazias, em áreas destinadas às intervenções do Parque Linear doadas ao município sem ônus.



Figura 115: Etapa 3 – Fotos das obras de abertura da avenida Doutor Carlos Burgos no Trecho 3B no início de 2011. Fonte - Prefeitura Municipal de Amparo, 2011.



Figura 116: Montagem com as fotos (2010 e 2011) da avenida Doutor Carlos Burgos, executada no Trecho 3B, mostrando as trilhas utilizadas como rotas de passagem e a abertura da via sendo executada. Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### **Parque Linear – Trechos 3C e 3D**

Para os Trechos 3C e 3D foram realizados estudos preliminares de projeto. As áreas de intervenção foram delimitadas para o processo de licenciamento ambiental, realizado para todo o Parque Linear, porém os projetos urbanísticos e complementares não foram realizados.

### **Sintetizando**

A experiência no campo da técnica e da gestão evoluíram durante todo o processo de implantação do parque. Inicialmente, a vontade de fazer era maior do que a capacidade de fazer. Os projetos apresentaram falhas e a necessidade de revisões foi constante. A falta de experiência na gestão dos convênios impactou no atraso dos pagamentos das obras e nos prazos definidos por conta das inúmeras reprogramações – ora por erro de projeto, ora pela necessidade de mudanças impostas pelas obras.

Conforme as etapas avançavam, os projetos eram padronizados junto com os órgãos de controle dos convênios. Somado a isso, o aprimoramento nos processos de gestão técnica e política fez com que as obras ocorressem de forma mais eficiente, com a população passando a reconhecer a importância do Parque Linear na transformação da vida cotidiana.

#### 4. CONCEITOS VINCULADOS À PRODUÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E ESFERA DE VIDA PÚBLICA

Hoje crescem as discussões sobre a esfera pública e suas relações dinâmicas estabelecidas sobre o território construído, passando a ser fundamental as conceituações de “esfera pública”, “espaço público” e “sistemas de espaços livres” na intenção de relacionar a cidade em seu sentido *civitas*.

##### Sistemas de espaços livres e esfera de vida pública

A situação exige um posicionamento: queremos ou não buscar maior realização da esfera de vida pública nas cidades brasileiras contemporâneas? Se sim, o quanto as classes médias urbanas, conservadoras, portadoras de voz junto ao poder público, formadoras de opinião e de comportamentos-padrão, estariam dispostas à mistura entre diversas frações de classes sociais nos espaços públicos da cidade em tempos de exacerbada “violência urbana”? Como torná-las dispostas? Até que ponto o *modus vivendi* e pensante das classes médias estariam entranhados, como ideal de vida, nos comportamentos e sentimentos, das frações de classes mais pobres da cidade? A proliferação de loteamentos fechados de alto padrão, o aumento dos muros e dos sistemas técnicos de segurança; bem como o consumo disseminado pelo acesso ao crédito, apesar da pobreza urbana característica das cidades brasileiras, além da passividade (SANTOS, 1990, p. 183)

As questões apontadas por Santos (1990) trazem à tona a necessidade de refletir se os espaços livres públicos produzidos nas cidades brasileiras foram concebidos de forma a promover a inclusão social sem distinção da condição socioeconômica. Percebe-se que os atores políticos e sociais induzem as cidades a ampliar a segregação socioespacial em detrimento da qualidade de vida urbana. Queiroga (2012) reflete sobre o acelerado processo tecnológico e a incapacidade dos atores públicos em reverter esse quadro:

O avanço técnico – científico – informacional acelerado e a existência cada vez maior de espaços urbanos fragmentados e de acesso controlado leva vários autores a crer no “declínio do homem público”. No Brasil soma-se a isso a imensa desigualdade social e os crescentes índices de violência urbana observados no período de sua urbanização contemporânea para se constituir um quadro em que se aparenta caminhar para uma vida privada realizada cada vez mais atrás de muros e grades, sob câmeras e outros aparatos de segurança. Estar-se-ia sob um inexorável enfraquecimento da esfera de vida pública (QUEIROGA, 2012, p. 25).

Para o autor, a qualificação dos lugares públicos fortalece o sentido de apropriação e uso público enquanto esfera de vida pública e política:

[...] as espacialidades da esfera pública, sobretudo os sistemas de espaços livres e o que se denomina “lugares públicos”, importam ser mais bem compreendidos e qualificados, pois se constituem em condição potencial para “esfera pública geral” – vida em público – e está para a “esfera pública política (QUEIROGA, 2012, p. 26).

Como Queiroga (2012), pretende-se, sobre a lógica conceitual, apontar como “inter-relacionar a vida cotidiana e a esfera pública, atentando para a “vida em público” como campo potencial para o fortalecimento da “esfera pública política”. Arendt (1991) constrói a primeira conceituação sobre “esfera de vida pública”. De acordo com a autora, o termo ‘público’:

[...] expressa dois fenômenos correlatos, mas não idênticos:

- tudo o que vem a público, pode ser visto e ouvido por todos, abrangendo a maior divulgação possível;

- o próprio mundo, na medida em que é comum a todos e diferente do lugar que nos cabe. O mundo não é a terra ou a natureza, como espaço limitado e condição geral da vida, mas enquanto artefato é um produto humano, mundo feito pelo homem

[...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes (ARENDR, 1991, p. 59- 67).

Jacobs (2009) defendia que os “olhos dos usuários” são a melhor segurança nos espaços públicos, sendo a população a própria guardiã do espaço. Queiroga (2012, p. 37) reforça a conceituação definida por Arendt: “A ação é prerrogativa do homem e só ela depende inteiramente da constante presença de outros.”

A partir da conceituação de que a “ação é prerrogativa do homem”, seja nas esferas pública ou privada, se fortalecem no conceito as possibilidades de confronto, devido à autonomia da decisão tomada, nem sempre situada no espectro da legitimidade política, como bem comum. Assim, os efeitos podem ser distorcidos das relações cotidianas daquele “lugar” quando não se adéqua ao ambiente físico e social.

Lefebvre (2009, p. 38) denomina “espaço percebido” como “[...] o espaço da prática social, o espaço dos sentidos, da produção e da reprodução, do trabalho e do lazer, definido, em suma, pela vida cotidiana.” Habermas (1962) complementa os conceitos sobre esfera de vida pública. Sua obra pretende historicizar o conceito do ponto de vista da investigação do que chama “esfera pública burguesa” e deixa claro que a esfera pública não é um conceito puro, mas constituído e caracterizado historicamente, sendo possível a constituição de várias esferas públicas para um mesmo momento histórico. Para Leite (1998), o acelerado processo de urbanização brasileira, com a atuação de atores sociais decorrentes da burguesia, sustenta

a crítica, apontando as viciadas relações entre esfera pública e esfera privada, remanescentes de um estado oligárquico e burguês:

[...] os pressupostos que embasavam a visão de mundo emergente do processo de colonização: o constante avanço sobre o patrimônio público, decorrente da crença no direito à posse privada da terra; o desrespeito sistemático às formas culturais de organização social e de integração com o ambiente, derivado da visão da população como força de trabalho a serviço do território; e o ataque impiedoso ao patrimônio natural, decorrente da convicção de que é possível destruir e reconstruir uma sociedade segundo um projeto prévio. Esses pressupostos se concretizam graças à regulamentação e a fiscalização promovidas pela burguesia brasileira do uso da esfera pública (LEITE, 1998, p. 33).

Sobre essa perspectiva do estado patrimonialista, que surge desde a colonização do Brasil pelos portugueses, é possível afirmar que as relações de caráter público/privado se tornaram objeto de interesse específico a partir da atuação do Estado no enfraquecimento da esfera de vida pública e do vertiginoso aumento da segregação socioespacial.

Na segunda parte dessa discussão, evidenciando a dependência das ideias colocadas, fica clara a necessidade de conceituar o que se entende como “público” e suas relações no cotidiano da vivência espacial. Também será incorporado a esse debate o que se entende como Sistemas de Espaços Livres (SEL), utilizando-se das pesquisas desenvolvidas pela Rede Nacional de Pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá-SEL). Queiroga (2012) correlaciona o sistema de espaços livres com a esfera pública política com a necessidade de qualificar os espaços da esfera pública como forma de compreender os conflitos existentes na sociedade:

Desta maneira os espaços livres públicos, sobretudo os bens de uso comum do povo, são, por excelência, espaços da esfera pública geral, podendo, em determinados eventos, constituírem espaços da esfera pública política. Deste modo, fica claro que para ampliar a esfera pública política é importante qualificar os espaços da esfera pública geral. Na medida em que se potencializa a vida em público, apresentam-se com maior clareza os conflitos [...] (QUEIROGA, 2011, p. 30).

Santos (2001), em uma reflexão mais ampla sobre a geografia humana, fala sobre questões relativas aos lugares:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2001, p. 96).

Magnoli (2006) define “espaço livre” como espaço livre de edificações, ou livre de urbanização. Ou seja, todos os espaços abertos não abrigados por áreas (coberturas) edificadas, constituindo-se como “objeto do paisagismo”:

As interdependências e complementaridades são atributos que voltam a se fazer notar em todas as escalas; é o contexto e a trama que interagem, em circularidade dinâmica na escala do entorno do local, da comunidade, do bairro, dos setores, das cidades, das regiões urbanizadas. As intervenções que se produzem são inscritas (por formas) no espaço; pontuais, agem por reconfigurações plurais, na medida em que reafirmam fluxos, conexões entre lugares; criam-se dinâmicas socioeconômicas, sujeitas à reciprocidade e a sinergia que valoriza as diversidades [...] (MAGNOLI, 2006, p. 166).

Considerando as reflexões apresentadas, que mesmo incipientes enquanto proposição já apontam os desdobramentos do Parque Linear na escala urbana, é possível constatar que sua concepção o transforma em instrumento de política integradora das diversas regiões da cidade, em agente promotor das relações do rio com a cidade – recuperando os aspectos culturais entre ambos – e marco inicial da constituição de um sistema estruturador de reconexão da malha urbana, incrementando aspectos culturais, ambientais, sociais e espaciais.

Busca-se apreender tais afirmações como conceitos qualificadores do espaço, uma vez que se pretende compreender os significados do espaço a partir da fundamentação teórica. A correlação entre esses temas, frutos da história da cidade, delinea as dinâmicas sociais e o desenho do território construído. Mesmo que o objeto esteja centrado no Parque Linear, parece impossível responder à pergunta que deu origem a esta dissertação sem passar pela experiência de conhecer a história e suas variáveis intervenientes. Os conceitos aqui abordados sobre a esfera de vida pública e os SELs nortearão, metodologicamente, a aplicação dos métodos de análise qualitativa.

## 5. SOBRE QUALIDADE ESPACIAL E ANÁLISE DO OBJETO

Teorias arquitetônicas pecam por imprecisão.

(Frederico de Holanda, 2011)

Esta epígrafe demonstra as dificuldades enredadas no ofício da arquitetura e do urbanismo em buscar captar com rigor atributos da realidade que subsidiem a compreensão das relações entre os atributos da arquitetura e as expectativas do corpo social.

Questões sobre as relações entre estruturas físico-espaciais e relações comportamentais sociais passam, necessariamente, pelo crivo de outros especialistas – que, devido a diferentes formações, quadros de vida, etnias, culturas, adotam outros parâmetros. Entre eles, Kevin Lynch, Frederico de Holanda, Jan Gehl e outros *expertises* são protagonistas no assunto.

### **Kevin Lynch e a boa forma da cidade**

Lynch (2007), em seu clássico texto “A boa forma da cidade”, entende que esta deve conter cinco dimensões objetivas e mais duas meta-questões. Parte do pressuposto de que “[...] qualquer novo modelo da cidade precisa integrar afirmações de valor com afirmações de relações objetivas[...]”, adotando uma visão sistêmica sem deixar de lado os aspectos relacionados às percepções estéticas. De acordo com o autor, é necessário partir de uma perspectiva da natureza das relações humanas. Ele propõe parte de sistemas muito complexos com “[...] elementos orgânicos e inorgânicos em conjunto, e com uma profusão de intervenientes e de formas” (LYNCH, 2007, p. 114).

Em sua teoria, torna-se fundamental moldar o ambiente de acordo com as expectativas da comunidade local e analisar se os objetivos propostos foram atendidos na pós-ocupação. Observar os lugares, perceber o comportamento das pessoas e como se relacionam com os espaços contribui para o que entende como a boa forma da paisagem.

Lynch desenvolve um método de análise útil em relação à sua aplicação no objeto desta pesquisa, que busca desenvolver uma análise da Arquitetura da Paisagem do Parque Linear Águas do Camandocaia a partir das dimensões de execução da forma. Sua metodologia para análise da qualidade da forma parte de cinco dimensões básicas de desempenho: vitalidade, sentido, adequação, acesso e controle. O autor ainda propõe o que chama de meta-

critérios: eficiência e justiça, que devem ser analisados em relação a cada uma das dimensões. A seguir, a definição, na íntegra, do que seriam as cinco dimensões básicas e os dois meta-critérios de acordo com Lynch:

1. **Vitalidade:** o grau em que a forma do aglomerado populacional suporta as funções vitais, os requisitos biológicos e a capacidade dos seres humanos – acima de tudo como protege a sobrevivência da espécie (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo discute o grau em que a forma apoia as funções vitais, estando esta dimensão ligada ao bem-estar físico;

2. **Sentido:** o grau em que um aglomerado populacional pode ser compreendido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço pelos seus residentes, e o grau em que essa estrutura mental se liga com os seus valores e conceitos – a correspondência entre o ambiente, as nossas capacidades mentais e sensoriais e as nossas construções culturais (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo verifica em qual grau o parque é percebido, compreendido e estruturado mentalmente em termos espaciais, culturais e temporais.

3. **Adequação:** o grau em que, num aglomerado populacional, a forma e a capacidade dos espaços, canais e equipamentos correspondem ao padrão e a quantidade de ações em que as pessoas normalmente se envolvem, ou em que se querem envolver – ou seja, a adequação dos cenários comportamentais, nomeadamente a sua adaptabilidade a ações futuras (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo dialoga com a capacidade da forma e dos espaços apoiarem ações, comportamentos e atividades sociais.

4. **Acesso:** a capacidade de alcançar outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou locais, incluindo a quantidade e a diversidade de elementos que podem ser alcançados (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo aponta para as possibilidades de alcançar outras pessoas e lugares, aspecto relacionado à mobilidade das pessoas no espaço urbano.

5. **Controle:** o grau em que a utilização e o acesso a espaços e atividades, e a sua criação, reparação, modificação e gestão são controlados por aqueles que o usam e neles trabalham ou residem (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo polemiza o grau em que os habitantes controlam a produção, o uso e a gerência do ambiente urbano.

Os dois meta-critérios de Lynch são sempre anexados a qualquer lista de elementos positivos e “[...] estão envolvidos em cada uma das dimensões básicas e não são de modo nenhum, independentes delas”.

6. **Eficiência:** o custo, em termos de outros elementos valorizados, da criação e manutenção do aglomerado populacional, para qualquer dos níveis de concretização das dimensões ambientais anteriormente listadas (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo busca avaliar a relação custo-benefício de criar e manter o espaço construído;

7. **Justiça:** o modo como os custos ambientais se encontram distribuídos pelas pessoas, em conformidade com alguns princípios específicos como a igualdade, a necessidade, o valor intrínseco, a capacidade de pagamento, o esforço despendido, a contribuição potencial ou o poder. A justiça é o critério que equilibra o ganho entre as pessoas, ao passo que a eficiência equilibra o ganho entre diferentes valores (LYNCH, 2007, p. 118).

Em síntese, esse atributo busca verificar a forma pela qual os benefícios ambientais são distribuídos.

As proposições do método de Lynch podem se relacionar com o objeto desta pesquisa, esboçando uma série de caminhos a percorrer e experimentar.

### **Frederico de Holanda e os aspectos para análise da qualidade espacial**

Frederico de Holanda sugere caminhos, independentes das escalas, que supostamente facilitam as relações entre os espaços e os anseios da sociedade, ou seja, entre padrões físico-espaciais e expectativas sociais que podem comportar.

Para ganhar eficiência e didática, o autor envereda por oito “desempenhos” de expectativas passíveis de serem adotados e analisados pelo campo da arquitetura: funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos. Holanda (2013, p. 71) aponta: “[...] a arquitetura tem efeitos, mexe com a sociedade de forma direta ou indireta, afeta o corpo e a mente, e impacta no meio do qual dependemos”. Para ele, a arquitetura implica:

1. Atividades têm suporte material adequado para funcionar; 2. Condições higrotérmicas são confortáveis para o nosso corpo; 3. O investimento inicial é baixo ou alto (ou exorbitante); 4. Há condições almejadas de mover-nos pelos lugares, ver e encontrar as pessoas; 5. Há uma identidade forte, é facilmente memorável; 6. Comunica afetos agradáveis. Não é claustrofóbica, estranha, extravagante; 7. Tem capacidade de simbolização, ao representar algo exterior (ideias e valores) ou maior que ela (um edifício que simboliza uma cidade – como a Torre Eiffel a Paris); 8. Há sensação de beleza e comunica uma visão de mundo (HOLANDA, 2013, p. 71).

Segundo o autor, “[...] o desempenho arquitetônico de um lugar é fruto da conjunção de vários atributos, que ora incidem em certo aspecto, ora em outro, por vezes em vários, até em todos” (HOLANDA, 2013, p. 72).

Estes desempenhos são:

**1. Aspectos funcionais:** concernem em respostas da arquitetura a exigências práticas da vida cotidiana em termos de tipo e quantidade de espaços para as atividades do corpo e da mente e a relação dos espaços entre si – de complementaridade, proximidade e distância (HOLANDA, 2013, p. 72).

**2. Aspectos bioclimáticos:** concernem nas relações entre praticamente todos os atributos dos elementos arquitetônicos listados antes – cheios e vazios e suas relações – e a satisfação das expectativas do nosso corpo quanto a temperatura, umidade, qualidade, aromas e movimentos do ar, luminosidade diurna e noturna, som ou ruídos. (HOLANDA, 2013, p.77)

**3. Aspectos econômicos:** concernem custos de construção e manutenção dos lugares; padrões de uso do solo relativos a ociosidade, intensidade ou continuidade no uso da infraestrutura urbana – redes de circulação para todos os modais (veículos motorizados, pedestres e ciclistas), de abastecimento d’água, coleta de esgotos, distribuição de energia etc.; forma, dimensões e materiais constitutivos da edificação. (HOLANDA, 2013, p.81)

Nesse caso a que se considerar que os custos urbanos se relacionam também com o uso do solo. Cidades que apresentam diversidade como bairros mistos de habitação, emprego e serviços tendem a menores deslocamentos e melhor aproveitamento da infraestrutura já existente.

**4. Aspectos sociológicos:** busca focar as relações entre arquitetura x sociedade especificamente quanto as relações entre configurações de edifícios, cidades e da paisagem natural entendida como arquitetura e as maneiras pelas quais as pessoas fazem o quê, como, onde, quando e com quem: como se estruturam encontros interpessoais, de forma mais ou menos planejada, mais ou menos casual, concentrados (ou não) no espaço e no tempo. (HOLANDA, 2013, p.84)

Holanda (2013, p. 83) aponta: “[...] os lugares são ordenados em sistemas de contiguidades, continuidades, proximidades, separações, hierarquias, circunscrições na qual o próprio sistema de organização social local irá estabelecer como essas relações vão se consolidar entre si”.

**5. Aspectos topoceptivos<sup>29</sup>:** O lugar tem estímulos visuais em quantidade, qualidade e ordenação capazes de favorecer a boa orientação através dele? Deduzo facilmente onde estou e que direção devo tomar para o meu destino? Todas as classes e respectivos elementos arquitetônicos elencados acima contribuem para a identidade do lugar e a boa orientação nele (HOLANDA, 2013, p. 86).

Os aspectos topoceptivos reconhecem a forte noção de identidade, que pode estar vinculada à história do lugar e à memória à que este espaço remete. Para Holanda (2013, p. 96), nas questões de identidade e orientação, “[...] a arquitetura atinge as pessoas de forma similar: todas têm o mesmo aparelho perceptivo”.

**6. Aspectos afetivos:** relativos aos afetos – sensações, estados psicológicos, estados d’alma, emoções – provocados em nós pelos atributos do lugar captáveis por nossos sentidos. O que essa identidade transmite quanto a aconchego? Prepotência, insegurança, paz? Daí a palavra personalidade (afetiva) para distinguir de identidade. Os adjetivos ilustram aspectos positivos (que devem ser procurados), negativos (que devem ser evitados), ou que conferem uma personalidade afetiva ao lugar (HOLANDA, 2013, p. 92).

**7. Aspectos simbólicos:** elementos arquitetônicos que evocam o lugar onde estão (uma fonte escultórica como símbolo de uma praça ou um bairro); ou lugares mais amplos que se inserem (Torre Eiffel como símbolo de Paris ou mesmo da França); ou valores, ideias de história (o Congresso Nacional, Brasília, como símbolo da cidade e da democracia representativa no Brasil) (HOLANDA, 2013, p. 95-96).

**8. Aspectos estéticos:** referem a maneira pela qual partes e todo tenham características a implicarem a estimulação prazerosa autônoma dos sentidos além de questões práticas – o lugar é belo. Referem também uma configuração arquitetônica que veicula uma visão de mundo, uma filosofia – o lugar é uma obra de arte (HOLANDA, 2013, p. 101).

---

<sup>29</sup> Topocepção e topoceptivo são neologismos criados por Maria Elaine Kohlsdorf.

Holanda (2013, p. 102) exemplifica que um lugar implica em fácil memorização quando possui forte identidade e proporciona boa orientação (aspectos topoceptivos); quando tem caráter mais ou menos definido: aconchegante, frio, grandiloquente, sinistro (aspectos afetivos); quando representa valores, crenças e ideias (aspectos simbólicos). Nada foi dito quanto à sua beleza ou se é uma obra de arte: adentramos *os aspectos estéticos*. O autor finaliza o seu método considerando que os aspectos são relativamente independentes, daí a necessidade de considerá-los em categorias próprias, analisá-los através das quatro “lentes expressivas” (HOLANDA, 2013).

### **O potencial educador dos espaços públicos segundo Merlin e Queiroga**

Fundamentados em teorias como a de Lynch (2007), Merlin e Queiroga (2011) apontam que, na sociedade do conhecimento na qual vivemos, a qualidade espacial deve fluir diretamente do potencial educador do espaço. O estudo apresentado pelos autores se apoia na “Carta das Cidades Educadoras”<sup>30</sup>, originária do 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona (1990). Para eles, o estudo aponta:

[...] a importância do planejamento urbano para harmonização entre a preservação de símbolos e construções vinculados à memória e às novas necessidades. Sugere que o planejamento deve atender para as necessidades, especialmente de pessoas dependentes de acessibilidade, promover encontros, relações e lazeres buscando aproximação com a natureza (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p. 7).

Alicia Cabezudo, uma das dirigentes do movimento Cidades Educadoras na América Latina, assim define a cidade educadora:

É aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Nesse espaço, todos os lugares são salas de aula: rua, parque, praça, praia, rio, favela, shopping e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, em que cabe todo tipo de conhecimento. Ela integra esses tipos de

---

<sup>30</sup> Convalidando esta tendência de pensar o espaço buscando conhecer, problematizar e enfatizar seus atributos educadores, formou-se, em decorrência do 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras, a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Sua proposta é que a cidade se torne uma grande escola, que ofereça infindáveis possibilidades educadoras. Através da AICE, surgiu o embrião da “Carta das Cidades Educadoras”, propugnando a cidade como a maior escola do mundo. A Associação congrega cerca de 350 cidades em mais de 30 países. Com o apoio da United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), sugere, através de 20 princípios, que o meio urbano ofereça possibilidades de “educação permanente”, estimulando as cidades para que se tornem plenamente “educadoras” – adjetivo das que se comprometem institucionalmente com ações e intervenções pedagógicas

educação, ensinando todos os cidadãos, do bebê ao avô, por toda a vida (CABEZUDO, Folha de São Paulo, 25/05/20042004).

Com o objetivo de estabelecer diálogo com a metodologia proposta nesta pesquisa em enfatizar a importância de reconhecer a história do lugar e através dela fundamentar todas as questões que se propõem a responder ou demonstrar, Merlin e Queiroga (2011) dizem:

A primeira ideia a ser rompida é a concepção de “espaço físico” banalizado como mera concreção pragmática, algo sem alma e sem história, quando se sabe que os espaços contam a história da civilização humana, são objetos informativos e formativos extrapolando a mera materialidade (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p. 7).

Para uma análise qualitativa dos espaços urbanos, os autores colocam que, além do espaço urbano em si, é necessário considerar as atitudes e comportamentos de quem os utiliza, as percepções e cognições relacionadas ao uso do solo e da estrutura do espaço sob o ponto de vista da estética. E chamam atenção para as novas relações urbanas, decorrentes do processo tecnológico que alterou a forma de viver em sociedade:

Estão em construção novas relações urbanas, na concretude e nas formas de convívio, pondo em xeque a tradição urbana da *polis* e da *civitas*, visto que a opinião pública está sendo moldada mais pelos meios de comunicação que em ruas e praças onde haja encontros sociais (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p. 7).

Baseando-se na empiria, nas proposições teóricas e na “Carta das Cidades Educadoras”, os autores propõem parâmetros que sintetizam as hipóteses acerca dos espaços potencialmente educadores. São eles:

**1. Relações com o entorno:** quando permitem ampla acessibilidade, respeitam o meio ambiente e consideram entorno;

**2. História do lugar:** quando relatam a história do lugar desvelando os eventos significativos pregressos, evidenciam como e quando foram concebidos e construídos; revelam intencionalidades dos propositores (agentes sociais, políticos, autores);

**3. Encontros humanos:** quando estimulam eventos sociais, políticos ou culturais (no stricto e lato sensu), promovem relações interpessoais e o respeito à alteridade;

**4. Suscitar percepções:** quando aguçam os órgãos dos sentidos humanos (visão, olfato, tato, audição, gustação) e facilitam a eclosão de sensações de estranhamento;

**5. Qualidade do design:** Quando os programas de necessidades permitem múltiplos usos e atividades (contemplação, cultivo do corpo, descanso etc.) e, principalmente, dignificam o lugar como produção cultural oferecendo espaço de qualidade funcional, técnica, ética, política e estética à apropriação pública pela qualidade de seu desenho (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p. 7).

Os autores afirmam que se trata de um ponto de partida da pesquisa que buscará a:

[...] desvelar constructos espaciais vinculando-os às possibilidades da arte, as prerrogativas da psicologia ambiental, a fatores constitutivos da esfera de vida pública contemporânea e a procedimentos adequados a um design educador de qualidade vinculando arquitetura-urbanismo como disciplina, colimando os objetivos primordiais pautados neste arcabouço de pesquisa (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p. 7).

### Jan Gehl e os 12 critérios de qualidade

Cidade para as pessoas é um projeto de investigação que interpreta e experimenta ideias para cidades mais humanas (Jan Gehl, 2013).

A partir dessa premissa, Gehl (2013) chama atenção para o que considera ser fundamental:

Garantir uma razoável proteção contra riscos, fenômenos físicos, insegurança e influências sensoriais desagradáveis e contra os aspectos negativos do clima em especial. Se apenas uma dessas questões em relação a proteção não for atendida, não tem sentido observar as outras qualidades.

O próximo passo é garantir que os espaços ofereçam conforto e atraiam as pessoas para as mais importantes atividades; entenda-se, através do uso do espaço público – **caminhar, permanecer, sentar, olhar, conversar, ouvir e ainda atividades de autoexpressão** (GEHL, 2013, p. 236, grifo do autor)

Conforme Gehl (2013), os confortos locais envolvem, sobretudo, garantir boa escala humana e boa arquitetura, ligada a positivas experiências sensoriais. A arquitetura compo um grande guarda-chuva, que inclui todos os outros aspectos de qualidade: “A arquitetura e o design não podem ser trabalhados isoladamente de qualquer outro critério.” (GEHL, 2013, p.236)

Considerando que o centro de sua teoria se vincula à escala humana, ao pedestre e à paisagem, o autor propõe 12 critérios de qualidade, subdivididos em três grupos assim denominados: “proteção”, “conforto” e “prazer”. O sentido da palavra proteção se liga à sensação de segurança sob o ponto de vista da concepção do espaço projetado, da garantia de soluções que tornem as percepções sensoriais desagradáveis em espaços e caminhos acolhedores e seguros:

**Proteção:**

1. **Proteção contra o tráfego e acidentes:** sensação de segurança: proteção aos pedestres e eliminar o medo do tráfego;
2. **Proteção contra o crime e a violência:** sensação de segurança: ambiente público cheio de vida, olhos da rua, sobreposição de funções de dia e à noite, boa iluminação;
3. **Proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis:** vento, chuva, frio e calor, poluição, poeira, barulho e ofuscamento (GEHL, 2013, p.236).

**Conforto:**

1. **Oportunidades para caminhar:** espaço para caminhar, ausência de obstáculos, boas superfícies, acessibilidade para todos e fachadas interessantes;
2. **Oportunidades para permanecer em pé:** efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ficar, apoio para pessoas em pé;
3. **Oportunidades para sentar-se:** zonas para sentar-se, tirar proveito das vantagens (vistas, sol e pessoas), bons lugares para sentar-se, bancos para descanso;
4. **Oportunidades para ver:** distâncias razoáveis para observação, linhas de visão desobstruídas, vistas interessantes, iluminação (quando escuro);
5. **Oportunidades para ouvir e conversar:** baixos níveis de ruídos, mobiliário urbano com disposição para paisagem/para conversas;
6. **Oportunidades para brincar e praticar atividades física:** convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos, durante o dia e à noite, no verão e no inverno (GEHL, 2013, p.236).

Gehl (2007) aponta a importância do estudo da vida pública e ressalta que a atenção deve se voltar para a dimensão humana. Afirma, também, que os espaços públicos precisam ser reocupados e preservados para o seu uso. O sentido da palavra *conforto* vincula-se à ideia de ter oportunidades<sup>31</sup> de usufruir do espaço em suas diversas dimensões, desde que garantam o protagonismo do indivíduo.

---

<sup>31</sup> Oportunidades de participar da vida pública, nesses espaços, indicam que passeios, calçadas, calçadões etc., trazem vantagens importantes para as cidades contemporâneas, que podem ser usufruídas pela sociedade. Mais

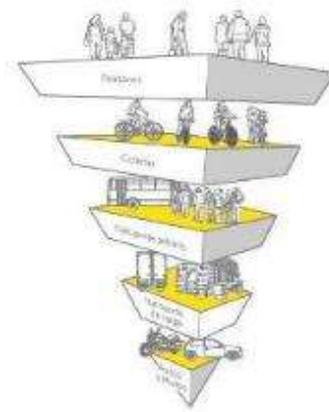


Figura 117: Pirâmide da Mobilidade. Disponível em: <<https://melillaconbici.com/2012/03/11/piramide-de-la-movilidad-2/>>.

**Prazer:**

- 1. Escala:** edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana;
- 2. Oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima:** sol/sombra, calor/frescor, brisa;
- 3. Experiências sensoriais positivas:** bom projeto e detalhamento, bons materiais, ótimas vistas, árvores, plantas e água (GEHL, 2013, p.236).

Gehl (2007) aponta a existência de duas correntes opostas no planejamento urbano: em cidades onde a vida pública está desaparecendo, tornando-se mais individualizada, e em cidades onde a vida pública é encorajada através da revitalização de áreas públicas.

Nota-se que, em geral, os conceitos abordados pelos diversos autores são similares e se relacionam. Por exemplo: as dimensões de sentido propostas por Lynch permitem relações com os aspectos topoceptivos, afetivos e simbólicos de Holanda e com o ‘suscitar percepções’ de Merlin e Queiroga.

Diante desse quadro conceitual, esta pesquisa estabelece um método de análise qualitativa dos espaços projetados e habitados ao longo do Parque Linear de Amparo, elegendo e relacionando conceitos dos autores citados.

### **5.1. Método de análise qualitativa espacial para o Parque Linear de Amparo.**

Através dos registros fotográficos realizados em visitas de campo, objetivou-se apresentar o Parque Linear Águas do Camandocaia nas suas diferentes escalas (urbana e

---

informações em: <<https://www.itdp.org/revitalising-sao-paulo-city-centre-strategies-for-anhangabau-quadradas-artes/>>.

local), abordando os conceitos apontados pelos autores citados e, de forma interpretativa, correlacionar os atributos de qualidade com o objetivo de fazer uma análise dos espaços projetados e seus efeitos na vida cotidiana da cidade. É importante considerar que os atributos de qualidade referentes ao Parque Linear e suas correlações propõem uma forma de aproximar as diversas teorias, elencando as qualidades que mais respondem a interpretação desse autor, conforme sua vivência, suas visitas ao local e as suas interpretações espaciais. O quadro 30 explicita e propõe, a partir da interpretação do autor, as correlações dos atributos elencados.

AUTORES	CORRELAÇÃO DOS ATRIBUTOS DE QUALIDADE						
Lynch (2007)	Vitalidade	Sentido	Acesso	Adequação	Controle	Eficiência	Justiça
Holanda (2013)	Sociológicos Topoceptivos Bioclimáticos	Afetivos Topoceptivos Simbólicos	Funcionais Simbólicos	Funcionais Sociológicos Estéticos	Funcionais Econômicos	Funcionais Econômicos	Sociológico
Merlin e Queiroga (2011)	Encontros humanos. Qualidade do design.	História do lugar. Suscitar percepções.	Encontros humanos. Relações com o entorno.	Encontros humanos. Qualidade do design.	Relações com o entorno.	Qualidade do design.	Encontros humanos. Qualidade do design.
Gehl (2013)	Conforto	Prazer	Conforto	Proteção Conforto Prazer	Proteção	Proteção Conforto Prazer	Proteção Conforto Prazer

Quadro 30: Correlação dos atributos de qualidade dos diversos autores estudados.

Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Diante disso, pretende-se verificar na análise da qualidade espacial, através do Parque Linear, as seguintes questões: o parque promove maior sensação de pertencimento à cidade; apresenta-se como reestruturador da malha viária, assumindo o papel de protagonista; o rio está de volta ao convívio social; as relações do entorno foram adequadas e incitam a multifuncionalidade; existe participação social; houve regeneração das áreas degradadas; o pedestre se apresenta como protagonista do espaço público.

### 5.1.1. Sistema viário.

A extensão do Parque Linear (Trecho 3B) para a região oeste reestruturou a malha viária ao longo do rio Camandocaia como eixo indutor do desenvolvimento urbano, permitindo consolidar a hierarquização viária e a conexão mais clara da malha urbana central com a periférica, resolvendo parte dos problemas de mobilidade e criando outros modos de transporte (ciclovias).

A figura 117 mostra que em 2010 já acontecia o uso das margens do rio Camandocaia pela população, como vias informais para o deslocamento entre bairros, denominadas “caminho de rato”. Tal fato pressupõe que havia necessidade de reconhecer a ampliação do sistema viário local, conforme se vê nas figuras 117, 118 e 119



Figura 118: Imagem aérea anterior à implantação do Parque Linear no Trecho 3B (2010). Fonte: Google Earth 2018.



Figura 119: Imagem aérea feita durante as obras de implantação do Parque Linear no Trecho 3B (2012).

Fonte: Google Earth 2018.



Figura 120: Imagem aérea feita após a implantação do Parque Linear no Trecho 3B (2016). Fonte: Google Earth 2018.

A fragmentação do tecido urbano e sua dispersão para a região oeste aponta para duas “cidades distintas”: a de quem mora próximo ao centro e a de quem mora na região do São Dimas (periférico). Neste caso, o uso da rodovia estadual para os deslocamentos bairro-centro potencializava ainda mais a sensação de “vir de outro lugar”. Obviamente, não se trata apenas de questões voltadas à mobilidade, e sim de maior aprofundamento nas questões de ordem antropológica a elas vinculadas. Sob o ponto de vista da mobilidade urbana, o Parque Linear amplia, como alternativas, os deslocamentos para as populações dos bairros da região oeste através do uso de uma nova avenida. Antes de sua implantação, a população utilizava a rodovia ou o interior dos bairros, em vias subdimensionadas, para vir ao centro. Dessa forma, entende-se que os problemas de segurança e a sensação de que havia duas cidades, em função dos vazios urbanos<sup>32</sup>, foram minimizados, criando maior sentimento de pertencer à mesma cidade.

A que se considerar que as obras do muro de contenção atenuando a curva do rio Camandocaia na altura do bairro do Silvestre corrigiram um histórico de alagamentos e inundações. O que até então, nas margens do rio, eram áreas degradadas e depósitos de resíduos e lixo, passou a cumprir função social imprescindível na vida cotidiana da cidade.

<sup>32</sup> Vazios urbanos são espaços sem destinação definida.

As percepções aqui apontadas aproximam-se às de Lynch (2007), através dos atributos de ‘acesso’, enquanto meio de deslocamento e novas paisagens (a partir dos usos preexistentes); ‘adequação’, considerando a adaptação do espaço em relação ao comportamento das pessoas e ‘justiça’, no sentido de pertencer ao uso público, equilibrando os ganhos dos cidadãos.

Aproximam-se também às de Holanda (2013), enquanto aspectos ‘funcionais’ – a extensão da avenida – parque busca resolver exigências práticas da vida cotidiana (relação dos espaços entre si) – e em relação aos aspectos ‘simbólicos e sociológicos’, por reconhecer que os caminhos (trilhas) já estavam lá, utilizados pela população.

Aproximam-se às de Merlin e Queiroga (2011), podendo se relacionar com os parâmetros de ‘relações com o entorno’, por ampliar acessos, reconectando vias públicas ao novo sistema viário, respeitando as questões ambientais, principalmente nos vazios urbanos, com os recuos de 50 metros para as APPs. Também aguça as percepções ao passar por espaços abertos e massas arbóreas mais fechadas e, de uma certa forma, dignifica o lugar, transformando trilhos marcados por pés e bicicletas em espaços de circulação adequados.

Em relação às ideias de Gehl (2013) podem se relacionar com os critérios vinculados ao ‘conforto’: a infraestrutura prevê oportunidades para caminhar (pista de caminhada), ver (novas paisagens próximas do rio) e praticar atividades físicas (ciclovia) – assim como os critérios de ‘prazer’, a partir de novas experiências sensoriais positivas.



Figura 121: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 3B: os recuos nos vazios urbanos nas APPs e o muro de contenção em trecho retificado do rio Camandocaia. As fotos 1 e 2 mostram a avenida Dr. Carlos Burgos e a infraestrutura

instalada: pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública. Fonte: Google Earth 2018. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 122: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 3B: os recuos nos vazios urbanos nas APPs e o conjunto habitacional de interesse social. As fotos 3 e 4 mostram a avenida Dr. Carlos Burgos e a infraestrutura instalada: pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública. Fonte: Google Earth 2018. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 123: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 3B: os recuos nos vazios urbanos nas APPs e o conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). As fotos mostram a avenida Dr. Carlos Burgos, o conjunto habitacional e a infraestrutura instalada: pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública. Fonte: Google Earth 2018. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Cabe ressaltar que os vazios urbanos, a partir do investimento público, possibilitam processos especulativos – devido ao aumento do valor imobiliário em função da implantação do parque. O interesse específico na valorização da propriedade privada fica claro, uma vez que as áreas destinadas ao Parque Linear foram doadas sem ônus aos cofres do município, demonstrando que as vantagens econômicas da propriedade privada se sobressaem em relação ao valor financeiro das áreas que serão, supostamente, desapropriadas.

Em que pese o conflito entre interesses públicos e privados, o que se constata com a implantação do Parque Linear é o reconhecimento em ‘corrigir’, através desse equipamento público, um processo desordenado de expansão urbana para a região oeste, fruto das relações técnicas e políticas viciadas entre o poder público e o privado ao longo de décadas (1970-2000).

A reestruturação da malha viária se apresenta de forma contundente no Trecho 3B, porém, em toda a extensão do parque, as obras de infraestrutura voltadas à mobilidade urbana e acessibilidade estão presentes, como será visto.

### 5.1.2. Sensação de pertencimento

A sensação de pertencimento indicada nesta pesquisa busca compreender o sentido de apropriação do lugar nas relações estabelecidas para uso e ocupação do parque a partir das transformações urbanas ocorridas após a sua implantação, levando ao envolvimento da população na defesa do espaço público.



Figura 124: Imagem aérea do Parque Linear – Trecho 3A. Área urbana consolidada, conjunto habitacional MCMV e equipamento público Centro Esportivo do Trabalhador. Fonte: Google Earth 2018.

Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

A figura 123 (Trecho 3A) mostra a região onde há maior apropriação do Parque Linear enquanto espaço habitado. Tal situação pode estar vinculada à revitalização de uma região que historicamente teve o uso das margens do rio como ponto do tráfico de drogas.

Para Lynch (2007), sob esse ponto de vista (negativo), pode-se relacionar tal realidade com o atributo do ‘sentido’, devido aos vínculos históricos e culturais – mesmo não voltado a algo positivo. Porém, com a implantação do parque, traz ‘vitalidade’ ao ambiente, e seu habitat incentiva o uso público, colaborando com a sensação de segurança.

Para Holanda (2013) a relação se dá por meio dos aspectos ‘afetivos e bioclimáticos’: o que é negativo deve ser evitado, por tratar-se de um lugar repleto de fortes experiências danosas. Após a implantação do parque, os aspectos positivos passam a ser evidentes, e a sensação de pertencimento ao lugar sobrevém. O meio ambiente se torna agradável: a temperatura, a umidade e a luminosidade incentivam o uso dos espaços.

Para Merlin e Queiroga (2011), os parâmetros voltados à ‘qualidade do *design*’: incentivam a apropriação pública pela qualidade do desenho proposto. Para Gehl (2013), os critérios vinculados à proteção, conforto e prazer – que se alteram com o parque – trazem a sensação de segurança, tornam o lugar cheio de vida. A população, os “olhos do lugar”, tem novas oportunidades para usar o espaço, e a inserção do pedestre como protagonista permite experiências sensoriais positivas devido ao bom projeto realizado.



Foto 06 – acesso por passarela metálica sobre o rio Camandocaia.



Foto 07 – av. Dr. Carlos Burgos com ciclovia e pista de caminhada.



Foto 08 – pista de caminhada com iluminação pública e paisagismo ornamental.



Foto 09 – pista de caminhada, ciclovia com iluminação pública e paisagismo ornamental.



Foto 10 – pista de caminhada com iluminação pública, paisagismo ornamental e mata ciliar



S/N - Cancha de Malha inserida em meio a mata ciliar



Foto 11 – pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública e paisagismo ornamental



Foto 12 – área de estar com bancos, lixeira e iluminação pública



Foto 13 – ponto de ônibus e ciclovia



Foto 14 – Centro Esportivo do Trabalhador

Figura 125: Montagem, fotos 6 a 14, Parque Linear, Trecho 3A: passarela metálica, pista de caminhada, ciclovia, mobiliário urbano, cancha de malha, paisagismo ornamental, iluminação pública, áreas de estar e convívio.

Fonte – Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O Trecho 3A se caracteriza por ser uma região predominantemente residencial, de tal modo que, para alguns moradores lindeiros ao parque, passou a ser considerado como extensão do próprio quintal. A figura 125 mostra a relação de apropriação de um morador, que cuida diariamente do espaço em frente à sua casa.



Figura 126: Parque Linear, Trecho 3A. Apropriação do espaço pelo morador residente em frente ao parque.

Fonte – Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

A sensação de pertencimento se manifesta ao longo de todo o Parque Linear. Nos trechos 1 e 2, localizados em áreas com maior densidade populacional, a apropriação dos espaços construídos se apresenta de forma nítida.



Figura 127: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 2: área urbana consolidada. Fonte: Google Earth 2018.

Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



Figura 128: Imagem aérea localizando o Parque Linear – Trecho 1: área urbana consolidada, equipamentos públicos, áreas industriais e comerciais. Fonte: Google Earth 2018. Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

As figuras 126 e 127 (Tremos 1 e 2) apresentam forte consolidação urbana, fruto do processo histórico de ocupação. A retificação do rio e a construção das marginais induziram a ocupação de forma mista, com áreas residenciais, comerciais, industriais e um conjunto de equipamentos públicos diariamente utilizados pela população. A construção do parque linear revitalizou as marginais e permitiu a incorporação desse espaço ao convívio social. O

que antes se configurava como zona de tráfego de passagem de automóveis passou a ser habitado a partir da oferta de equipamentos e espaços de uso comum.

Conforme o Parque Linear adentra as áreas urbanas mais densas, é possível relacionar os atributos de qualidade dos diversos autores citados na análise dos espaços construídos, porém, a correlação dos predicados irá considerar os aspectos aqui entendidos como mais relevantes para a análise do objeto pesquisado.

Entre os atributos propostos por Lynch (2007), destaca-se o da ‘vitalidade’, o conjunto dos equipamentos construídos ao longo do parque (áreas para ginástica, ciclovia, pista de caminhada, transposições sobre o rio, permitindo sua contemplação, áreas de estar e parque infantil) apoia as funções vitais atraentes à população, causando sensação de bem-estar físico. Enquanto ‘sentido’, relaciona-se mais às percepções e compreensões dos espaços construídos em termos culturais e temporais (vínculos de natureza histórica). Os atributos ‘acesso e justiça’ estão está na capacidade de alcançar toda a população, seja na escala urbana, por acessar todas as regiões da cidade, seja na escala local, permitindo democraticamente sua apropriação, sem distinção socioeconômica.



Foto 17 – passarela metálica



Foto 18 – rotatória – vista Centro Esportivo do Trabalhador



Foto 19 – passarela metálica - vista do rio Camandocaia



Foto 20 – passarela metálica – vista área de convívio

Figura 129: Montagem, fotos 17 a 20, Parque Linear, Trecho 2: passarela metálica sobre o rio Camandocaia e rotatória entre a avenida Dr. Carlos Burgos e a rua Portugal. Fonte: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Em relação às proposições de Holanda (2013), destacam-se os aspectos funcionais: a duplicação da avenida Dr. Carlos Burgos aumenta a capacidade de tráfego intra e interurbana,

além de um conjunto de novos equipamentos que organizam os sistemas de mobilidade para atividades físicas e de deslocamentos. No que se refere aos aspectos ‘econômicos’, o parque apresenta boas condições de manutenção dos espaços e equipamentos construídos. Áreas ociosas, sem infraestrutura adequada, usufruíram da valorização imobiliária sobre a propriedade privada, cabendo ao poder local criar políticas públicas de controle. A organização das redes de circulação para os modais e as obras do Sistema de Tratamento de Esgotos sob o parque representam ganhos econômicos para a população. Os aspectos ‘sociológicos’ encontram-se nas relações entre arquitetura e sociedade, no que concerne à nova paisagem urbana a partir dos usos dos espaços, estruturando nova concepção social.



Foto 21 – área de convívio



Foto 22 – pista de caminhada e ciclovia com a iluminação pública



Foto 23 – pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 24 – pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 25 – passarela metálica sobre o rio Camandocaia.



Foto 26 – Igreja Congregação Cristã.

Figura 130: Montagem, fotos 21 a 26, Parque Linear, Trecho 2: avenida Raul de Oliveira Fagundes com pista de caminhada, ciclovia, passarela metálica, áreas de estar, convívio e iluminação pública. Fonte: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O parque promove novos encontros interpessoais. Os frequentadores sabem aonde ir, o que fazer, os motivos pelos quais estão lá. Em relação aos aspectos ‘topoceptivos e afetivos’, a inserção do parque no vale do rio promove estímulos visuais que se misturam aos de uma cidade densamente construída, com edifícios verticais e horizontais ao lado de uma via arterial de grande fluxo de veículos (Trechos 1 e 2). Nas áreas menos densas, em escala local, o parque se apresenta como extensão da própria casa (Trecho 3A).

Por outro lado, na organização dos espaços projetados, o parque favorece boa orientação, promovendo sensações e emoções positivas de aconchego e segurança. Em relação aos aspectos ‘simbólicos’, ao longo do parque existem importantes símbolos, edifícios públicos e privados, diretamente ligados à história do lugar, sendo marcos referenciais – rodoviária, mercado municipal, Centro Esportivo do Trabalhador, Fundação São Pedro, Ambulatório Médico de Especialidades (AME), empresa Ibramed, campo de futebol do Clube Rio Branco. Entre eles, o próprio rio Camandocaia, que expressa a existência do Parque Linear.

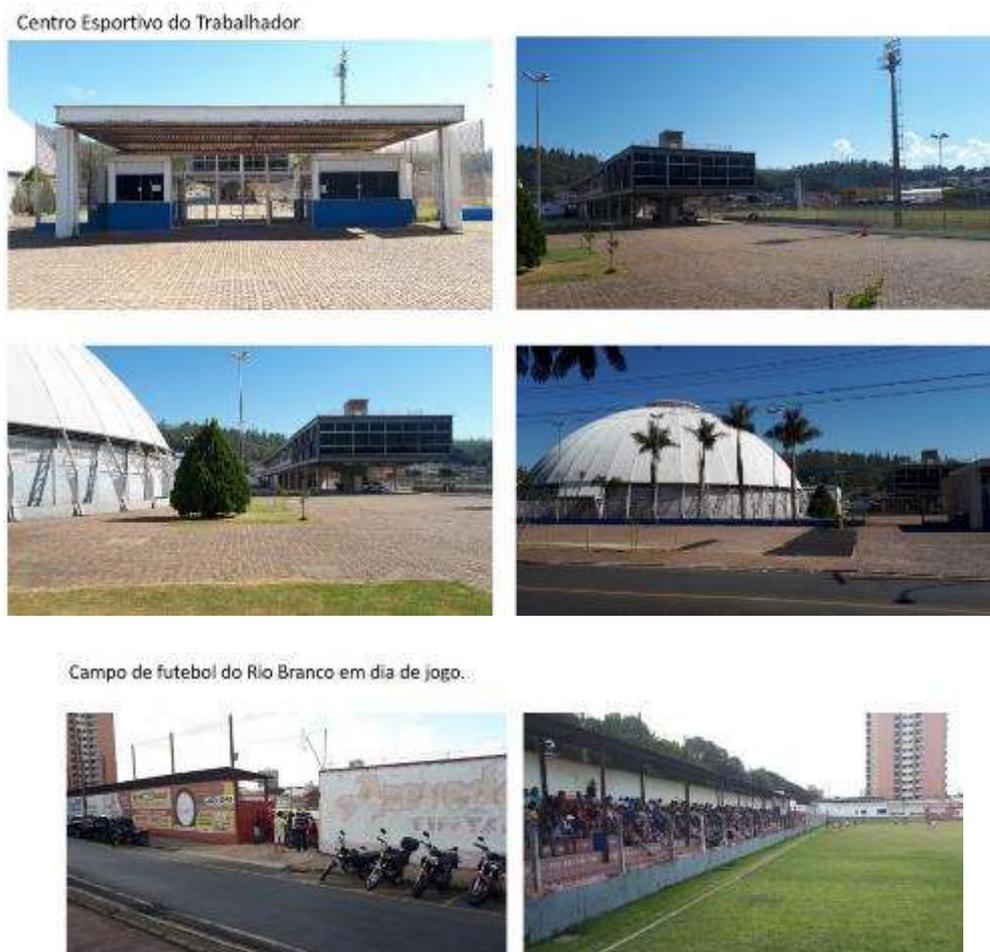


Figura 131: Fotos do Centro Esportivo do Trabalhador e do Campo do Rio Branco: marcos referenciais do município de Amparo. Fotos: Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Para Merlin e Queiroga (2011) os parâmetros de ‘relações com o entorno’ se ajustam de forma precisa no que diz respeito ao que é necessário ao longo do parque: nas áreas mais densas (trechos 1 e 2), a provisão de maior número de equipamentos disponíveis; já nas áreas predominantemente residenciais (Trecho 3A), o respeito à escala do lugar e à natureza cumprem o mesmo papel. No sentido oeste da cidade, a infraestrutura instalada abriu novos usos para ocupação, com a reestruturação do sistema viário como opção de deslocamentos intraurbanos. Em relação aos ‘encontros humanos’, ocorrem encontros, eventos sociais e culturais, como o projeto Verão em Movimento, atividades esportivas e culturais diversas, campeonatos de BMX e skate. Na ‘qualidade do design’, o parque promove múltiplos usos em diversos lugares, de naturezas diferentes, seja caminhando, se exercitando, se deslocando, contemplando os espaços ou apenas passando por eles. A qualidade funcional está relacionada às dinâmicas voltadas ao uso da cidade pela população.



Foto 27 – sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos



Foto 28 – Secretaria de Serviços Públicos



Foto 29 - pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 30 - pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.

Figura 132: Montagem, fotos 27 a 30, Parque Linear, Trecho 2. Avenida Raul de Oliveira Fagundes, com pista de caminhada, ciclovia, iluminação pública e a identificação dos edifícios públicos e privados relevantes. Fonte: Google Earth 2018. Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Para Gehl (2013), a sensação de pertencimento se relaciona com os critérios de ‘conforto’: os espaços projetados no parque propiciam oportunidades para caminhar em espaços generosos e desobstruídos, permanecer em áreas de convívio e, confortavelmente,

sentar, observar a paisagem, ouvir, conversar, brincar e praticar atividades físicas em diversos lugares. Nota-se, ao longo do parque, diversas formas de apropriação dos espaços pela população com qualidades e critérios relacionados ao 'prazer'. O respeito às escalas dos espaços projetados para o indivíduo traz experiências sensoriais positivas – desde a forma pela qual são propostos os deslocamentos entre si, até como são suscitadas percepções de ordem diversas.



Foto 31 – cruzamento da av. Raul de Oliveira Fagundes com a av. Saudades.



Foto 32 – cruzamento da av. Dr. Carlos Burgos com a av. Saudades.



Foto 33 – pista de caminhada e ciclovia.



Foto 34 – AME – Ambulatório Médico de Especialidades.



Foto 35 – ponto de ônibus, pista de caminhada, ciclovia com iluminação pública.



Foto 36 – equipamentos de ginástica, gazebo, pista de caminhada com iluminação pública.



Foto 37 – área de estar, parque infantil, pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 38 – parque infantil, pista de caminhada, ciclovia com iluminação pública.



Foto 39 – parque infantil.



Foto 40 – quiosque desativado, pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 41 – acesso passarela metálica sobre o rio Camandocaia.



Foto 42 – passarela metálica sobre o rio Camandocaia.



Foto 43 – travessia ciclovia e pedestre.



Foto 44 – pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 45 – ponto de ônibus, pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 46 – escultura realizada por Gastão Manoel Henrique (projeto de 1999).



Foto 47 – escultura, pista de caminhada e ciclovia.



Foto 48 – av. Dr. Carlos Burgos.



Foto 49 – pista de caminhada, ciclovia e equipamentos de ginástica.



Foto 50 – equipamentos de ginástica.



Foto 51 – equipamentos de ginástica, pista de caminhada e ciclovia.



Foto 52 – equipamentos de ginástica.



Foto 53 – pista de caminhada, ciclovia e área de estar.



Foto 54 – pista de caminhada e área de estar.

Figura 133: Montagem, fotos 31 a 54, Parque Linear, Trecho 2. Avenida Dr. Carlos Burgos, após sua duplicação, com passarela metálica sobre o rio Camandocaia, pista de caminhada, ciclovia, parque infantil, quiosques, equipamentos de ginástica e iluminação pública. Fonte: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### 5.1.3. O rio e sua reinserção na paisagem da cidade



Figura 134: Rio Camandocaia visto da passarela metálica do Parque Linear. Trecho 1.

Foto: Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Este trabalho procurou demonstrar a importância histórica e cultural do rio Camandocaia para a cidade de Amparo. As características do rio criaram laços afetivos e funcionais com a população, de tal forma que, quando essa relação se apresenta positivamente, fortalece os atributos de qualidade abordados nesta análise. Trazer o rio de volta ao convívio com a população foi o grande desafio do projeto.

Nas áreas urbanas consolidadas, o rio passou por diferentes épocas – permitindo que as construções, nas APPUs, chegassem próximas dele, com o desaparecimento das matas ciliares. O rio foi retificado e as marginais foram construídas alterando usos e significados. Sua calha baixou, evitando enchentes, mas distanciando o rio da população. Suas margens passaram por replantios, por vezes de forma equivocada, mesmo assim foi possível encontrar resquícios das áreas naturalmente preservadas em determinados trechos.

Nos vazios urbanos, as APPS se transformaram em depósitos de resíduos de qualquer natureza, e, ao longo do rio, a extração de areia passou a ser uma atividade comercial. É difícil afirmar todas as causas do assoreamento de vários trechos do rio, porém, percebe-se um sistema de drenagem urbana desprovido de infraestrutura que pudesse controlar os resíduos acumulados no vale do Camandocaia, que vão direto para o rio.

Diante desta precariedade, o projeto do Parque Linear tinha no seu escopo a proposição de áreas que trouxessem o rio de volta ao convívio urbano, ou ao menos que permitisse a sua reinserção na paisagem urbana. Considera-se que as relações em áreas urbanas de maior densidade *versus* áreas de menor densidade permitem interações diferentes com o rio. O principal desafio era ratificar o rio como o espaço mais característico da cidade, que influencia diretamente nos processos e modos de vida, incorporando suas margens ao convívio da população.



Figura 135: Parque Linear – Trecho 1: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.

Fotos: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Para a recuperação das águas do rio, foi construído junto com o Parque Linear o Sistema de Tratamento de Esgotos, ainda na dependência da execução de políticas estadual e federal que recuperem as águas do Camandocaia nas cidades a montante de Amparo, que deverá trazer efeitos práticos em longo prazo.

As ações voltadas ao Parque Linear se limitaram a reaproximar a população da reinserção do rio na paisagem urbana, ao replantio em APPs no Trecho 3B – previsto no processo de licenciamento ambiental – e à obra do muro de contenção no Jardim Silvestre I, resolvendo o problema das enchentes. As áreas de contemplação junto do rio, projetadas ao longo do parque, não permitiram o contato físico com o Camandocaia, pois a calha natural do rio baixou nas áreas urbanas consolidadas após a retificação na década de 1970, inviabilizando o chegar próximo das águas.

Para Lynch (2007), essas questões se relacionam com a nova paisagem constituída se relaciona com os atributos de ‘vitalidade’, no caso, ligado à qualidade ambiental pela amenização do clima, geração de sombreamento e umidade, resolução dos problemas de enchentes e à própria recuperação das águas do rio através do Sistema de Tratamento de Esgotos (a poluição do rio afeta a dimensão da vitalidade). Pensando no atributo ‘sentido’, considera-se a correspondência entre o ambiente (rio) e as questões de ordem cultural (importância na história do lugar). O atributo ‘adequação’ vincula-se ao comportamento humano a partir da nova percepção, do voltar a olhar para o rio percebendo-o como protagonista da paisagem.



Fotos da Passarela metálica sobre o rio Camandocaia que servem para circulação de pedestres assim como área de contemplação ao rio.

Figura 136: Fotos do Parque Linear – Trecho 2: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.

Foto: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Para Holanda (2013), relaciona-se com os aspectos ‘bioclimáticos’ no que diz respeito em projetar o parque conforme a realidade existente: no Trecho 3B, reconstituir as APPs e resolver o problema das enchentes; nos trechos 1, 2 e 3A, garantir que os espaços projetados respeitem a vegetação, propondo áreas de satisfação quanto à temperatura, umidade, luminosidade e ventilação. Aspectos ‘simbólicos’ aparecem no fato de o Camandocaia ser o símbolo da cidade, a grande referência que marca o lugar, relacionando-se com a história, induzindo o projeto do parque. Em relação aos aspectos ‘afetivos’, a reaproximação com o rio resgata e estimula novos estados psicológicos, aflora novas emoções, representa algo do passado, suscitando o apego por ser tão familiar.

Para Merlin e Queiroga (2011) existe relação com os parâmetros ‘história do lugar’, já que o rio relata a história da cidade, desde a sua origem, passando por séculos de existência, com alterações da paisagem e do uso, mas sempre funcionando como símbolo: como protagonista da própria história, o Camandocaia estava ali antes da chegada do homem. O parque suscita percepções, ativa novas formas de observar e se aproximar do rio. As gerações antigas se aproveitaram das águas limpas para nadar e pescar; as novas percebem o rio distante, devido à poluição. Mesmo que o parque ainda não restaure as antigas práticas de uso, novas percepções podem reaproximar o rio da população e criar ações políticas

almejando a limpeza das águas. Em relação à ‘qualidade do design’, o desenho propõe um programa de necessidades que respeita as escalas de intervenção de acordo com os lugares existentes, traz espaços de contemplação e áreas de convívio próximo do rio e a regeneração de áreas degradadas, contribuindo para a apropriação pública a partir da qualidade do desenho.



Fotos da área apropriada pelo morador em frente ao parque com o rio Camandocaia ao fundo.



Foto da área da Cancha de Malha ao lado do rio Camandocaia.



Foto da passarela metálica sobre o rio Camandocaia que serve para circulação de pedestres assim como área de contemplação ao rio.



Figura 137: Fotos do Parque Linear – Trecho 3A: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia.

Fonte: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

Para Gehl (2013), se relacionam com os critérios que se aproximam estão vinculados ao ‘conforto’, por permitir o caminhar em toda a extensão do parque tendo o rio sempre ao lado, por poder visualizá-lo, contemplá-lo e ouvir o barulho das águas em determinados lugares. Referente ao ‘prazer’, o lugar permite oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima às margens do rio, das áreas naturalmente sombreadas, com bom índice de umidade. Locais que geravam insegurança durante a noite passaram a ser apropriados pela população após a iluminação ao longo do parque.

Importa ressaltar que as questões que envolvem o rio Camandocaia apresentam complexidades diversas, desde decisões que impactam as responsabilidades estaduais e

federal, por compor a Bacia do Camandocaia, assim como de natureza local, em prover infraestrutura junto com políticas de preservação e recuperação, dando as condições mínimas de saneamento ambiental. Parte das questões do projeto do Parque Linear e do Sistema de Tratamento de Esgotos buscou respondê-las, porém, no que diz respeito à sua plena sanidade, a ponto de absorver as capacidades históricas e culturais, ainda deixa a desejar, pois depende de políticas públicas de continuidade realizadas de forma intersetorial. Projetos voltados à educação ambiental, que tenham como objetivo a preservação do rio e seus afluentes aliada a obras de infraestrutura, regeneração e revitalização das margens, poderão consolidar um processo permanente de reinserção do rio Camandocaia na paisagem e, efetivamente, no convívio com a sociedade.



Foto da APP com o plantio para recomposição da mata ciliar.



Foto de intervenção em APP para obra de drenagem em 2018.



Foto do muro de contenção no rio Camandocaia no Jd. Silvestre I.

Figura 138: Fotos do Parque Linear – Trecho 3B: plantio em área de APP, intervenção em APP, muro de contenção no Jardim Silvestre I. Fonte: Elaborado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.



vista do rio Camandocaia da passarela metálica na rua Portugal.



Passarela metálica e a ponte de autos na rua Portugal.



Foto da av. Raul de Oliveira Fagundes com o rio Camandocaia ao longo do Parque Linear.



Foto da av. Raul de Oliveira Fagundes com vista para o salto no rio Camandocaia.

Figura 139: Fotos do Parque Linear – Trecho 2: áreas de contemplação e paisagem do rio Camandocaia. Fonte: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

#### 5.1.4. A participação social

A participação social pode ser apreciada sob aspectos diversos. Pretende-se, aqui, abordar os resultados a partir dos pontos relacionados às participações social e institucional no processo de elaboração e apropriação do Parque Linear.

Como apontado no Capítulo 3, as etapas de execução do parque foram cuidadosamente concluídas para que a população o aceitasse e dele usufrísse. A causa do desuso seria a ausência de equipamentos públicos que agregassem e motivassem o uso do espaço público, de tal modo que sua imediata apropriação aconteceu quando foi equipado, demonstrando a existências de uma vocação natural e funcional do rio no cotidiano da população, tendo no resgate das questões de ordem cultural e histórica o reconhecimento necessário para a formação dessa nova identidade. Vale citar que skatistas participaram diretamente da confecção do projeto da pista de skate BMX, acompanhando a execução das obras do início ao fim.



Figura 140: Parque Linear – Trecho 1: pista de skate BMX, executada com a participação direta dos praticantes do esporte. Fotos: Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O parque se origina da premissa de estar enraizado na vontade popular desde a década de 1970 (talvez até antes, embora não há registros que confirmem), mas só em 2006, com o PDA, se constitui como obrigação institucional. Na elaboração dos projetos e execução das obras houve a qualificação de gestores, técnicos e servidores municipais que atuaram em um novo modelo de gestão, agora com a infraestrutura apropriada para encarar tal desafio. O que, em 2005, era difícil gerenciar – devido à complexidade de ações ligada aos recursos conveniados – em 2008 foram incorporadas a práticas diárias, tornando-se rotina.

Para Lynch (2007), essas questões se relacionam com os atributos de ‘vitalidade’ – pois tal dimensão se refere ao bem-estar da população – e ‘sentido’: a população percebe, compreende o parque em termos espaciais, culturais e temporais. No que diz respeito à ‘adequação’, o parque apoia ações, comportamentos e atividades sociais. Quanto ao atributo ‘justiça’, garante benefícios ambientais e sociais a toda população.

Para Holanda (2013), se relaciona através dos aspectos ‘funcionais’ que são vistos na apropriação do parque ao longo das etapas concluídas, respondendo a necessidades práticas do cotidiano, como atividades de esporte, lazer, uso e deslocamentos intraurbanos. Quanto aos aspectos ‘econômicos’, podem ser relacionados com a participação da população no cuidado, na não depredação do parque, exigindo do poder público a sua manutenção. Ter o

parque como o que estabelece identidade com o lugar, saber o que fazer e onde ir faz parte dos aspectos 'sociológicos'. A apropriação do espaço na vida cotidiana, reconhecendo aconchego e segurança, se liga a aspectos 'afetivos'.

Para Merlin e Queiroga (2011) vincula-se aos parâmetros relacionados a 'encontros humanos', o parque passou a ser ponto de encontro das pessoas, com diferentes intensidades e formas. Lá acontecem eventos culturais e esportivos, como as competições de skate e BMX e pode-se viver o respeito às diferenças, a inclusão social, a não distinção socioeconômica a partir das relações interpessoais. O parque é a cidade, e a cidade é para todos.

Em relação aos critérios propostos por Gehl (2013) de 'proteção', sentir-se seguro é a primeira premissa de apropriação do espaço público, considerando a sociedade violenta em que se vive. Referente aos critérios de 'conforto', o parque oferece oportunidades de estar de forma confortável, e os espaços projetados, levando em conta necessidades individuais, possuem como premissa fundamental o respeito à dimensão humana.

A participação social presume o envolvimento de todos nos processos decisórios que buscam o bem-estar da população. Questões de ordem técnica e política precisam amadurecer no campo social junto com a vontade política – necessárias para garantir transparência e legitimidade nas decisões. O parque buscou atender tais premissas, mas no momento da elaboração dos projetos isso não se concretizou plenamente. O sentimento empírico de apropriação se deu após a implantação das etapas, e não durante a realização dos projetos. Assim, questões de ordem cultural, social, ambiental e econômica, que poderiam estar fortalecidas desde a sua concepção, ficaram comprometidas. Mesmo fazendo uma avaliação positiva da participação da população, só haveria a possibilidade de afirmar tais premissas em um aprofundamento desta pesquisa.



Foto 55 – quiosques com áreas de convívio.



Foto 56 – Campo do Rio Branco.



Foto 57 – vista para o salto do rio Camandocaia.



Foto 58 – pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 59 – esquina com o córrego da rua Manoel Heitor.



Foto 60 – córrego da rua Manoel Heitor.



Foto 61 – travessia pela passarela pênsil.



Foto 62 – mobiliário, pista de caminhada e ciclovia com iluminação pública.



Foto 63 – pista de caminhada e ciclovia.



Foto 64 – pista de caminhada e ciclovia.



Foto 65 – pista de caminhada, ciclovia e área de estar.



Foto 66 – pista de caminhada, ciclovia e área de estar.



Foto 67 – cruzamento da av. Raul de Oliveira Fagundes com a rua José Fontana.



Foto 68 – passarela metálica na rua José Fontana.



Foto 69 – pista de caminhada e ciclovia.



Foto 70 – cruzamento da av. Raul de Oliveira Fagundes com a rua José Fontana .



Foto 71 – Terminal Rodoviário.



Foto 72 – pista de caminhada e ciclovia.



Foto 73 – acesso à passarela pênsil em frente a Rodoviária .



Foto 74 – passarela pênsil.



Foto 75 – ciclovia sentido centro. Vista da Feira do Produtor e do Mercado Municipal.



Foto 76 – Terminal Rodoviário.



Foto 77 – cruzamento da av. Raul de Oliveira Fagundes com a rua Ana Cintra.



Foto 78 – cruzamento da av. Raul de Oliveira Fagundes com a rua Capitão Miranda.



Foto 79 – cruzamento da av. Raul de Oliveira Fagundes com a rua Ana Cintra. Vista Feira do Produtor e do Mercado Municipal.



Foto 80 – ponte da rua Ana Cintra.



Foto 81 – vista do rio Camandocaia da ponte da rua Ana Cintra.



Foto 82 – rua do Triunfo com a rua Ana Cintra.

Figura 141: Montagem, fotos 55 a 82, Parque Linear, Trecho 1: avenida Raul de Oliveira Fagundes com passarela metálica e ponte pênsil sobre o rio Camandocaia, pista de caminhada, ciclovia, quiosques e iluminação pública; identificação dos prédios públicos. Fonte: Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

### 5.1.5. O pedestre como protagonista do espaço público



Figura 142: Fotos do Parque Linear – Trecho 2: espaços sendo utilizados pela população.

Foto: Eduardo Salgado Marconi, 2018.

O Parque Linear foi idealizado para as pessoas e, assim como em outras intervenções urbanas ocorridas na cidade de Amparo no mesmo período (requalificação do centro antigo, nova sede da prefeitura e revitalização do mercado municipal), a intenção foi desenvolver projetos (urbanísticos e arquitetônicos) e obras para que o pedestre se tornasse protagonista no uso e apropriação dos espaços públicos.

A partir dessa consideração, a qualidade espacial pode ser resumida, segundo Lynch (2007), enquanto ‘justiça’ no equilíbrio dos ganhos entre diferentes valores sociais. Na desigual sociedade contemporânea, isso se reflete na ausência de espaços públicos democráticos. No caso do Parque Linear, é proposta a distribuição dos princípios de igualdade, sem distinção de classes sociais – uma vez que alcança, enquanto espaço público, todas as regiões da cidade.

Para Holanda (2013), os usos dos espaços públicos se aproximam dos aspectos ‘sociológicos’ existentes entre arquitetura e sociedade, que, sob o ponto de vista da escala humana, organizam a forma como os espaços convidam as pessoas a utilizá-los. Tais questões vinculam-se aos aspectos ‘estéticos’. Através do parque, buscou-se aliar estímulos prazerosos com questões práticas, em uma configuração arquitetônica que representasse uma visão de mundo a partir do lugar, seus símbolos, questões de ordem afetiva, econômica e ambiental. Para Merlin e Queiroga (2011), a ‘qualidade do design’ se relaciona ao modo como o espaço público assume o papel nas manifestações de natureza funcional, ética e política. Sob esse ponto de vista, o parque desempenha múltiplos usos e funções, distribuídos ao longo do rio.

Próximo da área central, o parque se localiza junto de um grande conjunto de edifícios públicos (Terminal Rodoviário, Centro de Saúde, AME, Guarda Municipal, Centro de Atendimento Psicossocial/CAPS Álcool e Drogas, Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, Centro Esportivo do Trabalhador e a Secretaria Municipal de Serviços Públicos/SMSP) diariamente utilizados por milhares de pessoas – que usam a infraestrutura para se deslocar ou permanecer de forma segura e acessível – a partir da organização dos sistemas implantados (espaços definidos para usos específicos: pista de caminhada, ciclovias, pista de autos, áreas de permanência, áreas de contemplação, equipamentos esportivos, iluminação pública). Segundo Gehl (2013), o pedestre está relacionado ao principal conceito de sua teoria: a dimensão humana fundamenta os critérios de qualidade espacial (proteção, conforto e

prazer). Sendo assim, a cidade deve ser prioritariamente produzida para as pessoas a partir das suas experiências.

Na concepção do parque, buscou-se priorizar as pessoas, devido à compreensão de que a requalificação das margens do rio Camandocaia sempre foi um apelo popular. Ultimamente, desde a década de 1970, ratificado em 2006 enquanto política pública, seu objetivo seria atender a todas as regiões e prover infraestrutura de qualidade para serem utilizadas pelas pessoas que ali habitam ou que por ali necessitam passar, agregando espacialmente diferentes regiões da cidade.



Foto 83 – cruzamento da av. Dr. Carlos Burgos (saída para Serra Negra) com a rua Ana Cintra (saída para Itapira).



Foto 84 – área de estar na av. Dr. Carlos Burgos.



Foto 85 – vista da sede da Guarda Municipal.



Foto 86 – Vista CAPS – AD – Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas.



Foto 87 – UBS – Unidade Básica de Saúde – Centro.



Foto 88 – passarela metálica na rua José Fontana.



Foto 89 – vista do rio Camandocaia da passarela metálica da rua José Fontana.



Foto 90 – av. Dr. Carlos Burgos duplicada com pista de caminhada, ciclovia e iluminação pública.



Foto 91 – pista de caminhada, ciclovia, sanitários, quiosque e iluminação pública.



Foto 92 – pista de caminhada, ciclovia, quadra de areia e iluminação pública.



Foto 93 – Pista de skate.



Foto 94 – Quadra de areia.



Foto 95 – pista de skate, pista de caminhada, ciclovia, áreas de convívio e iluminação pública.



Foto 96 – pista de caminhada, ciclovia, áreas de estar e convívio, fonte desativada e iluminação pública.



Foto 97 – passarela pênsil sobre o rio Camandocaia.



Foto 98 – vista do rio Camandocaia.



Foto 99 – cruzamento da av. dr. Carlos Burgos com a rua Milão.



Foto 100 – pista de caminhada, ciclovia, áreas de estar e convívio, fonte desativada e iluminação pública



Foto 101 – pista de caminhada, ciclovia, áreas de estar e convívio e iluminação pública.



Foto 102 – pista de caminhada, ciclovia e iluminação pública.



Foto 103 – pista de caminhada, ciclovia e iluminação pública. Nota-se a direita o rio Camandocaia.



Foto 104 – pista de caminhada, ciclovia e iluminação pública.



Foto 105 – vista do muro de contenção na av. Dr. Carlos Burgos.



Foto 106 – cruzamento da av. Dr. Carlos Burgos com a av. saudades.



S/N - Foto da ponte metálica construída na década de 1980 mas nunca utilizada. Simboliza a incompetência do poder público



S/N - Foto do acesso pela ponte pênsil sobre o rio Camandocaia.

Figura 143: Montagem com fotos, 83 a 106, do Parque Linear – Trecho 1: Av. Dr. Carlos Burgos com ponte pênsil sobre o rio Camandocaia, pista de caminhada, ciclovia, quiosques, equipamentos esportivos, sanitários, iluminação pública, áreas de estar, contemplação e convívio; identificação dos prédios públicos. Fonte – Elaborado e fotografado por Eduardo Salgado Marconi, 2018.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a dissertação

Foi estudado o histórico da cidade de Amparo através da periodização, o que permitiu a empirização, concatenando espaços e tempos, como assevera Santos (1988).

Mais que relatar fatos, obteve-se o entendimento das mudanças espaciais em cada período histórico, revelando uma noção clara do desenvolvimento territorial da cidade ao longo do tempo.

Amparo começou como pouso de tropeiros e apoio para a busca do ouro, e os espaços urbanos eram precários. Tornou-se cidade, produziu café com um desenho de “cidade racional” (LIMA, 1998). No auge da produção, adquiriu *status* político, adotando modelo de urbanismo “criterioso”.

Após a crise do café, iniciou um processo de industrialização que, lentamente, engendra a dispersão da malha urbana. Também enveredou por tempos de planejamento, elaborando planos diretores de alto nível, adquirindo importância política e ganhando o título de “Flor da Montanha”.

Em todos esses momentos, o rio Camandocaia, símbolo da cidade, atuou vigorosamente na organização espacial, sendo forte parâmetro da organização urbana, sem, entretanto, protagonizar. No terceiro milênio (2000 – 2012), com a proposição do Parque Linear, o rio assumiu este papel para os gestores locais. Assim, através dele é possível vislumbrar os diferentes papéis dos espaços e tempos da cidade no decorrer da história, ambos umbilicalmente articulados.

Devido à sua importância, o rio e seu parque linear estão, hoje (2018), sendo sacramentados como sistematizadores da organização espacial, requalificando os espaços da orla e reaproximando os cidadãos das águas do Camandocaia, revigorando eventos culturais.

Buscando detalhar o processo de construção do parque, foram apresentadas as diversas fases para sua efetivação, mostrando que sua influência acontece de forma efetiva e afetiva. Isto posto, entende-se que, em face de suas inúmeras características, vale destacar a seguir as principais considerações.

### **O resgate da relação do rio Camandocaia com a cidade: agentes e processos na transformação do espaço público.**

Através da periodização, foi possível compreender como se deu a evolução urbana da cidade de Amparo desde o surgimento do povoado, no início do século XIX, até o processo de requalificação urbana na primeira década do ano 2000.

Esta pesquisa permitiu o aprofundamento de questões de natureza técnica, política e cultural que levaram a um conjunto de ações com o objetivo de qualificar urbanisticamente as margens do rio Camandocaia.

Tornou-se evidente sua importância vital para a cidade nos períodos estudados. Inicialmente, por conta da sua própria natureza (curso da água, cheias e vazantes), que impôs ao desenho urbano as áreas a serem ocupadas pelo homem.

Posteriormente, no declínio do período cafeeiro e início da industrialização, as características do uso do rio começam a se alterar, preparando-se para novos processos de expansão e desenvolvimento urbano. Mesmo assim, até a década de 1960 se mantêm as qualidades ambientais que sempre fizeram do rio um parque natural de uso da população, não desenhado, mas apropriado pela comunidade, evidenciando o 'enraizamento' do Camandocaia nos hábitos tradicionais da cidade.

A partir da década de 1960, houve a retificação do rio e a construção das vias marginais, aliando sua vocação à vontade política de consolidar a indústria local e conduzindo a expansão para novas regiões da cidade. Com a proliferação de novos empreendimentos imobiliários ao longo do rio, este foi o agente indutor do uso e ocupação do solo urbano e passou a desempenhar uma função sanitária, o que levou à sua degradação ambiental com altos índices de poluição e o distanciamento da população. Pode se dizer que este foi um período em que a cidade virou as costas para o Camandocaia, que, mesmo estando ainda no seu curso natural, 'desapareceu' da paisagem urbana.

A partir do ano 2000, o rio volta à agenda política da administração pelo OP, com a proposição de cuidar das suas margens para o uso da população, que, mesmo de forma incipiente, revelava a vontade de fazer algo mais. Tal situação se modifica e começa a se delinear a partir de 2004, quando surge a proposta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal da implantação de um Parque Linear às margens do Camandocaia: projeto estratégico da administração pública, imediatamente incorporado às políticas

públicas para o desenvolvimento urbano e posto em debate público durante a elaboração do PDP em 2006.

Ressalte-se que, nesse período, os parques lineares estavam na agenda de vários municípios, considerados como política pública para a regeneração das áreas de fundo de vale. Diversos países utilizavam parques lineares como modelos de reinserção dos rios à paisagem urbana e usos para atividades de naturezas diversas, buscando retomar relações históricas e mais amigáveis entre rios e cidades, com a reaproximação das pessoas do contato físico e paisagístico com os cursos d'água.

Cabe salientar que as legislações urbanísticas e ambientais, ainda que se posicionem por vezes de ordem antagônica e necessitem de aparatos jurídicos para definir os limites do uso permitido para as áreas de fundo de vale – principalmente no que diz respeito às APPUs – nas cidades historicamente consolidadas, as margens dos rios e córregos, às vezes retificadas ou tamponadas, demonstram significativos avanços direcionados para garantir o direito de usufruir essas áreas para o uso comum do povo, com o princípio de resgatar a qualidade física e ambiental voltadas para o bem-estar da população em contato com a água.

É necessário considerar que o fortalecimento da participação social estava, e de certa forma ainda está, na agenda pública nacional, com o objetivo de legitimar as decisões públicas nos rumos a serem traçados para o futuro das cidades brasileiras e garantir a função social da propriedade. O Ministério das Cidades determinou o cumprimento de regras obrigatórias, através de instrumentos legais, para fortalecer e garantir que as decisões de natureza pública sejam compartilhadas entre o maior número de atores sociais. A busca da transparência nos atos públicos muda o paradigma na gestão pública, obrigando os dirigentes a maior aproximação com a população na prestação de contas dos seus atos.

Amparo seguia na mesma direção: o projeto do Parque Linear considerou, a partir da vontade popular, a necessidade de prover à população um equipamento que pudesse abrigar espaços de uso comum do povo na orla do rio Camandocaia; ao mesmo tempo, visou ao resgate da aproximação do rio com a cidade.

A consolidação e a valorização dos espaços de participação social existentes antes de 2000, assim como a criação de novos espaços e metodologias, contribuíram decisivamente para a revitalização e reabilitação dos espaços públicos.

A rica e importante experiência na elaboração do PDP, em 2006, ratificou e legitimou o Parque Linear como política pública municipal, assim como outros projetos urbanos de vital importância para o município.

Sob o ponto de vista institucional, para a efetivação do parque linear destacou-se a melhora da qualidade técnica, política e administrativa nas ações do poder local de 2000 a 2012. As mudanças na forma de governar, com o objetivo de estruturar as políticas públicas intersetorialmente, contribuíram para o aprimoramento dos instrumentos administrativos da gestão pública. Nesse período, o aumento de investimentos e oportunidades para realização de obras na escala urbana (Parque Linear, Sistema de Tratamento de Esgotos, nova sede da Prefeitura, revitalização da área central e restauro do Mercado Municipal) exigiu da administração pública o aprimoramento de processos e procedimentos administrativos que perdura até hoje (2018), reconhecido pelos gestores públicos como essencial para a conquista dos resultados obtidos.

O gerenciamento de uma obra desta escala obrigou à maior aproximação com a população, que, por mais que tenha sido prejudicada no seu cotidiano no decorrer das obras, reconheceu a importância das transformações nos espaços públicos e nas obras de saneamento elegendo e reelegendo o grupo de dirigentes políticos por três mandatos consecutivos na Prefeitura Municipal.

Obviamente, ao longo desse processo ocorreram inúmeras dificuldades (relatadas ao longo desta dissertação), ora pela falta de experiência do corpo dirigente, ora pela falta de estrutura que controlasse as variáveis intervenientes nos projetos e obras dessa natureza. O aprendizado acumulado, seja do ponto de vista técnico ou político, permanece nas rotinas da administração pública até hoje (2028). Assim, as mudanças de governo e suas novas filosofias se adaptam aos métodos incorporados nas gestões anteriores.

No entanto, durante a concepção dos projetos, foram priorizadas questões de ordem técnica que se resolveram nos departamentos e gabinetes da Prefeitura, de tal forma que aspectos culturais com forte vínculo histórico em relação ao rio, como eixo natural e indutor das dinâmicas do território, não foram consideradas plenamente no âmbito do projeto. Personagens históricos da cidade não foram consultados e nem participaram voluntariamente dos espaços de participação política oferecidos na fase de elaboração do Plano Diretor. Dessa forma, não puderam se manifestar de forma efetiva e contundente.

Reconhecer o rio como organizador de um parque natural que, durante décadas, foi utilizado para pesca e atividades de esporte e lazer poderia ter dado ao projeto urbanístico características mais vigorosas no quesito apropriação sociocultural. Embora havendo espaços de participação, a população, possivelmente acostumada a não ter opiniões reconhecidas pelo poder local, não participou com afinco de algumas decisões sobre o futuro da cidade.

É possível concluir que o papel desempenhado pelas margens na requalificação da paisagem urbana partiu do princípio da valorização dos espaços lindeiros ao rio, seja na recomposição das matas ciliares nas áreas localizadas próximas dos vazios urbanos, seja ao longo do rio, com o desenvolvimento de atividades na promoção do convívio social.

Houve resgate da paisagem, porém, o uso pelo contato físico (como nadar), com a proposta de espaços que culturalmente sempre estiveram no imaginário da população, não foi contemplado, sejam pelas questões apontadas acima, seja pela própria poluição do Camandocaia e o rebaixamento de sua calha no trecho retificado, que inviabilizou o contato físico com suas águas.

Em 2018, o rio não está voltado somente a práticas higienistas do século XX. A implantação do Parque Linear inaugurou um novo período da história do rio com a cidade, na expectativa de um dia poder retornar ao ambiente urbano não só como paisagem, mas com a possibilidade de recuperar fisicamente as profundas relações culturais já desempenhadas.

### **As escalas de intervenção: mobilidade urbana e regeneração de áreas degradadas.**

Antes da efetivação do parque, a perda das várias funções tradicionais, mais nobres do rio, se deu pela exploração física equivocada e perniciosa das suas margens, onde os vazios urbanos se tornaram depósitos de resíduos, gerando insegurança por serem áreas desabitadas. Nas áreas urbanas consolidadas havia total apropriação das margens para uso destinado, basicamente, ao sistema viário. Completando esta equivocada forma de uso, ao longo de todo o rio Camandocaia havia despejos de esgotos domésticos e industriais em mais de noventa pontos.

Sob o ponto de vista social, a apropriação pelo tráfico de drogas em determinadas regiões, assim como pela exploração de atividades extrativistas, como a retirada permanente de areia do rio por parte da população, completava o estado de abandono e degradação do rio e suas margens.

O Parque Linear regenera a orla do Camandocaia em toda sua extensão, resgata suas margens para uso em diferentes escalas e reaproxima a população do convívio com o rio. Nas áreas de domínio do tráfico, a revitalização das margens com iluminação pública transformou os usos deste trecho da orla, imediatamente apropriado pela população local, trazendo novamente a sensação de segurança, restaurando seu uso.

O Parque Linear atua em diversas escalas, porém destaca-se nas questões voltadas à mobilidade urbana e regeneração de áreas urbanas degradadas para o uso da população. A partir do fundo de vale do rio Camandocaia, e da sua natural vocação linear enquanto suporte para questões urbanas, estruturou-se historicamente nas suas margens como parte do sistema viário arterial intra e interurbano, mesmo que priorizando a infraestrutura disponibilizada para o uso restrito de veículos motorizados.

Ao mesmo tempo, a fragmentação e a dispersão da mancha urbana produziram vazios urbanos, desconectando centralidades que passaram a utilizar alternativas viárias subdimensionadas ou com a incorporação da rodovia estadual para deslocamentos centro-periferia. Aproveitando-se dessa configuração natural do vale do Camandocaia, o projeto do parque se distribuiu ao longo do rio localizado na área urbana, aproximadamente nove quilômetros de extensão – dos quais foram executados seis quilômetros, considerando as duas margens. O projeto garantiu, como premissa, desempenhar o importante papel de dar suporte às necessidades de deslocamentos urbanos, organizando os sistemas de mobilidade e oferecendo à população novas alternativas de uso do espaço público com segurança e conforto.

Nota-se que, em todos os trechos executados do Parque Linear, há ciclovias nas duas margens e generosas calçadas iluminadas, compondo um desenho urbano que alterna áreas destinadas ao caminhar e áreas que convidam ao acolhimento através de espaços mais amplos de estar e lazer. Também se destacam acessos, em toda a extensão do parque, que atendem aos critérios de acessibilidade universal

Nos vazios urbanos (Trecho 3 B), duas questões merecem destaque. A primeira, sob o ponto de vista da mobilidade urbana, é a extensão da avenida Dr. Carlos Burgos, reconectando com a malha viária existente a região central com as regiões mais periféricas (zona oeste), permitindo, através do parque, o acesso em qualquer local desejado. A segunda é a regeneração de áreas próximas do rio, utilizadas durante décadas como depósitos de

resíduos, e, agora, com a recomposição das matas ciliares a partir do plantio de espécies nativas.

Na região do Jardim Camandocaia (Trecho 3 A), com o resgate de áreas historicamente marginalizadas, foram erigidos espaços para o uso local, tendo como característica a apropriação dos espaços pela população como extensão de suas moradias. Nas regiões de maior influência populacional (Trecho 1 e 2), destaca-se um conjunto de equipamentos públicos para esporte e lazer com as áreas mais amplas de uso comum (estar e convívio), permitindo maior concentração de pessoas, assim como a duplicação da via marginal, permitindo maior fluidez ao trânsito e consolidando-se como via arterial de uso intra e interurbano.

A partir do trabalho de pesquisa, a transformação do uso das margens do rio, que por décadas passou por intenso processo de degradação e abandono, tornando-se despercebido pela população, acostumada com a ideia perversa de que o desenvolvimento urbano se justifica somente pelos aspectos econômicos na provisão de geração de emprego e renda e não pela qualidade de vida urbana.

Nessa concepção de cidade é necessário reconhecer e valorizar os espaços públicos de uso comum da população. Soma-se a isso o descrédito nos gestores e agentes públicos, que, na maioria das vezes, não têm capacidade e competência para propor políticas de longo prazo e oferecer uma cidade mais inclusiva, absorvendo as complexidades da vida urbana. Ao mesmo tempo, acabam se apropriando do estado a favor dos próprios interesses.

O Parque Linear é um exemplo que pode e deve ser seguido. A revitalização das margens do Camandocaia, dando acesso livre a população e a apropriação dos espaços públicos pela população demonstram que, apesar das fragilidades observadas durante esse processo, as composições de novas dinâmicas espaciais estão presentes na prática de atividades esportivas, no uso do parque para se deslocar com segurança e conforto, a pé, de bicicleta, com veículos motorizados entre as diversas regiões da cidade. Existe o sentimento de que o espaço convida a estar e nele permanecer, aproveitando as qualidades e acontecimentos típicos de espaços coletivizados.

## **A esfera de vida pública e a qualidade espacial.**

A última parte da pesquisa priorizou o debate que envolve os sistemas de espaços livres e a esfera de vida pública, assim como conceituar atributos voltados à análise da qualidade espacial do Parque Linear a partir de diversos autores.

As ideias até aqui apresentadas apontam, em síntese, para esta questão colocada por Santos (1990): “[...] queremos ou não buscar maior realização da esfera de vida pública nas cidades brasileiras contemporâneas? ”. E até que ponto estamos dispostos abrir mão de questões de natureza pessoal em detrimento da busca do interesse coletivo?

A indagação de Santos (1990) permite reflexões que perpassam diferentes ciências, exigindo maior aprofundamento para sua exata compreensão. Porém, independente do grau de complexidade, tais questões estão presentes na realidade da vida urbana e nas relações sociais. O que se coloca com precisão é que os espaços de interesse coletivo de natureza democrática são os espaços públicos de uso comum da população. Assim, necessita-se pensar como utilizá-los e compreendê-los enquanto espaços livres e qual o seu papel no desenvolvimento das esferas de vida pública e política.

Todas as reflexões e conceitos apresentados pelos autores utilizados nesta pesquisa levaram aos mesmos consensos. Os espaços livres públicos devem ser pensados para estimular o uso de forma igualitária pelas pessoas, sem distinção socioeconômica. São espaços para potencializar a esfera de vida pública a ponto de ampliar a esfera de vida política, como bem-conceituados por Queiroga (2011).

Este trabalho mostrou que as relações públicas e privadas culminaram na baixa qualidade de vida urbana através de processos degenerativos da qualidade espacial das áreas públicas. Isto devido à fragilidade das leis que não convergem para interpretações objetivas, de fácil entendimento, expondo a insegurança jurídica que implica nas decisões que determinam os rumos de nossa cidade.

Também mostrou a contínua apropriação do capital privado pelos poderes do Estado para usufruir de forma deliberada em favor de interesses específicos, tendo como consequência cidades cada vez mais dispersas e fragmentadas onerando o poder público – que tem de suprir e cuidar de infraestruturas que atendem a poucos, quando a maioria da população se vê jogada na periferia, consequência de um perverso sistema capitalista.

Sob o ponto de vista da inserção do Parque Linear no contexto colocado, cabe avaliar seu desempenho enquanto espaço público com poder de transformar relações sociais a partir dos espaços projetados.

A partir dos conceitos e reflexões apresentados ao longo desta dissertação, conclui-se que o Parque Linear desempenha diferentes papéis na esfera de vida pública. Ainda que necessários aprofundamentos sobre questões vinculadas à efetiva e afetiva apropriação do Parque Linear no cotidiano amparense, esta pesquisa confirma uma significativa mudança no comportamento das pessoas ao usarem os espaços públicos de diversas formas: a maioria para atividades voltadas a esportes e recreação; apropriando-se de uma pequena parte do parque como extensão da própria casa; reestruturando a mobilidade urbana a partir da organização dos sistemas de deslocamentos.

Soma-se a isso o fato de que a cidade de Amparo também passou por diversas intervenções urbanas, que constituíram novos espaços de concentração da população local, tornando-se, também, um polo de encontros regionais através de atividades culturais espalhadas pelo centro antigo, sendo o Festival de Inverno o seu principal marco.

Na política de desenvolvimento econômico, o poder público municipal propôs aliar políticas de incentivo para incremento do centro antigo, estimulando atividades voltadas para o uso dos espaços requalificados, como o restaurante escola, o empório de produtos locais, a Agência de Turismo receptivo com passeios voltados a memória da cidade, instalados no restaurado Mercado Municipal.

No Parque Linear foi efetivado um calendário de diversos eventos esportivos e culturais, como o Verão em Movimento, Campeonatos de Skate e BMX e caminhadas temáticas voltadas a ações preventivas de saúde. Com a Secretaria de Educação também houve importante parceria com as escolas municipais, através do reconhecido projeto “Descobrimo Amparo”, que propõe atividades curriculares nas escolas municipais com o objetivo de contar a rica história da cidade de Amparo aos alunos através de um livro didático.

Referente às questões voltadas para a qualidade espacial, buscou-se avaliar, através da correlação dos atributos de qualidade dos autores escolhidos nesta pesquisa, pontos de convergência sob o ponto de vista das escolhas projetuais. Também foram respeitadas as necessidades e características enquanto realidades existentes ao longo do rio, objetivando atender aos desejos da maioria da população.

A partir dos vários exemplos destacados nesta pesquisa, pode-se concluir que as proporções de projeto consideraram os usos urbanos de natureza local e regional a partir de três escalas de intervenção. A primeira nas áreas mais densas e populosas, com a oferta de espaços mais amplos e generosos, compondo maior número de equipamentos públicos e reestruturando a malha viária para suprir demandas locais e regionais. A segunda nas áreas residenciais lindeiras ao parque, provendo espaços que buscassem o acolhimento e a imediata apropriação por parte da população residente. A terceira nos vazios urbanos, reconectando a malha viária com a região oeste da cidade através da orla do rio.

Por fim e de maior relevância sob todos os aspectos estudados e apresentados ao longo desse trabalho, está o que se entende ser o protagonista da cidade construída: o pedestre ou o transeunte. Seguindo os critérios de qualidade de Gehl (2013), não existiriam cidades se não existissem pessoas: as cidades são para as pessoas.

Considerando tal premissa como fundamental, o projeto do Parque Linear e o da reabilitação da área central tiveram como objetivo garantir a inclusão do pedestre nos espaços públicos. Entende-se, claramente, que a paisagem urbana cumpre sua melhor função e sentido quando acolhe o caminhar, a permanência no lugar, o contemplar o espaço.

Da mesma forma deve garantir a segurança para deslocamentos com infraestrutura adequada ao uso e ao conforto, através das oportunidades que se abrem ao longo do percurso, e o prazer de poder sentir novas experiências sensoriais. A qualidade espacial urbana se justifica quando os investimentos priorizam a inserção do pedestre como protagonista do uso do espaço público, a requalificação das paisagens urbanas e as questões voltadas à mobilidade urbana.

Algumas questões necessitam maior aprofundamento e continuidade, para além desta pesquisa, tais como: a cidade de Amparo absorve o projeto do Parque Linear na escala de intervenção urbana proposta; as áreas projetadas ao longo do parque sofrem o risco de se tornarem ociosas e sofrerem novo processo de degradação; o poder público municipal terá capacidade de estimular e manter o uso frequente do parque pela população e propor políticas integradas que possam se utilizar dos espaços projetados; até que ponto as questões voltadas à mobilidade tiveram, efetivamente, impacto na melhora de vida da população.

A experiência descritiva, empírica e analítica desta pesquisa requer continuidade. Todas as questões aqui debatidas só fazem sentido quando se busca o interesse coletivo na

qualidade de vida urbana, sendo tais preceitos os de maior importância para a prática do urbanismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHERN, J. Greenways as a planning strategy. **Landscape and Urban Planning**. v. 33, p. 13- 155, 1995.

AICE – Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona, 1990, revisão Bologna, 1994. Disponível em: <[www.fpce.up.pt/OCE/Cartadascidadeseducadoras.pdf](http://www.fpce.up.pt/OCE/Cartadascidadeseducadoras.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2011.

AMPARO. Lei Complementar Nº 1, de 6 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-amparo-sp>

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **As Áreas de Preservação Permanente e a questão urbana**. 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5 ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. Lei Federal n. 4.771/1965. Institui o novo **Código Florestal Federal**. Brasília: D.O.U. de 28 de setembro de 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm)

BRASIL. Lei Federal n. 6.766/1979. Dispõe sobre o **Parcelamento do Solo Urbano** e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 20 de dezembro de 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6766.htm)

BRASIL. Lei Federal nº 6.938/81. Dispões sobre a **Política Nacional de Meio Ambiente**, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 31 de agosto de 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)

BRASIL. Lei Federal nº 8666. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 21 de junho de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm)

BRASIL. Lei Federal nº 9.433/97. Institui a **Política Nacional de Recursos Hídricos**, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que

modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: D.O.U. de 9 de janeiro de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L9433.htm)

BRASIL. Lei Federal nº 10.257/2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 11 de julho de 2001 e retificado em 17 de julho de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)

Resolução CONAMA Nº 303/2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Data da legislação: 20/03/2002 - Publicação DOU nº 090, de 13/05/2002, pág. 068. Status: Revoga a Resolução nº 04, de 1985. Alterada pela Resolução nº 341, de 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=29>

Resolução CONAMA Nº 369/2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Data da legislação: 28/03/2006 - Publicação DOU nº 061, de 29/03/2006, págs. 150-151. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>

BRASIL. Lei Federal n. 12.651/2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: D.O.U. de 28 de maio de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)

BUENO, Laura M. de M. A interface urbano-ambiental na área de Arquitetura e Urbanismo. **Paranoá Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: UnB, n. 8, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n8.2013.12093>

CARDOSO, Francisco José et al. **Ambientes fluviais urbanos: novos paradigmas de projeto**. 2017. 365 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos. CEBRAP nº 45, julho 1996, p.152-166.

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Glossário de saneamento**. Disponível em: [www.cnrh.gov.br](http://www.cnrh.gov.br). Acesso em: 14 jun. 2010.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da; SOARES, Sérgio Wilson Figueiredo. A técnica do mapa falado: exemplo de sua aplicação em um estudo de campo na fronteira do Brasil com a Bolívia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 4, 1999, Curitiba. **Resumos...** Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1999, p. 25-26.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T Mais Oito, 2008.

DAMIS, Roberta Casali Bahia; ANDRADE, Taís de Souza. A inaplicabilidade do Código Florestal em área urbana. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26794-26796-1-PB.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

DE MELLO BUENO, Laura Machado. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana com base em um enfoque socioambiental. **Cadernos Metr pole**, v. 1, n. 1, 2008, p. 99-121.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. **O processo de urbaniza o no Brasil**. São Paulo, Edusp, 1999.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2000.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Estratégias urbanas em busca do desenvolvimento local: a experiência do Projeto Eixo Tamanduatehy em Santo André**. 2005. Disserta o de mestrado.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982, p. 23.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. 2007.

FURTADO, Celso. **Forma o econômica no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 1 edi o. 2013.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investiga es quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradu o de Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, n  26, 2009, p. 9-17.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exce o**. Brasília: UnB, 2002.

Arquitetura sociológica. **Humanidades**. Brasília: UnB., 51, maio 2005, p. 5-25.

[http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arg\\_hm=historico/hist\\_01905.htm](http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arg_hm=historico/hist_01905.htm)

<http://www.tse.jus.br/eleicoes>.

IPEA. Participação Popular - **A construção da democracia participativa**. 2011. Ano 8. Edição 65 - 05/05/2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2493](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2493)

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970). In.: **Retratos do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 14.

JUNIOR, Nelson N. P.; STEINMETZ, Sandra; SANTOS, André de C.; CRUZ, Julia C. da C. **Estratégia Regulatória para as Áreas de Preservação Permanente Urbanas – Relatório Final**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas – Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada, 2017.

LEITE, Maria Angela. **As tramas da segregação**: privatização do espaço público. 1998. 91 f. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **A cidade racional Amparo**: um projeto urbanístico do “oitocentos”. Campinas: Unicamp, 1998.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Conto, canto e encanto com a minha história**. Estância Hidromineral de Amparo: Flor da Montanha. São Paulo: Noovha América, 2006.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Edições 70, 2007.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá, FAUUSP, 1999.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. 116 f. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

Em busca de “outros” espaços livres de edificação. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo: FAUUSP, nº 21, 2006, p. 141-174.

MARICATO, Ermínia et al. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**: planejamento urbano no Brasil.

MARTINS, Carlos A. Ferreira. O fixo e o fluxo: arquitetura na fronteira entre o construído e o sociocultural. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (Orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, v. 1, 2007, p. 191-204.

MARTINS, Leandra Rajczuk. Parques lineares: novo modelo integra lazer e meio ambiente na cidade de São Paulo. In.: **Agência Universitária de Notícias-USP**, São Paulo, 21 de julho de 2008. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/05/11/parques-lineares-novo-modelo-integra-lazer-e-meio-ambiente-na-cidade-de-sao-paulo/>>.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. **São Paulo Perspec.**, São Paulo: Fundação Seade, v. 5, n. 4, 1991, p. 28-42.

MATUS, Carlos. **Adeus, Senhor Presidente, Governos E Governantes**. São Paulo: Edições Fundap, 1997.

MERLIN, José Roberto. **Salto**: indústria, rio e espaço na visão de um arquiteto. 1986. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1986.

MERLIN, José Roberto; QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Sobre espaços potencialmente educadores**. Anais do VI Colóquio Quapá-Sel, 2011, São Paulo (CD-ROM).

MORA, Natalia Mayorga. **Experiências de parques lineares no Brasil**: espaços multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Divisão de Água e Saneamento, 2013. Disponível em: <[https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6010/Experiencias\\_de\\_parques\\_lineares\\_no\\_Brasil\\_espacos\\_multifuncionais\\_com\\_o\\_potencial\\_de\\_oferecer.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6010/Experiencias_de_parques_lineares_no_Brasil_espacos_multifuncionais_com_o_potencial_de_oferecer.pdf?sequence=5&isAllowed=y)>.

MORAES, H. M. Áreas de Preservação Permanente nas zonas urbanas. In: **JurisWay**, 29 fev. 2008. Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=560](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=560)>. Acesso em: 4 de agosto de 2014.

MORETTI, Ricardo de Souza. Terrenos de fundo de vale: conflitos e propostas. **Téchne**

OLIVEIRA, Francisco. **A emergência do modo de produção de mercadorias**: uma interpretação teórica da economia da República Velha. In: FAUSTO, B (Org.). **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1975.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras**. **Revista Resgate**, Centro de Memória da Unicamp, Campinas, vol. XIX, nº 21, jan./jun., 2011, p.25-35.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 f. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROGERS, Richard E.; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: [SN], 2001.

ROLNIK, R. Planejamento urbano: morar, atuar e viver. **Teoria e Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, edição 174, julho/2018. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/planejamento-urbano-morar-atuar-e-viver/>>.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Ema. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 48. (Coleção Debates).

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS266, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, W. R. dos; MERLIN, J. R.; QUEIROGA. Estatuto da cidade e planos diretores: limites dos instrumentos de planejamento frente à urbanização dispersa e fragmentada. XIII ENAnpur-2009. Disponível em Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2595>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 9.205, de 28 de dezembro de 1965. Dispõe sobre a organização dos municípios. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Executivo, 30 dez. 1965, p. 2. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1965/lei-9205-28.12.1965.html>>.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989. Autoriza o Executivo a extinguir a autarquia “Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias – FUMEST” e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1989/alteracao-lei-6470-15.06.1989.html>>.

SÃO PAULO (Estado). Emenda Constitucional nº 4, de 18 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/1996/emenda.constitucional-4-18.12.1996.html>>.

SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos-evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos, Marília**, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SEADE – Fundação Sistema Estadual. Histórico da formação do município de Amparo. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq\\_htm=historico/hist\\_01905.htm](http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_01905.htm)>.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Esfera de vida pública e sua relação com a esfera privada na qualificação dos sistemas de espaços livres de edificação. **Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**, v. 1, p. 114-124.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1981.

SOARES, Mariana Corrêa. **Parques lineares em São Paulo: uma rede de rios e áreas verdes que conecta lugares e pessoas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. Studio Nobel, 1998.

ZANLUCA, Izabela; SUGAI, Maria Inês. Desafios para a gestão, o uso e conservação das bacias hidrográficas: rios urbanos ao longo das cidades de pequeno e de médio porte. **APP urbana**, 2014.

**EDUARDO SALGADO MARCONI**

**"PARQUE LINEAR ÁGUAS DO CAMANDOCAIA EM  
AMPARO, SP: AGENTES E PROCESSOS NA  
CRIAÇÃO, APROPRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Martin

Dissertação defendida e aprovada em 28 de Junho de 2018 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Roberto Martin  
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima  
Universidade São Francisco



## Formulário de Solicitação de Elaboração de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações

Todos os campos abaixo deverão ser **obrigatoriamente** preenchidos pelo (a) aluno (a) de Pós-Graduação. O formulário deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico [abi@tecnic@puc-campinas.edu.br](mailto:abi@tecnic@puc-campinas.edu.br), com cópia anexada das seguintes partes da tese/ dissertação.

- folha de rosto,
- sumário,
- resumo e

**Dados pessoais do autor**

Nome: EDUARDO SALGADO MARCONI

Citação Bibliográfica: MARCONI, Eduardo Salgado

E-mail: [duosalgadoemar@gmail.com](mailto:duosalgadoemar@gmail.com)

Telefone: 19 999121761

**Identificação do Documento**

Programa de Pós-Graduação: ARQUITETURA E URBANISMO

Título do Trabalho: PARQUE LINEAR ÁGUAS DO CAMANDOCAIA EM AMPARO - SP: AGENTES E PROCESSOS NA CRIAÇÃO, APROPRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

Orientador: PROF. DR. JOSÉ ROBERTO MERLIN

Número de páginas: 269

Possui anexos: Sim ( ) Não (X)

Inclui Bibliografia: Sim (X) Não ( )

Outros (tabelas, gráficos, mapas, etc.): Sim (X) Tipo: FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS  
Não ( )

Palavras-chave (mínimo três): PARQUE LINEAR, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES URBANAS, ESPAÇOS LIVRES, ESFERA DE VIDA PÚBLICA, ANÁLISE DE QUALIDADE ESPACIAL.

A **Ficha Catalográfica**, será enviada para o e-mail do autor em até **três dias úteis** e deverá ser impressa no verso da página de rosto.

**Informações: (19) 3343-7378**

